



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO**

**LAERTE JOSÉ CERQUEIRA DA SILVA**

**SABERES, LINGUAGEM E DISPOSITIVOS DIDÁTICOS:  
AS DIMENSÕES DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO TELEJORNALISMO**

**Recife  
2018**

**LAERTE JOSÉ CERQUEIRA DA SILVA**

**SABERES, LINGUAGEM E DISPOSITIVOS DIDÁTICOS:  
AS DIMENSÕES DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO TELEJORNALISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

**Área de concentração:** Mídia, linguagens e processos sociopolíticos.

**Orientador:** Prof. Dr. Alfredo Vizeu Pereira Júnior

**Co-orientador:** Prof. Catedrático Rodrigo-Miquel Alsina

**Recife  
2018**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586s Silva, Laerte José Cerqueira da  
Saberes, linguagem e dispositivos didáticos: as dimensões da função pedagógica do telejornalismo / Laerte José Cerqueira da Silva. – Recife, 2018.  
321 f.: il., fig.

Orientador: Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018.

Inclui referências, apêndices e anexo.

1. Telejornalismo. 2. Função pedagógica. 3. Saberes. 4. Dispositivos didáticos. I. Pereira Júnior, Alfredo Eurico Vizeu (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2018-169)

**LAERTE JOSÉ CERQUEIRA DA SILVA**

**SABERES, LINGUAGEM E DISPOSITIVOS DIDÁTICOS:  
AS DIMENSÕES DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO TELEJORNALISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Aprovada em 28/02/2018.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.º Dr.º ALFREDO EURICO VIZEU PEREIRA JÚNIOR (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.º Dr.º HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.ª Dr.ª GIOVANA BORGES MESQUITA (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.º Dr.º EDUARDO MEDITSCH (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.º Dr.º FLÁVIO PORCELLO (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*A Raimundo e Solange, pela fé, pelo amor, pelo lar sereno e honesto que nos deram.  
A Lá e Dim pelo exemplo que são para mim.  
A Zina, pela sua existência e entrega.  
A Cybele, por ser essa companheira, resiliente, por lutar comigo.  
A Lara, que nasce para me estimular, para me fazer melhor.*

## AGRADECIMENTOS

A solidão, a angústia de estar sempre devendo uma leitura, uma reflexão, o desespero do tempo que se acaba, do cansaço que impede passar a linha, de ir além da palavra. Foram quase quatro anos assim. Mas duas lembranças provocavam uma reviravolta nos sentimentos dolorosos que me rodeavam nesses momentos difíceis. A de que havia muita gente que apostou e me ajudou por pura fé que faria o melhor. E a de que eu apostei no doutorado porque ele me traria mais conhecimento. Ninguém me roubaria. Ninguém me roubará.

Como jornalista, eu sempre pensei que era conhecimento que queria produzir. Ético, transformador, libertador. O que falava e escrevia tinha que ter uma função de despertar à crítica pelo *logos*, pela liberdade de pensamento. Estive rodeado de proteção e de pessoas que acreditavam nesse fim. Por isso, tenho muito a agradecer.

Tenho muita gratidão a muita gente. Nessa caminhada do doutorado, especificamente, preciso agradecer a saudosa Águeda Cabral (in memoriam). Foi ela que, ainda em 2009, nos nossos primeiros contatos, mandou-me e-mails sobre a “construção social da realidade”. Algo ainda distante de minha realidade. Eu achava. Falamos até um pouco antes de sua partida. Toda ajuda, todo carinho, toda fé, estão registrados numa caixa de entrada. Feliz por ter essa história ainda viva nas trocas de mensagens.

Lívia Cirne e Giovana Mesquita, num encontro casual em Barcelona, fizeram-me encontrar um caminho. Por que não? Voltei da Irlanda, onde estudava inglês, decidido. O retorno ao Brasil foi em condições financeiras difíceis. Uma opção. Pior cenário para viajar duas vezes por semana ao Recife não haveria. Mas precisava ser aluno especial; tinha gana e ajuda. Muita. Um carro emprestado, dinheiro para o combustível, para o almoço, para o pneu furado, para a xerox. Zu Gomes, Giuliana Costa, Mateus Andrade, Jefferson Ferrari, Val França, Laércio Cerqueira, Laerge Cerqueira, Sioneide Norberto, Rogério (irmão paulista da Irlanda), meu pai, minha mãe, todos estiveram ali, ajudando. Sem eles não teria entrado.

Um dia antes de entregar o projeto, quase desisto. Lívia e Amanda Braga disseram: “não, não, o projeto está pronto, tente”. Como sou agradecido.

Sou grato em ter o orientador que tenho. Alfredo Vizeu me assustou num primeiro momento. Mas não estaria em melhores mãos. É crítico do jornalismo. Mas acredita na sua melhor versão. Lutar por ela, sob a força da utopia freiriana, é nossa sina. Ganhei um amigo que quero levar para toda vida. Um paizão.

Como foi importante ouvir, ainda como aluno especial, Heitor Rocha elucubrar sobre Habermas, sobre filosofia, história, literatura. Aquelas reflexões me ajudaram ir firme à entrevista da seleção.

Nesse percurso, que só estava começando, foi preciso compreensão e renúncias. Fiz quase todo o doutorado trabalhando e não conseguiria sem Tatiana Ramos, a então editora-regional da TV Cabo Branco. Ela compreendeu o momento e durante todo tempo me apoiou, assim como Giuliana Costa, chefe de redação. Pude trocar horários de trabalho, faltar, viajar para congressos. Tudo “negociado” da maneira mais tranquila possível. Com a crença de que o conhecimento e as leituras do doutorado não eram apenas para mim, mas para o NOSSO trabalho, para a empresa. Obrigado Tati e Giu. Obrigado aqueles que de alguma forma tiveram suas vidas mexidas por causa do meu doutorado, repórteres da TV, editores de texto e produtores, apresentadores. Entre eles, destaco Edilane Araújo, que acompanhou essa caminhada desde o início e torceu a cada conquista, deu-me força a cada tropeço.

Durante essa caminhada não faltou um amor-compreensão. Sem ela tudo seria ainda mais pesado. Minha gratidão a Cybele Moraes que acompanhou tudo de perto, sofreu, acordou de madrugada, entendeu as minhas angústias e meu abuso, abdicou, renunciou de prazeres por esse objetivo. Soube esperar, soube pedir, soube cobrar. Faz-me melhor todos os dias. Sem a paz de espírito que me trouxe, não iria tão bem.

Um agradecimento carregado de amor a meu pai, Raimundo Vieira, que acordava de madrugada para eu não perder o horário. Que em seu silêncio dizia alto em meu coração que estava indo no caminho certo. A minha mãe, Solange Cerqueira, que por meio de nossas divergências e com sua verdade dura, fez-me ajustar caminhos, olhar para outra frente, desconfiar. Que me confortou, à sua maneira, quando de maneira sensitiva percebeu que precisava de ajuda.

A Zina, minha mãe postiça, que a vida aproximou e distanciou, mas que continua presente no meu coração e no meu pensamento. Que reza por mim todos os dias e luta da sua forma para que eu siga adiante. Forte.

Às funcionárias do PPGCOM, Roberta e Cláudia, sempre tão prestativas e amáveis. Em especial, um agradecimento a Zé Carlos, que tive mais contato e, por causa disso, pude desfrutar de sua generosidade e de sua tranquilidade. Aos professores Eduardo Meditsch e Flávio Porcello, inspirações desde o primeiro congresso de comunicação e que, agora, podem contribuir e me ajudar nesta caminhada acadêmica. Aos professores Thiago Soares e Paulo Cunha que, gentilmente, aceitaram ser avaliadores na suplência.

Aos professores do PPGCOM que me fizeram um doutorando melhor a cada aula, a cada observação. À Capes/Propesq-UFPE, responsáveis pelo financiamento e implementação da minha bolsa sanduíche, na Universidade Pompeu Fabra, na Espanha, essencial para melhoria do meu trabalho e das minhas reflexões. À UPF, em Barcelona, pela acolhida e espaço generosos. E foi lá, na Catalunha que conheci Miquel-Rodrigo Alsina, coorientador. Professor que foi doce e generoso desde o primeiro contato. Um mestre que escuta, que diverge ensinando, que compreende. Sinto-me um felizardo por ter aprendido pessoalmente com ele.

Agradeço aos profissionais do Jornal Nacional das capitais do Nordeste, que me concederam entrevistas e o jornalista do SBT Brasil, que, generosamente, compartilharam o espaço e a prática comigo, durante os dias de pesquisa. Meu agradecimento especial a José Valdez, que articulou a minha presença na redação do SBT, em São Paulo.

Preciso destacar ainda a minha gratidão a Kellyane Carvalho, parceira de doutorado na Espanha, Luciana Costa, Elane Gomes, irmãs no Recife, Jocélio Oliveira, Hudson, Luciana Araújo, Luiz Custódio, Fernando Firmino, Neta Trigueiro, Cibele Lima, Cristina Laura, Maurício Melo, Ada Guimarães, Jô Vital, Eisen Almeida, Gió Rossini, Roberta Matias, Selma Melo, Patrícia Monteiro, Larissa Pereira, Guilherme Lima, Cecília Avelino, Vinni de Oliveira, Cinthia Holanda, Lauriston Pinheiro, Roberto Faustino, a Deyse e Mércia (minhas revisoras), que de alguma forma deixaram um pouco da sua boa energia, da confiança e do entusiasmo comigo e com minha luta durante o doutorado.

## RESUMO

O telejornalismo tem uma função pedagógica? Quais são as características? Qual o grau de compromisso com o didatismo dos profissionais que atuam no campo e quais atributos precisam perseguir para chegar a sua audiência presumida? A partir desses questionamentos iniciamos nossa reflexão, que nos levou a pensar esta função a partir de três dimensões: a dos saberes da prática telejornalística, da linguagem e dos dispositivos didáticos. Os saberes estão ligados à formação, ao comportamento, atuação dos profissionais, ao método jornalístico. São inspirados nos saberes da prática educativa, elaborada por Paulo Freire em várias de suas obras e sistematizados em *Pedagogia da Autonomia*. A segunda dimensão é da linguagem telejornalística, que possui características próprias e precisa se encaixar em formatos de tempo e espaço atribuídos ao telejornal, sem perder a sua capacidade de ser compreendida, dentro de uma dinâmica social e diante de uma nova e constante interpelação do público. Em terceiro, os dispositivos didáticos, recursos usados na construção dos fatos e relatos para produzir um conteúdo mais compreensível. Como objeto de análise, escolhemos o *Jornal Nacional* e o *Jornal do SBT*. Realizamos observação participante, entrevistas abertas semiestruturadas com editores de texto e, ainda, análise de conteúdo de reportagens exibidas nos telejornais. Entre as impressões, a de que a busca pelo didatismo está naturalizada em todos os procedimentos e processos de apuração, seleção e apresentação do produto telejornalístico.

**Palavras-chave:** Telejornalismo. Função Pedagógica. Saberes. Dispositivos didáticos.

## **ABSTRACT**

Does the telejournalism news have a pedagogical function? What are the characteristics? What is the degree of commitment with the didacticism of the professionals who work in the field and what attributes do they need to pursue to reach their presumed audience? Based on these questions, we began our reflection, which led us to think this function from three dimensions: the knowledge of the tele-journalistic practice, the language and the didactic apparatus. The knowledge is linked to training, behavior, performance of professionals and the journalistic method. They are inspired by the knowledge of educational practice, elaborated by Paulo Freire in several of his works and systematized in Pedagogy of Autonomy. The second dimension is the television language, which has its own characteristics and needs to fit into the formats of time and space assigned to the news, without losing its capacity to be understood, within a social dynamic and before a new and constant interpellation of the public. In third place, the didactic devices, resources used in the construction of the facts and stories to produce a more comprehensible content. As an object of analysis, we have chosen the Jornal Nacional and the Jornal do SBT. We have made participant observation, semi-structured open interviews with editors and analysis of content of news showed on the newscast. Among the impressions, the one that the search for the didacticism is naturalized in all the procedures and processes of scrutiny, selection and presentation of the television news product.

**Key words:** Newscast. Pedagogical function. Knowledge. Didactic apparatus.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Capa O Globo 06.09.17.....	98
<b>Figura 2-</b> Crítica de imparcialidade.....	99
<b>Figura 3-</b> Crítica ao conflito da capa.....	99
<b>Figura 4-</b> Crítica no Twitter .....	99
<b>Figura 5-</b> Organograma: Informações e entretenimento.....	135
<b>Figura 6-</b> Chegada de carros oficiais à residência da presidente .....	194
<b>Figura 7-</b> Clima de confraternização.....	194
<b>Figura 8-</b> Arte gráfica - Pensão por morte .....	200
<b>Figura 9-</b> Exemplo hipotético.....	200
<b>Figura 10-</b> Regras são descritas em arte, com tópicos que resumem o <i>off</i> do repórter. Frases ditas com pausa necessária para aparecimento em sincronia do texto. ....	202
<b>Figura 11-</b> Entrada ao vivo: Plenário do STF.....	204
<b>Figura 12-</b> Repórter Vladimir Neto.....	205
<b>Figura 13-</b> Fala do ministro .....	207
<b>Figura 14-</b> Arte feita nas paredes de uma cadeia.....	208
<b>Figura 15-</b> Personagem concede entrevista sem se identificar .....	247
<b>Figura 16-</b> Arte explicativa do bitcoin .....	249
<b>Figura 17-</b> Imagem de fumante usada para fazer comparação .....	251
<b>Figura 18-</b> Imagem de acidentes de trânsito usada para fazer comparação .....	251
<b>Figura 19-</b> Arte para explicar efeito de poluição no corpo .....	252
<b>Figura 20-</b> Imagem usada para contextualizar revogação de decisão .....	254
<b>Figura 21-</b> Seu Luiz e Seu Justino – esperam indenização por perdas na poupança.....	256

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Saberes da prática jornalística.....	166
<b>Quadro 2-</b> Características dos dispositivos didáticos.....	263

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Reportagens analisadas no JORNAL NACIONAL .....	222
<b>Tabela 2-</b> Dispositivos didáticos no JORNAL NACIONAL .....	223
<b>Tabela 3-</b> Reportagens analisadas no SBT BRASIL .....	260
<b>Tabela 4-</b> Dispositivos didáticos identificados no SBT BRASIL .....	261

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 ZAPPING - PELA RELAÇÃO JORNALISMO E SOCIEDADE</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Jornalismo e sociedade</b>	<b>22</b>
2.1.1 A relação histórica	29
<b>2.2 Uma forma de conhecimento</b>	<b>36</b>
<b>2.3 A objetividade controversa e inevitável</b>	<b>44</b>
<b>2.4 Nem espelho nem janela: uma construção da realidade</b>	<b>55</b>
<b>3 SINTONIZANDO AS TELAS: TELEJORNALISMO, BASES ÉTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>66</b>
<b>3.1 Jornalismo nas telas</b>	<b>66</b>
<b>3.2 A ética e a apuração como pilares</b>	<b>84</b>
3.2.1 As crises éticas do jornalismo	86
3.2.2 O profissional e o interesse público	100
<b>3.3 Telejornalismo, educação e papel do profissional</b>	<b>104</b>
3.3.1 A educação para os meios	110
3.3.2 A responsabilidade do jornalista	118
<b>3.4 Representações e telejornalismo: uma via de mão dupla</b>	<b>124</b>
3.4.1 O papel controverso dos estereótipos	129
<b>4 AS FUNÇÕES DO TELEJORNALISMO E AS DIMENSÕES DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA</b>	<b>133</b>
<b>4.1 A função pedagógica do telejornalismo e suas dimensões</b>	<b>136</b>
4.1.1 A relação da filosofia freiriana com a Comunicação e o Jornalismo	139
<b>4.2 Os saberes da Pedagogia no telejornalismo</b>	<b>144</b>
<b>4.3 Resumo: os saberes da prática telejornalística</b>	<b>166</b>
<b>4.4 A linguagem do telejornalismo</b>	<b>169</b>
<b>4.5 Dispositivos didáticos do telejornalismo</b>	<b>180</b>
<b>5 OS DISPOSITIVOS DIDÁTICOS DO JN</b>	<b>186</b>
<b>5.1 Nosso primeiro percurso: entre entrevistas e análises de reportagens</b>	<b>186</b>
<b>5.2 A ação didática no <i>Jornal Nacional</i></b>	<b>193</b>
5.2.1 Detalhamento e interpretação de fala	203
<b>5.3 A interpretação dos dados do JN</b>	<b>222</b>

<b>6 DISPOSITIVOS DIDÁTICOS DO <i>SBT BRASIL</i></b> .....	<b>228</b>
6.1 Nosso percurso: observação, entrevista e análises no <i>SBT Brasil</i> .....	228
<b>6.2 A ação didática no <i>SBT Brasil</i></b> .....	<b>233</b>
6.2.1 Rigor e compreensão .....	241
<b>6.3 Um olhar sobre os dispositivos nas reportagens</b> .....	<b>250</b>
<b>6.4 Interpretação dos dados no <i>SBT Brasil</i></b> .....	<b>260</b>
<b>6.5 Uma síntese dos dispositivos didáticos</b> .....	<b>263</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>266</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>271</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA</b> .....	<b>285</b>
<b>APÊNDICE B – PLACA DE PRINCÍPIOS EDITORIAIS E REDAÇÃO DO SBT</b> .....	<b>286</b>
<b>APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS DE EDITORES DO JN E DO SBT BRASIL</b> .....	<b>287</b>
<b>ANEXO A – LINKS DE REPORTAGENS ANALISADAS NO JN E SBT BRASIL</b> ....	<b>316</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*É meu corpo inteiro, sensível, que me anuncia que há algo sobre o qual devo pensar no momento em que os meus pelos se arrepiam, o sangue corre rápido em meu corpo me ruborizando e sinto bater forte o meu coração. Esses são os sinais no e do meu corpo de que há algo em que devo pensar e me preocupar. É meu corpo consciente que está me alertando me dizendo: 'Paulo, inicia a sua reflexão crítica neste fato, neste evento, neste fenômeno.*

*(Paulo Freire, 1981)*

“Inicia a sua reflexão neste fato, neste evento, neste fenômeno”. Depois de mais de 15 anos de carreira, diante de muitas questões, parece que algo também sussurrava em nosso pensamento e pedia que iniciássemos essa empreitada acadêmica. Uma busca por mais clareza, para responder questionamentos e fazer outros, encontrar argumentos e refletir sobre a prática. Sabíamos do tamanho da batalha, com defesa necessária e ataques inevitáveis. Cientes da sua incompletude. Afinal, o telejornalismo com todas as suas forças não é, está sendo, parafraseando o educador Paulo Freire (2013), uma construção constante.

A nossa reflexão partiu da necessidade de continuar defendendo um telejornalismo ético, responsável, crítico e transformador. Que se faz com difícil independência, mas com muita resistência e com muita utopia freiriana, um compromisso histórico (FREIRE, 1979), com esperança, buscando a construção de uma realidade mais justa, com métodos de apuração e investigação rigorosos, respeito à audiência, com produção polifônica, multilateral e questionadora. Fizemos isso, claro, na condição de seres históricos, inseridos nas tramas sociais como objeto e sujeito (FREIRE, 2013).

Entendemos que essa prática cumpre um papel cada vez mais importante na sociedade de “pós-verdade” (GUARESCHI, 2017). Na qual, os fatos são engolidos por convicções cegas e paixões. Num momento em que a produção de conteúdo, sua circulação e compartilhamentos ocorrem de maneira incrivelmente veloz, defendemos a produção do conteúdo jornalístico, profissional, comprometido com a sociedade e preocupada com os efeitos de sentido de sua construção.

Não há como esquecer os efeitos da força do poder político, do monopólio midiático, especialmente no Brasil, do poder econômico e mercadológico; ou ainda dos constrangimentos organizacionais. Mas não há motivos para desacreditar na resistência e no poder da boa prática, do homem capaz de dizer, agir e narrar (RICOUER, 2006).

As notícias de um telejornal devem ter a preocupação de contribuir para o entendimento do mundo da vida (SHUTZ, 2003), e o jornalista é o responsável por essa mediação. A crença no telejornalismo, nos benefícios de seu impacto e na sua importância para sociedade nos fez buscar na academia teorias que expliquem nossa rotina, dê formas, palavras e explicações longe das verves apocalípticas e com distância igual da cegueira integrada.

Ao iniciar os estudos sobre as funções do telejornalismo, registrados pelo professor Vizeu (2005), percebemos que era preciso dar atenção especial a uma delas: **a função pedagógica**. O professor nos estimulou a traçar esse caminho. Sob esse olhar destacaríamos o conhecimento orientador, tradutor, possível contributo da emancipação, intérprete legitimado da realidade. É feito com operações executadas na rotina, por vários sujeitos, com planejamento e com simples intuição.

Surgiram então algumas perguntas: se o telejornalismo tem uma função pedagógica, quais são as características dela? Onde ela nasce e onde se materializa? Qual o grau de compromisso dos profissionais que atuam no campo com o didatismo? E quais atributos precisam perseguir para chegar a sua audiência presumida?

Partimos de uma hipótese: a de que a função pedagógica no telejornalismo se concretiza em todo o processo de apuração, seleção e apresentação e em três dimensões: a dos saberes, a da linguagem e a dos dispositivos didáticos. Os **saberes** estão ligados à formação, ao comportamento, atuação dos profissionais, ao método jornalístico. Ou seja, devem estar no *pensar-agir* profissional. São inspirados nos saberes da prática educativa, elaborada por Paulo Freire em várias de suas obras e sistematizados em *Pedagogia da Autonomia*. A **linguagem** telejornalística ligada à adoção de uma forma própria de produzir o conhecimento, utilizando signos verbais e não-verbais e o acervo de conhecimento compartilhável, consolidado pelo telejornalismo, mas em constante transformação. E os **dispositivos didáticos**, que são operações, com marcas visuais e textuais, na produção de uma reportagem. São usadas para tornar o conteúdo mais compreensível e acessível. Frutos de iniciativas individuais ou coletivas, internalizadas nas rotinas produtivas. A nosso ver, essas dimensões se complementam com objetivo de fornecer saber e poder, que passa pela presentificação dos fatos, processos de investigação/apuração e uso da linguagem para elaboração da mensagem, condicionados, em tese, por normas de uma ética jornalística e de códigos deontológicos (CORNU, 1994).

É sempre bom lembrar que não se trata de considerar que o produto do telejornalismo substitui o conhecimento escolar ou familiar. Não estamos falando da mesma função pedagógica. Ninguém em sã consciência faria tal defesa. A dimensão pedagógica que trazemos aqui está relacionada a uma espécie de força motriz que pode ajudar o jornalista, como produtor de conhecimento, ir em busca da melhor informação, da maneira mais ética e correta e, em seguida, interpretá-la, nomeá-la com responsabilidade e clareza, para se fazer entender e, inevitavelmente, influenciar na vida cotidiana, nas decisões e formação do cidadão, da sua audiência. Afinal, como lembra Benetti e Freitas (2015), o que é narrado pelo jornalismo gera consequências que, emocionalmente, registram na memória dos sujeitos onde estavam, o que sentiram e de que forma compartilharam sentimentos.

Para cumprirmos nosso objetivo, além de intensa revisão bibliográfica, análise de conceitos, aplicações e aproximações de ideias, realizamos, numa primeira parte, análises de reportagens exibidas no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, e entrevistas com editores de texto do noticiário, que atuam em cinco capitais do Nordeste. Com a impossibilidade de realizar observação participante, por decisão da empresa, optamos pelo uso de dois instrumentos, as entrevistas semiestruturadas abertas e a análise de conteúdo, que também atenderiam nossos objetivos e eram suficientes para os nossos objetivos.

As entrevistas como fonte de informação, segundo Minayo (2013), nos ajudam a obter reflexões do próprio sujeito sobre a realidade vivenciada.

Constituem uma representação da realidade: ideias crenças, maneiras de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, condutas e projeções para o futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos. (MINAYO, 1993, p.65).

No caso da análise de conteúdo, acreditamos que a metodologia serve para avaliar um volume de informação “cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com objetivo de fazer interferências lógicas sobre as mensagens” (HERSCOVITZ, 2002, p. 125).

Também figurou como nosso objeto o *Jornal do SBT*, do Sistema Brasileiro de Televisão. No SBT, além de usar a análise de conteúdo nas reportagens, entrevistas semiestruturadas com editores de texto, aplicamos a abordagem do *newsmaking*, com observação participante. De acordo com Minayo:

A filosofia que fundamenta a observação participante é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém,

aprendendo a se colocar no lugar do outro. A proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude e uma necessidade (MINAYO, 1993, p. 70).

De acordo com Casetti e Chio (1999), ao analisarem a realidade ao vivo, diretamente, o pesquisador evita as contaminações da mediação. A proximidade da realidade está na permanência possível, percebendo detalhes e os processos internos que interferem no produto. É um método que permite a compreensão da realidade (MINAYO, 1993).

Na medida em que convive com o grupo, o pesquisador pode retirar seu roteiro de questões que percebem serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores; consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos. (MINAYO, 1993, p.70).

Minayo (2013) lembra que para além das informações acumuladas, dos instrumentos apurados de coleta de informações, o trabalho de campo nos leva, com frequência, à reformulação de hipóteses e que enquanto construímos dados colhidos e os articulamos a nossos pressupostos, exercitamos nossa capacidade de análise comum a todas as fases.

Entre as impressões do percurso, a de que a pedagogia começa na intenção. A intenção de informar, produzir conhecimento utilizável, combustível da vida social, está justamente quando o jornalista busca as ferramentas éticas para interpretar a realidade primária e transformá-la em realidade midiática. Compromisso que, segundo Paulo Freire (2002), tem o educador ao ser responsável pela produção de saberes na sala de aula. Fazendo ressalvas às proporções da analogia, em síntese, são saberes que geram saber. Mas não é qualquer saber. É um produto simbólico que nasce sob a égide do compromisso profissional com a verdade dos fatos, com o respeito ao outro e à sociedade.

Este trabalho está inicialmente dividido em cinco capítulos. No **Capítulo 1**, nosso objetivo é falar da relação do jornalismo com a sociedade, suas interfaces, diálogos e interdependência ao longo da história. Resgatamos reflexões de autores brasileiros e estrangeiros que destacam o papel do jornalismo para compreensão do mundo e interpretação dos fatos. Registramos ainda a importância dos estudos que entendem o jornalismo como uma forma de conhecimento. Para alguns, um conhecimento cotidiano, nascido do “singular” (GENRO, 1987), ou um grau de conhecimento que passeia entre o senso comum e a ciência (MEDITSCH, 1992; SPONHOLZ, 2009), ou ainda um conhecimento do desvelamento (VIZEU, 2017), do descortinar o mundo dos fatos. Destacamos também um pouco do debate em torno de um dos termos mais polêmicos da prática jornalística: a objetividade. Sem a pretensão de esgotar o debate (interminável) e trazer todos os olhares e interpretações sobre

ela, resgatamos estudos que entendemos suficientes para abarcar e embasar nossa pesquisa. Entre as conclusões que nos ajudam nessa compreensão, a de que a objetividade, com toda sua subjetividade, é um método essencial e basilar na construção social da realidade. E para finalizar o capítulo, faremos um passeio pelas teorias que tentam explicar como o jornalismo constrói seu produto: a notícia (TRAQUINA, 2005; PENA, 2005; SCHUDSON, 2010).

No **Capítulo 2**, destacamos o jornalismo feito para televisão. Num primeiro momento, traçando um perfil histórico e registrando como foi a evolução do telejornalismo no Brasil, no que se refere ao impacto das questões sociais, econômicas e políticas e, claro, às questões tecnológicas e de linguagem. Em seguida, vamos refletir sobre algo que é primordial no jornalismo: a questão da ética, do rigor do método de apuração e da preocupação com os efeitos na sociedade.

Com papel muito importante na construção do mundo, na formação das pessoas e na produção de informação para relações sociais, não é possível pensar o telejornalismo, que atinge milhões de pessoas, a cada edição de telejornal, sem um olhar especial para as questões éticas. Outro tópico deste capítulo é o que versa sobre a relação entre a Televisão, o Telejornalismo e Educação. Aqui, resgataremos o estudo de autores que fazem essa ponte e nos mostram que, inevitavelmente, como meio de grande alcance e inserção social, a televisão e o telejornalismo, em particular, contribuem para a “formação” de um cidadão. Por fim, neste capítulo, vamos falar sobre a forte relação de mão dupla entre as representações sociais e o jornalismo. Utilizamos conceitos da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978; JOCHELOVITCH, 2000; GUARECSH, 2017) para explicar como o jornalismo constrói e transmite “sua” realidade. E ainda como o jornalismo, conhecimento acessível a um grande público, também contribui para formação nova de representações na sociedade.

No **Capítulo 3** damos destaque à função pedagógica do telejornalismo. Neste espaço, desenvolveremos os conceitos e característica do que chamamos de dimensões da função pedagógica: saberes, linguagem e dispositivos didáticos. No que se refere à atuação do jornalista, recorreremos ao educador Paulo Freire que descreve e conceitua saberes da prática pedagógica e que, a nosso ver, são aplicáveis à ação do jornalista na construção da realidade, na construção do mundo possível (RODRIGO-ALSINA, 2009). Os saberes descritos pelo educador são, em sua maioria, os mesmos que o jornalista precisa dominar para produzir um conhecimento embasado, contextualizado, crítico e até transformador, alicerces do jornalismo como instituição social legitimada na sociedade. São eles: *tomada de consciência, rigorosidade do método, a exigência da pesquisa, a criticidade, a estética e a ética, reflexão*

*crítica sobre a prática, reconhecimento de ser condicionado; e ainda, a apreensão da realidade, a curiosidade, convicção de que a mudança é possível, saber escutar, disponibilidade para o diálogo, rejeição às formas de discriminação, consciência de que a educação é uma forma de intervenção no mundo.*

É neste capítulo também que identificamos características de mais uma dimensão da função pedagógica: a linguagem. Por meio dela, os enquadramentos ganham forma, os recortes produzem sentidos. Realizamos aqui uma revisão bibliográfica que trazem conceituações sobre essa linguagem e efeitos. Em seguida, falamos sobre os dispositivos didáticos do telejornalismo. Eles são, de acordo com o nosso estudo, ações dos telejornalistas e profissionais que participam do processo de produção que visam tornar a história que está sendo contada mais clara; trazendo elementos enunciativos, resgatando fatos do passado, usando de recursos tecnológicos, de linguagem e imagéticos.

No **Capítulo 4** iniciamos a identificação dos dispositivos didáticos nas reportagens, exibidos no telejornal com maior audiência do país, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo. A análise foi realizada em três períodos distintos: em dias de dezembro de 2014 e de janeiro de 2015, em alguns dias de fevereiro de 2016 e fevereiro de 2017, como veremos com mais detalhes adiante. As amostras aleatórias serviram para reforçar e registrar que esses procedimentos estão presentes no processo de construção do produto telejornalismo, em graus diferentes de aparecimento ou de forma complementar, em qualquer tempo, reportagem e edição de telejornal.

Na análise, verificamos a presença de 11 dispositivos didáticos. São eles: *contextualização, complementaridade, detalhamento, exemplificação, descrição em arte, interpretação de fala, reforço, personificação, dramatização/moralismo, aproximação e comparação*. Ainda no quarto capítulo, logo após conceituação e identificação de dispositivos em algumas matérias, vamos trazer dados sobre o aparecimento desses dispositivos nas 24 reportagens analisadas.

No **Capítulo 5**, o processo de identificação e análise aparece em outro telejornal o *SBT Brasil*. Como no *JN*, tentamos demonstrar como nascem e são construídos os processos didáticos, bem como quais são os atores responsáveis por elas na reportagem jornalística. No *SBT*, além das entrevistas com os editores, realizamos observação participante. Durante três dias acompanhamos o trabalho dos jornalistas com foco nas decisões tomadas pelos profissionais na hora de escolher, após definir o que vão ao ar, como a reportagens são concebidas para serem compreensíveis ao público. Ou melhor, como os telejornalistas

estruturam a reportagem na intenção de se fazer entender. No *SBT Brasil*, nas análises de reportagens entre 25 a 30 de setembro e 02 e 03 de outubro, verificamos a presença de nove dispositivos didáticos.

Ciente das forças e condições de produção, que interferem na prática telejornalística, a proposta que vamos apresentar, de alguma forma, tem o intuito de contribuir no pensar o jornalismo, como campo autônomo, mergulhado na interdisciplinaridade, que não faz melhor nem pior ao produzir um conhecimento singular, mas faz diferente (GENRO FILHO, 2012). Faz correto e também faz errado; é omissivo ou exagerado, afinal, é construído por homens e mulheres, que são pavimentados por um acervo de conhecimento vindo das suas várias experiências, influências e leituras; de constrangimentos e pressões. Mas, como dissemos, não matemos a utopia. Não matemos esse presente utópico que nos move na tomada de consciência, na curiosidade ingênua e na esperança transformadora (PAULO FREIRE, 2000; 2002; 1984). Para sentir vontade de seguir adiante, os convidamos a conhecer este percurso, com resultados, com questões, convicções e incertezas. Esperamos que ao menos esteja plantado aqui o sonho, a utopia freiriana de pensando tempos melhores para o telejornalismo. Em frente.

## 2 ZAPPING- PELA RELAÇÃO JORNALISMO E SOCIEDADE

*Esta forma de conhecimento tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto degradá-los, e é provável que muitas vezes faça essas duas coisas simultaneamente.*

*(Eduardo Meditsch, 1997)*

### 2.1 Jornalismo e sociedade

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidem que réu condenado em segunda instância pode ser preso. O aborto até o terceiro mês de gravidez não é crime, decide Corte Suprema. Taxa de juros dos EUA sobe e faz dólar ir às alturas. Operação da PF cumpre dez mandados de prisão, no Recife, e duas pessoas são levadas coercitivamente para depor. atentado em Berlim deixa nove mortos e 50 feridos. Refugiados da Síria morrem depois de cair em embarcação no Mar Mediterrâneo. As frases estiveram ou poderiam estar na chamada de um telejornal, convidando o telespectador a assistir ao programa. Poderiam compor uma escalada<sup>1</sup>, chamando atenção sobre o que acontece no mundo e o que foi selecionado para formatar aquela caixa de notícias do dia, embalado de uma maneira presumidamente acessível.

O local, o regional e o mundial, numa massa noticiosa modelada por jornalistas, profissionais especializados numa construção social da realidade. Ou melhor, especialistas na construção de realidades específicas, enquadradas e dentro da complexa rede, com outros agentes sociais responsáveis por esta operação/ação. A complexidade dos fatos sociais ao alcance dos olhos, dos sentidos. É a vida real produzindo ação notificável e registrada por profissionais por meio de um ritual estratégico (TUCHMAN, 2016). É o jornalista devolvendo à sociedade um mundo possível (RODRIGO-ALSINA, 2009) e lhe oferecendo a sensação da ubiquidade. Para Tuchman (1983), a prática torna possíveis “indivíduos, geograficamente dispersos, saber algo uns dos outros, saber acerca dos grupos étnicos e de vida do grupo” (TUCHMAN, 1983, p.16).

Para Gomis (1991), os meios de comunicação, entre eles a televisão, oferecem-nos um presente social abrangente, aquele que nos é oferecido no meio da jornada, nos fazendo nos

---

<sup>1</sup> Abertura de um telejornal, onde são destacados os principais assuntos para atrair e chamar atenção do telespectador.

comunicar não apenas com a vizinhança e com os familiares, num instante fugaz. Observa Gomis (1991):

Gracias a los medios, vivimos en el mundo y sabemos lo que está pasando un poco en todas partes. Más aún, gracias a los medios percibimos la realidad no con la fugacidad de un instante aquí mismo, sino como un período consistente y objetivado, como algo posible percibir y comentar, como una referencia general. Son los medios los mantén en la permanencia de una constelación de hechos que no se desvanecen al difundirlos, sino que impresionan a la audiencia, de, aunque sí pensar, suscitan comentarios y siguen presentes en la conversación (GOMIS, 1991, p.14).

O discurso dos *media*, afirma Rodrigues (2016, p. 59), “surge para organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade”. Ele nos dá um presente social novo e contínuo para nos impressionar e bastante velho para que possamos conhecer e comentar, uma maneira de dominar e assimilar (GOMIS, 1991, p.41-42). Por plataformas, como a televisão, o jornalismo e a sociedade mantêm uma relação cada vez mais forte e intensa. Retroalimentam-se, constroem cotidianamente uma relação de interdependência. Vivem estabelecendo convergências, conflitos, interações e trocas. Gomis recorre a Savador Giner (apud GOMIS, 1991, p. 19) para reforçar a importância do jornalismo em nosso tempo. Segundo o autor, ele tem capacidade comprovada de tornar o complexo mais simples, banalizar, mas expressar com maior dignidade as nossas preocupações mais graves e nossos anseios. “Su expansión ha ido paralela con la modernidad, que no tendría sentido sin el periodismo.” (GOMIS, 1991, p. 19).

Ao fazer uma análise profunda do jornalismo, no início do século XX, Otho Groth (2011), pioneiro na busca de uma base epistemológica para a Ciência dos Jornais, extraindo relações com outras ciências, registrou que a mente do homem é também modelada e preenchida pelo jornalismo. Para ele, uma diretriz do pensar e da vontade de amplas bases sociais. “E não somente destas: dele depende, em grande parte o saber e a capacidade de discernimento do povo como um todo. A influência jornalística se espalha por todas as áreas da vida” (GROTH, 2011, p.61).

Uma obra cultural. Foi assim que Groth definiu o jornalismo. Criações mentais humanas que fazem a mediação entre pessoas, como entre coisas e pessoas proporcionando um saber sobre algo; que pode ser igual, “mas não comum” (GROTH, 2011, p. 88). Groth ao investigar o objeto das Ciências dos Jornais (à época os jornais e revistas) identificou quatro características que até hoje são fundamentais para entender o sentido do jornalismo: periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade.

Pioneiro nos estudos e no ensino do jornalismo no Brasil, o pernambucano Luiz Beltrão (2007) firma bem essa relação. Para ele, o jornalismo é informação corrente, interpretada e transmitida periodicamente à sociedade, com o intuito de compartilhar conhecimentos e orientar a opinião pública. O autor também define algumas características que diferenciam essa manifestação, não nos permitindo que se confunda Jornalismo com catequização, magistério ou história. São elas: atualidade, variedade, interpretação, popularidade, periodicidade e promoção. Beltrão (2007) aponta para um aspecto importante nessa luta teórica para reforçar a importância do jornalismo na compreensão do mundo. Atividade que tem um tempo de manufatura, leva em conta características objetivas e temáticas dos fatos, sua identidade com o público e necessidade de revelar, de desvelar (VIZEU, 2014). Lage (2006) resume a questão registrando que a informação jornalística é produto de primeira necessidade; com o qual o homem moderno sustenta sua vida, produtiva, orienta-se no mundo, formula opinião.

Ao estabelecer essa relação jornalismo e sociedade os pesquisadores Pereira, Moura e Adghirni (2012), analisam que a partir de relações específicas estabelecidas com a sociedade, o jornalismo é gerado no singular e também no plural com “os jornalismo”, as várias práticas distintas, em suas várias formas apropriadas dos contextos locais, nacionais e internacionais.

Mais do que um esforço individual do repórter na produção da notícia ou que o simples ato de informar os públicos sobre o que acontece no mundo, a prática do jornalismo depende de um conjunto de negociações (de mediações, interações) que os jornalistas estabelecem entre si, com as fontes, com o público, com as empresas de comunicação, com o Estado, com a universidade, com a sociedade (PEREIRA; MOURA; ADGHIRNI, 2012, p. 09).

Para eles, a prática não pode ser pensada como uma algo transcendente, “que independe da realidade na qual está imersa. O jornalismo emerge em condições sociais históricas e tecnológicas específicas” (PEREIRA; MOURA; ADGHIRNI, 2012, p. 08).

Com olhar crítico, preciso e, por vezes, entendido como duro com a prática jornalística, Bourdieu (1997) nos coloca diante dos conflitos naturais desse espaço de atuação simbólica, econômica e institucional. Para ele, o campo jornalístico, através da sua natureza e mecanismos, modifica, mais ou menos profundamente, as relações de força no interior de vários campos, como o campo jurídico, literário, artístico e científico, exercendo efeitos, afetando produções próprias nesses universos “fenomenicamente muito diferentes” (BOURDIEU, 1997, p. 101). O autor entende o “campo” como espaço social estruturado com

suas forças, onde há “dominantes e dominados” (BOURDIEU, 1997, p. 57). Com relações constantes e permanentes, de desigualdade, onde há lutas para modificar ou manter o que está posto.

Foi no século XIX que o campo jornalístico se constituiu como é hoje, registrou o pensador francês. Sob o duelo dos jornais que se estabeleciam com notícias, pavimentadas sob a tese da objetividade (SCHUDSON, 2010) e os que se propuseram às análises e comentários. Um campo com lógica específica que se impõe aos jornalistas através de restrições, controles, regras impostas entre si, que acabam fundamentando reputações do que ele chama de “honorabilidade” (BOURDIEU, 1997, p. 105).

Ao registrar a importância do jornalismo para a sociedade, Nelson Traquina (2016) lembra que ele constitui uma atividade profissional de grande dificuldade e complexidade, mas determinante na escolha dos assuntos e problemáticas que terão existência pública e estarão na agenda, influenciando a opinião da sociedade (MACCOMBS, 2009); ao mesmo tempo em que define significados dos acontecimentos, “oferecendo interpretações de como compreendê-los. Por isso, para ele, é possível compreender porque o campo jornalístico se tornou alvo central de preocupação de todos os agentes sociais” (TRAQUINA, 2016, p. 29).

Tuchman (1983) registra que as organizações informativas dão forma ao conhecimento, estabelecendo a ordem do dia político dos consumidores de notícias, nas quais estão as questões mais importantes. “Además, los medios de información tienen el poder de dar forma a las opiniones de los consumidores de las noticias sobre aquellos tópicos a cerca de los cuales son ignorantes.” (TUCHMAN, 1983, p.14).

Campo e alvo de inevitável conflito entre os seus polos econômico e ideológico, que se fortaleceram com o enfraquecimento do pólo político, opinativo, mas que redesenhou como produto comercial e de transformação social nas primeiras décadas do século XIX. De acordo com Traquina, enquanto o pólo econômico define o produto da prática jornalística – a notícia – como um negócio lucrativo, que tem tendência a defini-la como mercadoria, o pólo ideológico define o jornalismo como um serviço público em que a notícia é combustível para que o cidadão exerça seus direitos democráticos (TRAQUINA, 2005).

Enquanto agente desse campo, produtor e mediador dos conflitos, o jornalista, por sua vez, é afetado diretamente por constrangimentos organizacionais, rotinas, tempo, regras, pressões de toda ordem e são obrigados a elaborar a notícia em situações de incerteza, com poucos elementos, muitas vezes sufocado pelas limitações do tempo e pressionado pela concorrência (VIZEU, 2005; TRAQUINA, 2016). Porém, essa complexidade da atividade não

impede que a interpretação no campo jornalístico decifre e compreenda, por meio da linguagem, “a realidade das coisas que se sucedem no mundo e se completa com o esforço interpretativo para assumir o sentido e o alcance que os fatos levantados e escolhidos para a transmissão” (GOMIS, 1991, p.36).

Em artigo sobre como o jornalismo americano tratou a presidência dos EUA desde os primeiros dias da República, Schudson diz que o poder das mídias (fala ele de notícia na televisão e no jornal) não está só na capacidade de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem (SCHUDSON, 2016, p. 378). Traquina (2016) lembra que a natureza do jornalismo é bifacetada e passeia entre o “caos e a ordem, a incerteza e a rotina, a criatividade e o constrangimento, a liberdade e o controle” (TRAQUINA, 2016, p. 195). Na relação com a sociedade, o jornalismo destaca a anormalidade para fazer lembrar o que é “normal”, coloca lupa em rupturas e se sustenta na criação de um simulacro de estabilidade. Seu esteio é a trama de facticidade (TUCHMAN, 1983). Grosso modo, Bourdieu resume um pouco do olhar do jornalista sobre os fatos que emergem, destacando que os profissionais se interessam pelo excepcional, “excepcional para eles”, destaca.

O que pode ser banal para os outros poderá ser extraordinário para eles o contrário. Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra cotidiano, não é fácil [...] Daí o lugar que conferem ao extraordinário, isto é, previsto pelas expectativas ordinárias, incêndios, inundações, assassinatos, variedades (BOURDIEU, 1997, p. 26).

Como mecanismo de construção de realidade por meio de enunciados, a informação sob a moldura jornalística consolida as interações sociais, apropriando-se da referencialidade, abrindo horizontes de novas referências para o público, que faz pela confiança, numa espécie de contrato fiduciário (RODRIGO-ALSINA, 2009) na ação legítima do jornalista. Está aí um dos pilares da relação do jornalismo com a sociedade.

Os jornalistas têm a função de dar sentido aos acontecimentos jornalísticos que, segundo Rodrigues, “irrompe sem nexos aparente nem causa conhecida e é, por isso, notável, digno de ser registrado na memória” (RODRIGUES, 2016, p. 51), e recebem o aval do destinatário para isso. Alsina (2009) lembra que na relação comunicativa é estabelecida uma série de contratos pragmáticos com o receptor da mensagem. Sem aceitar esse contrato, o discurso perderia seu sentido. Esse contrato, no caso do jornalismo, é composto por meio da

implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade. Ato consolidado e autolegitimado.

Gutman (2012) lembra que essa legitimação, entre o fim do século XVIII e princípio do século XX, sustenta-se em duas bases: a burguesa e iluminista/liberal. Isto porque esse discurso hegemônico de legitimação do jornalismo data da ascensão da força da classe burguesa, motivada por um confronto com o Estado absoluto e tendo o aval da então esfera pública (HABERMAN, 1984), formada por homens livres e capacitados que discutiam e argumentavam sobre temas relacionados ao bem comum. Ele ainda nasce da influência iluminista, com predomínio dos valores da razão e do argumento para a condução do debate público e liberal, com a centralidade da liberdade de expressão, ferramentas para o modelo da sociedade democrática (GUTMAN, 2012).

A relação de confiança estruturada no que Ekström (2004) chama de validade. De acordo com ele, a essencial legitimidade do jornalismo, as reivindicações dos jornalistas e das notícias com a veracidade do relato; que fortalecem parte da espinha dorsal dessa prática, a credibilidade. Sem a mediação do ‘crer’, do acreditar, com sua audiência presumida o jornalismo em todas as suas formas, em especial na televisão, não teria um papel, digamos, central na lista de formas de representação social da realidade.

Meditich (2013) critica e alerta a visão dominante no nosso campo que a firma o jornalismo ou a mídia são as principais referências das pessoas sobre o mundo que nos cerca, “ou ator principal, se não o único, na construção social da realidade” (MEDITSCH, 2013, p. 19). Para ele, exagerar a importância da mídia na construção social da realidade é um engano de teóricos que precisa ser desfeito. Entre os argumentos, o trecho de uma reflexão de Mouillaud que diz que produzir uma informação supõe a transformação de dados que estão no estado difuso, em unidades homogêneas. Um processo que “não é propriedade da mídia” (citado por MEDITSCH, 2013, p. 20). Ela apenas representa o fim de um trabalho social.

Não se trata de acreditar em um “jornalismocentrismo”. Mas entender que nessa teia complexa de produção de conteúdo informativo, na qual estreiam, cotidianamente, várias maneiras de reapresentação de acontecimentos, travestidos de notícias, de relatos jornalísticos. É a fé no método, na engrenagem do sistema jornalístico que torna a atividade ponto de referência para entender o mundo. Um mundo representado, reapresentado simbolicamente, como nosso espaço de vivência, troca e resistência. A construção social da realidade, segundo Berger e Luckmann (1985), é um processo socialmente determinado e construído intersubjetivamente. Isso faz caracterizarmos a atividade jornalística como um papel

socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes, destaca Rodrigo-Alsina (2009, p. 46), que completa:

Dessa feita, a mídia nos propõe um contrato pragmático fiduciário que tem a intenção de que acreditemos que o que eles dizem é verdade, ao mesmo tempo em que nos pedem que confiemos no seu discurso informativo. Se eu não acredito nas notícias então elas não servem para nada; para que serve, a princípio, a informação jornalística senão para informar? O que acontece se o destinatário não acredita em determinada informação? Estaríamos diante de um saber questionado, isto é, a informação não transmitiria saber (RODRIGO-ALSINA, 2009, p. 48).

Em sua análise crítica sobre a televisão e sobre o campo jornalístico, Bourdieu (1997) sublinha um ponto essencial para percebermos a força das ligações entre os jornalistas, integrantes desse campo, e a sociedade:

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso do simples cidadão, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas escritores, ao que se chama por vezes de espaço público, isto é, à grande difusão (BOURDIEU, 1997, p. 65).

O discurso para ter acesso ao debate público, segundo o autor, precisa se submeter ao crivo e seleção dos jornalistas, ato contínuo que ele chama de “formidável censura”. Mas é o próprio Bourdieu, num tom menos ácido em relação ao papel do campo do jornalismo na sociedade registra que, como em outros campos, o jornalismo possui pressupostos e crenças compartilhadas, para além das diferenças de opinião. Pressupostos que, para ele, estão inscritos “em certo sistema de categorias de pensamento em certa relação com a linguagem” (BOURDIEU, 1997, p. 67).

Esse discurso social está inserido num sistema produtivo, que tem na geração de seu principal produto, a notícia, três fases: a produção, a circulação e o consumo (RODRIGO-ALSINA, 2009). Acostado na conclusão de Ekström (2002), o jornalismo, em suas várias formas é, claramente, a mais influente instituição produtora de conhecimento do nosso tempo.

Renderings of reality are produced and published day in and day out, whitened parallel penetration. People obtain knowledge of the world outside their immediate experience largely from mass media, here journalistic content

predominates. Journalistic ways of depicting reality, journalist's model and modus operandi also influence other social institutions (EKSTRÖM, 2002, p. 2).

Mas o jornalismo só tem sentido, como destaca Margarita Rivière (2003), se se converte em olhos e orelhas de uma população. Olhos e orelhas preparados, atentos e sensíveis, úteis. Mas uma utilidade simples, com a explicação sendo um instrumento para que cada pessoa perceba seu papel e possa agir ciente das consequências.

Meditich (2013) alerta para uma diferenciação importante: a diferenciação que precisa ser feita entre jornalismo em mídia. Uma separação que precisa ser feita porque entre eles há diferenças de abrangência e objetos. O jornalismo, parte e dependente da mídia, é o seu contra poder. Citando Christa Berger, destaca que o capital cultural do jornalismo é a credibilidade e ressalta que o da mídia é a audiência.

A observação é feita porque, segundo ele:

Se e quando a perda da credibilidade prejudica a audiência, a simbiose com o jornalismo e seus valores ainda lhe é útil para recuperar o capital ameaçado [...] Numa perspectiva emancipadora, distinguir teoricamente o jornalismo da mídia é um passo necessário para construir a possibilidade de sua autonomia, tornada mais plausível agora do que nunca por causa da revolução tecnológica (MEDITSCH, 2013, p.27).

Para entendermos um pouco a maneira pela qual o jornalismo, “lugar de circulação de diferentes saberes sobre o mundo e seus fatos cotidianos” (PORCELLO, 2013, p.50), consolidou-se em alguns países ao longo da história, inclusive aqui no Brasil, abrimos espaço agora para localizar a atividade, suas características, formas e linguagem ao longo dos últimos séculos.

### 2.1.2 A relação histórica

*A questão fundamental não está em que o passado passe ou não passe, mas na maneira crítica, desperta, com que entendamos a presença do passado em procedimentos dos presentes. Nesse sentido, o estudo do passado traz à memória de nosso corpo consciente a razão de ser de muitos dos procedimentos do presente e nos pode ajudar, a partir da compreensão do passado, a superar as marcas sua.*

*(Paulo Freire - Pedagogia da Indignação)*

Na história social dos jornais nos Estados Unidos, Schudson (2010) destaca que nos primeiros anos do século XIX não se exigia que se fizessem notícias como concebemos hoje. Relato “objetivo”, com tentativa de separação de opinião e informação. Eram partidários (financiados por partidos políticos e afins) e comerciais, dominados por notícias marítimas burocráticas. O *penypress*, jornais de baixo custo, vendidos a um centavo, tornaram-se um marco. No início da década de 30 daquele século, iniciariam sua consolidação nos EUA e no mundo, com larga circulação, e com toda publicidade que isso atraía. Com receita vinda da venda e publicidade, dependiam menos de políticos, leilões e de negócios. O leitor do jornal deixou de ser apenas a elite empresarial e passou a ser o “ser humano com necessidades mortais”. Foi quando, segundo Schudson, os jornais deixaram de publicar eventos de uma elite mercantil, mas atos de uma sociedade de classe média variada e urbana, ligados ao comércio, transporte e indústria. A imprensa popular, diz ele, criou o conceito moderno de notícia.

Pela primeira vez, os jornais norte-americanos transformaram em prática regular a publicação de notícias políticas, não apenas internacionais, mas domésticas, e não somente nacionais, mas locais; pela primeira vez, eles divulgaram relatos policiais, dos tribunais, das ruas e da vida privada. Poder-se-ia dizer que, pela primeira vez, o jornal considerava não apenas o comércio ou a política, mas a vida social. (SCHUDSON, 2010, p.34).

A imprensa *peny* iniciou a competição pelos “furos”, reconhecendo a importância da vida cotidiana; mantinha foco nas vizinhanças e foi com ela que se contratou repórteres com bases regulares para cobrir notícias locais. “Com o crescimento das cidades e do comércio, a vida cotidiana adquiriu uma densidade e um fascínio completamente novo” (SCHUDSON, 2010, p. 42). Ou seja, as mudanças sociais, econômicas e políticas, avanços tecnológicos (como desenvolvimento do transporte ferroviário, comunicações telegráficas, mais facilidade na fabricação do papel) provocadas, entre outras coisas, pela democratização do comércio e da política, patrocinados por uma classe média que procurava igualdade na vida social, relata Schudson, foram essenciais para as inovações no jornalismo daquele século.

Em 1848, a primeira agência de notícias americana *Associated Press* começou a aproveitar a vantagem da velocidade de transmissão de notícias pelo telégrafo, recém-inventado, e fez uma espécie de padronização da notícia. “Buscava notícia para publicação em uma variedade de jornais com alianças políticas diversas, ela só poderia ter êxito ao tornar sua reportagem objetiva o suficiente para ser aceita por todos os clientes” (SCHUDSON, 2010, p.14).

A questão é que só no fim do século, entre 1890 e 1900, o jornalismo norte-americano se transforma numa classe profissional ou indústria, com ideais comuns. Mudanças na forma que repórteres encaravam a profissão foram significativas, com ascensão do status; caracterizado pelo aumento do rendimento. Por volta de 1898, cada um dos grandes jornais tinha ao menos 10 graduados em universidade, e era muito maior o número de repórteres que trabalhava por salário e não por coluna. “Nos anos de 1890, os repórteres enxergavam a si mesmos, em parte, como cientistas desvelando os fatos políticos e econômicos da vida industrial, de forma corajosa, clara e realista do que ninguém havia feito antes” (SCHUDSON, 2010, p. 89).

Nessa época, o sensacionalismo atingiu o seu paroxismo, relata Lage, quando em reação ao jornalismo amarelo, buscava-se padrões de apuração e processamento de informações. “A informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para que se obtivesse a versão mais próxima da realidade” (LAGE, 2005, p.18).

No realismo informativo e na tentativa de abrir caminho para destacar os fatos, a última década do século XIX entra para os períodos marcantes para o Jornalismo porque dois modelos ganham força: o jornalismo de informação e o narrativo. Mais uma vez, o perfil social, as mudanças na sociedade urbana, a disputa de classe, influenciaram na consolidação dos dois perfis. Schudson registra que existia uma conexão visível entre a “classe média instruída e a informação, e uma classe trabalhadora e o ideal da narrativa” (SCHUDSON, 2010, p.109).

*O Times* escrevia para pessoas lúcidas ou para aquelas a vida estava bem arranjada. O jornal apresentava artigos com conhecimento útil, não como uma revelação. *O World* tinha uma consideração diferente em relação a isso. No tom e na apresentação, criava uma sensação de que tudo era novo, inusitado e imprevisível. Há todos os motivos para se acreditar que isso refletia fielmente a experiência de vida de muita gente nas cidades (SCHUDSON, 2010, p. 141).

O autor registra, no entanto, que mesmo depois da virada do século e, pelo menos duas décadas, jornais americanos apostavam nas narrativas de boas histórias, ligadas aos fatos; *O Times* apostava na “informação” essencial, o que ainda não era considerado a objetividade que conhecemos. “O apego à informação não revela muita inquietação à subjetividade da perspectiva pessoal. *O Times*, em 1900, confiava na informação, esse corpo de conhecimento compreensível em si mesmo, sem contexto” (SCHUDSON, 2010, p.109).

Lage (2006) destaca que na Europa do século XIX também houve uma mudança radical na maneira que se exercia o jornalismo. As revoluções, a urbanização, a organização do trabalho, o mercado publicitário, exigências da informação econômica e a busca por novos leitores deixaram para trás o publicismo, peça secundária; e o editorial, artigo de fundo, de opinião, até então com lugar de destaque. O jornalismo dessa época passa a ser de um lado educador, de outro sensacionalista.

A vertente educativa se explica porque a incorporação dos novos contingentes populacionais à sociedade industrial implicava mudanças radicais de comportamentos e da compreensão das relações humanas [...] A vertente sensacionalista justifica-se porque, para cumprir uma função sociabilizadora, educativa, devia-se atingir o público, envolvê-lo para que lesse até o fim e se emocionasse. Precisavam-se abordar temas que o empolgasse (LAGE, 2006, p. 14-15).

Ao falar sobre a natureza do jornalismo e suas transformações com uma reinvenção ao longo do tempo, com destaque para América do Norte, Charron e Bonville (2016) destacam quatro períodos na história do Jornalismo, que eles chamam de paradigmas. Os modelos se desenham e redesenham a partir da função dessa prática na sociedade, da sua evolução e hábitos. Desenvolvimento econômico, social, formas de produção e trabalho, reordenamento de classes sociais, avanços tecnológicos sempre foram determinantes no paradigma do jornalismo, que esse estabelece em cada tempo, interferindo diretamente na sua maneira de dizer, discursiva, mas firme no propósito de manter uma relação de troca e interdependência com a sociedade.

De acordo com os autores, os primeiros jornais surgem no século XVII e foram de responsabilidade de gazeteiros que difundem informações e anúncios que lhes são enviados. É o que se chama de jornalismo de transmissão, quando o impressor é a ponte direta entre fonte e leitor (CHARRON; BONVILLE, 2016). No início do século XIX, de acordo com os autores, o gazeteiro se transforma em editor e começa a ter identidade discursiva, é o fortalecimento do jornalismo de opinião. O editor/gazeteiro põe o jornal a serviço de duelos políticos. “Lugar de expressão e de combates políticos. O jornal de opinião prega aos convertidos recrutados na elite política, religiosa e comercial ” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.29).

Ao longo e no final daquele século, trocas comerciais se intensificam e, segundo os autores, empresários acreditam que é preciso ampliar os espaços de discussões, com assuntos de maior interesse da população, agora indo para a cidade, poderiam aumentar o leitorado e,

por conseguinte, os ganhos publicitários. O jornalismo de informação, então aparece nas grandes cidades entre 1880 e 1910, tornando-se dominante, dez anos depois (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.29). Uma nova transformação perceptível acontece depois da década de 70 do século passado, quando a prática do jornalismo é contornada mais fortemente pelos modelos de produção de informação adequados às inovações técnicas, à multiplicação dos suportes midiáticos e serviços, a diversificação e a superabundância de oferta. Ganha força, segundo os autores, o jornalismo de comunicação.

A imprensa escrita cotidiana e as grandes de televisão, que dominavam a indústria da mídia, mais especializada, mais inovadora e que respeita menos as normas estabelecidas. A digitalização a miniaturização dos equipamentos, o desenvolvimento das telecomunicações e, mais recentemente, a implantação rápida da internet são técnicas cujo uso tende a colocar em questão as normas e as práticas usuais de produção, de difusão e de consumo da informação e colocam os produtores e consumidores de informação em um ambiente midiático em plena mutação (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.30).

Ao definir os paradigmas, Charron e Bonville, fornecem-nos uma definição de jornalismo, permeado por dois traços. O primeiro deles é que o jornalismo é uma prática discursiva que tem como combustível os objetos reais de interesse público. Interesse que mais tarde será definido pelos estudos do jornalismo como valores-notícia. O segundo traço é a lembrança de que o jornalismo também é uma prática interdiscursiva que se materializa num mesmo suporte material, as mídias. Dimensões que, para eles, são essenciais e estão presentes desde o começo da imprensa.

No Brasil, até meados do século XX, jornais (depois revistas e o rádio) refletiam o que se entendia como prática jornalística, com linguagem, conflitos ideológicos, influência política e mercadológica. Mas vamos dar uma volta no tempo e ir até 1808, quando segundo Werneck Sodré (1983) foi em 10 de setembro que surgiu oficialmente o primeiro número de um jornal brasileiro: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, um jornal que estava preocupado “quase que tão-somente com o que se passava na Europa” (SODRÉ, 1983, p.19). Porém, três meses antes, o *Correio Brasiliense* é editado e publicado, em Londres, por Hipólito da Costa, “a quem se atribui o título de fundador da *press* brasileira” (PEREIRA, 1994, p. 43). *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Brasiliense* tinham um caráter doutrinário.

De acordo com Pereira, os jornais que atravessaram a época colonial, o Império, a Primeira República, podem ser considerados uma imprensa sem jornalismo, pois os fatos são veiculados numa ordem quase inversa aos acontecimentos sociais (PEREIRA, 1994). Pereira lembra que as exceções eram panfletos liberais, os chamados *pasquins*, nos quais pequenos

grupos questionavam as atitudes da Corte, a imprensa brasileira sempre esteve ligada à classe dominante, detentora dos poderes políticos e econômicos. “Nessa fase de nossa história não existia o jornalismo enquanto prática de produção da informação e codificação de eventos sociais para transformá-los em notícias” (PEREIRA, 1994, p. 49-50).

No final do século XIX, o jornalismo brasileiro deixa de ser artesanal e passa para a etapa industrial. O que não liberta a imprensa do poder, do controle dos grupos dominantes. O jornalismo é gerado para manter a grande ordem e o *status quo*. Mas ainda não havia uma distinção clara entre o que eram informação e opinião jornalística. Mesmo quando o jornal iniciou seu caráter de empreendimento mercantil, ele era marcado pelo discurso bacharelesco, político-literário, “um jornalismo essencialmente opinativo” (PENA, 2005, p. 41).

Com o nascimento, no final daquele século, das primeiras cadeias de jornais-empresa e o desenvolvimento das agências de notícias nos Estados Unidos e Europa, a *notícia*, enquanto “comunicação de uma estrutura fática, atual ou atualizada” (LIMA, 1995, p.23), tornou-se forma padrão de comunicar no jornalismo e a informação foi se desalojando da opinião, conquistando sua hegemonia com o desenvolvimento de métodos para estruturar o conteúdo jornal.

Com uma influência tardia dos norte-americanos e europeus, instigados pela realidade urbana e industrial que se vislumbrava, o jornalismo traçava seu próprio caminho: com suas fórmulas, normas rígidas e manuais de construção do texto, onde os jornais e as revistas, limitados pelo espaço físico e pelo início da comercialização da notícia, entregam-se ao modelo das repostas (CERQUEIRA, 2007). As pesquisas em jornalismo, inevitavelmente, começam a apontar para sua autonomia nos processos comunicacionais e, no que tange o limiar do comércio da informação, estimulou a ratificação de um campo auto afirmativo. A notícia, efetivamente é a “informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais, adaptando-se às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 59).

A linguagem foi padronizada na forma da *pirâmide invertida*, que consiste no relato em ordem decrescente de importância e não na sequência cronológica dos fatos, ou seja, a informação mais relevante está no início do parágrafo e as complementares estão na sequência (PENA, 2005). Essa fórmula teria surgido na segunda metade do século XIX, no *The New York Times*, firmando-se como estrutura hegemônica da notícia, nos países latinos, por volta da segunda metade do século XX (GENRO FILHO, 1987). Nesse modelo, ratifica Genro, as

informações principais são alocadas de forma direta, logo no primeiro parágrafo e os fatos são colocados de forma decrescente de importância. Os destaques vêm logo para atrair o interesse do leitor. A consolidação da *pirâmide invertida* levou o jornalismo opinativo, enquanto categoria jornalista, a alojar-se nas páginas “editoriais”. Como arremata Pereira:

Em si, as categorias jornalísticas da informação não têm nenhuma atribuição estética, ou seja, elas se definem mais pelos métodos empregados para estruturar as informações do que pela sua capacidade de gerar novas leituras a partir de seu conteúdo. (PEREIRA, 1994, p. 113).

O desenvolvimento das novas técnicas jornalísticas levou à segregação do fato enunciado de forma direta, seca e objetiva e do relato com análises, comentários e interpretações. Até a Segunda Guerra Mundial, tínhamos duas grandes categorias distintas no jornalismo: a informativa e a opinativa. Mas a necessidade de uma análise mais profunda, sem a carga opinativa do jornalista, bem como “só informação”, fez surgir uma nova categoria: a interpretativa.

No Brasil, as manifestações do jornalismo chamado interpretativo ocorreram de forma tardia, já que, na década de 20, do século passado, nos Estados Unidos, surgiram as primeiras experiências nessa categoria. A revista semanal *Time*, que também dava os passos iniciais à reportagem trouxe um jornalismo que buscou superar os princípios tradicionais da notícia, trazendo o aprofundamento, a complementação e a ampliação do tradicional questionário da notícia. O jornalismo interpretativo se consolidou no Brasil em meados da década de 1960, com a criação, no *Jornal do Brasil* do Departamento de Pesquisa e Documentação - DPD. Esse departamento, inicialmente, tinha o objetivo de dar subsídios históricos às matérias, mas passou à local fértil para a contextualização dos fatos isolados. Segundo Pena (2005), a “criação” do jornalismo moderno pode ser materializada na invenção dos tipos impressos, apesar da oralidade ainda ser bastante protagonista no processo jornalístico. Com papel de destaque para televisão e rádio e, mais recentemente, por meio do conteúdo veiculado na internet. Um conhecimento cotidiano entregue por meio de vários suportes.

O jornalismo moderno, em meio à turbulência provocada pelas novas tecnologias de produção de informação e conteúdo, de forma geral, ainda está pavimentada na técnica de construção de notícias “objetivas” para estabelecer *verdades sociais* vistas através dos “óculos”, termo utilizado por Pierre Bourdieu (1997) para explicar que o jornalismo é um microcosmo e os jornalistas partilham estruturas invisíveis que organizam a percepção e determinam o que vemos e o que não vemos.

Na rotina do jornalismo, há um excesso de fatos que chegam ao conhecimento dos repórteres, mas só uma parte deles é relatada e vira notícia, com seus, segundo Sodré, “micro aspectos” unidos. Numa junção de detalhes e de prováveis consequências que geram um tipo de “unidade narrativa que, segundo se presume, tranquiliza a consciência do indivíduo inseguro em face da dispersão humana, da vicissitude dos acontecimentos” (SODRÉ, 1996, p. 133). É o conhecimento do cotidiano. Em construção, o jornalismo se alia à cultura, às tecnologias para formação de seu produto. Entrega um produto em forma de conhecimento.

## 2.2 Uma forma de conhecimento

*A essência da realidade reside na resistência ao conhecimento. Vamos, pois, adotar como postulado da epistemologia o caráter sempre inacabado do conhecimento.*

*(Bachelard, 2004)*

Entregar algo a sociedade, um produto imaterial, moldado pela linguagem, por processos sócio históricos, e que só tem função efetiva se todos os seus polos comungarem de códigos comuns. O produto do jornalismo é o conhecimento. “Não há notícia sem conhecimento”, disse Van Dijk (2005, p.14), ao registrar bem que o estudo do conhecimento nas notícias é vital para o entendimento de muitos aspectos fundamentais da produção e compreensão dela.

Foi Robert Park (1966) que abriu a trincheira para iniciarmos um entendimento importante na consolidação do jornalismo como prática maior que ideologia burguesa e mais profundo que um produto à venda (GENRO FILHO, 2012). Park eleva a notícia, principal produto do jornalismo, a uma forma de conhecimento da realidade com função de orientar o “homem e a sociedade no mundo real. Na medida em que consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade” (PARK, 1966, p. 183).

Para explicar, conceitualmente, o autor recorre a William James, filósofo e psicólogo americano, que elencou a existência de dois tipos de conhecimento: **o conhecimento de** algo e **a cerca de** algo. Levando em consideração as definições, Park aproxima o conhecimento **a cerca da** ciência.

O conhecimento a cerca de, pelo menos na medida em que é científico, passa a ser, assim, parte da herança social, um corpo de fatos e teorias averiguados e acreditados, em que os novos acréscimos, ajuntados ao fundo original, tendem a verificar, afirmar ou qualificar, primeiro em cada ciência especial e depois em todas as ciências correlatas, todas as contribuições de investigações anteriores (PARK, 1966, p.173).

Para o autor, é um conhecimento mais formal, mais exato, no qual as ideias possuem uma estrutura lógica, sistemática. Não se fala neste caso, apenas, de experiência acumulada, mas em uma busca por meio de um método, com todo aparelhamento formal e lógico. Na outra ponta está o **conhecimento de**, que, segundo ele, é um tipo que adquirimos no decorrer dos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia. Ele é absorvido por meio do uso, do hábito, sem a força de qualquer investigação formal ou sistematizada. “Se baseia na lenta acumulação da experiência e na gradativa acomodação do indivíduo ao seu mundo individual e pessoal, identifica-se, como eu disse, cada vez mais com instinto e a intuição” (PARK, 1966, p.169 - 173).

Esse último conhecimento seria o ponto de partida contínuo para se definir o conhecimento que o jornalismo produz, por meio da percepção do indivíduo, do senso comum. Apesar de registrar que os tipos de conhecimento são gêneros específicos porque cada um cumpre uma função social específica, ele propõe uma gradação entre as duas espécies de conhecimento, colocando a notícia num nível intermediário entre elas (MEDITSCH, 1997).

Apesar de reconhecer a importância do pioneirismo de Park, este é um dos pontos da crítica que Adelmo Genro Filho (2012) faz à classificação do jornalista americano. Segundo ele, não se pode reduzir o conhecimento do jornalismo ao do senso comum, as perspectivas individuais, sem levar em conta contradições internas. Por isso, muito mais do que apenas um grau de abstração, o jornalismo é um gênero de conhecimento que se apropria da realidade pelo viés da singularidade, do fenômeno. Registra Genro Filho:

Robert Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no status quo, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente. O jornalismo teria, assim, uma função estritamente positiva em relação à sociedade civil burguesa, tomada essa como referência universal (GENRO FILHO, 2012, p.54).

Se o jornalismo não produz conhecimento idêntico ao do senso comum, também não o faz tal qual a ciência e as artes, destaca Genro Filho. No caso da ciência, porque, nesta, os fatos são relevantes na constituição da universalidade; já na arte os fenômenos significam a

partir da sua capacidade de se tornar irrepetíveis, ao mesmo tempo em que reforça sua representação particular-sensível diante do universal. Genro lembra que:

O particular resulta de uma síntese na qual a subjetividade se impõe como ato essencial livre do criador. Por outro lado, é a exigência da singularidade em manter-se como tal que impede o jornalismo de tornar-se uma forma de conhecimento científico (GENRO FILHO, 2012, p.62).

Adelmo Genro Filho dedicou-se à questão destacando aspectos (características) inerentes aos tipos de conhecimento, que são geradores de suas funções e marcadores de suas naturezas. O autor registra que o jornalismo está sob a égide da ação singular. Ela rege o seu nascimento, o desenvolvimento e a produção. Diferentemente do conhecimento da ciência na luta para respostas ao “universal”.

Numa abordagem sobre mendigos e moradores de rua, por exemplo, o recorte do jornalismo é singular, é humano e individual. Está aí o ponto de chegada. A ciência vai olhar, no entanto, como mais um num todo, numa grande massa presente da realidade da cidade. Seu recorte particular é para explicar o universal e não o individual. Para o jornalismo não se trata de mais um, mas de “o um”.

Para o jornalismo, a singularidade, além de não ser arbitrária (como na arte), é o ponto de chegada que coincide com a superação do particular e do universal, que sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e sob a égide do singular. É nesse contexto que a seguinte afirmação de Lukács sobre a arte tem validade para o jornalismo: “Se um fenômeno qualquer deve, enquanto fenômeno, expressar a essência que está em sua base, isto só é possível se se conserva a singularidade” (GENRO FILHO, 2012, pg. 168).

No caso da ciência, segundo Genro, por mais “específico que seja seu objeto, e por mais especializado que seja o saber, o conhecimento científico sempre aspira ao universal” (GENRO FILHO, 2012, p. 167), recebendo sua formulação na determinação de uma pluralidade ilimitada.

Meditich (1997) compreende que há três abordagens principais quando a questão é discutir o jornalismo como uma forma de conhecimento. A primeira diminui à quase negação ao que jornalismo produz. É um campo do conhecimento com uma ciência malfeita, que não é válido e que contribui apenas para degradação do saber. De acordo com o autor, nessa linhagem estão os que veem na ciência a única forma pura digna de explicar o mundo; e ainda, os seguidores das concepções da Escola de Frankfurt sobre a produção jornalística, que reduz a cultura de massa a instrumento de manipulação e o jornalismo como fenômeno

reduzível a sua forma mercantil, dotado de conteúdo alienado e alienador (GENRO FILHO, 2012).

A abordagem de Park é, segundo Meditsch (1997), a segunda forma o olhar para questão. O conhecimento do jornalismo como vimos, acima, passeia entre o senso comum e a ciência. Ao mesmo tempo em que não é nenhum dos dois. Ainda é entendido como algo menor. “Embora admita a distinção entre tipos de conhecimento, o sociólogo norte-americano não avança neste aspecto” (MEDITSCH, 1997, p.03). A terceira abordagem, segundo o autor, destaca aquilo que o jornalismo tem de diferente, único e original; e não dá ênfase às semelhanças. O conhecimento revelado pelo jornalismo, neste caso, não é pior que o da ciência, é diferente. Meditsch (1997) destaca ainda outro aspecto importante que se reconheça a importância desse processo de conhecimento do jornalismo. Lembra que ele não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, mas também o conhecimento produzido por outras instituições sociais (MEDITSCH, 1997, p.3).

Ao entender o jornalismo como forma de conhecimento é preciso perceber e valorizar o caráter cultural e histórico de toda forma de conhecimento; e ainda, segundo o autor, desmistificar a ideia de saber científico infalível, deixada pelo positivismo. Os autores perceberam, permitiram e validaram outras verdades relativas. Para isso, contribuíram com o processo a compreensão da linguagem como produto histórico e social e não como algo estanque, o discurso que gera algo fora dele. Vale lembrar, ainda que a metodologia científica perde força quando vista como única forma de conhecer o mundo que nos cerca e as ciências sociais se curvaram ao cotidiano, fruto de um processo de superação até certo tempo imóvel, estático, estanque (MEDITSCH, 1997). O autor destaca ainda:

Embora nesta perspectiva se considere que o jornalismo produz e reproduz conhecimento, não apenas de forma válida de um contexto. Mas também útil para as sociedades e seus indivíduos, não se pode deixar de considerar que esse conhecimento, por ele produzido, tem os seus próprios limites lógicos e, quando observado na prática, apresenta também uma série de problemas estruturais. Como toda outra forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida (MEDITSCH, 2002, 27).

Por sua vez, no patamar de conhecimento, exige-se mais rigor no método, compromisso social e ético dos produtores. Em jogo, não mais a mediação pura e simples, mas a produção e reprodução de conteúdos próprios e de conhecimento apropriado de instituições sociais e outras áreas do saber. É pertinente lembrar que, como tal, será preciso

enfrentar, com eficiência, o que Meditsch (1997) entende como problemas e que colocam, em nosso entendimento, essa forma de conhecimento em análise constante e desconfiança permanente. Entre os problemas que o autor registra estão: a falta de transparência com os critérios de decisão sobre o que se produz a orientação e os condicionantes que indicam o aparecimento desse saber.

É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana, vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal, mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico (MEDITSCH, 2002, p.24).

Outro aspecto levantado é a velocidade de produção. Vista aqui como diferencial, mas obstáculo ao controle de perdas, naturalmente comuns quando o tempo condiciona o que é produzido. Também entendido como eventual problema está a espetacularização. A necessidade exacerbada de “aliciar” a audiência/leitor com técnicas narrativas e dramáticas com um único objetivo mercadológico.

Mas é suportando o feitiço e o excesso do “espetáculo”, mergulhado na apuração rigorosa e sob o controle (possível) do tempo, o jornalismo ajuda seu público a entender a complexidade do mundo. O faz a aproximando sua linguagem do saber cotidiano (MEDITSCH, 1992; SPONHOLZ, 2009), das conversas que compõe o cenário da vida real. Sponholz (2009) lembra que, olhando por esse viés, é possível relacionar o jornalismo e senso comum, porém é preciso levar em conta duas perspectivas: a de quem produz o conhecimento e a de quem é alvo dele. No caso do ponto de vista de quem é “receptor”, há de se aceitar essa aproximação senso comum, muito mais porque levamos em conta que seu produto serve como orientação do homem no mundo e no local onde vive. A questão é que se o olhar for sobre o processo de produção, o conhecimento do jornalismo, seguramente, distancia-se do ao senso comum, com suas verdades naturais e da ciência, com um método de investigação baseado no recorte universal, nos levantamentos de hipóteses, na experimentação repetida.

Meditsch lembra que a sociedade capitalista contribui para o desenvolvimento do jornalismo e da ciência e mesmo mantendo algumas semelhanças, seus métodos os distanciam. O jornalismo se dedica ao generalismo, a ciência ao seu recorte. E é justamente na tentativa de se apropriar do conhecimento de várias áreas, produzir e reproduzir conhecimento a partir desse enlace, que o jornalismo vive em interface com outras áreas, com o direito, com

a economia, com a religião, com saúde. “Por possuir método diferenciado, o jornalismo jamais seguirá o mesmo critério da ciência e, ao ser medido pela vara alheia, só pode aparentar estranheza: não pode ser compreendido” (MEDITSCH, 1992, p.54).

Nessa linha, o jornalismo, para ele, não tem hipóteses para testar, tem pauta (MEDITSCH, 1992). Pauta com caminhos a seguir e com necessidade de amarrar vários pontos soltos, considerados relevantes à compreensão e reconstrução da realidade primária (SPONHOLZ, 2009). Segundo ele, a pauta não nasce de um sistema teórico anterior, mas de aspectos da realidade observados e registrados pelos jornalistas. Ele acrescenta que o isolamento de variáveis (comum ao método científico) é trocado pelo desejo de apreender o fato por meio de pontos de vistas considerados importantes. O que determina o limite da abstração no conhecimento do jornalismo.

De acordo com Machado, por mais que seja inegável o pioneirismo da distinção feita por Park sobre os dois tipos de conhecimento, o problema consiste nas consequências de sua aplicação para a definição de notícia. Segundo ele, Park acentua e tenta distinguir a ciência e o conhecimento inerente às notícias, tomando como parâmetro o conhecimento científico e, ao final, deixa de caracterizar a especificidade do conhecimento jornalístico, ao considerá-lo similar ao conhecimento do senso comum (MACHADO, 2005).

Machado destaca que Park na época teve a sagacidade para perceber que o que mais interessava naquele momento era identificar o jornal (jornalismo) como uma instituição social.

Ao definir o jornal como instituição, Park o caracteriza como um componente estrutural da sociedade e, por isso mesmo, consegue ir além do julgamento moral, ao compreender que mais importante do que saber se o jornal era bom ou ruim, o que todos necessitavam então era saber o que era, conceitualmente falando, o jornal como instituição (MACHADO, 2005, p.30).

O procedimento possibilitou, destacou Machado, entender as mudanças que estavam ocorrendo no jornalismo, como a inserção da publicidade para financiar os jornais, percebendo as transformações sociais decorrentes da institucionalização do jornalismo.

Um dos que defendem essa aproximação entre o método científico e o método do jornalismo na hora de analisar a realidade é Meyer (1991). Para ele, assim como o cientista, o jornalista formula hipóteses. Mas no caso deste último, os resultados chegam com cruzamento de informações, análise das falas das fontes de várias opiniões.

Modern's scientific method provides for aggressive reality testing. Journalists are interested in testing reality, too. The main difference – beyond the obvious one that journalists are in more of a hurry – is that journalists are more passive about it. Instead of testing reality directly with their own observations, deductions and experiments, they are normally content to do their cross checking by consulting different authorities with different viewpoints and different interests (MEYER, 1991, p.11).

A falha, segundo Meyer, é que nessa metodologia o jornalista pode não ter boa base para avaliar as fontes conflitantes e pode ser forçado a uma posição objetiva tradicional, que exige a suposição improvável de que todas as vozes têm uma reivindicação igual à verdade. De qualquer maneira, Meyer registra que para formular hipóteses, o jornalismo ou produtor do conhecimento, acosta-se a um modelo teórico que pode ser testado empiricamente.

Sponholz refuta os dois olhares: o de Meditsch (jornalistas não trabalham com teorias, hipóteses) e o de Meyer (jornalistas testam empiricamente a realidade por meio da hipóteses). Faz isso, buscando uma definição clara de teoria e hipótese. Segundo a autora, “a teoria do jornalista não é um sistema de frases sem contradições, como a do cientista” (SPONHOLZ, 2009, p.113). Em outras palavras, as informações reunidas pelo jornalista na construção da realidade não são consideradas hipóteses no sentido científico, mas são, de uma forma ou de outra, hipóteses que devem ser testadas na construção da reportagem, deduzidas a partir de teorias formuladas e estudos. “Hipóteses científicas são a teoria formulada em frases que podem ser testadas empiricamente. Como as teorias em jornalismo e ciência são diferentes, as hipóteses que resultam delas também o são” (SPONHOLZ, 2009, p.113).

Para Sponholz, o jornalismo nem é ciência nem é senso comum. O conhecimento produzido é híbrido. Primeiro, registra-se que o foco na singularidade o diferencia do tanto do senso comum quanto da ciência. Como a ciência, possui um método, mas que não é científico. É a forma de estruturar os conteúdos vivenciados e constroem uma realidade midiática. Por outro lado, os jornalistas ao construírem a realidade, não o fazem de maneira “natural”, como no senso comum, precisam justificar como sabem aquilo que noticiaram.

Desta base, as hipóteses são formuladas. O método utilizado para testá-las se difere do usado pelo cientista, bem como a justificativa. Classificar o jornalismo como uma forma de ciência é exigir dos jornalistas o que eles não têm condições de cumprir com os recursos que lhes estão disponíveis. Igualá-lo ao senso comum é condená-lo a reproduzir e reforçar aquilo que já se sabe, mesmo quando este “saber” não corresponde à realidade, e desperdiçar a chance e o potencial do jornalismo como processo de conhecimento (SPONHOLZ, 2007, p.14).

O conhecimento produzido pelo jornalismo, para Vizeu, é o conhecimento do desvelamento (VIZEU, 2014; 2016). Aquele que, segundo ele, busca ser mais comum e mais acessível, não se tratando de um conhecimento acabado, sempre um conhecimento aproximado, conceito que o autor pega emprestado de Bachelard (2014) para explicar. Segundo ele, o jornalismo trabalha com aproximações dos fatos, em busca da verdade do acontecimento. E, o método é central nesta busca. A aproximação para desvelar.

O conhecimento do desvelamento, segundo Vizeu (2014; 2015), descobre, tira o véu da realidade, procurando mostrar suas múltiplas faces e contribuindo com a compreensão do mundo. Ele lembra que o desvelar está em todo processo da notícia, da apuração das informações à entrega e interpretação da audiência, e toma como base a relação da ingenuidade e criticidade com o objeto, conceitos tratados pelo educador Paulo Freire (2002), que veremos com maior profundidade mais adiante.

É na superação da ingenuidade diante da realidade e aproximação da criticidade que o conhecimento do jornalismo de concretiza. Vizeu recorre ainda a dois conceitos adotados por Freire na Educação: problematização e diálogo. A elaboração de um pensamento rigoroso não pode prescindir de uma matriz problematizadora.

Não é possível falar em conhecimento do jornalismo sem uma problematização constante das práticas jornalísticas, na função do jornalismo de informar. Outro aspecto importante é também a centralidade do diálogo nos processos jornalísticos de construção do real. O fazer jornalístico é um “estar em diálogo”. É dentro desse contexto que o método, a investigação jornalística, que atravessa todo o processo de produção do jornalismo da coleta de dados até a audiência comunicativa, é central na construção da realidade social (VIZEU, 2016, p. 07).

Embalados por esta reflexão de Vizeu, nos questionamos: como falar em investigação jornalística, método, construção social da realidade e conhecimento do jornalismo sem tocar, mesmo que a partir de pontos de vistas específicos, na objetividade? É um dos seus pontos (ainda) nevrálgicos e onde vamos passear a partir de agora.

Em tom crítico, ácido, Sousa (2017) questiona esse conhecimento que está sendo produzido no jornalismo atual. Para ele, a explosão informativa, a quantidade de notícias enviesadas e superficiais, avalizadas pelos jornalistas do que ele chama de imprensa burguesa a forma social de conhecimento jornalismo torna-se um bem cada dia menos disponível. Explica:

A práxis noticiosa dos trabalhadores do conhecimento permanece alvo dos esquemas burgueses de manipulação já consagrados desde o nascimento

dessa prática, somando-se a isso a insanável ampliação do espaço de infotimento, notícias voltadas à diversão e lazer. Para além dessas dificuldades, o estranhamento do jornalista e do público se intensificou, sendo que eles sofrem na esfera do trabalho a captura de sua subjetividade e a corrosão de seus valores morais (SOUSA, 2017, p. 8)

### 2.3 A objetividade controversa e inevitável

*Toda seleção é valor; o enquadramento é ético (...).  
Tudo é valor, a ética é o ser humano, não é apenas a  
qualidade. Se o jornalista não tem uma consciência  
crítica não pode ser jornalista.*

*(Pedrinho Guareschi)*

Muitos estudantes de Jornalismo das últimas décadas foram apresentados à objetividade logo cedo. Como foga, jornalista recém-formado na redação, muitos foram “chicoteados” por editores para encontrar o caminho da objetividade. Sentimentos controversos nascem e morrem na busca da objetividade. Como profissional, ela nos acompanha, na maioria dos casos. Muito começam amando, percebem que ela evita ardeios desnecessários, permite cortar caminho de maneira prática e ir direto ao ponto. Há os que veem nela uma ferramenta de superficialização das histórias de vida. Para esse grupo se retira a essência, o humano, o detalhe necessário para colocar tempero nas boas histórias e informações.

Mas ‘objetividade não é só método’ é oposição à subjetividade, dizem alguns. Nessa seara, a polêmica é ainda maior. Há quem interprete que usá-la é mascarar os sentimentos, é fingir uma não valoração do fato. Como mantra, alguns condenam como uma artimanha que jornalistas encontraram para fingir que são éticos, que ouvem os lados, que são imparciais e mantêm o descompromisso com suas paixões e valores no exercício profissional.

É, porém, tem ainda os membros de outro grupo. Esses entendem perfeitamente que a objetividade, como contraposição ao subjetivo, é um mito, mas não uma falácia. É o horizonte que nunca se chega, mas que é necessário olhar, pleitear. Dessa maneira, mantêm-se vivo um suposto método, admite-se sua característica inatingível, mas se semeia a consciência de que mantê-la, simbolicamente viva, é essencial para que os jornalistas cumpram seu papel de sujeito do conhecimento cotidiano. Entre críticas, entendimentos diversos, distorções, a objetividade passou a ser tudo no jornalismo moderno (e nada também).

Em pesquisa realizada com 20 jornalistas brasileiros, Liriam Sponholz (2009) detectou algo importante para entendermos como a “comunidade interpretativa” (TRAQUINA, 2005) brasileira entende o conceito. De acordo com os dados da pesquisa, os jornalistas conceituam a objetividade de várias maneiras: como foco em fato, texto compreensivo, neutralidade, pluralismo, balanço ou equilíbrio, relevância, separação entre notícias e comentários, correlação com a realidade, imparcialidade, investigação e consenso.

O resultado mostra como o conceito é polissêmico. Por isso, tão controverso. O estudo revela detalhes importantes, como: boa parte relaciona objetividade com neutralidade. Ou melhor, com a falta dela. Quase 16% dos jornalistas fizeram uma ligação dos nomes, mas deixando claro que não acham que um é sinônimo de outro. Outro aspecto importante tem a ver com o texto compreensivo, uma ligação direta, segundo Liriam, com a necessidade de se comunicar por meio do *lead*. (SPONHOLZ, 2009). Isto é, da técnica usada para relatar as histórias de maneira direta, didática, com as principais informações logo no início do texto<sup>2</sup>. Diferentemente do que aconteceu no EUA, que adotou o conceito como uma forma de determinar como jornalista deve enxergar/retratar a realidade, como foco nos fatos.

O perigo desta noção de que objetividade serve para tornar os assuntos difíceis mais compreensíveis, é que, ao mesmo tempo em que se promove um melhor entendimento da realidade, dos fatos ou da divulgação de ato importante, pode se tornar filtro para exclusão, “quando certos temas deixam de ser tratados, porque o homem comum supostamente não teria condições de entendê-los”, destacou Sponholz (2008, p.75).

Mas, segundo a autora, outro erro é reforçar o discurso de que objetividade não existe (SPONHOLZ, 2009) porque ele esconde uma farsa maior. Para ela, noções distintas de objetividade requerem do jornalismo o cumprimento de funções do mesmo jeito distintas, mas negá-la não é razoável, nem realista. Entre os problemas dessa ideia é que se coloca em dúvida qualquer esforço despendido para descobrir a realidade. Investigar, observar, buscar fontes, documentos, mediar, tudo isso exige mais que inspiração, exige método.

Aqui se desenha um entendimento sob uma perspectiva diferente da que se estabelece comumente entre o duelo passional da objetividade *versus* subjetividade, felizmente superada, e já maciçamente levantada por teóricos. Adelmo Genro Filho (2012), por exemplo, afirma que não há significados objetivos no exercício jornalístico, pois na reprodução e captação dos fenômenos já há o “subjetivismo da intermediação”. Ser favorável a este ou àquele, contrário ou a favor de uma ação, pode não estar explícito na construção da notícia, mas a supressão

---

<sup>2</sup> A principais informações seriam repostas para as perguntas? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?

desta ou daquela informação, a utilização daquele ou deste referente, já tem uma carga de subjetividade, que transcende o conceito da impessoalidade.

A própria notícia pura e simples passa por um processo de escolha. Caminho que vai desde a marcação no espaço do jornal, escolha da primeira resposta do *lead*, até a seleção dos referenciais e palavras. “A notícia não é um objeto, mas um produto do juízo. Em cada fase do processo de informação intervém um juízo, quer dizer: um elemento subjetivo.” (SILVA, 1997, p. 25). Lage (1982, p. 25) lembra também que antirreferência da subjetividade, nas escolhas e na ordenação, será tanto maior quanto mais objetivo ou preso às aparências o texto pretenda ser.

Segundo Meditsch (1992), o jornalismo, como todo conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade:

E como a humanidade e história são processos que estão em construção, naturalmente, não existe um jornalismo puramente objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Isso não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda, porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade (MEDITSCH, 1992, p.31).

De acordo com ele, por causa da proximidade com os fatos, com seus agentes e com os atingidos, a subjetividade das notícias dificilmente é ocultada por sua objetividade formal.

No resgate histórico do conceito, Schudson (2010) ressalta que na década de 1890, editores americanos treinavam repórteres para deixar suas opiniões de lado. Na tentativa de tornar o texto mais “objetivo”, onde o conteúdo se sobrepunha ao excesso de preocupação com a forma. O momento histórico influenciava nesta mudança no olhar sobre a produção jornalística anglo-saxônica. A objetividade, naquele momento tem a face do apartidarismo (SPONHOLZ, 2010).

Schudson (2010) lembra que Lippman foi um enérgico defensor do ideal da objetividade. Logo após a Primeira Guerra, nasce uma objetividade como esteio da profissionalização do jornalismo e de suas práticas. Para Lippman não significava retirar a subjetividade dos fatos, mas a aplicação de um rótulo para o empirismo ingênuo que foi chamado de realismo (SCHUDSON, 2010). A defesa da objetividade era a de um método científico no jornalismo, para torná-lo mais profissional.

O ideal de objetividade no Jornalismo como os ideais associados no Direito e nas Ciências Sociais ao mesmo tempo, havia sido fundado na convicção de que a perda da crença era irrecuperável (...). Os jornalistas passaram a acreditar na objetividade, na dimensão em que o fizeram, porque queriam, precisavam, foram forçados pela aspiração humana comum a buscar uma fuga de suas próprias convicções profundas acerca de dúvida e direção (SCHUDSON, 2010, p.187).

A transferência dos métodos científicos para o jornalismo se tornou algo central na origem de mais um “conceito” de objetividade. “O método científico deve possibilitar que o jornalismo se livre dos diversos interesses de grupos. A influência desses era o centro das discussões sobre o jornalismo quando o conceito de objetividade surgiu ” (SPONHOLZ, 2010, p.61). Nessa fase, o debate estava relacionado ao processo de captação da realidade, não apenas no duelo opinião versus informação.

Já em 1960, um novo conflito, entre os velhos que defendiam a objetividade e os novos que a atacavam. Mais uma vez, questões sociais, econômicas e políticas foram determinantes nesse conflito. Segundo Schudson, se um dia foi conflito de interesse no trabalho, no século XX, a questão era mais profunda. Jovens queriam um jornalismo mais ativo, mais crítico, mais participante. Em jogo, não só a monotonia do jornalismo factual “convencional”, mas a sua cumplicidade com as estruturas de poder.

Os jovens repórteres não apenas exigiram um jornalismo mais ativo, um jornalismo participante e cético a respeito dos relatos oficiais dos assuntos públicos; eles também alegaram incisivamente que o jornalismo tinha sido há muito tempo participante demais. (SCHUDSON, 2010, p.190).

Ou seja, a questão não estava na subjetividade, no caráter profissional do método de apuração, mas nas consequências que o chamado “texto objetivo” trouxe, com deficiência na coleta de dados e na cobertura crítica dos assuntos.

A partir dessa perspectiva, o autor sugeriu que duas condições fortaleceram a crítica que era feita a objetividade no jornalismo à época. Uma tem a ver com a passividade da imprensa, quando esteve diante de um cenário em que o governo administrava a notícia, o jornalismo reproduzia “objetivamente” e se queria mais.

A outra condição tem a ver com o nascimento de uma cultura crítica na efervescência política e cultural da década de 1960. Esse comportamento diante da realidade exigia do jornalismo muito mais que ser burocrático na apuração e simples no relato dos fatos. A objetividade, como era vista, era criticada por seu um simulacro mal feito da imparcialidade,

com vocabulário limitado e categórico e um instrumento para reforçar o poder e as estruturas vigentes.

A atenção se volta para objetividade como instrumento de construção da realidade, com toda sua subjetividade natural e indissociável, entranhada nas condições sócio históricas, no acervo de conhecimento dos profissionais. O debate histórico sobre a objetividade, desde seu nascimento, que se estabelecia na impressão deixada na cobertura dos fatos, com parcialidade ou imparcialidade, criticismo ou pacífico, profundidade ou superficialidade, criou, para uns, uma espécie de anomalia no jornalismo. Ward descreve bem esse ataque:

The canon has suffered repeated assault, though, not merely through violations by practitioners, but through a concerted attack by modern (and post-modern) media critics, who believe that “objectivity” is (depending on the critic) deceitful, erroneous, misleading, incoherent, downright irrational – or all of the above (WARD, 1999, p.01).

Mas a impressão é que muitas vezes se falava de potenciais distintos da mesma “arma” e, como resistência, sem considerar as relatividades do emprego da objetividade, cometeu-se equívocos demonizando a “fórmula” que até hoje pavimenta a linguagem jornalística e sua consequente representação do real.

No Brasil, o conceito de objetividade nasceu ligado à questão da linguagem, da forma da escrita nos jornais e ganhou força no início da segunda metade do século XX, quando no ritmo do *Diário Carioca*, os jornais brasileiros adotaram o *lead* e a *pirâmide invertida*<sup>3</sup> nos textos próprios, nas agências de notícias o formato de construção de texto já era usado e reproduzido (SODRÉ, 1983; SPONHOLZ, 2009).

Ficaram para trás a linguagem dos literatos do início do século XX e consequente uso do *nariz de cera*<sup>4</sup>, nas primeiras décadas daquele século, para iniciar um relato jornalístico. Em vez do relato gorduroso, com arroteios, contextualização, análises preliminares, as repostas às perguntas: O que? Onde? Quando? Por quê? Como?

Após a adoção e consolidação, a “fórmula” foi parar nos manuais de redação dos periódicos, das televisões e rádios e a reboque da linguagem direta se fixaram à objetividade conceitos como imparcialidade, neutralidade e pluralismo. Ela passou a ser sinônimo de distância do jornalismo agentes políticos, do poder público, da influência de poderosos. Ser

---

<sup>3</sup> Forma de escrita jornalística na qual as informações principais de um fato vêm no início e as informações consideradas menos importante vem embaixo, na ponta da pirâmide invertida.

<sup>4</sup> Texto jornalístico que não prioriza no seu início as informações consideradas principais. O relato pode ser contato de maneira cronológica, com prioridade para a ambientação, para os fatos periféricos para depois ser entregue ao leitor as informações consideradas mais importantes.

objetivo também passou a ser fiscalizador, cão de guarda. A objetividade passou a ser receita para o jornalismo investigativo, denunciador, livre de amarras (SPONHOLZ, 2009).

Mas as várias facetas da objetividade, mesmo ainda muito fortes, perderam sua “credibilidade”. A prática diária do jornalismo, os momentos históricos, as questões sociais foram aos poucos desmontando a ideia pura e salvadora. No mercado, nas academias e na opinião pública, o conceito de objetividade, como era propagado, perde naturalmente sua cor e vira dilema, polêmica, falácia.

Para Gaye Tuchman (1983), socióloga americana que fez um estudo profundo sobre a práxis jornalística, os jornalistas precisam de uma noção operativa de objetividade para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega, pelos processos de difamação, reprimendas dos chefes e donos de veículos. A objetividade no jornalismo é um ritual estratégico. Ritual no sentido de ser um procedimento de rotina, internalizado na prática; e estratégico porque é usado como mecanismo de ataque e defesa na atividade de relatar os fatos.

O alcance da objetividade, de acordo com a autora, estaria condicionado à adoção de medidas que protegem o repórter de cometer erros editoriais e ser alvo de processos, de se sair bem dentro dos conflitos organizacionais, de se eximir de imprimir diretamente no texto seu olhar sobre o assunto. Três fatores são condicionantes: a forma da notícia, as relações no interior da organização e os conteúdos das notícias (TUCHMAN, 2016).

Entre os procedimentos desses condicionantes estão: a apresentação de versões diferentes da mesma realidade. A questão é que o cruzamento de declarações ou fatos que nascem dessas declarações são apenas reproduzidos. Mas como foi dado direito ao contraditório, jornalistas entenderiam que estão sendo objetivos. Outra ação elencada pela socióloga é a apresentação de alguma prova complementar que referenda declarações ou observações feitas no texto. Registrar, por exemplo, que “a voz trêmula de uma testemunha” e não só que ela estava nervosa. Ou apresentar uma conta de energia com valor alto, quando o cliente, personagem de uma reportagem, questiona o abuso de uma concessionária de energia. Um terceiro procedimento é a utilização pelo repórter de aspas para se eximir de qualquer responsabilidade. Ele seria apenas o mensageiro da fala recortada e entregue à audiência/leitor. Na lista tem ainda, a escolha dos fatos mais importantes por meio de uma técnica, a *pirâmide invertida*. E ainda, em alguns jornais, a separação do que é notícia informativa e o que é análise.

Mas, a própria Tuchman lembra que, embora as operações busquem oferecer provas claras de uma tentativa de chegar à objetividade, não se pode dizer que consigam.

De fato, tem se sugerido que esses procedimentos: 1) constituem um convite à percepção seletiva; 2) insistem erradamente na ideia de que os fatos falam por si; 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista passar a sua opinião; 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística; iludem o leitor ao sugerir que a análise é convincente, ponderada e definitiva (TUCHMAN, 2016, p. 129).

Machado (2017) registra, no entanto, que a objetividade não pode ser vista apenas como um ritual estratégico. Lembra que não é sua principal função, mesmo podendo ser. Reflete:

A principal função da objetividade ao longo dos últimos 100 anos foi contribuir para o desenvolvimento de procedimentos capazes de melhorar a qualidade documental das informações, técnicas cognitivas e interpretativas e formas narrativas para ao mesmo tempo atraírem a atenção e aumentarem a credibilidade e a legitimidade diante do público, do Jornalismo como instituição e dos jornalistas como categoria profissional, considerando-se que o Jornalismo é uma forma de conhecimento institucionalmente produzida e que necessita ser socialmente legitimada.(MACHADO, 2017)<sup>5</sup>

Um outro olhar sobre o papel da objetividade e suas características é o de Gaspar Miotto (1993), que em sua tese de doutorado, propõe o conceito de *objetividade possível*. Segundo ele, o jornalismo precisa aprender a conviver com a objetividade possível porque a multiplicidade de versões e visões de um fato é um fator de enriquecimento da atividade e o não compromete, afinal, permite o aparecimento de múltiplas leituras. Com a objetividade possível, segundo ele:

Se puede describir acontecimientos sin falsear la realidad. El empeño en procurar ser lo más exacto y fiel en la reproducción de los hechos - vinculado al conocimiento de un conjunto de normas y a la ejecución de procedimientos específicos - ayuda al periodista a neutralizar el efecto ideológico de su discurso (MIOTTO, 1993, p. 10).

Miotto argumenta que é possível ter uma aproximação satisfatória entre a notícia o fato a qual ela se refere por meio de um grau possível de objetividade. É

---

<sup>5</sup> Publicação na página pessoal do Facebook. **Disponível em:**  
<https://www.facebook.com/elias.machado.39/posts/1662095183879669?pnref=story>  
 Acesso: 12 de janeiro de 2018.

essencial, no entanto o uso de mecanismos que produzem efeitos de sentido de verdade, de objetividade e realidade no discurso.

Ou seja, chegar à objetividade possível, segundo Miotto é construir um notícia com o mínimo de interferência pessoal, que seja o mais próximo dos fatos e que a dimensão subjetiva esteja presente de maneira tão discreta que não comprometa a relação entre o fato e sua descrição, ente a enunciação de uma outra pessoa e sua reelaboração (MIOTTO, 1993). O autor explica sobre o termo no estudo:

El término *objetividad* utilizado en este trabajo, se refiere a la *objetividad posible*. La objetividad absoluta no podrá ser alcanzada ni siquiera en un texto totalmente elaborado por una computadora. La máquina necesitaría ser programada por un individuo que necesariamente dejaría sus marcas personales en el texto. La objetividad posible es aquel grado de objetividad que despierta en el lector o en el involucrado en el acontecimiento que generó la noticia, la seguridad de decir: *esa noticia es realmente la expresión del acontecimiento* (MIOTTO, 1993, p. 17)

Para Alsina (2009), estudar o conceito de objetividade como legitimador da atuação profissional foi importante, mas é preciso ir além porque não ele abrange outras questões. Uma delas é a distinção entre objetividade e neutralidade. A primeira deseja-se; a segunda, não é possível. Por isso, a objetividade nem é neutra nem imparcial. É ilusão também achar que se pode observar, relatar e interpretar escondendo o sujeito. Ideia compartilhada por Miotto que também faz a distinção: “La neutralidad absoluta, así como la objetividad, también es imposible. El lenguaje periodístico busca un medio término entre la seducción causada por los efectos de sentido y su relación con lo real” (MIOTTO, 1993, p. 17).

Rodrigo-Alsina (2009) adota a ideia de uma objetividade que só pode ser atingida por meio de um esforço profissional, com compreensão dos fatos e da sua evolução; e ainda dentro de uma relação entre a experiência e a memória, admitindo o caráter cultural e social do procedimento. Resgatando Edgar Morin, Alsina (2009) lembra que são esclarecedoras as palavras dele quando registra que não existe receita para a objetividade. O recurso estaria na tomada de consciência da relação observador-fenômeno, com permanente autocrítica e interpretação honesta do real.

Sponholz também registra que a pesquisa de Tuchman representa uma fonte imprescindível para entender a relação entre a objetividade e a prática jornalística, mas trata do uso que os repórteres fazem do conceito e não da objetividade em si. Por isso, busca um conceito sob o ponto de vista epistemológico.

A partir dessa perspectiva, Sponholz destaca que ela é muito maior que ouvir os dois lados, ser neutro ou não, usar a técnica para tornar o texto mais compreensivo, ou ser plural. O jornalismo deve mediar as informações adequadas sobre o meio ambiente natural e social, por isso:

As demais funções – apresentar opiniões diversas e promover o debate político e o diálogo – não podem ser resolvidas por este princípio. Tais funções também não envolvem necessariamente uma questão de verdade. Agir e decidir se distinguem de conhecer e não se baseiam somente neste. A força motriz das discussões públicas não são necessariamente fatos, mas juízos de valor (SPONHOLZ, 2009, p.51).

Para a autora somente uma ideia de objetividade que considere a pretensão do jornalismo de ser mediador entre o público e a realidade primária, pode contribuir para que o jornalismo cumpra a função de informar e de ajudar o leitor, telespectador, ouvinte se encontrar onde vive. “A objetividade deve, portanto, ser entendida como a adequação de uma representação da realidade” (SPONHOLZ, 2009, p.18).

Uma primeira questão que deve ser diluída é a da subjetividade, que é condição para ser objetivo. Afinal, o processo de produção de qualquer conhecimento humano é marcado pela percepção, seleção e construção. Como é impossível conhecer a realidade em toda sua integridade, sem a seleção, “filha” da percepção, matérias-primas para construção?

Partindo do princípio que o jornalismo é um processo de conhecimento, que a função do jornalismo é ser o mediador entre a realidade primária e midiática e que se faz levando em conta o meio social e natural, Sponholz nos apresenta um modelo de objetividade jornalística para adoção e reflexão. Unindo conceitos de Bentele (apud SPONHOLZ, 2010, p.154), que lista três características centrais nos textos jornalísticos, como: declarações corretas, tratamento completo e intersubjetividade, e Neuberger (apud SPONHOLZ, 2010, p. 152), que sugere uma adaptação de regras científicas para o jornalismo, a autora desenvolve um esquema com critérios, cujo objetivo principal é aproximação do jornalismo da realidade primária.

Entre os critérios estão, *a validade do método de investigação* (SPONHOLZ, 2009, p. 158), que está relacionado primeiro a definição de uma pergunta central, um problema e em seguida a busca de fontes competentes, aquelas que são “responsáveis por” e que tem capacidades “especiais”.

Aqui vale fazer uma ressalva que não ficou claro na descrição da autora. Declarações de fontes, com responsabilidade ou competência, devem ser cruzadas, refutadas e

contextualizadas. O jornalista, com conhecimento prévio sobre o assunto tem que ter capacidade de discernir e identificar possíveis e eventuais interesses das fontes, registrando, se necessário, ligações que expliquem posicionamentos específicos. Não espere, em nenhum resultado puro, mas quanto menos pontos desatados, menos omissa é a tentativa de reconstrução da realidade.

Outro critério levantado pela autora é o da *pesquisa por iniciativa própria* (SPONHOLZ, 2009, p. 159) que é a busca do jornalista pelas informações, seja por meio de observação, seja numa atitude proativa, evitando esperar pela fala dos interlocutores. A atitude passiva gera a reprodução de “discursos oficiais”, referendados como verdade, sem uma devida ação jornalística.

Vale ressaltar que nesse caso, a investigação própria tem como perigo quase inevitável (há quem diga inevitável) do interesse do jornalista, da empresa, do editor. Em jogo, neste caminho, os valores profissionais e o pré-conhecimento do jornalista.

No terceiro critério, a *averiguação das informações* (SPONHOLZ, 2009, p. 163), os dados não são apenas levantados, mas são confrontados de várias maneiras, com análise e ajuda de especialistas, com a busca do contraditório e da ratificação ou contestação de informações apuradas pelo próprio profissional ou repassadas por interessados na sua divulgação.

Outro ponto destacado por Sponholz é o *grau de abrangência*. Afinal, uma apuração no jornalismo exige abrangência mínima, com investigação de aspectos diretamente ligados. São critérios da abrangência (SPONHOLZ, 2009, p. 163-170): a precisão na informação, a contextualização dos dados, as respostas às perguntas básicas do *lead*. E ainda, subcritérios ligados diretamente à transparência de todo processo que começa na apuração, com coleta de dados, passa pela seleção das informações, com seus critérios subjetivos, o método escolhido para reconstrução da realidade. São eles: intersubjetividade, citação de fontes, transparência no uso de dados e resultados de pesquisa, transparência no método do jornalista, intersubjetividade nas hipóteses.

Destacamos também o critério *liberdade de juízos de valor* (SPONHOLZ, 2009, p. 170) que, em outras palavras, significa partir para uma cobertura jornalística, uma apuração sem pré-conceitos, juízos formados que interfiram na tentativa de chegar a um resultado mais límpido, sem interferência pessoal. Sabemos que a tarefa não é simples, afinal, como já dissemos, percepção, seleção e construção são ações que inevitavelmente levam uma carga de valor pessoal, mas a questão colocada é a necessidade de confirmar a opinião a qualquer

preço. “Para resolver o problema, não se deve cobrar ausência de valores do sujeito conhecedor, mas sim concentrar-se no método e exigir que dentro deste a realidade tenha uma chance contra o próprio ponto de vista” (SPONHOLZ, 2009, p. 173).

Podemos observar que não estamos diante de uma questão fechada e de um conceito puro e pronto. Não estaremos devido à complexidade das questões, mas a defesa por uma objetividade-método, possível de representação da realidade primária, não porque se terá um texto mais compreensível, fácil de ler, imparcial e neutro. Mas porque a construção da realidade ocorreu da forma mais correta possível, ética e profissional. Afinal, estamos falando do processamento de conhecimento essencial para a sociedade, balizador, organizador. É a defesa da ferramenta que permite aos jornalistas profissionais sejam os mediadores dos fatos considerados relevantes, com o máximo de honestidade possível, e evitem que, de alguma forma, sejamos vítimas inevitáveis da agitação e da propaganda.

O impostor, o charlatão, o chauvinista e o terrorista só podem florescer onde o público se encontra privado de acesso independente à informação. Mas onde todas as notícias vêm de segunda mão, onde todo testemunho é incerto, os homens deixam de responder às verdades e respondem simplesmente a opiniões. O ambiente em que atuam não é a realidade em si, mas o pseudoambiente dos relatos, dos rumores e das suposições (LIPPMANN, 1920 citado por SCHUDSON, 2010, p.179).

Com todas as suas controvérsias e seus múltiplos sentidos, a objetividade é princípio fundamental, é marca registrada do jornalismo moderno. Talvez porque, apesar de todos os pesares, seus “motivos de ser” estão ligados a algo caro à atividade jornalística: a necessidade de verificação. Verificação que é o processo ou mecanismo que separa/difere o jornalismo da “propaganda, da ficção e da arte” (KOVACH E ROSENSTIEL, 2001). Um jornalismo que, mais do que nunca, é estudado analisado e entendido como prática e como teoria. E é sobre as teorias do jornalismo que falaremos agora.

## 2.4 Nem espelho nem janela: uma construção da realidade

*A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonégam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.*

*(Rui Barbosa, 1990)*

Na redação, alguns jornalistas, digamos, mais tecnicistas, perguntam: mas o que é Teoria do Jornalismo? Para que serve? Vai nos ajudar em que? De fato, para quem foi profissionalmente educado a não refletir sobre o que faz, a pergunta é pertinente e pode até deixar alguns sem vontade de responder. Nas redações, teorias são apenas teorias. Mas é na questão que está plantada a semente do pensamento sobre essa atividade que fornece um saber específico: a atualidade (RODRIGO-ALSINA, 2009). As teorias permitem a compreensão dos fenômenos complexos porque elas podem gerar observações importantes, previsões e explicar porque as variáveis funcionam como funcionam (GOMIS, 1991).

As teorias do jornalismo são fruto de estudos acadêmicos sobre a atividade que começaram com a instalação dos cursos de mestrado e doutorado nos Estados Unidos, no início do século XX, mais precisamente na década de 30 (TRAQUINA, 2005). A tentativa parecia simples: entender porque as notícias são de um jeito e não de outro? Por que alguns fatos viram notícia e outros não (GOMIS, 1991; TRAQUINA, 2005)? Quem interfere e decide? Por que são produzidas de uma forma e não de outra? Quanto tem de sociedade, de jornalista e de empresa nas notícias? É uma bateria de perguntas que possui “tentativas” de respostas, algumas convincentes e outras nem tanto. Mas todas como o objetivo nobre de discutir a natureza da atividade essencial para sociedade, que dá forma ao conhecimento e estabelece a ordem política do dia dos consumidores de informação (TUCHMAN, 1978).

Na tentativa de estabelecer que a notícia é um reflexo fiel da realidade dos fatos, nasce a primeira teoria: a do *espelho*; segundo Traquina (2005), a mais antiga e comum: nela as notícias são como são porque são frutos da realidade. O mediador social (o jornalista) não interfere no relato, apenas relata, e tem uma função única de informar, sem valoração, apenas um é o mediador do reflexo mais fiel possível. Nessa teoria, o jornalista é responsável por colocar o espelho na frente do fato (CERQUEIRA, 2007).

Essa teoria começou a ser desenhada no fim do século XIX e início do século XX; a produção de notícia é atingida diretamente pela industrialização, produção em série e pelo desenvolvimento da sociedade e das estruturas democráticas, que exigiam do jornalismo um caráter de comprometimento social dos jornalistas; exigia-se responsabilidade, honestidade e equilíbrio na condução das “estórias”. O monopólio do grande capital chega à indústria das notícias.

Essa pressão externa mudou a forma de tratamento da linguagem noticiosa, opinião e informação “se separam”, as agências de notícia se desenvolvem e partem para a defesa de uma mensagem dita informativa, com valorização da objetividade, que como vimos não se opõe à subjetividade, mas aparece como forma de afirmar a sua inevitabilidade. Para chegar ao reflexo, regras e formas para um relato direto, com tentativa de reprodução fiel da realidade para, assim, garantir a segurança do espelho, a legitimidade do campo jornalístico.

Os estudos avançaram e a *teoria do espelho* perdeu força. Estudiosos acabaram demonstrando que o processo é mais complexo e não se trata apenas de vontade própria de refletir. Seria preciso ir além do espelho e da busca por legitimar o trabalho do jornalista.

Nos anos 50 do século XX, a teoria do *gatekeeper* nos colocou diante de outro aspecto essencial na interpretação do mundo que nos cerca, a necessidade de seleção, numa ação pessoal (TRAQUINA, 2005; SCHUDSON, 2010; WHITE, 2016). Os responsáveis pelos portões, nos quais entram ou são barradas as notícias, seriam, neste caso, jornalistas que o fazem de maneira subjetiva e arbitrária, de maneira “rápida e intuitiva”, de modo automático (GOMES, 1991, p.90). Segundo os defensores dessa teoria, como David White (2016), o jornalista é responsável, a partir de critérios próprios, por escolher quais são as notícias que irão passar pelo *portão* (*gate*) e estarão na mídia.

Com bases em resultados de estudos feitos nas décadas de 1950 e 1960, Gomes (1991) registrou quais são as influências que atuam sobre os *gatekeepers*, entre elas, a autoridade do dono do meio, a ética da profissão e normas do grupo, a influência informal dos colegas; e ainda, os valores pessoais, as bases familiares e geográficas, o conhecimento, os gostos, as pressões da comunidade e estrutura social exterior. Hoje, sem dúvida, a audiência, com suas formas de interferir, questionar e problematizar as questões também influencia nas decisões. É o que Mesquita (2014) destacou como *audiência potente*.

Entre as críticas a essa teoria está a de que ela não considera essas dimensões externas ao grupo de profissionais, jornalistas, que participam do processo de seleção das notícias,

baseando-se na postura de um ou um grupo pequeno de agentes. Por isso, para alguns, ela é minimalista (PENA, 2005).

A terceira teoria atribui à estrutura organizacional Warren Breed (2016) dos meios de comunicação um papel fundamental na definição do que é e do que não é notícia, bem como de qual abordagem empregar. A *teoria organizacional* é defendida por aqueles que creem que os jornalistas selecionam as notícias não por decisão pessoal e arbitrária, mas motivados pela política editorial das empresas. Entre os torniquetes, a autoridade institucional e as sanções, o sentimento de obrigação, as aspirações de crescimento profissional, a ausência de grupos de lealdade em conflito, o prazer da atividade, a busca pela notícia. Profissionais (a maioria) acabam, inevitavelmente, influenciados pela organização, por normas editoriais impostas, que não estão no papel, registradas num “estatuto”, mas são apreendidas pelos profissionais por “osmose”, um processo natural de enquadramento e sobrevivência. Em resumo:

O jornalista sabe que seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas [...] para evitar os retoques dos seus textos e as reprimendas – dois meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas, e a sua promoção – quer dizer, nada menos que sua carreira profissional (TRAQUINA, 2005, p. 158).

A justificativa para essa ação organizacional é o fator econômico (pólo econômico) que, em muitos casos, se sobrepõe ao caráter ideológico (social) do jornalismo, alinhando-se às determinações da direção das empresas. Neste caso, o aspecto econômico demarca a notícia como um produto que deve ser inserido ao mercado.

No fim da década de 1960 e em toda década de 1970, o estudo do jornalismo é afetado mais fortemente pelos debates políticos e sociais. É crescente o interesse dos estudiosos sobre o impacto da ideologia nas instituições, incluindo a atividade jornalística. Nessa forma de analisar a atividade, as notícias são vistas como “distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade” (TRAQUINA, 2005, p. 163). Está aí a base da teoria da *ação política* ou “instrumentalista” (PENA, 2005). A notícia, por essa perspectiva da “esquerda”, serve para manter um sistema excludente, a favor da manutenção do *status quo* do capitalismo. Já para os teóricos da direita, as notícias servem como mecanismos que colocam em xeque o capitalismo, é o que Traquina chama de contra poder. Ou seja, podem

ser utilizados por movimento sociais e para dar espaço àqueles que normalmente não têm espaço para falar e propagar opiniões anticapitalistas.

A *teoria da ação política*, versão esquerda, é a mais marxista, como a teoria do assujeitamento defendida por Althusser (2001). Os jornalistas, nesta versão, têm um papel quase irrelevante, são meros operários, quando não são convenientes com as elites. Ele é um jornalista assujeitado (CERQUEIRA, 2007). O conteúdo é determinado por uma ação externa e macroeconômica, baseado em determinações direcionadas aos diretores dos meios de comunicação. Segundo Traquina, os maiores defensores dessa teoria foram Herman e Chomsky (apud TRAQUINA, 2005 p. 164), que estudaram a produção de notícias em jornais americanos. Segundo eles, as empresas são ligadas fortemente a interesses comerciais e políticos, o que influencia na produção de matérias, tornando a notícia um instrumento publicitário. Para eles, cinco fatores influenciam o poderio capitalista sobre o jornalismo: a estrutura de propriedade das empresas, a busca pelo lucro (da natureza) capitalista, dependência das fontes empresariais e governamentais e a ideologia anticomunista dominante entre os jornalistas americanos. O interesse empresarial está no centro, é crucial, para os representantes mais radicais dessa linha.

Críticos dessa teoria acreditam que essa avaliação do produto noticioso é estática e é unilateral; reduzindo tudo à ‘ideologia’ profissional dos jornalistas e interesses econômicos das corporações. O que a teoria coloca é o assujeitamento total do profissional, que necessita entrar na *ordem* da instituição e se submeter às posições ideológicas, políticas partidárias da empresa da qual ele é funcionário. A relação de trocas se estabelece a partir da venda de mão de obra, com um produto simbólico meramente programado para ser como determina os donos do negócio.

Destacando a rotina e as estruturas de produção das notícias, Hall (2016) faz uma distinção importante no que se refere à força dos poderosos na mídia. Para isso, traz os conceitos sobre quem são os definidores primários e secundários da mensagem. Segundo ele, a mídia é um definidor secundário, no qual seus agentes até gozam de uma autonomia relativa no dia a dia, mas inevitavelmente reproduzem o desejo dos definidores primários, que são as fontes oficiais, regulares e credíveis, os privilegiados, os detentores do poder político-econômico.

No processo de produção, que exige rapidez, busca de fontes que tenham credibilidade ou agindo em nome da objetividade e imparcialidade, acaba, inevitavelmente, permitindo os definidores primários estabelecerem as interpretações primárias, uma espécie de guia de

discussão que acaba conduzindo o pensamento e estimulando as divergências; comanda uma ação como estrutura referencial.

Os argumentos contrários a uma interpretação primária são obrigados a inserirem-se na sua definição ‘do que está em questão’ [...] A definição primária estabelece o limite de todas as discussões subsequentes, através do seu enquadramento do problema. (HALL et al., 2016, p. 316).

A mídia, para os autores, por causa da sua relação estruturada com o poder, tem o efeito de fazê-los representar um papel secundário, e não crucial, visto que o que faz é reproduzir o que desejam aqueles que têm acesso privilegiado, como fonte creditada. Os meios se colocam em posição de subordinação dos dominantes, sendo a ponte para a proliferação das ideologias dominantes por meio de imperativos estruturais.

Mas, os autores, como nós salientamos acima, também destacam o papel autônomo e ativo do definidor secundário (os jornalistas), afinal, são eles que processam os fatos e histórias dos definidores primários. A relativa autonomia começa no processo de seleção do que foi fornecido. Nem tudo é reproduzido e a depender do perfil do meio é possível estabelecer escolhas próprias ou que, de alguma forma, caminhem por outro caminho que não aquele determinado pelas fontes primárias.

Outro aspecto a ser ressaltado é escolhas dos códigos, da linguagem e forma que a informação oriunda dos definidores primários chegará ao público. Em especial está a forma particular do discurso adotado. “A linguagem utilizada será, pois, a própria versão do jornal da linguagem do público a que se dirige principalmente: a sua versão da retórica, imagens e *stock* comum de conhecimento subjacente que supõe que seu público partilha” (HALL et al., 2016, p. 320).

Ou seja, de alguma forma, no processo de mediação e reconfiguração do discurso, a mídia e seus agentes podem escolher códigos que não sejam aqueles que escolheram os definidores primários. Porém, essa relativa autonomia não garante dissonância com o que queriam esses definidores. Podem ser até um reforço, afinal, uma variante de linguagem pública serve também para traduzir para um idioma público as afirmações e pontos de vista dos definidores primários (HALL et al., 2016).

A *teoria construtivista* questiona o reflexo da realidade trazido pela *teoria do espelho* e a perspectiva simplista das notícias como uma distorção maciça e intencionalmente ideológica. As notícias são, por sua vez, uma construção social, o que não ficcionaliza as notícias nem muito menos diminui o valor, o crédito ou a legitimidade da produção. Gaye

Tuchman busca justificar o medo da “construção” lembrando que a base da notícia é a realidade e que ela, como todo documento público é uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna (TUCHMAN, 2016).

As leituras sobre o jornalismo como campo social, com seus conflitos; de conhecimento da singularidade e de produção cultural, histórica e social nos levam a perspectiva da realidade social apreendida pelo jornalista, agente responsável por uma maneira específica da construção social de uma realidade. Ele “nomina” o acontecimento a que se propõe a destacar e constrói. Corcuff afirma que numa “perspectiva construtivista, as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos” (CORCUFF, 2001, p.26). O autor lembra que construções remetem a produto durável ou temporário e a historicidade constitui uma noção maior, visto que: a) o mundo social se constrói a partir de pré-construções passadas; b) as formas sociais são reproduzidas e há uma espécie deslocamento de práticas; e por fim, c) a herança passada e o trabalho cotidiano se abrem para possibilidades no futuro.

No caso da construção patrocinada pelo jornalismo, entrega-se à sociedade um produto simbólico e materializado pela linguagem. Uma linguagem específica, com regras próprias, desenvolvida para ser acessível. Uma construção que não é arbitrária. Regida por regras institucionalizadas e, por sua vez, legitimadas. Na abordagem teórica do jornalismo construtivista, não se fala em algo dado (GADINI, 2007; VIZEU, 2011), mas se enxerga a vida social como processos de instituição dos sentidos e valores que orientam ações e percepções do agora, calcadas no passado e com olhar voltado para o futuro “presentificado”. Dão lugar à pluralidade de realidades cujas relações devem ser pensadas (CORCUFF, 2001, p.29).

As realidades sociais são ao mesmo tempo objetivadas e interiorizadas, afirma Corcuff. “Por um lado, elas remetem a mundos objetivados: os indivíduos e os grupos se servem de palavras, objetos, regras e instituições, etc., legados pelas gerações anteriores, eles os transformam e criam novas formas” (CORCUFF, 2001, p.27).

A *teoria construtivista*, que destacamos nessa reflexão, reflete e leva em consideração as condições de produção da notícia. Não apenas as questões tecnicistas e ideológicas, mas as circunstâncias internas e externas da própria práxis jornalísticas, como: rotina, tempo, pressão organizacional. Também afirma que as rotinas jornalísticas podem sim influenciar na ação política e distorções do dizer.

Ao ampliar o campo de visão da atuação do jornalismo e partilhando da ideia de que as notícias são “construções sociais”, alguns adeptos dessa teoria consideram a mais duas teorias baseadas na ideia de construção simbólica da realidade. São elas: a *teoria estruturalista* e a *teoria interacionista*. Grosso modo, para ambas, o jornalismo é resultado de uma rede complexa de interação social entre agentes sociais: jornalistas, fontes de informação, sociedade, e outros jornalistas. As duas negam a *teoria do espelho*, acreditam que a estrutura organizacional influencia na produção da notícia do jeito que ela é; também interferem no produto a cultura e rotinas de trabalho da comunidade, além das regras de construção do texto; e, principalmente, reconhece que o jornalista tem uma autonomia relativa.

Segundo Nelson Traquina (2005), a divergência fundamental entre as teorias da construção (estruturalista e interacionista) está no ponto de vista sobre a relação das fontes com jornalistas. Na *teoria estruturalista*, essa relação é unidirecional, ou seja, as fontes oficiais comandam a relação na produção de notícia, impõe a forma de atuação do jornalista, sem deixar brechas para manobras; as fontes determinam o encaminhamento da notícia de forma que o mediador não tem como intervir. Na interacionista, o profissional mantém uma relação aberta com as fontes oficiais e tentam atuar de forma mais dialética, porém, nesse caso, coloca-se em evidência o fator tempo. O seu desafio cotidiano é ter de elaborar um produto final em um tempo mínimo, em condições nem sempre adequadas e que influenciam no resultado.

Para Gomis (1991), a imagem local da realidade é a imagem construída socialmente, que se manifestava apenas nas relações pessoais e diretas entre vizinhos e familiares, mas que ganhou o reforço do trabalho dos meios de comunicação. Eles oferecem a construção da realidade de maneira profissional; fruto de uma organização que se dedica a interpretar a realidade social e mediar entre os responsáveis pelo espetáculo mundano e a multidão. “La imagen periodística de la realidad se ha convertido en la referencia general del presente social que nos envuelve” (GOMIS, 1991, p. 15-16).

Ele acrescenta que a produção da mídia não é um espelho porque espelho não toma decisões. Os jornalistas não refletem o que tem diante de si porque se adaptam às decisões, seguem uma política, lutam contra a falta de tempo, a limitação de recursos. Ou seja, com todas essas interferências, o processo de produção não é o reflexo da realidade que os meios produzem. Também não é, segundo ele, uma janela da realidade porque ela não é estática e são os profissionais do jornalismo que decidem o que vai passar ou não.

O autor destaca que o jornalismo é uma interpretação da realidade e ao definir os fatos em termos verbais, com palavras, ela é inevitavelmente seletiva: uma construção. A interpretação qualifica o alvo, alguém, descreve com um verbo e não com outro a ação de um indivíduo e não há outra maneira de fazer sem nos servir da linguagem. A construção se dá justamente porque não é possível dar conta da realidade sem caracterizá-la, sem escolher uns aspectos e ouvir outros e sem definir a realidade em termos excludentes (GOMIS, 1991, p.42).

El periodismo es, pues, un método de interpretación, primero, porque escoge entre todo lo que pasa aquello que considera interesante. Segundo, porque interpreta y traduce a lenguaje inteligible cada unidad de la acción externa que decide aislar (noticia) y además distingue en entre lo que más esencial e interesante y lo que lo es menos. Tercero, porque además de comunicar las comunicaciones así elaboradas, trata también de situarlas y ambientarlas para que se comprendan (reportajes, crónicas) y de explicarlas y jugarlas (editorial y, en general, comentarios) (GOMIS, 1991, p.38).

De acordo com Gomis (1991), o método de interpretação sucessiva da realidade se baseia em alguns pressupostos, como: 1) a realidade pode fragmentar-se em períodos e o período atual que os meios interpretam é definindo como presente. 2) A fragmentação é em unidades complexas e independentes, interpretadas em formas de textos breve e autônomos. 3) A realidade se assemelha de forma satisfatória em tempos distintos e por um público heterogêneo. 4) A realidade deve se encaixar em espaço e tempo determinados pelos meios. 5) A realidade deve chegar ao público de maneira completa e depois de passar por vários filtros e convenções de formato (gêneros) para entender melhor.

A perspectiva construtivista do jornalismo tem como algo central, segundo Vizeu (2011), a seleção para construção do que é selecionado. A construção de uma realidade social. A partir da definição de Alsina, que vê a notícia como uma representação social da realidade do cotidiano, produzida institucionalmente, e que se manifesta na construção de um mundo possível (RODRIGO-ALSINA, 2009). Vizeu faz um esboço de uma teoria do jornalismo construtivista. Para isso, lembra, inicialmente, que o jornalismo é uma prática social e cultural produzida institucionalmente e se acosta a Berger e Luckmann (1985) quando destacam que as instituições têm historicidade e enquadramentos. Características que, naturalmente, estarão no processo de construção.

Um dos pontos importantes no fortalecimento do jornalismo construtivista são os conceitos de mundos do jornalismo, desenvolvido por Alsina. Segundo ele, temos três mundos na construção da notícia e que estão inter-relacionados. Primeiro, o mundo real, o do

acontecimento propriamente dito, o do fato. Fato sendo entendido como fragmento da realidade, dotado de sentido primeiro. O segundo mundo é o de referência, quando o jornalista sabedor do fato, busca maneiras de interpretação; mundo criado na busca das fontes ou com o próprio testemunho; a partir dele o jornalista poderá determinar o que vai relatar. Nele procura-se a verificação dos acontecimentos do mundo real. O mundo possível é o relato do jornalista, que tem como fonte principal o fato real, do mundo possível, as referências, do mundo referencial e o relato possível.

O mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador (...). Se no mundo real era produzida a verificação e no mundo de referência era determinada a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a veracidade. (RODRIGO-ALSINA, 2009, p. 303-310).

Nesse processo de construção do mundo possível o jornalista, de acordo com Vizeu, estabelece a noticiabilidade dos fatos que vão se submeter à cultura profissional, à pressão das organizações, às rotinas produtivas e aos processos produtivos (VIZEU, 2011, p.752). Vizeu destaca que no construtivismo jornalístico verdade e ética são conceitos centrais. Os dois princípios são fundamentais porque alçado a ser o construtor do mundo possível pode ser tentado a abrir mão do rigor do método, mas não pode ceder porque isso significa espezinhar o respeito à sociedade e a si.

Ao analisar a questão, Gadini (2007) registra que a informação jornalística, institui na produção de sentido, um conhecimento que agrega, questiona ou nega a relação e os comportamentos na sociedade contemporânea. Ele se estrutura conectando muitas vozes, sentidos e códigos diferentes que fazem parte do imaginário e se resignificam. Traquina exemplifica bem esse processo quando aponta que:

Enquanto o acontecimento cria a notícia (porque as notícias estão centradas no referente), a notícia também cria o acontecimento (porque é um produto elaborado que não pode deixar de refletir diversos aspectos do próprio processo de produção). Assim, as notícias registram os constrangimentos organizacionais que condicionam o processo produtivo, bem como as rotinas criadas para controlar a anarquia inerente à atividade jornalística (TRAQUINA, 2016, p. 192).

Ou seja, as notícias, produto do jornalismo, são frutos da interação social, negociações, pressões individuais e coletivas, institucionais. Dar-se valor, como interferência no resultado, práticas diárias, rotineiras e balizas que tentam manter o fluxo constante da produção da realidade. É a construção da realidade de um modo específico, pontuando relações entre os aspectos particulares, que envolvem os fenômenos abordados e

apresentados, registra Gadini (2007), outras formas de compreender as situações da realidade noticiada.

Uma das principais autoras a colocar os holofotes na perspectiva construcionista, Gaye Tuchman, destaca que na operação de construção da realidade três fatores são determinantes: o tempo, o espaço e as fontes. Os três, de uma forma ou de outra, moldam o fazer e podem determiná-los. Estão dentro das rotinas profissionais (TRAQUINA, 2016), procedimentos internalizados nas redações e na vida dos jornalistas que forçam naturalmente as “coisas” acontecerem como acontecem.

Ao identificar o acontecimento como capacidade de singularidade, jornalistas trabalham para apreender e atribuir significado. Através desse trabalho, segundo Schutz (2003), esses atores sociais criam significado e por sua vez uma consciência compartilhada da ordem social. A ordem social é dependente dos significados partilhados (TUCHMAN, 2001).

A notícia (o jornalismo) não só define e redefine, constitui e reconstitui significados sociais, como também define e redefine, constitui e reconstitui maneiras de fazer as coisas: os processos existentes nas instituições existentes (TUCHMAN, 2001, p.210).

Vilches (1996, p.132) destaca que as investigações sobre a informação na televisão, sob a perspectiva da construção social da realidade, apoiam-se em duas linhas ou posições teórico-metodológicas. Uma parte da hipótese de quem os meios de informação estão subordinados às relações de força, aos poderosos e eles são modelados por ele. A segunda admite esta subordinação, mas os meios desenvolvem uma função relativamente autônoma que podem manter, mas também mudar essa relação de força. Numa terceira linha, apresentada por fora, o autor lembra que o jornalismo e o mundo político interatuam, adaptando-se mutuamente e criando uma “espécie de intercâmbio simbólico de compensação recíproca”.

Ao autor resgata críticas feitas ao que se chama busca pela realidade e busca “verdade” do jornalismo. As notícias por sua vez não seriam um reflexo do que se sucede, mas um “processamento e a manufatura” de um acontecimento, determinado por uma organização. Entre as forças mais importantes que dão forma a essa construção estão o meio jornalístico, a audiência e a organização das notícias (VILCHES, 1996, p.132).

Podemos observar, a partir da apresentação dessas teorias do jornalismo, que a *notícia é como é* porque ela é resultado de múltiplos interesses, pessoais e coletivos, externos e internos, ações integradas, interação e desejo. Um inevitável processo de construção, oriunda

de percepções de diversas frentes, seleção e reconfiguração. Outras teorias como a do *agendamento*, a *etnográfica*, a *gnóstica* (PENA, 2005), também demonstram que a prática jornalística é rodeada de peculiaridades que fazem da notícia um produto da subjetividade humana, instrumento de poder e de contra poder, manifestação social, produto de informação e conhecimento, mercadoria.

Ela é linguagem, possibilidades múltiplas de dizer e com inúmeras formas de se entender. É discurso que basta ensaiar uma materialidade, fluir de um sujeito posicionado e, em um momento e espaços específicos, estamos diante da teia de sentidos. Muitos deles construídos diante das telas, do telejornalismo, lugar de referência numa sociedade na qual a produção, criação e recriação de significados estão inseridas nas atividades dos homens e mulheres, nas instituições, organizações.

### **3 SINTONIZANDO AS TELAS: TELEJORNALISMO, BASES ÉTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

#### **3.1 Jornalismo nas telas**

As pesquisas demonstram que o telejornalismo ocupa um lugar de destaque dentro das casas dos brasileiros e é referência obrigatória na obtenção de conhecimento e do entendimento do mundo; obtenção de valores, internalização de normas, hábitos e ideologias. No Brasil, por exemplo, de acordo com Pesquisa Brasileira de Mídia (SECOM, 2016), 63% dos cidadãos se informam pela televisão. Ou seja, mais de seis de cada dez pessoas. Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio supera três horas diárias. O telejornal possui, se não a maior, uma das maiores credibilidades da televisão brasileira. Credibilidade com anunciantes, prestígio com o poder político e econômico (SQUIRRA, 1995). A pesquisa não distingue em qual tipo de tela os telejornais são vistos. Por isso não custa lembrar que pode ser no aparelho tradicional, que fica na parte mais importante da sala, ou naquelas que foram para o quarto, para cozinha, para os computadores e *smartphones*. A televisão que ocupou os cômodos e está em todos os lugares. E, independentemente do tipo de aparelho físico, o telejornalismo, em suas várias telas, continua construindo realidades, contribuindo para o recorte dos acontecimentos, envolvendo e informando. Conhecer o que se passa, obter informação para formar juízo, para questionar permite o exercício da cidadania. O homem comum tem possibilidade de fazer usufruto de um dos seus direitos como “integrante da sociedade” (SQUIRRA, 1995, p. 48)

Apesar do protagonismo, são muito fortes (e muitas vezes necessárias) as críticas sobre o seu ordenamento do mundo complexo, apesar do reconhecimento de que seu mergulho na realidade produz a sensação de segurança (VIZEU; CORREIA, 2008), de quem deseja ter, ao menos, uma percepção dos atos e fatos que estouram perto ou longe dos pontos de referência. O acontecimento global, geograficamente distante, é entregue dentro do mesmo pacote que chega o acontecimento local, numa rede noticiosa dividida e concebida em divisões temáticas (TUCHMAN, 1983). É onde milhares de pessoas “molham-se”, termo muito usado pelo pedagogo Paulo Freire (2000; 2002; 1984) para entender quem vive no mundo, quais os comportamentos existentes, as formas de agir, a cultura de um local onde nunca estiveram ou um episódio da “vida do outro”, que nunca chegaria aos seus ouvidos.

Para Becker, os cidadãos começam a construir com o telejornalismo e a televisão a memória coletiva, por meio da realidade social. Os noticiários promovem conhecimentos em suas representações, na transformação de fatos sociais em notícias e intervêm “como atores sociais relevantes na organização do cotidiano social” (BECKER, 2016, p. 31).

Temer (2012) destaca que o “telejornal ocupa um importante espaço na construção, aplicação, divulgação e partilha de significados simbólicos” (TEMER, 2012, p.50). Por isso, segundo ela é necessário entender como ele é organizado. No nosso caso, como a mensagem é organizada para ser compreendida no tempo da sua aparição. E para caber no momento que lhe é determinada, a instantânea realidade televisiva é construída. Não é nem espelho, nem janela (TUCHMAN, 1983) da vida que nos envolve. É pura produção do real, é construção social. Ao lado de outras instituições, o telejornalismo, a partir da sua natureza discursiva, gerada pela interpretação de fatos, aquisição de fontes, seleção de informações, constrói uma nova realidade a ser compartilhada; contribuindo com a objetivação de significados sociais, constituídos de interações sociais.

Por isso, não estamos diante de um reflexo, nem de uma transmissão direta de significado através de uma linguagem pura e neutra, nem da formatação perfeita do acontecimento, mas de uma realidade construída que tem uma validade interna própria (TUCHMAN, 1983). Mais do que isso, em convergência com o pensamento Berger e Luckmann (2004), percebem que os meios de comunicação de massa, incluindo a televisão, é uma instituição intermediária que desempenha um papel central na orientação moderna do sentido. Intermedeiam a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações típicas.

Tudo o que as outras instituições produzem de matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso do processo e decidem sobre a formação de sua difusão (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 50).

Kovach e Rosenstiel resumem essa tese afirmando que o jornalismo é uma espécie de “cartografia moderna” (2003, p. 249), criando mapas para os cidadãos navegarem na sociedade, fornecendo informações para “serem livres e se autogovernar” (2003, p. 31).

Para Giddens (1991), a extensão global das instituições da modernidade seria impossível não fosse pela concentração de conhecimentos que é representada pelas "notícias".

Isto é talvez menos óbvio na consciência cultural geral do que em contextos mais específicos. Por exemplo, os mercados monetários globais de hoje envolvem direta e simultaneamente acesso à informação concentrada da

parte de indivíduos bastante separados espacialmente uns dos outros [...] um ‘comentador’ em 1892 escreveu que, como resultado dos jornais modernos, o habitante de uma pequena aldeia tinha uma compreensão mais ampla dos eventos contemporâneos do que o primeiro-ministro de cem anos antes. O aldeão que lê um jornal "se interessa simultaneamente pela questão de uma revolução no Chile, uma guerrilha na África Oriental, um massacre no norte da China, e a fome na Rússia (GIDDENS, 1991, p. 72-73)

O autor destaca o papel dos meios de comunicação como instrumentos que podem gerar confiança ou falta de confiança nos sistemas abstratos. Fazem isso por causa da capacidade de propagar conhecimentos para um público leigo ou para especialistas. É importante registrar que os sistemas abstratos, segundo Giddens (1991, p. 101-102), permitem que as ações humanas, baseadas na tecnologia, no conhecimento e nas habilidades, deem segurança necessária ao cotidiano. Por isso, por exemplo, confiamos em viajar de avião porque há todo um sistema eficiente, baseado em testes e no trabalho de peritos, que garantem uma viagem segura e mais, que o avião chegará no horário.

Em outras palavras, os sistemas abstratos permitem uma confiança que se baseia em circunstâncias instáveis. Eles contribuem para a segurança cotidiana, mesmo sem a intimidade e a reciprocidade das relações pessoais. Nele, a confiança pressupõe fé nos princípios impessoais, proporcionando um elo entre a confiança pessoal e a do sistema.

A confiança em sistemas abstratos é a condição do distanciamento tempo-espaco e das grandes áreas de segurança na vida cotidiana que as instituições modernas oferecem em comparação com o mundo tradicional. As rotinas que estão integradas aos sistemas abstratos são centrais à segurança ontológica em condições de modernidade (GIDDENS, 1991, p.102)

Voltando ao conhecimento produzido pelos telejornais, num tempo pré-definido, de forma também pré-determinada, adequados à realidade e à rotina produtiva, destacamos que é feito para que seja acessível e entendido por um público disperso, heterogêneo, amplo, que mantém um acordo de confiança com os produtores daquele conteúdo. No caso do telejornalismo, as imagens ajudam a aproximar o telespectador ao real-referencial, construindo o mundo possível (RODRIGO-ALSINA, 2009), que o abastece de conteúdo para as relações sociais. Ao longo dos anos o jornalismo televisivo brasileiro foi conseguindo um lugar, representa um “lugar” parecido com o da família, dos amigos, da escola, da religião (VIZEU, 2005; 2008; 2009). Em uma sociedade cada vez mais complexa, essa referência organiza o mundo para que ele seja “digerido” de maneira mais confortante, segura e compreensiva. Para Berger e Luckmann (2004), tudo o que as outras instituições produzem

em matéria de interpretações de realidade, os meios selecionam, empacotam, transformam, na maioria das vezes no curso desse processo, e decidem sobre a forma da sua difusão.

Claro que nesse processo há inegáveis distorções. O que denominamos de efeitos para o mal, ligados, na maioria das vezes, às disputas de poder, a manutenção do *statu quo*, à ação política para influenciar e manipular. Porém, acreditamos que como lugar de referência (VIZEU, 2005; 2008; 2009) e um espaço de recontextualização e resignificação, o telejornalismo possui funções importantes, uma delas é a pedagógica; que entendemos como a capacidade de aproximar as realidades mais distantes às mais próximas, traduzindo os fatos e acontecimentos (RODRIGUES, 2016) para fornecer o conhecimento a sua audiência. Com informações selecionadas, pré-organizadas, esmiuçadas e explicadas (VIZEU; SANTANA, 2010).

Portanto ao intervir na construção social da realidade o telejornalismo contribui para a produção dela e é instituído por ela. Participa da produção dos panoramas, de cenários reais, a partir de referências que emergem como fatos do mundo; provocando efeitos de realidade. Coutinho e Musse (2009) nos lembram ainda que a estrutura narrativa, semelhante ao drama, faz o telejornalismo e sua dramaturgia “ter ocupado papel central de fonte de informação e de identificação na sociedade contemporânea” (COUTINHO; MUSSE, 2009, p.19).

Mattos (2000) divide as fases da televisão brasileira em seis momentos distintos: 1) a fase elitista, da chegada ao Brasil, em 1950 a 1964; 2) a populista, de 1964 a 1975; 3) a de desenvolvimento tecnológico, de 1975 a 1985; 4) a de transição e expansão internacional (de 1985 a 1990); 5) globalização e da TV paga (de 1990 a 2000); 6) de convergência e qualidade digital, de 2000 a 2010. A fase atual é de mobilidade, interatividade digital, com a participação intensa do cidadão como coprodutor.

As fases mostram que entre os fatores preponderantes para mudanças significativas ao longo dos anos estão as condições sociais, políticas e econômicas do país, o impacto dos avanços tecnológicos e o comportamento da audiência, que foram e são geradores das transformações na linguagem, nos formatos, nos perfis, na criação de novos produtos e modificações de produtos consolidados.

No Brasil essa história começou com a exibição do primeiro telejornal, em setembro de 1950, *Imagens do Dia*, pela TV Tupi (MATTOS, 2000; MELLO, 2015).. Dois anos depois, em 1952, surgia o *Telenotícias Panair*, da Tupi São Paulo. Mas foi no mesmo ano que foi criado o telejornal mais importante da década, o *Repórter Esso*. As primeiras edições foram marcadas por muitos problemas técnicos e falhas oriundas da inexperiência de

profissionais de rádio que migraram para o novo meio. Como poucas pessoas tinham televisores em casa, só os mais abastados, os problemas não tinham tanta repercussão. Notícias de suicídios, perturbação social, crimes bárbaros eram vetados (REZENDE, 2000; BRASIL, 2012).

Entre as características principais, a linguagem radiofônica, pouca imagem e um apresentador no estúdio “narrando” as notícias. Era quase um rádio com imagem, com câmeras abertas. A improvisação marcou essa fase inicial (REZENDE, 2000; BRASIL, 2012; BECKER, 2016). Patrocinadores tinham um papel central (BECKER, 2016), entre eles o de dar o nome aos programas. Mas, concorrer com o rádio não era fácil, o número de telejornais era pequeno, lembra Rezende (2000). Mudanças significativas nessa linha ocorreram quando agências de notícias começaram a fazer acordos com grandes anunciantes, que proporcionaram a “libertação da narração exclusivamente oral e o uso mais frequente de matérias ilustradas” (REZENDE, 2000, p. 107). O destaque na virada para a década de 1960 foi a chegada do *videotape*, um equipamento revolucionário para o telejornalismo mundial porque proporcionou mais agilidade e qualidade aos programas que deixaram de ser feitos exclusivamente ao vivo. A gravação e a edição entraram na rotina do telejornalismo, mesmo com dificuldades que foram diminuindo com o avanço tecnológico, sempre determinante também no surgimento de novas possibilidades de construção da notícia no telejornalismo (BRASIL, 2012; VIZEU, 2014).

Em 1962, o *Jornal de Vanguarda*, na TV Excelsior, trouxe mudanças significativas que, com certeza, geraram transformações na concepção do telejornalismo de anos posteriores (BRASIL, 2012). Entre elas, a participação de jornalistas como produtores e como apresentadores cronistas especializados. Eles deixavam as redações para irem para o estúdio. Segundo Becker (2016), havia inventividade estética, independência editorial e diversificação de fontes; e, de acordo com Rezende (2000), a qualidade do telejornal causou impacto significativo que só foi interrompido com a edição do Ato Institucional nº 5 pelo Governo Militar, em 1968.

Na censura o telejornalismo do Brasil assume o modelo norte-americano como inspiração, copiando o estilo apenas visual, sob a influência do governo militar. Na segunda metade dos anos 1960, o telejornalismo sofreu com a instabilidade política, da falta de recursos e as pressões da censura (BRASIL, 2012; BECKER, 2016). Jornalistas deixam a apresentação e os locutores voltam a se destacar na condução do noticiário e, apesar dos avanços tecnológicos, videoteipe, câmeras de estúdio mais ágeis, a lente de zoom em

substituição às torres de lentes, o jornalismo na televisão não tinha estilo próprio, diferente do que já acontecia nas novelas e programas de entretenimento (REZENDE, 2000). “Os meios de comunicação foram utilizados como instrumentos de controle político e ideológico do país no governo militar, que investiu na execução e modernização do sistema brasileiro de telecomunicações” (BECKER, 2016).

Na sequência, em 1969, um fato marca definitivamente uma mudança no telejornalismo tupiniquim, o nascimento do *Jornal Nacional* – o primeiro informativo da TV transmitido simultaneamente, ao vivo, em rede nacional, para várias capitais (MATTOS, 2000; MEMÓRIA GLOBO, 2004). O telejornal buscava bater seu principal concorrente, o *Repórter Esso*, que caiu em derrocada, na TV Tupi, fragilizada, no fim do ano de 1970. O *JN* apostava no rigor do planejamento, com textos escritos e sem improvisos, além de se fortalecer com o progresso tecnológico. Fazia isso em meio à censura e olhar do Regime Militar.

O telejornalismo naqueles anos, segundo Rezende (2000), caracterizou-se pelo desenvolvimento técnico, com destaque apenas para a iniciativa da TV Cultura, com o *A Hora da Notícia*, que não tinha um padrão nem preocupação com a forma, mas dava destaque ao depoimento popular, aos problemas da comunidade. A questão é que havia interesses conflitantes e a prioridade dada ao depoimento popular não coincidia com interesses políticos dominantes no país.

Tanto que em sua gestão como diretor do departamento de jornalismo da TV Cultura, substituindo Fernando Pacheco Jordão, a partir de 1974, Wladimir Herzog praticou seus ideais de jornalismo por muito pouco tempo e assim mesmo teve que pagar com a própria vida, no ano seguinte, vítima da intolerância política. (REZENDE, 2000, p. 112).

Na TV Bandeirantes, o telejornal *Os Titulares da Notícia* trouxeram uma modificação importante: a valorização do trabalho do repórter, que passou à protagonista, independentemente da aparência e voz bonita. Mas foi o jornalismo de TV Globo que se manteve crescente, com padrão na forma e no conteúdo, porém considerado superficial e sem intenções de falar sobre os reais problemas do país. Sob o olhar do Governo Militar, a emissora continuou crescendo com, desenvolvimento técnico e apuro formal. De olho no modelo, outras emissoras reproduzem a forma, com raras exceções e programas específicos. Rezende (2000) destaca, por meio de depoimentos, que, no caso da Globo, a superficialidade na abordagem de alguns temas não era preocupação para direção da emissora, que não estava disposta a colocar

opinião explícita e buscava um telejornalismo impressionista, rápido. Um informativo funcional para o telespectador que volta para casa tendo um panorama breve dos acontecimentos, de fácil absorção (REZENDE, 2000, p. 116-117).

O telejornal estabeleceu seu poder como um veículo de divulgação e controle de notícias. No entanto a verticalização da informação e a censura política provocaram muitas restrições e só restou a equipe do JN investir na forma, na estética visual. (BECKER, 2016, p.35).

Becker (2016) destaca reflexão de Machado (1984) quando lembra que a competência técnica foi um instrumento político tão eficiente, quanto à cumplicidade do JN com o Regime Militar, distraindo o olhar crítico do telespectador (MACHADO, 1984 apud BECKER, 2016). Acusação de que a Rede Globo e seus veículos apoiaram o regime militar e que por isso cresceram durante o período é respondida no site da Memória Globo. No texto institucional, admite que O Globo, jornal do grupo, de fato, apoiou o movimento militar, mas não foi um posicionamento exclusivo do jornal, porque havia favorável e majoritário movimento contra o nacional-populismo de João Goulart. Diz o texto: “Depois de instaurado o primeiro governo, alguns periódicos passaram para a oposição. Roberto Marinho seguiu dando apoio aos militares. Ele acreditava na vocação democrática do presidente Castello Branco” (MEMÓRIA GLOBO, 2013).

No caso da TV Globo, a direção da emissora nega que recebeu tratamento diferenciado e que isso tenha contribuído para o crescimento:

O jornalismo da Globo não recebeu nenhum tratamento diferenciado durante o período militar. Como todos os veículos de informação, o seu noticiário sofreu com a censura, que atuava diretamente na emissora na forma de telefonemas, comunicações oficiais e memorandos. Notícias de eventos considerados delicados para o Governo, como a morte de Carlos Lamarca, por exemplo, provocavam a presença na emissora de oficiais do Serviço Nacional de Informação- (SNI) e do chefe da polícia. Em agosto de 1969, a Globo chegou a ser retirada do ar durante algumas horas como punição pela leitura, no programa de Ibrahim Sued, de uma nota sobre a doença do presidente Costa e Silva. Mesmo no período da abertura, as pressões continuaram grandes sobre a TV Globo. Em 1981, quando ocorreu o atentado no Rio Centro, os militares ocuparam a redação da emissora e não deixaram que quase nada fosse exibido sobre o assunto. A censura não se limitava às notícias: atuava também no entretenimento (MEMÓRIA GLOBO, 2013).

Sob o regime, em meio às controvérsias que romperam os anos, o espaço destinado ao telejornalismo aumentou. Surgiram o *Jornal Hoje*, o atual *Jornal da Globo* (que teve vários

nomes) e um telejornal no início da manhã em São Paulo, modelo para os telejornais regionais e o atual *Bom Dia Brasil*. Foi a década da TV em cores, que chegou em 1972 e demandou recursos das empresas (BECKER, 2016).

Mudanças significativas no conteúdo começaram a acontecer no início dos anos 1980, quando um horizonte de redemocratização era visto. Pouco antes de fechar, a TV Tupi tinha o *Abertura*, programa que abriu microfones para exilados que estavam voltando ao país. Na Bandeirantes, destacou-se o programa de entrevistas *Canal Livre*, que não era um telejornal mas um programa de entrevista, que buscava ampliar o debates das questões políticas e sociais do momento. Rezende lembra:

O abrandamento da censura proporcionou a revitalização do telejornalismo já no início da década de 1980. Vários programas de entrevistas e debates surgiram entre os quais *Vox Populi*, na TV Cultura, o *Encontro* com a imprensa, na TV Bandeirante e o *Diário Nacional*, na TV Record. A própria Globo fez uma tentativa pouco duradora nessa linha jornalística com a edição semanal do *Globo em Revista*. Pouco tempo depois, em 1981, a Bandeirantes cedeu amplo espaço em sua grade para acolher uma diversificada série de programas jornalísticos: *Variety*, *ETC*, *Outras palavras*, *Bastidores*, *Nova Mulher* e *Crítica e Autocrítica*. A não ser o último, os demais programas também tiveram uma vida muito curta, mas de qualquer modo simbolizaram essa etapa da história do telejornalismo brasileiro. (REZENDE, 2000, p. 118).

Na Globo, os telejornais mantinham o tom protocolar, ameno com relação à realidade brasileira, mesmo depois do fim da censura. Ao priorizar aspectos tecnicistas, tecnológicos e impecável formalidade, sem olhar crítico com a realidade, sobressaíram-se, além do reconhecimento da qualidade estética, questionamentos sobre a posição político-ideológica, que inevitavelmente pendia para a publicização de atos governamentais. Se não havia mais censura do regime, havia uma espécie de autocensura (REZENDE, 2000; BECKER, 2016). A autora lembra que as leis de mercado começam a ocupar o lugar da censura, intervindo no formato e no conteúdo das notícias e como no regime militar, o governo da Nova República usou a mídia eletrônica para obter respaldo popular (BECKER, 2016).

Com influência norte-americana, a Rede Globo lança, em 1985, o *Manual de Telejornalismo*, com normas criadas pelo jornalismo americano e adaptado à realidade brasileira. Essa busca para criar uma linha a seguir, fortaleceu ainda mais e o que se chama de “padrão Globo de qualidade”, iniciado ainda na década de 1970 quando do fortalecimento da rede nacional, com investimentos na programação centralizada, com pouco espaço para produção local e regional (BRASIL, 2012).

Com relação ao conteúdo e a forma do telejornalismo do país, as novas mudanças significativas ocorreram com o nascimento do SBT e da TV Manchete, no começo da década de 1980. A Manchete apostou em colocar duas horas de telejornalismo no horário nobre e obteve resultados na audiência. Na emissora Bandeirantes, Joemir Beting assumiu o papel de âncora do *Jornal da Bandeirantes* por quase seis anos. O SBT depois de muitas tentativas frustradas acertou com um novo formato. Em 1988, Boris Casoy, oriundo de jornais, consolida como a figura do âncora, no jornalismo brasileiro, mais bem-sucedida e conhecida experiência nessa linha. Apresentava o telejornal, fazia comentários, entrevistas, inspirado no modelo americano. Acreditava que a audiência brasileira era carente de formatos como o de entrevista e comentário (VIEIRA, 1991 apud REZENDE, 2000; SQUIRRA, 1993). No mesmo ano, a TV Cultura aposta na figura do âncora, com Carlos Nascimento. Segundo Brasil, mesmo conquistando novos espaços para o telejornalismo sem censura, a linguagem visual da maior parte desses programas apenas repetiu a fórmula já consagrada na década anterior (BRASIL, 2012).

Na década de 1990, numa espécie de contraofensiva, com ajuda das tecnologias, aposta no jornalismo fora do estúdio, com nomes que pudessem explicar, interpretar e dar informações aos telespectadores, sem “opinar”, como faziam os âncoras que ganhavam espaço em outras emissoras.

O resultado positivo desta mentalidade registrou-se no início de 1991, na cobertura que a Globo fez da Guerra do Golfo. Qualificada por Alberico Souza Cruz de momento antológico da história do telejornalismo brasileiro, o trabalho desenvolvido mostrou que o potencial jornalístico e tecnológico da TV Globo se equiparava ao das grandes redes mundiais de televisão. A Globo entrava ao vivo com o repórter Pedro Bial de diversas capitais do oriente – Bagdá, Tel-Aviv e Riad, da Europa e dos Estados Unidos, com os jornalistas Ernesto Paglia, Paulo Henrique Amorim e Rodolfo Gamberini (REZENDE, 2000, p. 130).

Nessa década, destaca Becker (2016), os telejornais começam a ir além a da função objetiva de informar e ocupa lugar dos defensores do público diante da fragilidade das instituições que representavam a sociedade civil. Nasceram apostas como que abria espaço para denúncias populares e prestação de serviço (BECKER, 2016, p.37).

O telejornalismo popular, com linguagem radiofônica, sem texto, com narração do repórter no local dos acontecimentos, em geral tragédias e crimes, ganhou força e se notabilizou com o *Aqui Agora*, do SBT, que nessa época também tinha um relativo sucesso com o *TJ Brasil*, comandado por Casoy (MATTOS, 1995; SQUIRRA, 1993; PORCELLO e

tal, 2012). Era início da década de 1990. Para ilustrar imagens em plano sequência, sem corte, com as quais o telespectador se transportava para o local “do fato”. A linguagem nova fez sucesso e influenciou dezenas de telejornais locais e regionais que seguiam a linha sensacionalista e policialesca (BRASIL, 2012).

No jornalismo de “bancada”, tradicional, a mudança significativa se deu com o fortalecimento da presença dos jornalistas como apresentadores e na produção de jornais, na busca pela credibilidade e domínio de todo o processo. Para muitos estudiosos a mudança mais significativa aconteceu na substituição de Cid Moreira e Sérgio Chapelin no *Jornal Nacional*, em 1996. Entram William Bonner e Lilian Witte Fibe, profissionais da casa que reforçavam a parte jornalística em detrimento do modelo de locutor-apresentador. Diante do embate, em 1997, a TV Record busca fortalecer o jornalismo contrata Boris Casoy para apresentar o principal jornal da emissora, o *Jornal da Record*. Ele ficou até 2005, quando a emissora fez uma cópia do *Jornal Nacional*, com Celso de Freitas e Adriana Bezerra, ambos ex-Globo. As mudanças, no entanto, não trouxeram modificações significativas na produção de reportagens que se resumiam a trazer fatos e suas consequências mais imediatas, com matérias curtas de até 1 minuto e 30 segundos.

Ainda na década de 1990, outra novidade na linha que mexe com formatos e conteúdos e, conseqüentemente com audiência, fortalece as tevês por assinatura. No telejornalismo, destaque para Globo News, que nasce em 1996 e começa rerepresentando 30% dos jornais da TV Globo e com um noticiário de hora em hora, entradas ao vivo e exibição de reportagens produzidas por emissoras afiliadas pelo país. A TV por assinatura, de maneira geral, segmentada, tematizada, inevitavelmente atinge a audiência dos canais abertos que buscam agora não só manter o público como conquistar aquela que foi em busca de temas específicos nos canais fechados. De uma forma ou de outra, as novas formas de obter informação e entretenimento exigiram criatividade do telejornalismo na TV aberta. No caso da Globo, mais ousadia para se desprender do discurso governamental e da pecha de emissora oficial; exigia-se mais crítica mais densidade, contextualização. A emissora continuava destinando parte do seu principal noticiário, o *JN*, à espetacularização que gerava audiência, afirma Rezende.

A nova política editorial frutificou rapidamente: 1) dia 28 de julho, o nascimento da filha da apresentadora Xuxa teve uma cobertura duas vezes maior que o da privatização da Telebrás; 2) dia 17 de agosto, o assalto ao ator Gérson Brenner ganhou um destaque seis vezes maior do que a declaração da moratória da Rússia; 3) dia 16 de setembro, o acidente com o ator Danton

Melo ocupou um tempo dez vezes maior do que a matéria sobre cortes do orçamento do governo brasileiro (REZENDE, 2000, p. 142).

Mas apesar de todas as investidas de concorrentes e das críticas ao espaço dado ao entretenimento, aos *fait divers*, aos dramas das celebridades, manteve-se (mantém-se) como principal fonte informativa do país (REZENDE, 2000, p. 140). Para alguns, justamente porque estabeleceu um padrão estético atrativo, com rigor formal e credibilidade na maior parte do conteúdo, mesmo considerado por muitos críticos superficial e ligado ao poder dominante.

No fim do milênio e no início da “nova era”, a transmissão ao vivo de acontecimentos revolucionou a forma de fazer e ver o telejornalismo. Destaque para a chamada Guerra da Televisão, a do Golfo, transmitida pela CNN e o atentado às Torres Gêmeas, em setembro de 2001. “A transmissão ao vivo desses acontecimentos reafirmou a televisão e o telejornalismo como principais lugares da construção da história cotidiana, assim como as transmissões televisivas das comemorações dos 500 anos de Descobrimento do Brasil” (BECKER, 2016, p.40).

Na primeira década do novo século, o avanço tecnológico ampliou as possibilidades de transmissão ao vivo. Emissoras do país, especialmente a Globo, expandiram os investimentos em carros de links ao vivo e no uso do “kit correspondente”. Equipamento que permitia uma edição prévia e envio de imagens gravadas por meio da internet, ainda lenta para esse tipo de função. A consolidação da rede mundial de computadores, a melhoria na conexão permitiu que fotos e vídeos gravados pudessem ser enviados para as emissoras ou colocados em portais de notícias, que se consolidavam como novo espaço para produção e divulgação de informações jornalísticas e a participação da audiência.

Vale lembrar que, como destaca Vizeu (2012), a participação por meio de vídeos não era nova e já existia nos anos 1980 quando surgiram as câmeras portáteis que facilitavam a produção de conteúdos por pessoas comuns, que não estavam nas redações. Porém, naquele período o envio de vídeos e fotos era mais complicado. Era entregue na emissora, ou enviado por cartas. Além de tudo, no caso dos vídeos, era preciso adaptar formatos o que levava tempo (VIZEU, 2012, p. 116).

As televisões e o telejornalismo e sua linguagem ainda não tinham sido afetados de maneira decisiva pela “velocidade” da rede e pelos impactos da colaboração, como é hoje. E foi uma disputa por audiência, especialmente entre Globo e Record naquele período, que trouxe transformações importantes na linguagem dos telejornais. Em vez de atrair a atenção

das camadas mais populares, a Record investiu na quebra da “formalidade” televisiva nos jornais de alcance nacional, como *Cidade Alerta*, e os regionais e locais. Apostou no formato que nasceu com o *Aqui Agora*, na década anterior, no SBT; retirou a bancada dos apresentadores que começaram a circular no estúdio, trocando de câmera, passeando entre o drama e a informação. O jornalismo policial, o grotesco, as tragédias, resultado da violência urbana, o cotidiano violento da periferia e as tragédias nos bairros de classe alta ganharam espaço e pauta na produção telejornalística. O texto formal, com regras rígidas, controle no uso de palavras populares, gírias, proibidas nos manuais de redação, é esquecido no chamado jornalismo policialesco. Apresentadores e repórteres estimulam uma espécie de “diálogo” com o telespectador. A fórmula foi vitoriosa principalmente no jornalismo local, onde programas populares e policialescos da SBT e Record começaram a bater afiliadas da Globo em audiência, que mantinham a “limpeza visual e textual” dos telejornais. A competição levou a luta para ver qual o canal oferecia mais sangue e corpos destroçados, diz Herreros (2004). E mais, com a maior aproximação dos planos. Isso, segundo o autor, para provocar impactos sensoriais e emocionais, mas sem nenhuma função para compreender a complexidade dos fatos.

Os embates locais e o nacional pelas audiências, de alguma forma, fizeram o telejornalismo da Globo até então imbatível a repensar a formalidade, o preciosismo das estruturas estéticas e a linguagem dos manuais. Apesar das mudanças acontecerem lentamente, experimentadas nas afiliadas e redes regionais, elas transformaram a forma de apresentar a notícia na rua e no estúdio. As primeiras mudanças aconteceram em São Paulo, com a participação de repórteres como Márcio Canuto, que, como uma espécie de personagem, defensor da população cobra soluções ao poder público. Reportagens na periferia pediam melhoras nos serviços públicos e davam voz ao cidadão. Em 2005, no Rio de Janeiro, a Rede Globo criou o quadro *RJ Móvel*, no *RJTV 1ª Edição*, para divulgar reivindicações populares, valorizar a participação da audiência e tentando fortalecer o telejornal como mediador entre a sociedade e os poderes públicos, mas com uma atuação mais ativa e de cobrança para com esses poderes. “Com o *RJ Móvel* a equipe ganhou mais mobilidade para gravar reportagens e entrar ao vivo de qualquer lugar, via satélite, e passou a percorrer bairros e comunidades da periferia do Rio, atentos às denúncias da população.” (BECKER, 2012, p.72).

Tem ainda a experiência do *Calendário*, no NETV, no Recife, quando repórteres da emissora mostravam problemas, ouviam a comunidade e, com calendário na mão, “exigiam” de autoridades soluções para as demandas. Sobre a o caso do Recife, Sobrinho destacou:

Em Pernambuco, a implantação do jornalismo de serviço faz parte de uma estratégia mais ampla adotada pela Rede Globo Nordeste de recuperação nos índices de audiência. A estratégia foi exitosa, e a Globo já é líder de audiência no horário. Ou seja, a Globo resolveu “popularizar” sua programação sem apelar a estratégias que pudessem ser vinculadas à falta de respeito a segmentos da audiência ou dos grupos representados nas notícias. Tais acusações, que vão de referências sexuais a uso explícito de imagens violentas, recaem sobre o principal concorrente da Globo Nordeste no horário, o extinto programa “Bronca Pesada” (SOBRINHO, 2014, p. 91).

O jornalismo dando voz à comunidade adotado nesses locais serviu de referência para todas as afiliadas do país, que também fizeram modificações na estética dos jornais e na forma de apresentação e condução do material jornalístico. Perderam as bancadas grandes e ganharam bancadas menores e mais estreitas, usadas apenas como suporte de onde os apresentadores passaram a conduzir o jornal em pé; como faziam as novas “estrelas de popularidade” dos jornais populares das emissoras concorrentes. Mudança também na linguagem com a introdução lenta do “dizer”, da “fala” coloquial, aceita no registro formal (PATERNOSTRO, 2006), do uso de termos que eram comuns no dia a dia das pessoas, mas que eram modificados para atender a formalidade do telejornalismo. Repórteres, em matérias testemunhais, assumiam papel ativo e não só de mediação de informações entre a fonte e o telespectador.

Para fazer frente ao jornalismo popular, sem levar sangue explícito aos telejornais, como fizeram muitos os populares “espreme que sai sangue”, o telejornalismo global ensaiou passear pelo policial, mas, apostou, mesmo, no “jornalismo comunitário” e de “serviço” e colocou nas telas os problemas dos bairros: a falta de sinalização nas ruas, o esgoto estourado, o buraco no asfalto, os problemas do transporte público nas regiões mais distantes do centro da cidade, a falta de atendimentos nos postos de saúde, a falta de médico, a situação precária das escolas. O telejornalismo passou a ser “parceiro” da comunidade na cobrança de serviços e aplicação das leis que eram de responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo. A linguagem dos repórteres era cada vez mais testemunhal e, como defensores da “comunidade”, cobraram soluções ao poder público para os problemas de ruas e bairros, em nome do cidadão comum. Naquela década, a internet já permitia que telespectadores, por

meio de *e-mails* e mensagens nos sites das emissoras fizessem suas reclamações, enviassem fotos e vídeos. Vizeu destaca:

Em 2006, imagens captadas por um celular foram exibidas pelas televisões de todo o mundo. As cenas mostravam a execução de Saddam Hussein, ex-ditador do Iraque. Foi também por meio de um aparelho de telefonia móvel que um morador de São Paulo registrou, do apartamento onde morava, em 2007, o desmoronamento na obra de ampliação do metrô, que causou a morte de sete pessoas. Em agosto de 2008, cenas captadas por celular revelaram os detalhes do local onde caiu um avião da Spanair, em Madri, na Espanha, que deixou 154 mortos (VIZEU, 2014, p. 117).

Eles pediam ajuda, deixam seus contatos e se aproximavam cada vez mais da produção das notícias e assuntos que iriam pautar o jornalismo local. E, quando a repercussão era grande, chegava aos holofotes das câmeras nacionais. Nesse período, nasce experiência de levar o jornalismo para favelas, que mais tarde seriam chamadas de comunidade. Era uma forma de arrancar desses locais o estigma de locais violentos, e, numa nova representação, fazer com que essas áreas menos desassistidas pelas autoridades fossem vistas como um local de convivência, com pessoas boas e ruins, mas que precisavam mesmo do olhar de políticas públicas e atenção para resolução de problemas básicos.

Como “defensor do cidadão”, com linguagem mais próxima dos menos escolarizados, abrindo o microfone para reclamações ao vivo e gravadas, produzindo reportagens enviadas pelos telespectadores por e-mail, o “jornalismo comunitário” faz frente com o jornalismo policial. Apesar de conteúdos contestáveis, a guinada gerou a mudança na linguagem visual e textual dos telejornais da década seguinte que, mais uma vez, seriam impactados pelos avanços tecnológicos que atingiram e continuam atingindo a produção de texto, imagens, o envio, a divulgação e, mais recentemente, a circulação e compartilhamento do produto telejornalístico. Sob a crosta do jornalismo em favor das comunidades, contra a omissão dos poderes públicos, o telejornalismo mantém e ganha audiência e, conseqüentemente, mais poder comercial.

Vale ressaltar que, quando falamos em jornalismo comunitário não é o que alguns autores dizem que deve ser produzido autonomamente pela comunidade, pelas pessoas. Essa é a denominação dada por emissoras de televisão para definir o jornalismo que cobra soluções ao poder público de problemas nas ruas, nos bairros, na prestação de serviço. E, independentemente das divergências conceituais, é desse último que estamos falando. O cidadão usa as ferramentas de publicização das emissoras que escolhem, filtram e enquadram as questões levantadas por quem denuncia os problemas. Dando voz e espaço ao cidadão,

emissoras capitalizam o discurso de “defensor da população”, importante para legitimação do trabalho e fortalecimento da credibilidade.

O telejornalismo com linguagem coloquial, mais solta e com participação da audiência, mantém-se firme nesta década. No caso da apresentação dos telejornais, com ainda mais despojamento na apresentação. Jornalistas tiraram a gravata do estúdio para diminuir a formalidade, trocam “figurinhas” com repórteres nas entradas ao vivo e usam termos que sempre foram comuns à linguagem oral, mas que não estavam presentes no coloquialismo televisivo. O “tá” foi para o lugar do “estar”, o “bacana”, substituiu o bom. Sobre o estúdio, ambiente que recebe a nova linguagem entre jornalistas, Becker detalha:

Agora a bancada do (a) âncora é menor do que a tradicional e o estúdio é elaborado para facilitar a movimentação dos jornalistas. Tanto o apresentador (a) quanto os comentaristas que participam do noticiário deixam de aparecer sempre sentados e passam também a apresentar as notícias e a emitir as suas opiniões em pé ou acomodados em poltronas instaladas no estúdio para acomodar os entrevistados (BECKER, 2012, p. 81).

Mas uma das principais características dos processos de comunicação midiáticos da atualidade é, sem dúvida, a maior participação da audiência, telespectadores e dos “cidadãos comuns”. A “produção da rua”, feita por não jornalistas, tem ido cada vez mais aos “telões” do estúdio, uma espécie de grande janela que simula proximidade, presença e intervenção do público. Fenômeno pela popularização ainda maior de dispositivos tecnológicos digitais e de conexão, pelo barateamento dos equipamentos de produção audiovisual e provocado pela possibilidade de convergência das mídias (BECKER, 2012; VIZEU; ALVES, 2017).

A produção de conteúdo informativo na mão do cidadão, compartilhável facilmente com as mídias tradicionais, uma *audiência potente*, aquela que, segundo Mesquita (2014), passa a se envolver nos processos, práticas e nas rotinas jornalísticas; com potencial para propagar informação, que pode gerar ou ilustrar uma notícia, tem mecanismos para questionar o conteúdo do telejornal, propor novo foco, mobilizar, ressignificar o conteúdo, por meio de comentários, opiniões. “Reverberando nas redes, oferecendo um extrato do que querem e do que pensam esses cidadãos e cidadãs que se envolvem com os meios de comunicação” (MESQUITA, 2014, p. 16).

Um dos exemplos dessa atuação, segundo Mesquita, aconteceu em 2010, na cobertura das enchentes de 2010, no Rio de Janeiro. Segundo ela, coprodutores trouxeram conteúdos diversos sobre o desastre climático e no dia oito de abril de 2010, o *Globo News* focou a cobertura das enchentes para “autorreflexões” sobre a intervenção da audiência no episódio.

O debate chamava a atenção para esse cidadão, muitas vezes excluído do debate público articulado pelo jornalismo, que passou a ser envolvido, ainda que de uma forma restrita, na produção de conteúdo para os meios de comunicação, relacionando-se de outras formas com os veículos de comunicação de massa e abrindo a possibilidade de figurar ao lado das fontes oficiais que, historicamente, alimentaram a agenda jornalística (MESQUITA, 2014, p. 50).

Se já era fácil captar imagens, enviar por e-mail no início dessa segunda década do século XXI, agora o que é gravado ou fotografado vai facilmente para as redes sociais e aplicativos de troca de mensagens. Tudo pode ser compartilhado em segundos por milhões de pessoas por meio de computadores portáteis, tablets e celulares espalhados por milhões de mãos. O poder simbólico, de produção de conteúdo que podem gerar impacto social, deixou de ser exclusividade da mídia, da política e da economia. Está na mão do indivíduo (CABALLERO, 2017). A ação desta, também chamada audiência ativa (VIZEU; ALVES, 2017), tem mudado a rotina e os critérios de noticiabilidade (SIQUEIRA, 2017), gerando novos formatos e novas maneiras de tratar a produção de conteúdo, que tem valor informativo, mas que não foi inicialmente trazida pelos telejornalistas. Siqueira destaca:

Na atualidade, por exemplo, se um repórter chega a um determinado local para contar a história de um incêndio em área urbana, é provável que alguém que vive por ali ou que estava passando pela área ofereça cenas inéditas ao jornalista do momento em que o fogo começou. E se quem fez esse vídeo não encontrar um repórter, é provável que nem ligue para a redação oferecendo a imagem. Possivelmente, vai enviar para o número de telefone da emissora pelo aplicativo de celular *WhatsApp* (SIQUEIRA, 2017, p. 148).

A melhoria significativa na qualidade do sinal da internet também deu mais velocidade e dinâmica ao processo de produção de notícias por telejornalistas que agora fazem pequenos relatos pelos celulares e enviam para ser exibido nos telejornais, gravam *off* dentro do carro da reportagem e enviam por meio da rede. As entradas ao vivo, antes dependentes das antenas nos carros carregados de equipamentos de transmissão de imagens, agora só dependem de uma “mochila” com equipamento que permite a conexão da câmera com a emissora. A cobertura ampliada nas cidades e até em cidade do interior permite entradas ao vivo de vários lugares.

Apostando ainda mais na instantaneidade e velocidade para dar a notícia, numa concorrência acirrada com sites e portais de notícia, emissoras de televisão diminuíram o grau de exigência no que se refere à qualidade de imagens que vão ao ar. Ao vivo vão com

imagens “borradas”, mas a informação é dada. Em alguns casos, quando a qualidade do sinal interfere apenas na imagem, os repórteres relatam o que veem nos locais dos fatos, sem mais problemas. Imagens gravadas, feitas pelo cidadão comum por meio do seu celular ou *tablet* são usadas para ilustrar reportagens ou muitas vezes é a base da matéria que vai ao ar (SIQUEIRA, 2012).

O uso das tecnologias digitais pela audiência na construção dos fatos telejornalísticos traz novas significações, redesenha o papel do cidadão consumidor potencial produtor de conteúdo que integra, inteiramente ou parcialmente, os produtos jornalísticos televisivos. No entanto, a presença dessa audiência não intervém de maneira significativa na construção das notícias. Jornalistas mantêm a fórmula e linha editorial na abordagem no recorte e nos enquadramentos, que podem se aproximar do objetivo proposto pelo colaborador, mas que pode divergir totalmente. “Nesse sentido, é possível observar que a atuação dos cidadãos ainda está restrita ao papel de intérpretes do acontecimento na interação com os noticiários televisivos” (BECKER, 2016, p. 167).

O noticiário televisivo atual, diferentemente das previsões oriundas das primeiras experiências de produção, consumo e distribuição na era da convergência, expande sua possibilidade de constituição e aparição, presente em diferentes telas e mantendo-se como protagonista na construção da realidade. Com o convite à audiência para participar gera resultados e em telejornais *Bom Dia Rio* e *RJTV*, da Globo Rio, por exemplo “conseguiram, após um mês de adesão ao uso do *WhatsApp* e *Viber*, registrar o total de um milhão de participações pela audiência ativa” (VIZEU; ALVES, 2017). Os autores lembram que no caso da TV Globo, os primeiros telejornais a fazer a experiência com esses aplicativos foram as cidades do Rio de Janeiro, em 23 de março de 2015; depois São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília, implantados no mês de junho do mesmo ano. “Verifica-se que a emissora preferiu o telejornalismo regional como cenário de testes para a inserção do aplicativo de mensagens *WhatsApp* e *Viber*, usados como mais um canal de mediação da interação” (VIZEU; ALVES, 2017, p. 54). Emissoras afiliadas da Record, no entanto, já usavam os aplicativos antes nos seus telejornais, em 2014.

Na edição do dia 21 de dezembro, depois de exibir reportagem que continha imagens feitas pelo celular da testemunha de um fato jornalístico (flagra de um ex-deputado bêbado), o apresentador e editor-chefe do *Jornal Nacional*, William Bonner, usou trinta segundos da nota-pé<sup>6</sup> para orientar aos telespectadores como filmar com *smartphone* para que a imagem se

---

<sup>6</sup> Informação extra, que não está na reportagem, e que é dada pelos apresentadores depois da exibição do vídeo.

adeque melhor à tela da televisão. A dica se tornou um dos temas mais comentados da internet naquela noite. O jornalista disse:

Já que a gente usou aquela imagem gravada por uma testemunha, vale a pena fazer uma observação. Na hora da pressa, é muito comum filmar ou fotografar nessa posição assim (vertical), mas para a imagem ser mais bem explorada aqui na televisão — repare o formato aqui da tela. O ideal é que o smartphone fique na horizontal, porque é desse jeito que a imagem vai respeitar a tela de TV e aparecer muito maior. Fica a dica (BONNER, 2017)<sup>7</sup>.

A repercussão foi intensa porque não é do perfil do *Jornal Nacional* abrir espaço para esse tipo de intervenção. Porém a participação cada vez mais comum do cidadão nos telejornais (SIQUEIRA, 2013), por meio de imagens feitas por aparelhos de celular, minicâmeras portáteis e pela facilidade de envio, referendou a iniciativa de “orientar” a audiência para sua intervenção testemunhal no telejornalismo.

Ensinar o cidadão, colaborador do telejornal, a gravar da melhor maneira, pode garantir uma imagem de melhor qualidade, provocando efeitos não só na estética, mas na forma e conteúdo do que será exibido. Parte da audiência ativa (MESQUITA, 2014) do *JN*, a partir daquele momento, é convocada, mesmo por meio de uma recomendação, a fazer imagens na horizontal quando fora enviá-las para fins telejornalísticos.

Para o telejornal e a emissora, não deixa de ser uma maneira de ampliar a quantidade de vídeos com mais qualidade feitos pelo cidadão. Sem ter condições de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, no tempo que os fatos acontecem, o telejornal, em segundos, de maneira didática e linguagem simples, ensina “seus produtores de conteúdo” espalhados pelo país, a fazer imagens que supõem que têm noticiabilidade. E, sendo usadas ou não, já chegam com o padrão visual, a estética visual determinada pela emissora. Na fala, Bonner não explicita que as imagens feitas na vertical não serão usadas. Afinal, a força jornalística é determinante, como aconteceu na reportagem que antecedeu a dica, na qual um ex-deputado foi flagrado bêbado. Porém, nas entrelinhas, fica a mensagem de que o vídeo gravado na horizontal tem mais possibilidade de ser usado porque se adequa ao “formato da tela”.

Os exemplos acima apenas ilustram uma das características principais do jornalismo contemporâneo: a instantaneidade e rapidez de captação e transmissão de imagens ao vivo e gravadas, por jornalistas ou por cidadãos comuns, considerados coprodutores da agenda telejornalística. Sobre essa realidade, Sodré (2010) afirma que as novas tecnologias reconfiguram a escrita no sentido de um papel mais ativo por parte do leitor, alteram o código

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://www.tecmundo.com.br/cultura-geek/125498-william-bonner-dica-jn-gravar-video-no-celular-vira-meme.htm>>. Acesso em 05 jan. 2018.

de leitura, uma prática plural: visual, sonora e auditiva. Daí, inevitavelmente, mudam os critérios da noticiabilidade, da conceituação e produção de notícias. “De fato, nesse nosso mundo hoje posto em rede técnica, modifica-se profundamente a experiência habitual do tempo, a da ordem temporal sucessiva, dando lugar à simultaneidade e à hibridização” (SODRÉ, 2010, p. 15).

Vizeu destaca que telejornalistas que trabalham em emissoras permanecem, em tese, tendo a função de verificar a procedência das informações e das imagens por questões profissionais e éticas.

Quando as imagens são selecionadas para serem levadas ao ar, os profissionais de comunicação utilizam as cenas como uma ferramenta de informação. Isso não significa que elas são notícias em estado bruto, que precisam da interferência do jornalista para ser contextualizada dentro do telejornal e para que ganhe o aval e a credibilidade que são emprestadas pelo veículo jornalístico e pelo profissional de comunicação (VIZEU, 2014, p. 120).

Esse é um dos desafios do telejornalismo atual. Com imagens circulando freneticamente pelas redes e pelos aplicativos, com todas as possibilidades tecnológicas de criação e montagens, profissionais lutam contra o feitiço do furo, da velocidade. Não devem trocar a informação completa e apurada por “likes” e compartilhamentos de imagens sedutoras. Em jogo estão todas as questões éticas que fazem do jornalismo, e principalmente o telejornalismo, produtor de um conhecimento singular, de grande alcance.

Os erros de apuração e os usos de informação-imagens vindas de coprodutores, sem a devida checagem, tem potencial de implodir a credibilidade de jornalistas, emissoras e do jornalismo profissional. Por isso, mesmo com pressões e constrangimentos de toda ordem, o telejornalismo, com sua centralidade e legítimo produto de conteúdos distribuídos em várias plataformas, não pode abrir mão de preceitos básicos, normas consagradas em seus códigos deontológicos e entranhadas na ética do seu fazer, afinal o jornalismo e ética não podem se separar, mesmo diante de todos os conflitos que a relação é submetida.

### **3.2 A ética e a apuração como pilares**

A propósito: é possível pensar o jornalismo sem ética? A expressão “jornalismo antiético” é uma forma de dizer que se contou uma história, registrou-se um fato, criou-se um acontecimento com linguagem (técnica) jornalística, e se divulgou, sem respeitar o público, a audiência ou aqueles envolvidos no relato. O resultado, em tese, é maléfico ao cidadão e à sociedade. Há quem prefira dizer que não se levou em conta os princípios normatizados em

códigos profissionais, que regem a atividade, produzidos e propagados para estabelecer limites e manter o jornalismo e seus profissionais numa direção do “bem social”. De alguma forma, ao abandonar a ética, o resultado da atividade jornalística é comprometido e o jornalismo deixa de cumprir sua função. Resume-se a uma técnica narrativa, oca, sem a presença de seu motivo de existir: ser a construção de uma realidade, preocupada com a interpretação correta do mundo, próxima da “verdade” dos fatos e atenta aos efeitos nocivos que seu produto simbólico pode trazer à sociedade, como a reprodução de preconceitos, incentivo à intolerância ou ao ato “desumano”.

O ato antiético subentende-se falta do bom, algo mau, injusto e, se a essência do jornalismo é a justiça, o bem-estar social, relata Guareschi (2000), há de se ressaltar que antiética e jornalismo não podem caminhar juntos. Ao contrário, do ponto de vista de quem produz informação responsável para a sociedade, ética e jornalismo, sim, são indissociáveis. São “sinônimos” de responsabilidade com o outro, com as relações sociais e com a organização do mundo. O jornalismo, por sua vez, tem uma relação de dependência total. A ética é sua base de sustentação, o seu motor. Sem ela, perde sua imunidade social, perde o elo com seu público, firmado por meio de um contrato fiduciário (RODRIGO-ALSINA, 2009), por uma relação de confiança (VIZEU, 2010) de onde nasce a credibilidade.

Por mais incômodo que possa parecer, tocar nesse ponto nevrálgico permite manter o jornalismo no caminho da responsabilidade com o outro, com o social. Uma reflexão mais uma vez provocada pelas mudanças e cobranças de um mundo de incertezas e confusão (CORNU, 2015, p. 103). A popularização da rede e dos meios digitais tem disparado interrogações sobre o componente ético do jornalismo (CABALLERO; MASIP; SANZ, 2007). Mas algumas certezas permanecem firmes: o futuro do jornalismo passará sempre pelos recursos humanos, seus agentes, e pela ética (DI FRANCO, 1996). Di Franco (1996) destaca que ele “reclama” de atualização, treinamento e formação permanente. Exige foco na verdade, respeito à dignidade humana, luta contra o sensacionalismo e defesa de valores éticos que representam uma atitude afirmativa. Como destaca Caballero, Masip e Sanz (2007), o princípio moral como fim não se altera com a tecnologia, que é o meio, mas a mudança tecnológica pode incorporar novos riscos que aumentam as dificuldades para a execução do princípio moral. Riscos que profissionais da informação estão inevitavelmente correndo, desafios que precisam ser superados para manter viva a chama da legitimidade e credibilidade que o jornalismo necessita para sobreviver como produtor de conhecimento essencial para sociedade. Nessa linha, o alerta:

La teoría clásica del periodismo determina que la honradez y el respeto por los principios fundamentales de la profesión distinguen a las empresas serias del resto. Tradicionalmente así ha sucedido en la prensa, la radio y televisión. Nosotros sostenemos que la situación en internet tendría que ser idéntica. El problema aflora cuando esas exigencias no se aplican a los cibermedios [...] que parecen gozar de cierta bula para difundir rumores y falsedades amparados por la aureola de supuestos espacios de independencia, pluralismo y libertad (CABALLERO; MASIP; SANZ, 2007. p. 527).

O perigo é óbvio, dado o caráter aberto e a capacidade de uma informação falsa se proliferar na rede. E, difundida de forma proposital ou equivocada gera consequências irreparáveis e não comparadas a nenhuma outra plataforma. Não é por menos, o jornalismo que de todas as plataformas que convergem para a internet tem um desafio diário de ser uma espécie de curadoria da informação, garantindo seu patrimônio simbólico entre os cidadãos.

### 3.2.1 As crises éticas do jornalismo

A desconfiança da sociedade de que há algo errado na cobertura da mídia, seja por excesso ou silêncio, atos unilaterais, descompromisso com o horizonte-verdade, falta de transparência, leva o público a colocar em xeque a ética do jornalismo, ou melhor, dos jornalistas e das empresas produtoras de conteúdo informativo. Os códigos estariam sendo descumpridos. Jornalistas, por sua vez, em muitos momentos, tendem a tentar fugir do debate, criar justificativas, apontar o dedo para os fins sociais, como justificativa para os meios. Mas é sobre os meios, onde nascem atos, carentes de reflexão e mudanças de rumo.

Karam (2014) registra que só um processo dialético de constituição de um movimento ético de profissionais, com reconhecimento da importância social do jornalismo, “pode criar as condições para a realização técnica, política, moral e ética da profissão” (KARAM, 2014, p.12). Para o autor, o direito social à informação inclui a diversidade de significação do mundo e dele fazem parte a palavra e a imagem, o jornalismo escrito e a imagem jornalística. Esse direito passa pela revelação diversa e contraditória do movimento e ações humanas. Isso não surge de algo arbitrário, mas de um conhecimento acumulado e fortalecido por opiniões divergentes e plurais e contraditórias.

O jornalismo constrói um mundo possível, a partir de um mundo real e por meio de um mundo de referência (RODRIGO-ALSINA, 2009). É uma representação da realidade, na qual várias forças atuam cada uma com seus interesses na luta pelos sentidos. Alguns são

mais libertadores e acreditam na pluralidade de fontes, meios e versões. Outros, voltados ao poder pessoal e com evidente desejo de manutenção de um *status quo* o fazem sobre e sob o discurso de que tudo é produzido como missão, para que o direito do público de conhecer fatos seja garantido. Uma interpretação dos efeitos de um fato muito relativa. Por divergências rotineiras entre o discurso e o fato fica difícil crer que teremos plena pureza na atividade jornalística ou tranquilidade nas decisões sobre procedimentos éticos.

Ao contrário, o “conflito” em busca do domínio da informação emerge todos os dias. Em alguns períodos com frequência quase ininterrupta. Em jogo, o poder simbólico da informação. Segundo Karam (2014), a luta pela liberdade de acesso à informação e liberdade de expressão se defronta milenarmente com o problema do domínio. Afinal, a informação é requisito indispensável para que o sujeito que não deseja ser um axioma dependente busque ser sujeito determinante. Por isso, ela é tão valorizada como expressão de poder, de controle de ideias e opiniões, como fonte de lucro, afirma Karam.

Os problemas éticos na cobertura jornalística estão fixados em vários aspectos, entre eles, os de interesses empresariais e políticos, presentes nos grandes conglomerados de mídia privados ou em grupos públicos, com interferência partidária. Nessa perspectiva, buscam-se os espaços para impor ideias, conceitos e histórias. Elas precisam gerar audiência, público, que num ciclo, aumentam a capacidade de influenciar e dilatam o espaço de poder. A preocupação ética nesse ambiente está sob forte pressão e fragilidade.

Garantir o direito à informação passa por esse eixo, segundo Karam, pela reestruturação dessa lógica.

Meditsch (2017) acredita que, no caso do Brasil, parte da responsabilidade do jornalismo partidário, político do país que se acentuou nos últimos anos, é culpa de quem esteve no poder e preferiu não enfrentar a questão da democratização da comunicação. Por outro lado, segundo ele, fortaleceu monopólios, distribuindo verbas publicitárias do governo.

Hoje, a esquerda paga um preço alto por isso, pois não tem acesso à mídia que atinge a população, a não ser mediado pela orientação editorial que lhe é antagônica. A situação é mais absurda no caso das emissoras de rádio e TV, que são concessões públicas e não realizam um jornalismo com pluralidade de fontes e opinião que atenda ao direito de informação do público. Funcionam como empresas de ônibus que escolhessem seus passageiros e deixassem na estrada os que não lhes fossem simpáticos. É uma situação insustentável numa sociedade democrática (MEDITSCH, 2017, p.48)

O alerta é para a necessidade de democratização dos meios de comunicação, com mais pluralidade e diversidade de fontes, de propriedade e regionalização. Horizonte distante, mas,

felizmente, claro. Karam registra, ainda, a força de outro eixo que se configura a partir da necessidade de uma mudança na noção atual de ética da profissional (KARAM, 2014, p.11-13) porque, para ele, ao lado do que chama de mesquinha e miséria cotidianas do jornalismo, está a sua grande capacidade de reconstruir o cotidiano de maneira plural.

O jornalismo não é moralmente defensável. Ele é moralmente imprescindível. Ou seja, em sua potencialidade, o jornalismo é forma pela qual as pessoas vão se apropriando cotidianamente de seu movimento no interior da humanidade e, desta, em sua autoprodução diária [...] O problema, a rigor, não é do jornalismo como gênero e consecução. É mais da forma, do conceito de fato jornalístico, da pauta, da seleção e hierarquização dos fatos e das suas fontes, das distintas visões sociais e ideológicas e da concentração da propriedade dos meios, que impede a pluralidade capaz de refletir a complexidade e diversidade dos acontecimentos do dia a dia (KARAM, 2014, p. 43-44).

Segundo o autor, a informação implica ser mediada por uma ética que deve ir além de se apegar apenas a uma norma de conduta, mas refletir uma própria teoria moral que rompa com a moralidade conservadora, a legalidade e com dominação vigente. Assim pode construir bases em valores como liberdade e humanidade porque alguns princípios permitem isso, mas outros levam ao desgaste da contradição entre conhecimento legal e impossibilidade da prática. (KARAM, 2014, 28)

A prática, a propósito, com surgimento e implementação de novas técnicas e tecnologias provocaram mudanças significativas na interface do jornalismo com o mundo, com vista a sua reconstrução. Mas o seu objeto é o mesmo, realidade em múltiplas manifestações, agora redistribuída em multiplataformas. Doravante, questões conceituais se mantêm ainda mais firmes, como interesse público, relevância social, rigor na apuração e cuidado na divulgação.

Na sociedade da informação e com a convergência tecnológica que abrange o jornalismo, redobra-se, ao meu ver, a importância do fazer jornalístico, resultado de uma teoria e de uma ética aplicadas ao exercício profissional, com seus valores métodos e técnicas [...] exige a disseminação de mensagens precisas, claras, contextualizadas por quaisquer suportes tecnológicos. E requerem movimento com as novas rotinas profissionais decorrentes do volume de informação, do ritmo social. (KARAM, 2014, 157).

O próprio autor, no entanto, faz um alerta importante: não o é possível trafegar no mundo, no cotidiano e na atividade jornalística de reconstrução diária simbólica da realidade sem que escolhamos, preliminarmente, valores. Esses podem ser expressos pela adesão espontânea à reprodução da educação, ao conhecimento acumulado a partir das particularidades pessoais, grupais e sociais ou pela experiência histórica (KARAM, 2014).

A complexidade das questões relacionadas à ética jornalística é tão ampla que parece não caber em uma única legislação ou norma profissional. Leis, códigos deontológicos e estatutos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, precisam dialogar para que nas práxis se construa o tratamento que será dado “a essa ou a aquela” informação, esse ou aquele fato. As multiformas dos episódios cotidianos exigem um olhar singular sobre questões como os limites da liberdade de expressão e de imprensa diante da dignidade humana. Ou ainda, quando está em jogo a busca por informações de interesse público, aparece na arena das argumentações a discussão sobre a licitude na obtenção de documentos, falas e imagens que nunca seriam conseguidos se jornalistas não cometessem infrações, de acordo com alguma legislação. Em jogo, o direito a propriedade, direito a imagem, invasão de privacidade, falsidade ideológica. Karam lembra que é muito complexo lidar com regras para construção da informação, visto que, “a complexidade dos movimentos dos conceitos e da reflexão ética não cabe na cristalização da norma. Os casos precisam ser examinados de acordo com as circunstâncias” (KARAM, 2014, p.148).

Caballero, Masip e Sanz (2007) fazem uma ponderação importante quando afirmam que a deontologia profissional considera que uma das normas importantes na busca pela verdade é a de que o jornalista faça o cruzamento de informações e lembram: “La irrupción de internet no altera la norma; lo que hace es seducir con su contundencia hipermedia e relajar el filtro de seguridad” (CABALLERO; MASIP; SANZ, 2007, p.525). Os autores questionam a ideia de que cada suporte tenha princípios morais específicos e normas deontológicas, visto que essas normas se resumem em três princípios básicos essenciais: o da busca pela verdade, com o pluralismo de versões para ampliar os pontos de vista; a dignidade da pessoa, conceito considerado amplo e que é resultado de tratativas da Declaração Universal dos Direitos Humanos; terceiro princípio é a autenticidade, que tem como uma das exigências que a informação jornalística não se disfarce da publicidade ou entretenimento. Os três, acreditam os autores, pressupõe liberdade de dizer e responsabilidade ao dizer (CABALLERO, MASIP; SANZ, 2007).

Nos casos, por exemplo, que o “fim”, com reconhecido interesse público, justifica os “meios”, manchado por infrações e atos fora da margem da moral social, jornalistas têm mais chance de ganhar a batalha. Os mecanismos considerados ilegais e questionáveis ganham uma espécie de “salvo-conduto” em nome do interesse da sociedade. Mas questões como essa não saem e não irão sair da agenda que pauta o debate ético da profissão. Estarão nos furos, nas grandes reportagens de repercussão social, política e/ou econômica. Serão motivos de questionamento nas universidades.

Na lista de questões que colocam a ética jornalística na corda bamba, destacamos ainda o respeito aos valores particulares de determinadas culturas, a cláusula de consciência, segredo das fontes, a intervenção de jornalistas no diálogo com criminosos, a transmissão ao vivo de crimes como sequestros e perseguições. Mas, nos arriscamos a afirmar que, nada produz um terreno mais fértil à crítica e à ética jornalística que as escolhas de enquadramentos, as tentativas de imprimir uma verdade particular, o olhar unilateral, maquiado por falsa imparcialidade e neutralidade. Ferrés (1996) é muito crítico nesse ponto e destaca que, nas democracias modernas, a liberdade de expressão está condicionada à possibilidade de expressão. Diz:

A censura política costuma ser substituída pela censura econômica e pela autocensura exercida no interior de cada meio em função dos seus próprios interesses. Inclusive nas democracias formais existem filtros de censura derivados da concentração da propriedade dos meios, dos sistemas de seleção dos profissionais, das exigências da publicidade que ajuda a sustentar esses meios, a da dependência das informações geradas pelo próprio governo ou pelas instituições. Em todos os casos, são filtros tão assumidos que até mesmo os profissionais acreditam honestamente na objetividade de suas informações (FERRÉS, 1996, p. 67).

Diferente de alguns exemplos dados acima, que são episódicos, o processo de construção simbólica imposto pela imprensa, motivados por interesses comerciais e políticos, que imprimem posições ideológicas a determinados temas, mais do que nunca coloca na berlinda a credibilidade de algumas empresas. A questão parece mais evidente agora por causa da internet e das multiplataformas sociais para obtenção de informações. O processo vertical histórico de divulgação de informações jornalísticas, imposto pelos grandes grupos de comunicação, detentores dos meios de produção e divulgação, das fontes e das “verdades absolutas e únicas” de um tempo, perde força quando o público tem acesso a outras geradoras de informação que dão versões diferentes, que trazem outros pontos de vista, que colocam o consumidor de jornalismo diante de outras verdades. Hoje, ainda com menos força de

inserção e alcance, mas com capacidade de gerar conflitos informacionais impensáveis em outros tempos.

Os novos canais e fontes de informação não só ampliaram a oferta da produção do conhecimento produzido pelo jornalismo. Eles permitiram que o leitor e a audiência tivessem acesso às versões diferentes do fato, aos olhares diferentes e façam inevitáveis comparações de cobertura e enquadramentos. Caballero, Masip e Sanz (2007) destacam um ponto importante sobre os desvios atuais: o monitoramento coletivo de derrapagens e a possibilidade mais real de detectar os erros, visto que o jornalismo “tradicional” da atualidade não dispõe mais do acesso exclusivo às fontes e o monopólio da difusão da informação; o que amplia as possibilidades de interpretação do mundo. Interpretação que, se for profissional, será baseada em fatos e referencial. Mas com as várias possibilidades de versões distribuídas, por vários meios, o jornalista tem um desafio maior na geração de um conteúdo compreensível, com indícios de aproximação máxima da veracidade, gerador de confiança e credibilidade.

Pisa em um terreno, segundo Karam, (2014) movediço, pois pode ser engolido por determinações morais particulares e ainda submeter os fatos à sua particularizada moral, o que se desdobra em uma ética individualizada. A falta de equilíbrio e a unilateralidade ficam mais claros porque novas fontes de informação também se tornaram potenciais fontes de comparação de coberturas, de abordagens e enquadramentos jornalísticos. Ficou mais fácil identificar distorções e desvios éticos. A rede, as versões, os vídeos que circulam mais facilmente podem ser a contraprova, o cruzamento de dados que só se fazia dentro das redações. Ficou mais fácil perder a credibilidade e colocar na linha de tiro o contrato de confiança com o público. Por isso a luta, por mais rigor, precisão, pluralidade e transparência deve ser ainda maior. Bilbeny lembra que esse é um dos paradoxos do jornalismo atual:

Aun habiendo más medios de información que nunca, y accesibles y más gente, la profesión de informador es hoy una de las más debatidas. Y el público no se anda con contemplaciones a la hora de penalizar la información que desaprueba por sus formas o sus contenidos (BILBENY, 2014, p. 51).

Mas no jornalismo atual há outra questão que tem modificado a forma de encarar o trabalho dos profissionais: a substituição da compreensibilidade pelo impacto. Na era da pós-verdade, jornalistas buscam uma notícia com impacto visível; com clichês, frases de efeito que ajudam o público a se conectar facilmente. A ética, nessa batalha, perde espaço para a busca pelo impacto imediato porque ele mede o sucesso da notícia.

Caballero (2017) afirma que um dos desafios da ética jornalística na atualidade está no uso das imagens. Elas nos insensibilizam ou conscientizam?

Essa enorme proliferação de imagens, que vulneram, digamos, para entendermos a dignidade humana, nos imunizam (no sentido de tornarmos anestesiados, de perder a sensibilidade) ou geram consciência? Geram consciência para que nós atuemos? Eu, nesse momento, neste sentido, sou pessimista. Eu creio que há uma enorme proliferação de imagens que nos anestesia ante a dor [...] minha inquietude é saber se essa enorme proliferação de imagens está convertendo o cidadão, de alguma maneira, em espectador. E assistimos a desgraça como quem vai a um cinema (CABALLERO, entrevista realizada em 06 de setembro de 2017).

O professor de ética reforça que para ele não existe uma ética do jornalismo na internet, mas uma ética do jornalismo que deve ser aplicada aos desafios que a rede traz. Verdade, dignidade humana e autenticidade resumem os princípios que devem nortear o profissional, segundo Caballero. O professor lembra que os desafios nessa sociedade do desconcerto, da visibilidade e da vaidade são enormes, e que requer observação e força para transformar. Alerta para o poder “descontrolado” da mídia e critica a censura empresarial, dentro do discurso simulado de liberdade de expressão.

Em uma sociedade democrática onde está proibida a censura, a não ser que seja por uma autoridade judiciária em casos motivados, há censura interna nos meios de comunicação. [...] Mas eu também digo aos meus estudantes: isso, eu descrevo, isso é assim, mas isso não é desculpa para o jornalista [...] que tem que ter coragem (CABALLERO, entrevista realizada em 06 de setembro de 2017).

No Brasil, as coberturas das reformas previdenciária e trabalhista e dos últimos fatos políticos, investigações dos casos de corrupção, tornaram-se fonte inesgotável de críticas à ética jornalística, principalmente quando o conteúdo é produzido pelos grandes grupos de comunicação privados, que têm audiência, alcance e grande poder de influência. Detentores das emissoras de televisão, cadeias de rádio e jornais mais importantes e mais influentes do país, portais vinculados replicam o conteúdo e a linha editorial. Mas a internet também, por meio de blogs independentes e redes sociais, abriga os espaços para as críticas, reclamações, refutações e para o debate sobre o que alguns chamam de crise ética do jornalismo. O destaque nem sempre é a falta de rigor, ou precisão na informação, mesmo que em alguns casos, sejam elas a causa das distorções. Mas a onda de críticas está ligada diretamente aos

direcionamentos, enquadramentos e abordagens que beneficiam empresários, políticos e segmentos sociais poderosos, como o industrial e agronegócio.

Como exemplo, podemos citar a cobertura da Reforma Trabalhista, que entre fevereiro e julho de 2017 gerou um debate intenso nos veículos de comunicação tradicionais e independentes; e ainda a Reforma Previdenciária, que também começou a ser debatida em fevereiro de 2017, e como não foi votada em definitivo pelo Parlamento, continua na pauta da mídia e da política. Nessas duas coberturas, grandes grupos jornalísticos de mídia escrita e eletrônica no país que foram acusadas de forçar um consenso da opinião pública (LIPPMANN, 2006), a partir de uma defesa explícita pela aprovação das reformas que, segundo o discurso, eram essenciais para melhoria da economia do país.

No caso da Reforma Trabalhista, a crítica principal era de que a cobertura dava destaque ao suposto benefício que ela iria trazer caso aprovada: o aumento dos empregos. E ainda, que as mudanças tornariam a legislação trabalhista mais maleável, moderna. Em outra frente, pouco ou nada se falava dos prejuízos como a diminuição salarial e precarização do trabalho. Um exemplo dessa cobertura unilateral que se estabeleceu na chamada grande mídia ocorreu no dia 11 de julho de 2017, quando o texto base da Reforma Trabalhista foi aprovado no Senado. No *Jornal da Globo*, o comentarista de economia do telejornal, Carlos Alberto Sadenberg, trouxe dados que segundo sua análise comprovam que a Reforma das Leis do Trabalho vai dinamizar a economia e trazer benefícios para patrões e empregados. Entre os argumentos, o de que as mudanças vão beneficiar principalmente os mais pobres, que, na época, viviam na informalidade por causa da rigidez da legislação trabalhista. Na intervenção, o tom positivo da mudança é de imediato, dado com o uso do termo “modernizar as relações capital e trabalho”. Ou seja, a Reforma vai deixar para trás o que está anacrônico, velho e não serve para o tempo atual. Disse Sadenberg:

Essa Reforma Trabalhista, entre outras coisas, que são mais importantes, é que ela estabelece novas formas de contratação, tempo parcial, autônomo, trabalho intermitente e com isso será possível formalizar o trabalho daqueles que estão na informalidade [...] você quer ver por exemplo nesse caso aqui quem vai ser beneficiado. Você pega jovens que só podiam trabalhar horas por semana, alguns dias por semana não podiam ter um trabalho formalizado, agora poderão ter pelo trabalho intermitente. A mesma coisa valendo para mulheres com filhos, que só podem trabalhar, por exemplo,

quando as crianças estão na escola. Enfim, esses tipos de contratos vão poder ser formalizados (SADENBERG, 2017)<sup>8</sup>.

A participação do comentarista dura cerca de três minutos e meio e durante todo esse tempo nenhum minuto foi utilizado para apresentar argumentos daqueles que foram contrários a reforma, como a precarização do trabalho, como a diminuição dos salários, redução de intervalos para descanso. A flexibilização é trazida apenas pelo lado positivo a partir do ponto de vista empresarial e os jornalistas não lembram que em negociações entre patrões e empregados geralmente se impõe o que o dono da empresa deseja e isso poderia enfraquecer o trabalhador, um dos argumentos dos que eram contrários às mudanças.

Observa-se que os argumentos do comentarista não há nenhuma mentira, são baseados em dados de uma pesquisa, mas um direcionamento de interpretação, sem que o telejornal traga um contra-argumento que equilibre o debate e que ao menos alerte para os possíveis prejuízos que as mudanças podem trazer. Demonstra-se, claramente, o interesse em fortalecer o discurso da importância da aprovação da reforma. Vale ressaltar, que esse é um dos casos da abordagem que se repetiu e predominou em várias edições dos telejornais das grandes emissoras de TV do país, em edições de jornais impressos e portais de notícia.

Princípios básicos do jornalismo, como pluralidade e tentativa de equilíbrio, não foram levados em conta, fragilizando o discurso da ética jornalística, que preza por esses elementos em qualquer cobertura. Destacamos esse caso porque é da emissora mais influente do país e, como qualquer canal de televisão, é uma concessão pública, na qual se espera a tentativa de equilíbrio, de polifonia para estimular o debate e construção de consenso, a partir de informações de fontes que possuem olhares e argumentações diferentes. Quando a cobertura passa a beneficiar voluntariamente um lado, transforma-se em propaganda e não em jornalismo, passando a ser questionado.

Outro exemplo pode ser dado à cobertura da Reforma Previdenciária. A grande imprensa brasileira cristalizava nos discursos de seus colunistas e em suas reportagens um enquadramento comum: o benefício que a Reforma iria trazer para as contas do governo, a garantia de aposentadoria para os mais jovens, a estabilidade financeira e a confiança dos investidores. O principal argumento era o de que o rombo nas contas da previdência impediria que os mais jovens se aposentassem a partir dos próximos anos. Ou seja, o dinheiro que

---

<sup>8</sup> SADENBERG, C. A. O que muda com a Reforma Trabalhista. São Paulo. Central Globo de Jornalismo. 11 jul. 2017. Comentário feito ao programa Jornal da Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/carlos-sardenberg/v/o-que-muda-com-a-reforma-trabalhista/6001290/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

estava entrando agora não seria suficiente para pagar as aposentadorias futuras. Por isso, a necessidade de aumentar o valor e o tempo das contribuições. Jornais, sites, TVs e rádios exibiam quadros ou gráficos com informações sobre como é a Previdência Brasileira hoje e como ficaria com a aprovação da aposentadoria.

A alegação foi a de que a pluralidade se resumia a dar voz a especialistas que questionavam os números do rombo do governo, motivo principal para justificar uma reforma considerada, por alguns, tão dura. Outro ponto que acabou gerando muitas críticas foi a abordagem sobre o tempo de contribuição para atingir o teto da aposentadoria, que passaria para 49 anos. Com limite de idade de 65 anos. Ou seja, jovens que começam a trabalhar com 22 anos, quando terminam a universidade, teriam que trabalhar depois dos 70 anos para conseguir o valor máximo de uma aposentadoria.

Um dos exemplos dessa cobertura unidirecional de defesa explícita das mudanças, com pouco ou quase nenhum espaço para o discurso e argumentos contraditórios, aconteceu no *Jornal da Record*, da Rede Record de Televisão. Entre o dia 1 e 5 de maio de 2017, o telejornal exibiu uma série de reportagens sobre a Reforma da Previdência, aliás, sobre os benefícios e a importância de defender a reforma. As reportagens, que tinham um tom de campanha a favor, foram anunciadas da seguinte maneira: “Essa semana o *Jornal da Record* vai tratar de um assunto que afeta milhões de brasileiros: a Reforma da Previdência. O Brasil, finalmente decidiu enfrentar esse problema”, diz o apresentador Celso Freitas na cabeça da primeira reportagem da série. A apresentadora Adriana Araújo continua: “Adiar a reforma mais uma vez vai mergulhar o país numa crise sem saída” (FREITAS; ARAÚJO, 2017)<sup>9</sup>.

O tom dramático e de essencialidade para o futuro do país reforça o discurso oficial do governo e do Ministério da Fazenda que lutam pela aprovação das mudanças no Congresso Nacional<sup>10</sup>. Nas reportagens foram tratados os seguintes temas: 1) As contas da Previdência não fecham e adiar a reforma, mais uma vez, pode agravar a crise econômica no Brasil. 2) O Brasil está mais velho. Isso significa que mais pessoas alcançaram a idade para se aposentar. A Previdência Social vai ter que se adequar aos novos tempos ou não haverá recursos suficientes para garantir a aposentadoria de quem contribui hoje. 3) Direitos iguais para todos. Esse é um dos princípios básicos da reforma. Um servidor público aposentado chega a ganhar

---

<sup>9</sup> FREITAS, C.; ARAÚJO, A. Previdência: o futuro em jogo. Central Record de Comunicação. São Paulo, 02 mai. 2017. Reportagem realizada para Série do Jornal da Record. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/series/serie-jr-previdencia-o-futuro-em-jogo-08052017>>. Acesso em: 15 out.2017.

<sup>10</sup> Exemplos do discurso do governo sobre a reforma podem ser vistos em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/05/reforma-da-previdencia-e-essencial-para-avanco-de-investimentos-diz-meirelles>>. Acesso em: 15 out.2017.

sete vezes mais que um aposentado da iniciativa privada. 4) O rombo da Previdência só aumenta e especialistas apontam que, no máximo em cinco anos, será impossível para o governo pagar as aposentadorias para 37 milhões de brasileiros. 5) Você vai conhecer os maiores devedores da Previdência: empresas públicas e privadas que acumulam uma dívida de quase R\$ 500 trilhões.

Não se viu na reportagem, em nenhum dos episódios, a abertura de espaço para argumentos, exemplos, enquadramentos e entrevistas que refutassem o discurso dos defensores da reforma, o discurso da própria emissora. Aos olhos dos que eram contra a mudança e que tinham argumentos para deflagrar uma reflexão em outra linha de pensamento, o jornal usou o espaço público, cedido por meio de uma concessão, para fazer uma campanha unidirecional, baseada em interesses próprios ou de um único grupo da sociedade. Contrários à reforma ficaram alijados de espaço, na mídia de massa, com alcance de milhares de pessoas para contra argumentar e trazer um ponto de vista diferente.

Abordagens superficiais, enquadramentos suspeitos, falta de pluralidade, de investigação, de transparência, de ampliação de exemplos são algumas das críticas feitas à cobertura dos grupos de comunicação que têm maior influência no pensamento e na “formação” do cidadão comum. No caso da Reforma da Previdência, devido à complexidade, a simplificação e suspeita de omissão de argumentos, que geraram avalanches de questionamentos nas redes sociais, nos blogs e sites independentes. O site *RDI*, que repercutiu o olhar da audiência de programas de televisão, entre eles os telejornalísticos, destacou uma reportagem que revelava suposta defesa feita pela Record à Reforma:

Michel Temer conseguiu um aliado de peso na luta pela aprovação da Reforma da Previdência. Depois do SBT fazer “alertas apocalípticos” durante a programação, a **Record** mostrou, nesta segunda-feira (1º), que defende a nova lei proposta pelo governo [...] Conforme já noticiado no **RDI**, o presidente (Michel Temer) andou visitando, nas últimas semanas, grandes personalidades da comunicação para conseguir apoio na divulgação das informações sobre as Reformas Trabalhistas e da Previdência. Temer chegou a jantar com Silvio Santos, que decidiu divulgar alertas explicando a necessidade da mudança na Lei. O SBT também exibiu duas entrevistas com o presidente – uma feita por Kennedy Alencar e outra por Ratinho (ALMEIDA, 2017)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> ALMEIDA, F. Após “alerta apocalíptico” do SBT, Record também sai em defesa da Reforma da Previdência; veja. *RDI*. 02 mai. 2017. Disponível em: <<https://rd1.com.br/apos-alerta-apocaliptico-do-sbt-record-tambem-sai-em-defesa-da-reforma-da-previdencia-veja/>>. Acesso em: 15 out.2017.

No caso da cobertura política, os problemas se materializaram no que se chamou de cobertura seletiva. Grandes emissoras de televisão, como Globo, Record, Bandeirantes e SBT; jornais como *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Estadão* e seus sites, com muita influência e audiência, vinculados entre si, ou de maneira isolada, foram acusados de favorecer grupos políticos, sendo omissos em algumas situações e coniventes em outras. Também foram acusados de perseguir partidos e políticos. Em xeque, a abordagem, tempos e espaços desproporcionais de cobertura, condenação pública antecipada, sem sentença judicial, falta de investigação e contra argumentação diante de declarações de fontes oficiais. Uso excessivo de condicionantes, com falta de apuração, fragilidade e superficialidade na reprodução de falas de fontes com explícitos interesses. Um dos exemplos, nesse caso da cobertura política, foi a capa do jornal *O Globo* do dia 6 de setembro de 2017 (figura 1).

O jornal foi criticado por suposta manipulação contra os ex-presidentes Lula, Dilma e o Partido dos Trabalhadores-PT. Os dois foram denunciados por organização criminosa e o assunto foi a manchete do dia. A questão é que abaixo do título foi colocada uma foto com malas de dinheiro, da maior apreensão de dinheiro em espécie já feita no Brasil. As malas seriam de um ex-ministro do governo, Geddel Vieira Lima. O nome dele foi registrado ao lado, dentro do texto e sem destaque com letras fortes e na manchete.

Figura 1. Capa O Globo 06.09.17



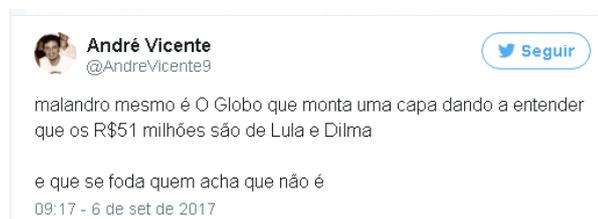
Fonte: Print Screen de reportagem do site Catraca Livre

O site *Catraca Livre* destacou em reportagem a repercussão na internet da capa do jornal. Internautas questionaram no *Twitter* (Figuras 2, 3 e 4) a intenção do periódico. Para muitos, uma capa feita voluntariamente para gerar o efeito de sentido que relaciona dinheiro ilícito aos ex-presidentes, o partido e os R\$ 51 milhões encontrados num apartamento. Na manchete, a reportagem: “*O Globo é acusado de manipulação com Lula e dinheiro de Geddel*” (CATRACA LIVRE, 2017)<sup>12</sup>.

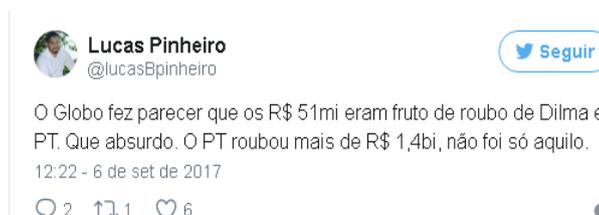
<sup>12</sup> CATRACA LIVRE. *O Globo é acusado de manipulação com Lula e dinheiro de Geddel*. Site Catraca Livre. 06 set. 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/politica/indicacao/o-globo-e-acusado-de-manipulacao-com-lula-e-dinheiro-de-geddel/>>. Acesso em: 01 out. 2017.

**Figura 2.** Crítica de imparcialidade

**Fonte:** *Print Screen* de reportagem do site Catraca Livre

**Figura 3.** Crítica ao conflito da capa

**Fonte:** *Print Screen* de reportagem no site Catraca Livre

**Figura 4.** Crítica ao PT

**Fonte:** *Print Screen* de reportagem no site Catraca Livre

As coberturas acima são exemplos de como parte da sociedade tem visto o trabalho do jornalismo. Em xeque, o real compromisso da atividade em produzir informação plural, ética, na qual o compromisso seja com a aproximação da verdade com a maioria. Bem como, com rigor na seleção, no enquadramento e nos possíveis efeitos do que é publicizado na vida dos envolvidos e não (só) com interesses políticos e mercadológicos.

Bilbeny (2014) lembra que na relação com o poder político, a imprensa atua de três modos: a) Como competidora do poder político, quando é um instrumento de dominação

sobre a política, sobre a sociedade e sobre o resto da imprensa. b) Pode agir também a serviço do poder político, quando é manipulada pelas fontes políticas e se deixa levar. Atuando de maneira complacente. Nesse caso:

No tienen ningún problema en ofrecer mucha más información sobre el gobierno que sobre la oposición y el resto de los partidos, publican sistemáticamente información oficial e oficiosa; entrevistan sin cesar gobernantes y cargos políticos [...] difunden las consignas y mensajes tanto institucionales como de partido; y siguen las directrices oficiales o de su partido favorito en os temas cruciales o delicados (BILBENY, 2014, p. 59).

c) A imprensa atua ainda como vigilante do poder político. Nesse caso, segundo o autor não apoia o poder nem exerce um papel de dominação. Seu papel é manter-se vigilante, sendo crítico e se opor quando necessário, atuando com liberdade e responsabilidade. A grande questão é que não é simples separar e encontrar consenso nesses modos de atuação porque o olhar do observador sobre o enunciado, suas referências, sua carga ideológica vai determinar a forma que ele vê a atuação da imprensa.

Herreros (2004) também ressalta que hoje por causa das implicações comerciais, a informação está submetida aos enfoques mercantis, de propaganda política, a supervalorização do mórbido e das diversas estratégias para conseguir audiência. Por isso, segundo ele, os profissionais têm um desafio público com a sociedade porque em empresas privadas ou públicas, são eles que exercem a tarefa de compromisso com a sociedade e tem que buscar expandir a função social da comunicação, fomentar a igualdade, a solidariedade e a justiça para dar um sentido democrático à informação na televisão.

### **3.2.2 O profissional e o interesse público**

Sob a força da fé de ofício, do contrato fiduciário, o jornalista tem total responsabilidade com os efeitos do que é escrito, falado - com os seus impactos sociais. Abrir mão disso é abrir mão da própria profissão. E, entre seu dever na construção da realidade, ter sensibilidade para lutar contra a ambiguidade, contra a distorção premeditada ou feitiço da manchete que vende, da frase que ganha a audiência, da imagem que atrai um público, mas fere a coletividade. A sua necessidade de resistir é o que faz diferente, ampliando sua capacidade de interpretar o mundo, ampliando seu conhecimento para ampliar grau de autonomia, principalmente diante de novos modelos de negócios e das pressões e constrangimentos de velhos modelos.

A luta contra as distorções na sua ética deve começar com a consciência de que o jornalismo, como afirma Karam, “tem uma irrecusável importância contemporânea, com consequências ontológicas e epistemológicas, morais e éticas para humanidade” (KARAM, 2014 p.49). Consequência do olhar que o profissional tem sobre sua atividade com distinção de que em jogo está o interesse público e não de um público, afinal, “se há limites na ética profissional devem ser removidos os limites e não a ética” (KARAM, 2014 p.49).

Os códigos trazem esses princípios éticos e os fornecem aos profissionais, como delineadores do exercício da prática, para que não mergulhem na subjetividade absoluta. Evitam sem o rigor da lei, mas com força moral, que decisões não sejam aleatórias, que o mais forte impunha seu olhar sobre os mais fracos por meio das fragilidades que perpassam artigos e parágrafos. Tão importante quanto esse respeito aos códigos, registra Karam (2014), seria estender o entendimento que a sociedade tem da atividade jornalística com a qualificação de profissionais e do público para percepção do mundo em que se move a informação e seus aspectos ideológicos, políticos e técnicos.

No cenário de hiperinformação a relevância do trabalho profissional do jornalismo se renova. Ele tem a dura tarefa de atrair sua audiência com a única isca que tem, uma informação confiável. Tem a tarefa de traduzir a realidade e toda sua complexidade, seja quando está diante do imponderável, seja encontrando maneiras de tornar assuntos e acontecimentos de várias áreas do saber inteligíveis. Vai usar para isso sua técnica, capacidade de interpretação, domínio das formas de construção simbólica e, claro, a ordem ética para produção do conhecimento singular.

No novo cenário de convergência de mídias e de *fadiga da informação* (KARAM, 2014, p. 165), a credibilidade mantém-se como locomotiva abastecida pelos mesmos princípios de busca pela verdade, rigor no método, precisão, pluralidade de fontes, vozes e, agora, com transparência nos métodos e rotinas.

O profissionalismo é o que distingue o jornalista de quem não é. Bilbeny lembra que a informação é de todos os cidadãos, assim como a liberdade de expressão. Mas o uso responsável dessa liberdade, com informação transmitida de modo competente é o que distingue o jornalismo de outras formas de fazer e se comunicar (BILBENY, 2012).

Os alertas são para lembrar que as adversidades que o cotidiano jornalístico possui e todos os dilemas éticos que ele sempre irá possuir não farão o jornalismo menor, se encabeçando o duelo pelo poder simbólico esteja um profissional comprometido com o que Bilbeny (2012) chama de princípios que norteiam a atividade. Seria o dever de verdade, a

busca pela preservação da autonomia, a defesa do interesse público e compromisso com a justiça.

Numa crítica ao perfil mercadológico do jornalismo que acaba afetando a qualidade e o método de trabalho, Kapuscinski (2003) afirma que o jornalista da atualidade não investiga para buscar a verdade, mas prioriza os acontecimentos sensacionais que podem aparecer entres os títulos principais de seu meio. E o grande problema, segundo ele, é quando as construções dos meios nos fazem viver cada vez menos as histórias reais e cada vez mais a fictícia. “Es la primera vez que algo así ocurre a la humanidad. Enfrentamos un fenómeno cultural del que nos sabemos cuáles podrán ser sus consecuencias.” (KAPUSCINSKI, 2003, p.15). Nesta reflexão, o autor lembra que o jornalista precisa ter em mente que trabalha com a matéria mais delicada do mundo: gente.

Con nuestras palabras, con lo que escribimos sobre ellos, podemos destruirles la vida. Nuestra profesión nos lleva por un día, o acaso por cinco horas, a un lugar que después de trabajar dejamos. Seguramente nosotros nunca regresaremos allí, pero la gente que nos ayudó se quedará, y sus vecinos leerán lo que hemos escrito sobre ellos. Si lo que escribimos pone en peligro a esas personas, tal vez ya no pueden vivir más en su lugar, y quién sabe si habrá otro sitio adonde puedan ir (KAPUSCINSKI, 2003, p.16).

O trabalho não é fácil e nem simples. Há quem veja como horizonte perfeito. Mas diante de uma atividade tão complexa, com tantos interesses, tantas morais; que exige escolhas e enquadramentos, onde o absoluto e o puro são inatingíveis, o mais honrado é duelar com a natureza adversa da construção de uma realidade cotidiana em buscar desses princípios. É a utopia que vai diferenciar os bons jornalistas dos maus. É desejo de transformação da realidade injusta, encoberta, infratora e silenciada que atua o profissional.

Se jornalismo tradicional tem sofrido o baque da revolução trazida pela internet, esta mesma revolução tem ampliado os espaços de construção de realidades. O jornalismo profissional ganha mais espaços, torna-se mais autônomo e empreendedor, mas mantém sua tarefa de fazer com que públicos de diversas áreas entendam o mundo. Bilbeny lembra que esses princípios não são dogmas e que ignorá-los, na vida social, pode ser pior que infringir leis. Segundo o autor, essa é uma das barreiras a se superar no fortalecimento de uma ética do periodismo.

No son leyes, no son mandamientos. Son ideas que nos sirven de pauta de comportamiento a las que damos el máximo valor personal y social. Los principios son, pues, evolutivos, no absolutos. Son pactables y revisables. A

veces a los principios se les llama también bases, fundamentos o normas. Pero la clave de un principio es una idea- una representación en nuestra mente, no una intuición o un artículo de fe. (BILBENY, 2012, p.76).

Concordamos com Karam quando lembra que além da constituição de uma teoria do jornalismo e de uma ética específica, é preciso lutar pela democracia informativa, criar mecanismos para que o profissional se empenhe na elaboração e consecução de pautas, no rigor na apuração; e ainda se preocupe com a qualidade da forma, essencial para atrair, com a linguagem, com a edição, com os desdobramentos de acontecimentos tornados fatos jornalísticos (KARAM, 2014). Carlos Alberto Di Franco, de maneira direta, afirma que o prestígio da imprensa implica na derrubada de alguns tabus, no investimento humano e na reafirmação da ética.

O prestígio da imprensa implica na derrubada de inúmeros tabus: a superficialidade, as imprecisões e a falta de apuração (comodamente atribuída às pressões dos prazos industriais), as omissões e engajamento político. É preciso investir pesado nas redações (no talento dos profissionais e na sua formação permanente) e no controle de qualidade do produto. Só uma revolução nos recursos humanos e na ética garantirá a força da mídia. Quem assumir o desafio vencerá (DI FRANCO, 1996, p. 16).

A tarefa de tornar o mundo menos complexo, organizá-lo não é simples e nem fácil. Tem técnica, tem ideologia, tem moral, tem interesses e pressões, tem o próprio olhar sobre o mundo; fé e descrença. Mas ao escolher produzir este conhecimento é estar ciente das dores das escolhas, das batalhas inevitáveis e das pragas que estarão sempre ao redor de quem carrega os princípios éticos como anticorpos. São os princípios os geradores de credibilidade. Uma credibilidade que é elemento fundamental no jornalismo sério – não sensacionalista – que, na era da pós-verdade, está dando passos e se aproximando da emotividade. Movimento que debilita o contrato fiduciário e produz alterações significativas levando ao aparecimento de um contrato de adesão. Com o contrato fiduciário o relato jornalístico tinha que ganhar e justificar sua credibilidade. Com o contrato de adesão (RODRIGO-ALSINA, 2017) fatores emocionais deixam de ser coadjuvantes para assumir o protagonismo na construção do mundo possível, realizado pela autoridade enunciadora: o meio de comunicação. A explosão informativa exige profissionalismo dos enunciadores e uma educação para comunicação focada nessa audiência bombardeada por hiperinformada. Como lembrou o pesquisador William Cordeiro:

Este conjunto de circunstâncias não coloca o jornalismo em crise, embora não exima a reflexão pertinente sobre o papel das corporações e do público na atualidade. Na era da exacerbação de informações, *fake news* e pós-verdade, o jornalismo entra em cena para propor uma curadoria, uma organização em meio à distopia informativa, sustentado por seus notórios pilares da apuração, ética, pluralidade e relevância social. O contexto pós-industrial impõe tarefa grandiosa para essa atividade, atendendo à demanda crescente desta audiência afogada por informações diversas, muitas delas, camufladas e embrulhadas com os elementos clássicos de apresentação jornalística. Ou seja, uma sociedade colocada num campo informacional amplo, porém mal informadas ou induzidas à má informação (CORDEIRO, 2017)<sup>13</sup>.

### 3.3 Telejornalismo, educação e papel do profissional

*A televisão é uma coisa fantástica, mas é preciso que a gente se ponha diante dela, como diante de tudo, muito criticamente.*

*(Paulo Freire)*

Seja no entretenimento ou nos produtos informativos, a televisão continua decidindo o que é importante “e produz o prazer de saber-se e sentir-se integrado dentro de uma coletividade” (FERRÉS, 1996, p.7). Impulsionada pelo compartilhamento proporcionado pelas redes sociais e pela velocidade de conexão da internet, o conteúdo televisivo talvez não determine mais a hora do jantar, do almoço ou do lanche, mas se mantém firme na produção simbólica e na determinação do pensar e do conhecer o mundo. Setton (2015) destaca que as mídias, inclui-se a televisão e seus produtos, como o telejornalismo, devem ser vistas como agentes de socialização, agentes que possuem um papel educativo no mundo contemporâneo porque, para ela, junto com a família, religião e escola, são uma espécie de instância transmissora de valores, padrões e normas de comportamentos.

As mídias, então, são tão poderosas quanto seus companheiros de prática pedagógica, como a família e a escola, por exemplo. A particularidade do mundo contemporâneo é que essas instâncias vivem hoje uma tensa e intensa rede de interdependência com as outras agências socializadoras, agindo na

---

<sup>13</sup> CORDEIRO, W. R. Jornais digitais e a crise: um ponto de virada da nova era?. Portal Comunique-se. 28 ago. 2017. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/jorn-digitais-crise-virada-nova-era/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

formação moral e cognitiva do indivíduo na atualidade (SETTON, 2015, p.8).

Por causa disso, estudos sobre a relação da televisão, telejornalismo com a educação também continuam firmes, mas, um pouco mais distante do maniqueísmo que marcou as primeiras análises dos apocalípticos e dos integrados (ECO, 1989; FERRÉS, 1996; RODRIGO-ALSINA, 2001; SETTON, 2015). De qualquer maneira, a grande preocupação continua sendo a influência que a mercadoria distribuída nas telas tem sobre as mentes. No caso do telejornalismo, nós destacamos três frentes: a) aquela que discute o inevitável papel educador ou deseducador do meio; b) a necessidade de educar o cidadão para entender a construção das realidades feitas pela mídia; c) consciência do jornalista da força do conhecimento que produz e repercussão destes produtos na formação do cidadão, que nos interessa e foca este trabalho. É nesse último ponto que iremos nos ater com mais afinco. Porém não nos furtaremos tratar dos primeiros.

Começamos então com os estudos Joan Ferrés (1996) que lembra que a televisão provoca um religa, uma nova forma de ligar o cidadão com o mundo distante e o que o cerca. No trabalho, destaca a importância de uma educação do cidadão para encarar a televisão de forma crítica. O autor lembra a ambivalência afetiva que ela provoca, sendo amada, desejada, mas desprezada e odiada. Relação com a educação pode ser levada para o pólo negativo e positivo. No primeiro, é vista como ferramenta que deseduca, destrói valores, anestesia, é antirreflexiva. Ferrés (1996) lembra que há alguns anos e séculos já foram assim a comédia, o teatro, o romance e os concertos. Na época da dominação da Igreja Católica, os livros (ou quase todos eles) também eram sinônimos de malefício social. De outro lado, no pólo positivo, estão os defensores do papel democrático da televisão, instrumento de produção cultural, socialização, formação, ampliação dos sentidos e do conhecimento, transmissora de valores e ideologias. Nem muito ao bem, nem muito ao mal. O autor lembra que a atitude mais adequada é a de aceitação crítica. Com um equilíbrio que “assuma as ambivalências do meio, as possibilidades, limitações e contradições internas” (FERRÉS, 1996, p. 12). Ferrés fala de todos os produtos do meio: informativo, publicitário, ficcional.

Compartilhamos o pensamento de Vilches (1996) que entende a televisão e seus gêneros como uma forma de cultura social e com os telespectadores ela mantém uma relação comunicativa de cumplicidade e, não obrigatoriamente, de dominantes e dominados. O que não torna nem boa nem ruim, mas que expõe a sociedade atual por meio da narração, do fantástico e do ritual da cotidianidade.

Referindo-se especificamente à informação produzida pela televisão, Charaudeau (2016) foca numa reflexão mais atual sobre a relação à chamada “massa”, a audiência do produto simbólico. Segundo o autor, ela não é manipulada com tanta facilidade como se fala, afinal é parte interessada do processo de espetacularização do mundo. Para ele, não ajuda no avanço da democracia midiática se resumir a atribuir à televisão todos os males do mundo moderno.

O saber é múltiplo e não se apresenta como um dado simples e natural, mas como algo de compósito e construído; que o canal de transmissão não é um simples meio pelo qual transitaria o saber, mas que ele próprio é um lugar de encenação da informação que influencia sua própria significação e o efeito que ela pode produzir naquele que a recebe; enfim, que o receptor não é um ser único, mas constituído por diversos grupos, cuja identidade varia segundo os parâmetros de sexo, idade nível de instrução, meio profissional e interesse pessoal (CHARAUDEAU, 2016, p.15).

Trazemos essa reflexão porque não há porque fazer morada no otimismo ingênuo, nem muito no pessimismo radical. A realidade contemporânea permite um olhar crítico que em vez de condenar, reforma; em vez de aceitar, questiona. A televisão e em especial o telejornalismo, produtores de bens simbólicos, ainda centrais na sociedade, podem fazer mal e são potenciais fazedores do bem. Como lembra Setton (2015), o público consumidor dos produtos midiáticos, entre eles o telejornalismo, não pode ser resumido a uma massa passiva porque possui formações sociais, universos simbólicos e heterogêneos. Ou seja, bagagem cultural, moral e ética específicas. Setton traz a reflexão, a partir do olhar de Martín-Barbero (2003) que acredita que a recepção é mais uma etapa do processo de comunicação e não apenas o ponto final. Reconfigurar a localização da audiência midiática é necessário, nesse caso, porque, para o autor, ela também modifica a mensagem, afinal, a sua completa significação passa pela mediação das referências culturais, morais, valores, lugar social, político e cultural. Ou seja, apesar de todos e qualquer desejo de “manipulação” do público, ele pode responder com seu protagonismo social.

Na perspectiva da responsabilidade do emissor, entre a afirmação crua e a crítica contundente, Margarita Rivière (2003) registra que os meios de comunicação educam e que é um grande mal-entendido afirmar que não. Ela destaca, por sua vez, que essa educação pode não ser a melhor, mas é inegável que está presente na construção da realidade distribuída pelos meios. Ela afirma:

Los medios de comunicación son educación. Hay que decirlo con claridad. No es una afirmación radical o exagerada. A los periodistas no nos gusta

pensar que somos educadores- yo misma no me He dado cuenta de este papel educador, la verdad, hasta hace bien poco – pero esto no justifica que se ignore e gran malentendido que impide entender el sistema de educación permanente en el que estamos a través del periodismo y de la comunicación en general (RIVIÈRE, 2003, p. 157).

Para ela, há uma “domesticação”, uma educação midiática, que é chamada eufemicamente de comunicação. No caso do jornalismo, consolida-se sob a justificativa de informar ao cidadão, que para a jornalista e escritora é um resultado secundário. A atividade promove a educação permanente das pessoas quando cria preferências, reafirmam e cristalizam valores, hábitos culturais, mitos e antimitos, costumes. A dimensão formativa dos meios tem se destacado e “el individuo/mediático es aquel que se integra perfectamente en la sociedad, que sigue la corriente de sus maestros, los medios, y de la masa que los sigue” (RIVIÈRE, 2003, p. 41).

A autora cobra dos profissionais da área, incluindo ela, reconhecer esse papel educativo e assumir a responsabilidade com clareza, abrindo os olhos para o que parece, segundo ela, evidente. Os meios, no seu ponto de vista, têm se tornado maestros, psicólogos das massas, criando valores e pontos de vista. Num primeiro momento, ao afirmar que comunicação é educação, a escritora pode fazer entender que é uma defesa ao papel dos meios no processo educativo da sua audiência. Porém sua reflexão traz um pertinente um crítico aos mecanismos usados e ao produto midiático elaborado que para alcançar seu público é espetacularizado, mercantilizado, maquiado. O telespectador é visto como consumidor que compra por meio da “educação midiática” permanente valores, ideias, gostos e, por muitas vezes, sentimentos. Diz Rivière: “Los periodistas siguen escreyendo – no niego que con a mayor buena fe en tantos casos – que son ellos que marcan la actualidad cuando no hacen otra cosa que divulgar valores que no controlan y educar a la gente de acuerdo con esos valores.” (RIVIÈRE, 2003, p. 108).

Na sua reflexão, destaca que atrás de cada notícia tem uma intenção guiada por valores e determinações descritas no que denomina de “cartazes invisíveis”. Regras que circulam nas redações que tem como parâmetros a necessidade de atrair um público, pela tragédia ou pelo espetáculo; dos interesses políticos e mercadológicos das empresas; ou ainda do que chama de caldo (marco) cultural, que é um território de linguagem comum, convenções, entre a mídia e sociedade, um ponto de encontro para que a comunicação exista.

As condicionantes são determinantes para escolha do que será publicado e do que será silenciado e ao fazê-lo, apela a autora, é preciso reconhecer que a tarefa de informar está implacavelmente recheada de mensagens educativas.

Los periodistas, es lógico, les gusta seguir pensando que son periodistas, no educadores [...] La selección de los contenidos de los medios - por esa ambigua vía que He comentado - no es pues inocua en materia de valores que crean cultura e influyen en los comportamientos de las personas. Esto que parece tan Elemental, no acaba de ser entendido y es lo que explica que los periodistas - y los comunicadores en general - no se reconozcan a sí mismos, en cualquiera de sus facetas, como educadores (RIVIÈRE, 2003, p. 120).

Um parêntese importante é aberto quando a autora esclarece que não utiliza a palavra educação para designar os conhecimentos básicos que se obtém na escola ou em outra instituição que objetiva ensinar, como a família. A educação que se refere está relacionada à transmissão de hábitos, ideias, costumes e informações que em seu conjunto vão interferir na vida social, nas relações e decisões do cotidiano. Por isso, não fecha sua reflexão no repasse de uma educação boa ou má. Independentemente da intenção. Um dos exemplos é a mercantilização dos conteúdos com intenção clara de influenciar a audiência consumidora. A consequência dessa “ação educativa” da mídia pode, no seu ponto de vista, ser ruim ou boa. O fato é que para o bem ou para o mal, jornalistas educam (RIVIÈRE, 2003).

A autora levanta algumas hipóteses: a) mundo da educação escapou das mãos dos *educadores profissionais* (grifo da autora), da escola, e estaríamos num processo de socialização permanente que tem o apoio das novas tecnologias de comunicação e da cultura da imagem. Publicidade, jornalismo e o amplo mundo do espetáculo atuam fortemente nessa “educação”; b) para captar a atenção dos telespectadores, a mídia se transformou em um permanente espetáculo, gênero que contamina todos os outros, com objetivo único de manter audiência próxima e, como consequência, educar. Registra:

Tanto los contenidos como la forma de esos contenidos se rigen, así, por las normas del espectáculo perpetuo. Se trata repito, de captar la atención de público en esa competencia de la sobreinformación que he comentado y que hace que los públicos sólo reparen en aquello que sobresale destacadamente por encima de la marea informativa. En esto, el espectáculo informativo sigue el camino marcado, con paciencia y reiteración, por la publicidad (REVIÈRE, 2003, p. 132).

Outra hipótese levantada é a de que: c) conteúdos informativos e publicitários acabam participando de uma espécie de sistema pedagógico espetacular. Para ela, há uma suposta estrutura moral da comunicação midiática que mescla notícias más, como ingrediente principal do jornalismo, e as mensagens boas e de felicidade trazidas pela publicidade. Essa

complementaridade acaba legitimando uma espécie de sistema de vida e criando valores educativos. O mal-entendido se consolida, quando se equipara naturalmente a realidade midiática com a realidade real. Vale ressaltar que a autora afirma que essa é uma hipótese geral, que exige uma investigação mais especializada, mas que, de qualquer forma, apresenta sinais evidentes que a permite dizer que essa relação não é meramente educativa e mercadológica, é educativa.

Na hipótese seguinte: d) lembra que a mídia, a televisão e o telejornalismo, em destaque, educam por meio de um sistema de estrelas, os ícones e mitos contemporâneos.

Poderosos y famosos. Triunfadores. Ésos son los personajes mediáticos por excelencia que hacen que los medios sean, justamente, el escaparate del poder en cada momento [...] El círculo de hierro de los famosos, por ejemplo, lleva a la errónea consideración periodística de que cualquier cosa que lo haga o diga aquel personaje popular – sea político o de cualquier otro ámbito – es noticia. Cientos de miles de noticias absurdas y surrealistas, no pocas intoxicaciones e inexactitudes, se basan en esta convicción equivocada de que el famoso interesa al público por el hecho mismo de ser famoso (REVIÈRE, 2003, p. 142-143).

A última hipótese destaca: e) a estrutura da informação tem base nas fontes. Ou seja, ainda que partindo dos princípios de que a notícia tem interesse geral, a maior parte do conteúdo informativo tem como “sombra” os interesses de uma fonte. E, inevitavelmente, são planejados, previstos para atingir um alvo e um efeito, para formar uma opinião ou fortalecer um argumento. São agências de notícias, autoridades, personagens escolhidos, assessorias de imprensa. Para Rivière, o problema está muitas vezes no silêncio sobre as fontes de informação. Uma perversão óbvia, segundo ela.

Não há na reflexão, questionamentos sobre a legitimidade dessas fontes que pautam o debate público e influencia a audiência, mas uma espécie de mascaramento sobre o real interesse de algumas fontes ao produzir, planejar, introduzir seu olhar, com a justificativa de que é preciso informar. Provedores de informação, às vezes, escondidos pelos meios estariam mais interessados na oportunidade e não na atualidade e novidade, argumentos “vendidos” pelos meios para o público.

Los medios dejan, pues, al público sin esa información primordial que es exponer, con sencillez y claridad, de donde sale la noticia [...] Detrás de estas sagas informativas que rozan la trama novelesca en muchos casos, también se adivina la planificación, con objetivos políticos, de las fuentes informativas en tanto que autoras indirectas de la información. Se trata entonces de verdaderas campañas que buscan crear un estado de opinión social (RIVIÈRE, 2003, p. 149-154).

A análise crítica de Margarita Rivière soa como alerta e gera perguntas que ela fez questão de fazer. Sem respostas, mas com a pertinência necessária para continuarmos em busca de explicações. Se os jornalistas se converteram em atores principais do “processo educativo”, eles são conscientes de sua responsabilidade? Afinal são mediadores, selecionadores daquilo que as pessoas vão conhecer e não irão conhecer (RIVIÈRE, 2003).

Como incide na subjetividade dos sujeitos sociais, o jornalismo para Sousa (2017) tem um potencial educativo e a práxis noticiosa se aproxima da construção de uma ideologia emancipatória. Assim, relata, o jornalismo como forma social de conhecimento também pode ser visto como a educação. Mas, segundo ele, os obstáculos diante dos jornalistas dia após dia tendem a achatá-lo como um mero executor de tarefas estranhadas, mais um organizador de informação do que a de um profissional responsável pela apuração e divulgação de acontecimentos de relevo social (SOUSA, 2017).

Porém uma via de esperança percorre os novos modelos de negócios e projetos empreendedores do jornalismo no cenário de crise. Tudo do bem que podem ser tanto, segundo Sousa, outra roupagem de um empreendedorismo corroído pela subjetividade estranhada dos neosujeitos como o crescimento de iniciativas que se direcionem a construção de um jornalismo realista, crítico-emancipatório – aquele aguçador da percepção desreificadora dos fatos. Destaca Sousa: “Os dispositivos tecnológicos e os recursos humanos são braços valiosos de uma ideia da profissão que precisa ser resgatada: a noção heroica do agente social repórter” (SOUSA, 2017, p.15).

As observações acima nos remetem a Eduardo Meditsch (1992) que em uma das suas reflexões sobre o jornalismo como forma de conhecimento, questionou sobre a formação dos novos profissionais. Será que estão sendo preparados para serem produtores de conhecimento e apenas comunicadores? E o público tem consciência do caráter do produto? É sobre isso que falaremos agora.

### 3.3.1 A educação para os meios

Do ponto de vista do receptor, Ferrés (1996) destaca que uma educação eficiente para entender a mídia, ainda na escola, permitiria um olhar mais crítico e conseqüente exigência ao conteúdo. Essa é uma das perspectivas dessa relação da educação com a produção de informação jornalística na televisão. Uma sociedade preparada não será apenas uma “esponja” que absorve os ditames e mensagens produzidas pelos meios. A consciência e a transparência

do (e no) processo dá a ela a imunidade necessária para aproveitar e desfrutar da ilusão e da realidade onipresente que a TV proporciona. Ou ainda, para questionar e reclamar dessas mensagens; de refutar e reprogramar. Acostamo-nos na reflexão de Ferrés, que defende uma educação para o meio, quando afirma que:

Poderia ser dito que a televisão tem sucesso porque é dirigida a determinados esquemas mentais, capacidades cognitivas, estruturas perceptivas e sensibilidades previamente existente no indivíduo. Mas ao mesmo tempo a televisão potencializa e modifica tais esquemas, estruturas, capacidades e sensibilidades (FERRÉS, 1996, p.16).

Ao autor destaca que mesmo nos programas destinados à produção de informação jornalística, a televisão tem características que cumprem a função do espetáculo, o que é essencial para o fascínio que provoca. São estímulos sensoriais, como os visuais e sonoros, gratificação mental, com trégua na vida cotidiana e imersão em outro espaço e tempo; e, por fim, a gratificação psíquica, provocada pelos processos de identificação e projeção, “os quais permitem ao telespectador elaborar os seus conflitos internos” (FERRÉS, 1996, p. 12).

Nos telejornais, onde os fatos, acontecimentos e declarações são reconstruídos, com seus recortes e enquadramentos, esses estímulos são fundamentais para manter vivo o ciclo de sobrevivência da atividade. É notícia, mercadoria que precisa vender. Mas é também um conhecimento singular (GENRO FILHO, 2012) que precisa ser compreendido para descomplexificação do mundo. Aí mora o contrapeso que mantém o equilíbrio no olhar.

Ser mercadoria, feita para ser vendida dentro do sistema de mídia, a nosso ver, não contamina, por completo, a notícia ou produção jornalística. Os vários interesses projetados e cristalizados nesse produto à venda (MEDINA, 1988) podem, sim, colocar no precipício a utopia aparente da notícia como produto simbólico para transformação social, mas ao longo desses trabalhos temos trazido reflexões e pensamentos que ratificam o papel fundamental do jornalismo/telejornalismo para o entendimento do mundo nas sociedades contemporâneas. Não parece o fim. Uma admissão de limite e um grito permanente de resistência. Uma utopia que, como afirma Freire (1979), é o projeto presente que mantém vivo o sonho de um futuro mais justo.

Estímulos que são pensados e usados para o mal podem e também devem ser usados para o bem e a história tem produzido episódios importantes que ratificam que por trás do “espetáculo” televisivo, há quem busque usar esse instrumento como ponte entre a ignorância e o saber, entre a inércia e o movimento, entre o vazio e o preenchimento ou entre o aceitar e repensar. O processo de comunicação do produto informativo da televisão passa,

inevitavelmente, pela seleção de conteúdos, pela seleção de códigos. Um processo de escolha que, como vimos, é subjetivo. O que não deveria comprometer a qualidade do que é produzido, nem muito menos desqualificar o produto da atividade. Mas grandes questões são postas: O quão contaminado sai esse produto? Quem contribui com as distorções, os códigos escolhidos ou o subjetivismo? Critérios de escolha são baseados em princípios éticos? Qual o principal beneficiário das escolhas e seleção? Que interesses movem o aparecimento do fato e a criação do acontecimento? Seguimos.

O público cada vez mais exigente e com fácil acesso a várias fontes de informação quer essas respostas na produção diária. Os mais atentos, ao fazer comparações, identificam as distorções na seleção de conteúdos e de códigos. Cobram retidão e compromisso com a sociedade. A informação jornalística produzida na televisão, mesmo diante de permanente resistência, é cobrada para ser mais transparente. Caíram por terra os mitos da neutralidade, da imparcialidade santa, discursiva, e se cobra mais vozes, mais pluralidade e transparência, não só no produto pronto, mas sobre o processo. As múltiplas possibilidades para obter informação jornalística deixaram mais claro para o consumidor do jornalismo de televisão que tudo não passa de uma escolha de ponto de vista, da seleção de um ângulo, de um plano, de um ritmo de filmagem que conferem ao jornalismo de televisão um valor. O valor que o emissor deseja passar.

A televisão, em especial o telejornalismo, independentemente de suas falhas e distorções, tem uma dimensão social que já a transformou em autenticador da realidade. “Considera-se muito mais real aquilo que foi visto na televisão” (FERRÉS 1996, p. 53). Ou seja, ao reconstruir fatos, apresentar uma pesquisa científica, um novo tratamento para uma doença, uma nova forma de comportamento, passam a existir depois que “passa na TV”. A imagem da realidade é aquela oferecida pela mídia. Ferrés (1996; 1998) vai além. Segundo ele, a televisão é uma geradora de realidade quando a realidade se adapta a sua imagem. No jornalismo político, por exemplo, declarações, documentos, reuniões são criadas para gerar a realidade da TV. Às vezes, uma realidade ao vivo, estrategicamente montada para a hora em que o telejornal está no ar.

O autor destaca que o sucesso socializador da informação na televisão está na carga emocional, seguindo mecanismos de sedução e do uso do estereótipo, este último, como vimos também cumpre outro papel. Entre esses mecanismos estão, segundo ele, a fragmentação seletiva, com a escolha de focos e enquadramentos que interessam aos produtores da informação; o conforto interpretativo, quando usa meios para fazer com que o

telespectador interprete a realidade de maneira mais fácil; a hegemonia emotiva, quando são potencializados valores emotivos e espetaculares. E ainda, o adormecimento da racionalidade, quando se dá prioridade a emoção e não os aspectos cognitivos, atrofiando a capacidade reflexiva e a transferência globalizadora, movimentando-se em parâmetros da sedução e do estereótipo, simplificando e “escamoteando importantes da realidade” (FERRÉS, 1998, p. 159).

Apesar do cenário negativo desenhado pelo autor nesta categorização, Ferrés (1996) destaca que mesmo um espelho deformador quando reforça estereótipos negativos, pode ser também um meio integrador de apresentar de forma positiva, imagens daqueles que pertencem a grupos minoritários ou grupos com deficiência. “Assim, ela pode também contribuir para formação de uma sociedade mais humana e pluralista, ajudando as crianças a assumirem a realidade em toda a sua complexidade” (FERRÉS, 1996, p. 63).

Ele acrescenta ainda que a televisão e seu conteúdo informativo permite conhecer as respostas dadas por outros problemas semelhantes, gerando sentimento de participação, envolvendo as pessoas nos acontecimentos da humanidade e sendo uma poderosa arma de conscientização e sensibilização. A informação é poder, justamente por isso. Porque tomam decisões em função do conhecimento que tem da realidade e de suas expectativas diante dela (FERRÉS, 1998).

O espectador toma emprestado o olho do “comunicador-audiovisual” para ver as realidades, lembra Ferrés (1996). Uma das questões centrais é que não é possível apreender a realidade como um todo. O que é entregue é ponto de vista, é recorte e enquadramento. Ou seja, de alguma maneira está nas mãos dele decidir que seleção será feita e com que objetivo, escolher um provável foco do efeito que a mensagem pode ter.

No telejornalismo, a audiência espera que a fragmentação seja a representação da realidade. Uma representação, claro, que deve ser realizada sob o corrimão de princípios éticos, sob o ponto de vista do profissional. Mas entre ambos a uma relação de confiança e ela sustenta a crença do espectador. Uma das questões centrais é que se o comunicador usa seu poder de forma “maldosa” e está de diante de um telespectador incapaz de refletir sobre o processo de absorção da informação, o problema está posto. Por isso, diante de comunicadores responsáveis ou não por seus atos e cientes do seu poder para usá-lo de maneira ética, o telespectador precisa ser preparado para ter consciência crítica à frente da mensagem que recebe.

Ferrés defende que haja uma comunicação ativa, aquela vinda dos receptores das mensagens. Segundo ele, não há manipulação (das mentes) quando se tem consciência dos objetivos e dos métodos que o manipulador utiliza. “Pela comunicação ativa serão ativados mecanismos de defesa diante de estímulos agressivos do ponto de vista ideológico, ético ou estético. As imagens serão transformadas em meio de sensibilização e de envolvimento”. (FERRÉS, 1996, p. 88).

Em entrevista sobre manipulação da mídia, Teun A. Van Dijk foi questionado sobre como os brasileiros podem se proteger da manipulação da mídia. E afirmou depois de fazer análise sobre a cobertura da mídia brasileira no impeachment (golpe) da presidente Dilma Rousseff, que “precisamos de um ensino crítico, desde o ensino básico até a universidade, para educar cidadãos críticos. Em segundo lugar, precisamos usar a mídia alternativa, sobretudo na internet” (VAN DIJK, 2016) .

O educador Paulo Freire é um dos maiores defensores desse ensino crítico. O assunto passou por algumas de suas obras (2002; 1994; 1984). Segundo ele, um ensino crítico da mídia, desoculta verdades escondidas, desmistifica verdades ideológicas, uma espécie de arapuca que cai a sociedade. Lembra que sob a perspectiva da política educacional, era necessário usar as ferramentas de comunicação, “desvelando-se, desmistificando-se, porém, esses instrumentos, para que a criança ou o adolescente não ficassem simplesmente diante deles como um fato consumado” (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 36).

Para ele, nos muros da escola ou fora deles, debater o que passa na televisão é cada vez mais importante porque é uma forma de enfrentar o extraordinário poder da mídia que com sua “sintaxe”, segundo ele, reduz em um mesmo plano passado e presente, diversificando temáticas no noticiário sem que haja tempo para a reflexão sobre os variados assuntos. Por isso, educadores não podem, para ele, desconhecer a televisão, mas usá-la e, sobretudo, discuti-la (FREIRE, 2002).

Freire (2002) faz o alerta registrando a incapacidade de fazer comunicação com neutralidade porque toda ela é feita em favor ou em defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra algo e contra alguém, nem sempre claramente referido.

Não podemos nos pôr diante de um aparelho de televisão entregue ou disponível ao que vier. Quanto mais nos sentamos diante da televisão – há situações de exceção – como quem, em férias, abre-se ao puro repouso e entretenimento, tanto mais riscos nós corremos de tropeçar na compreensão de fatos e de acontecimentos. A postura crítica e desperta nos momentos necessários não pode faltar [...] para enfrentar o ardil ideológico de que se acha envolvida a sua mensagem na mídia, seja nos noticiários, nos

comentários aos acontecimentos ou na linha de certos programas, para não falar da propaganda comercial, nossa mente ou nossa curiosidade deve funcionar epistemologicamente todo o tempo. E isso não é fácil (FREIRE, 2002, p. 52).

Nessa perspectiva, autores defendem a educação do cidadão para que ele faça uma leitura crítica do telejornalismo. A justificativa principal é a de que seu papel na construção da realidade é tão grande, a influência é tão determinante, que não é possível se furtar a levantar questões relacionadas à exposição aos meios que os cidadãos estão submetidos. Rezende de Azevedo (2004) acredita na tarefa. Analisar a realidade construída pela mídia para que o cidadão que está sendo formado seja capaz de questionar, de refletir sobre as parcialidades e, às vezes, o olhar deformado da informação telejornalística. Os professores, segundo ela, deveriam abrir espaço para a leitura de jornais e telejornais em sala de aula, acompanhados de debates e análises comparativas entre as abordagens do mesmo fato. “Dessa forma, a escola se ocuparia de formar alunos como receptores críticos dos meios de comunicação” (REZENDE DE AZEVEDO, 2004, p. 78).

Quem também defende uma leitura crítica da mídia, com um início desde cedo, na passagem do 1º para o 2º grau é o professor Marques de Melo (2006). Segundo ele, é imprescindível uma ação coordenada de professores, que vise não só o uso para alfabetização, mas que passe pela explicação do significado social do jornal, pela orientação de que o contato com o jornal é uma mediação com a própria realidade; um contato não só com letras, papel e cores, mas com fatos, ideias e relatos (MELO, 2006, p. 166). Melo faz um chamamento:

A capacitação crítica dos novos leitores começa pela constatação da possibilidade de uma mesma notícia apresentar diferentes estruturas narrativas, que refletirão a ótica de cada empresa ou grupo jornalístico. Esse trabalho deve ser completado, porém, com a análise de opiniões contidas nas matérias propriamente opinativas. A partir daí o educador pode criar uma atitude favorável ao exercício da cidadania, levando seus alunos a identificar divergências de opiniões e a discuti-las (MELO, 2006, p. 167)

Partindo do pressuposto de que a mídia é poderosa e influente ao repassar a versão das forças que a mantêm, Guareschi e Biz (2017) também propõem uma alfabetização para mídia. Ou seja, uma educação para que o cidadão conheça de maneira transparente os processos comunicacionais, desvendando os mecanismos de manipulação dos interessados na mídia e para que sejam favorecidas as práticas comunicacionais democráticas e libertadoras (GUARESCHI; BIZ, 2017). Essa educação promoveria uma comunicação pública que estaria

entre a comunicação estatal e a mercadológica. Um contraponto que evitaria a aceitação da versão oficial do mercado e do Estado, e permitiria a participação popular. A leitura crítica pressupõe como primeiro passo, conhecer a história da formação dos grupos de mídia do país e a legislação que exige uma pluralidade democrática, mas que, sem regulamentação, permite a formação de grandes conglomerados. A função da educação para mídia é fundamentalmente adaptar, treinar crianças e jovens ao tipo em vigor numa sociedade determinada, registra Guareschi e Biz (2017). Isso permite a formação de cidadão conscientes, livres e responsáveis que, segundo os autores, constituem o tripé da dignidade humana. (GUARESCHI, 2014; GUARESCHI; BIZ, 2017)

É que com postura crítica, oriunda de uma educação política, o receptor de qualquer informação tem mais capacidade de localizar as contradições, os interesses e vai buscar mais, do conhecimento fora dos limites que lhe é dado. Guareschi e Biz (2017) destacam que:

Os pensadores da educação, diante da possibilidade de acesso quase infinito às informações, concordam que a grande tarefa da educação é preparar os jovens para que consigam selecionar, fazer a pergunta, discernir o que querem (GUARESCHI; BIZ, 2017, p. 40).

Por isso, para os autores, é preciso pensar na dimensão política da educação. As dimensões estão interligadas porque ao educar se faz necessário questionar que tipo de sociedade se deseja. A discussão sobre um projeto de sociedade faz parte da educação e da política. Vejamos:

Um processo educativo deve incluir o lado político, que envolva a produção do conhecimento voltado para pensar o crítico, para melhor agir. Tal visão inclui a intervenção do sujeito no objeto, antecipando a nova sociedade que se quer, aprofundando a consciência da dignidade do ser humano, aberto ao diálogo. Se educar é conscientizar, a educação é um ato essencialmente político. Ninguém educa sem uma proposta política, seja qual for. É o grau de consciência política que define se somos ou não educadores (GUARESCHI; BIZ, 2017, p.32).

A questão levantada tem relação direta com o consumo crítico dos produtos telegenéricos, principalmente, como já relatamos, por causa da centralidade na obtenção de informação e do impacto na constituição de valores, hábitos, normas e percepção do mundo. No impacto de selecionar e criar a pauta, agendar os temas da esfera pública. No caso das televisões e rádios, a preocupação está na sua concepção de serviço público, uma concessão, que é utilizada pela iniciativa privada para defender interesses não tão públicos, ou com máscaras de interesse público. “A frequência pela qual são transmitidas as ondas

eletromagnéticas pertence ao povo e só pode ser concedida em nome dele” (GUARESCHI; BIZ, 2017, p. 82).

Ferrés (1996) lembra que o risco manipulador das mensagens inconscientes some com a educação. Porque há mais possibilidade de se ter o controle da consciência; é mais fácil se proteger dos irracionais. A escola, segundo autor, precisa também educar para um mundo dominado pela emoção e não com base na razão, afinal, numa sociedade dominada pelos meios audiovisuais, “devem ser considerados analfabetos funcionais os milhões de cidadãos incapazes de interpretar de forma crítica e reflexiva as mensagens mais ou menos inadvertidas transmitidas por esses meios” (FERRÉS, 1996, p.76).

A educação para uma reflexão crítica permite encontrar sinais no que parece opaco e homogêneo. Distinguir a magia do mágico, desconfiar do explícito e fincar um olhar crítico dentro da realidade e fora dela. Assim, a experiência com a realidade construída e organizada pelos telejornais não gerariam apenas um processo de identificação-sensibilização inerte, de puro prazer e hipnotismo. Talvez uma forma mais ativa, mais estremeceadora na naturalização do mundo enquadrado, visto sob os óculos especiais dos jornalistas (BOURDIEU, 1997).

Becker (2016) também defende que a educação formal estimule a interpretação dos textos midiáticos e a compreensão de que eles são construções que direcionam a criação de vínculos e identidades e não reflexo da realidade. Para isso, necessitam aprender a ler os noticiários (MARTÍN-BARBERO, 2014 apud BECKER, 2016). “A leitura é sempre uma apropriação e pressupõe a liberdade do leitor de atribuir significações ao texto, o que implica interagir com as diferentes formas como o conhecimento circula no ecossistema comunicativo” (BECKER, 2016, p.182).

A autora lembra que essa complexa relação entre os produtos midiáticos tem estimulados estudos teórico-metodológicos chamados de *Media Literacy* (alfabetização/educação para mídia – tradução livre). Os trabalhos inspirados em Paulo Freire destacam que as mídias tradicionais e as novas mídias são espaços de comunicação, socialização, mas também de aprendizagem. “*Mídia Literacy* é a habilidade de acessar, analisar e produzir informação” (BECKER, 2016, p. 186), ajudando o indivíduo, crianças, jovens e adultos a se tornarem participantes no cenário contemporâneo da mídia. Ou seja, fazer com que eles reúnam competências que permitam interpretar e se apropriar dos textos midiáticos, reconhecendo formatos e influências das mensagens na vida social (BECKER, 2016).

Nessa linha de educação para mídia, Becker propõe uma metodologia, a Análise Televisual, que consiste em um instrumento para uma leitura crítica de conteúdos e formatos noticiosos que utilizam a linguagem audiovisual e os recursos multimídia na web e na TV. Para isso, estabeleceu três percursos metodológicos: a da descrição do objeto de estudo, a da análise televisual e a da interpretação dos resultados alcançados. Nesse processo, sugere a aplicação de categorias básicas de identificação do conteúdo, que passa pela identificação da estrutura do texto, a temática, os enunciadores, a visualidade, o som e a edição. Além da aplicação de princípios da enunciação como fragmentação, dramatização e definição de identidades e valores. Becker justifica:

A Análise Televisual é especialmente pertinente às práticas pedagógicas amparas na *Media Literacy*, porque é uma ferramenta que permite ver além do que a mídia oferece e a escola ensina utilizar as imagens televisivas como fonte de saber, questionar enredos e representações apresentadas e observar como os conteúdos e formatos audiovisuais estão vinculados à experiência, mobilizam e transformam as pessoas (BECKER, 2016, p.204).

Preparar o leitor para não apenas receber a mensagem midiática, mas para questionar, resignificar a partir do olhar crítico pode gerar um incômodo em veículos e profissionais produtores de conteúdo midiático, principalmente jornalístico. E é sobre o compromisso dele na produção desse conhecimento que vamos falar agora. Porque, legitimado pela sociedade, é no ecossistema de construção da realidade, que deve germinar a responsabilidade com o que é produzido e distribuído.

### 2.3.2. A responsabilidade do jornalista

Das perspectivas dessa relação entre telejornalismo e a educação, a que mais nos interessa é que aponta o papel do profissional da comunicação, no caso o jornalista, na produção do conhecimento que será entregue à sociedade; um papel, que é de um educador, como entende Guareschi (2017). Para ele, a mídia, os jornalistas e o jornalismo têm capacidade de criar e fazer desaparecer realidades e o comunicador necessita ter total consciência do que isso pode significar. A comunicação midiática deve ser uma prática educativa (GUARESCHI, 2017), independentemente da consciência de uma comunicação ativa (FERRÉS, 1996).

Apesar da análise crítica feita à televisão e ao telejornalismo, Herreros reconhece a responsabilidade educativa do jornalismo feita na televisão. Ele lembra que o jornalista não é um professor, mas se converte indiretamente em um educador social. Afinal, sua atividade é

uma construção social da realidade e, portanto, tem dentro de suas funções a responsabilidade sobre a geração de uma opinião pública. Por isso, tem a responsabilidade e obrigação de ponderar os enfoques e tratamentos, e ter consciência das repercussões e reações sociais que a atividade desencadeia (HERREROS, 2004).

O autor destaca questionamentos, em tom de resposta e cobrança, feitos pela pesquisadora Margarida Rivière, que nos ajuda a compreender ainda mais essa linha de pensamento sobre a atividade jornalística.

Los periodistas, ésta es la realidad, se han convertido en actores principales del proceso educativo [...] Son conscientes de su responsabilidad como educadores, como mediadores, como seleccionadores de lo que la gente ha de conocer y lo que no? Cómo encaran esta responsabilidad? Puede el periodismo convertirse únicamente en una técnica comunicativa? Como se enfrenta el privilegio de ser los ojos y los oídos de la sociedad? (RIVIÈRE, 2003 apud HERREROS, 2004, p. 207)

Por causa de tamanha responsabilidade se exige do jornalista uma formação profunda, ampla e atualização permanente dos conhecimentos da realidade como um todo, dos métodos e técnicas de análise dessa realidade. Ferramentas necessárias para realizar o trabalho com rigor, independência de pensamento e comportamento (HERREROS, 2004). E, a nosso ver, na pior das hipóteses, em meio ao cenário de muitas pressões e constrangimentos, deve ter a capacidade de articulação e argumentação, clareza sobre interesses e jogo das fontes; além de base de conhecimento para contextualizar os fatos, buscar o equilíbrio e a pluralidade na rapidez televisiva.

Não é uma comunicação ou uma educação bancária (FREIRE, 1996; 2002), de acúmulo de conhecimento de maneira estática, ou simples repasse de informação, nascidos da repetição e da cópia, mas aquela que nasce dos questionamentos da problematização, da contextualização, das perguntas, com respostas que gerem mais perguntas em um processo de construção de conhecimento, de subjetivação, seja na produção ou na recepção. O papel educador do jornalista está justamente nessa matriz dialógica e problematizadora. Destaca Guareschi:

Seu trabalho será fundamentalmente investigar, procurar todas as circunstâncias possíveis de um fato, escrutinar e discriminar as notícias, verificar as diferentes opiniões, criticá-las avaliá-las, em outras palavras, oferecer aos ouvintes-telespectadores tudo que for possível para que ele forme uma opinião mais próxima possível daquilo que, de fato, aconteceu, sabendo que nunca será possível oferecer um entendimento completo do fato (GUARESCHI, 2016, p. 151).

Sabendo dessa limitação, o jornalista, completa o autor, deve ser transparente e prevenir sua audiência da relatividade e precariedade do material que está sendo apresentado, reconhecendo a impossibilidade da neutralidade, da tentativa de parcialidade. Uma forma de evitar que suas práticas sejam simples cadeias de transmissão de fatos que, em princípio, não devam trazer prejuízos aos “donos na comunicação” (GUARESCHI, 2016, p. 153). Ele admite que não é fácil assumir esse papel de comunicador-educador, principalmente dentro de modelo capitalista de produção de informação adotado pelos monopólios midiáticos. Os jornalistas oficiais não podem deixar de prestar conta do que fazem e para onde aponta seu produto aos seus patrões.

De qualquer forma, nesse processo, não há como excluir o protagonismo do profissional que, diante de normas, indicações, na hora que prepara o seu texto, de noticiar o fato, vive dilemas que vão requerer clareza e consciência, e o levarão a caminhos que podem se aproximar mais do benefício do que do malefício. Não é um percurso sem obstáculos. Alguns, de fato, são intransponíveis e, em determinadas frentes, são impossíveis de ultrapassar. Nem com os melhores argumentos e o reconhecimento da importância profissional. Nessa hora, o recuo é estratégico para evitar a derrota da resistência e a vitória da desesperança.

Não são raras as vezes que jornalistas, comunicadores, permanecem de cócoras diante de ditames editoriais pela simples incapacidade de se contrapor estrategicamente, de argumentar de maneira inteligente. Vê seu compromisso social ser esquarterado e remontado pelas “chefias” porque lhes faltam condições de argumentar. Nesse nosso modelo de mídia não é raro. Não há engano, o conflito de interesses entre o público simulado e o privado camuflado vai sempre existir e fará parte da genética da informação jornalística que produzimos. Como vimos, em jogo o poder simbólico.

Mas a consciência educadora e transformadora do jornalista deve começar ainda nos bancos acadêmicos. E é sobre essa semente que devemos falar e cultivar. Qual a motivação para um construtor da realidade se não for modificá-la e melhorá-la para o bem comum? A natureza do intérprete da realidade é produzir conhecimento confiável para ser compartilhado e não se faz isso sem uma preocupação com os impactos do poder simbólico do produto. Não há como negar que o dia a dia mostra que nem sempre, ou quase nunca, ideais como essa podem ser levados em conta na rotina.

Ao longo dos anos, o material humano e pensante das redações de jornais, televisões e rádios diminuíram. É inegável que o avanço tecnológico, que atingiu os equipamentos e suas

formas de uso, e a ação central da internet aceleraram ainda mais o processo de produção de notícia, ajudando na apuração, na aproximação do fato, na sua reconstrução, na busca pelas fontes e referenciais. Mas, ao mesmo tempo, compromete expressivamente a qualidade da mercadoria, do produto que é vendido (MARCONDES FILHO, 1989).

O capital humano sofreu significativamente com isso. Com redações mais enxutas, o trabalho dobrou e a necessidade de ser multitarefa, de conhecer e participar da maior parte do processo de produção exigiu mais dos profissionais. As baixas atingiram em cheio o conteúdo. Repórteres e produtores passaram a obter informações por telefone, pela internet, pelas redes e, agora, por aplicativos de trocas de mensagens. Recebem, sem fazer uma ligação, conteúdo produzido com uma audiência potente (MESQUITA, 2014), que, de algum modo, virou coprodutora. Mas vão cada vez menos às ruas. O jornalismo vivo, da operação *in loco*, deu espaço ao jornalismo declaratório, como simulacro de parcialidade e neutralidade. O investigativo passou ao denunciismo. A superficialidade passou a ser justificada pela falta de interesse da audiência, do leitor em abordagens mais profundas e que possuem um grau de complexidade.

O modelo de mídia brasileira, para piorar, nunca foi o melhor para essa comunicação educativa. É que por maior que fosse e sejam as tentativas de profissionais e iniciativas de grupos isolados, jornais, rádios, TVs e portais mais influentes do país são liderados por um pequeno grupo de família que forma oligopólios e mantêm a produção jornalística livre até o limite de não comprometer os interesses empresariais e econômicos. Essa margem é bem mais apertada quando em cena estão os assuntos da política, área em que as decisões mais importantes inevitavelmente afetam a maior parte da população.

Movimentos na área econômica, nos mercados financeiros, que há pouco se escondiam na complexidade dos números e cifras, ganham protagonismo e aparecem, sem camuflagem. Interesses econômicos que sustentam a produção simbólica são deixados às claras e sua influência afeta decisões editoriais que se travestem de interesse público.

Seria leviano condenar toda produção jornalística da chamada “grande mídia” e negar a sua importância na construção da realidade brasileira. Muitos dos nossos valores, crenças, hábitos, representações e estereótipos são, infelizmente, mantidos pelo poder de influência do jornalismo. Mas há de se reconhecer que mudanças importantes também ocorreram por causa do papel desempenhado pela imprensa, mesmo sendo ao longo de sua história dominada por grandes grupos econômicos que, como afirmamos, o fez em busca de lucro e da manutenção de seus interesses.

A carga de influência na sociedade é maior por causa de nossas deficiências escolares. Por motivos que não cabe relatar aqui, temos uma educação escolar precária, o espaço para que as mensagens da mídia afetem o cidadão é muito maior. Um espaço vazio, sem reflexão, sem contraofensiva. Por isso, seria o jornalista brasileiro mais responsável para produzir um conteúdo ético, transformador, libertador? Teria ele mais necessidade de assumir o papel educativo?

O compromisso da profissão com a sociedade não é medido pelo grau de escolaridade de seu público. Então, a partir da comunicação libertadora, baseado em princípios éticos, na pluralidade de vozes, o jornalista é um educador por natureza, é um produtor de conhecimento singular e leva consigo essa carga na confiança que é depositada nele. Guareschi (2017) lembra que não é a educação professoral, mas a educação do inevitável compromisso político que o profissional da informação possui. Ele, como outros agentes sociais, possui maneiras de ação que impedem de apenas ver o “rio passar”. Segundo Guareschi, teríamos quatro formas de ação:

O agir, colocando o ato, fazendo com que algo aconteça; impedir, praticar uma ação para que algo não aconteça; permitir, isto é, não colocar nenhuma, e com isso fazer com que algo aconteça; omitir-se, não colocar nenhuma ação, e com isso algo que poderia acontecer não acontece (GUARESCHI, 2017, p.27).

Mesmo não sendo o objetivo de nossas reflexões, essa contextualização e nossa experiência com a prática profissional, permite-nos dizer que muito ou pouco da responsabilidade educadora do jornalismo está nas mãos dos profissionais da área. Sem esse compromisso pessoal, estaremos abrindo mão de parte de importante da sua função. Afinal, é uma atividade reconhecida como instituição social, com dever de verdade (BARBOSA, 1990) que contribui para a necessária compreensão dos fatos.

Hoje, mais do que nunca, em um ambiente de hiperinformação esse compromisso de produzir conteúdo jornalístico de qualidade para ajudar em parte da formação do cidadão se faz essencial. A internet abriu portas para democratizar a informação que circula pelo mundo. Muitos males vieram juntos. Mas o uso decente das ferramentas traz incontáveis benefícios, entre as mais destacadas a variedade de fontes de conteúdo, que permite a ascensão e aparecimento de novas visões de mundo, dá mais espaço para a polifonia. Vizeu e Santana (2010) destacam: “O papel do jornalista, em meio a sua função enunciativa pedagógica – através da qual as informações são pré-organizadas, selecionadas, esmiuçadas e ‘explicadas’ – eleva-se em responsabilidade ante os novos cenários de produção e consumo informativos” (VIZEU; SANTANA, 2010, p.47).

De maneira autônoma e empreendedora, jornalistas têm espaços próprios para produzir conteúdo e proliferá-lo na rede. É necessário admitir que a boa informação se mistura com um mundo de notícias falsas, as chamadas *fakenews*. Distinguir não é fácil, pois é fácil criá-las e mantê-las vivas na rede. Porque o modo de escrita, característico do jornalismo, é usado como a isca da credibilidade, gerando, no mínimo o efeito da dúvida.

Outra questão importante: a manutenção desses novos modelos de negócio: sites, blogs, portais. Mesmo com visível compromisso com a informação conduzida por princípios jornalísticos, profissionais autônomos e novos microempresários da informação têm dificuldades de pagar as contas do negócio. Uns se rendem a publicidade governamental e/ou comercial, o que os colocam na vala comum, afinal, como nas grandes corporações a publicidade é uma forma de comprar o silêncio, a omissão. Para fugir desse modelo, portais buscam sócios que passam a ter acesso exclusivo a conteúdos mais elaborados. Não é um sucesso, mas ainda mantém viva a esperança de alguns. Outros modelos incluem os financiadores, sócios, cidadãos da sociedade civil que participam de reuniões de pauta, dão opiniões sobre abordagens e participam das chamadas assembleias.

Pressões sócio-políticas, econômicas, constrangimentos organizacionais e as rotinas definem como a imprensa constrói a realidade social. Porém é possível pensar no homem capaz, de Ricouer (RICOUER, 2006; BENETTI; FREITAS, 2015), aquele que sua racionalidade e habilidade age em função da legalidade e do bem. Primeiro, porque segue regras e leis que condicionam o ideal de justiça social. Segundo porque é um sujeito que aspira o bem comum, questionando a crença comum, a opinião popular e as tradições (BENETTI; FREITAS, 2015).

Foi a partir desta perspectiva que Benetti e Freitas (2015) aproximaram princípios desse homem capaz e aplicou a ação jornalística, abrindo vertente para falar de o homem capaz no jornalismo. De acordo com as autoras, esse homem no jornalismo tem como obrigação: identificar acontecimentos que são notáveis; reconhecer e narrar a alteridade; narrar e interpretar os acontecimentos, evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e inscrever o homem em seu tempo; hierarquizar, organizar e disponibilizar informações para o futuro e construir memória. Isso acontece, por exemplo, quando o jornalista acompanha fatos de longa duração, nas quais precisam dar notabilidade a um aspecto e não a outro, geralmente mais novos, ou que possam dar uma noção do momento ou que contemplem a temporalidade. Mas eles também quando precisa acompanhar acontecimentos específicos e ir em busca de quem tem o combustível para recontar as histórias, as lembranças e memórias dos

acontecimentos. Ou ainda quando tenta arrancar das testemunhas os fatos do percurso da recordação, extraindo informações relevantes para história.

O jornalismo é um grande arquivo da história do homem, e o jornalista constrói esse arquivo ao organizar as informações que estarão disponíveis no futuro. Cada vez mais, as potencialidades de hierarquizar e organizar são predicados exigidos do jornalista na arquitetura da informação, e o jornalista, aqui, será compreendido como um sujeito capaz de hierarquizar, organizar e disponibilizar informação para o futuro (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 172)

Deve fazer, segundo ela, sob o domínio da ética, “comprometido com o interesse público, com a justiça e com o bem social. É necessário compreender a finalidade pública do jornalismo e seu compromisso com a diversidade de vozes sociais” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 182)

Concretizam-se no momento da escolha das palavras, da forma de reconstruir os fatos, moldados por processos aplicados na montagem das reportagens. Diante, é verdade, de interesses outros que podem interferir na construção do efeito de sentido, contraditoriamente porque se admite a força pedagógica da atividade.

As buscas por alternativas fortalecem a utopia de termos uma imprensa livre e plural que é, sem dúvida, para uma democracia plena. Não há como pensar num modelo de governo em que a informação está sob o controle do Estado, nem muito mesmo se acomodar com um modelo em que toda informação que circula no país passa pelo funil de grandes grupos empresariais e financeiros. É claro que os modelos que permitem a apuração, seleção e divulgação de notícias influenciam o resultado de qualquer produção jornalística, e é por isso que fazemos esta breve explanação, mas não é nosso objetivo aqui aprofundar nem apresentar modelos ideais. Mas lembrar de que qualquer modelo é feito de pessoas e a postura, o compromisso, a forma de encarar o ofício como vão fazer a diferença no melhor espaço e no pior. No melhor, serão baluartes o respeito, a liberdade e a responsabilidade. No pior, a luta será para fazer o melhor em meio às pressões e constrangimentos. O melhor e o mais compreensível, alerta às representações sociais e estereótipos que se apropriam, reproduzem, reforça na construção da realidade. É o que veremos mais a seguir.

### **3.4 Representações e telejornalismo: uma via de mão dupla**

O jornalismo, em todas as suas formas, precisa fazer-se entender. Seu “dizer” necessita ser compreensível para o maior número de pessoas sob a pena de não cumprir sua

função. Para isso, em todo o processo de construção da realidade cotidiana, seja nos fatos imprevistos ou nos programados, recorre às representações sociais. É a busca por “algo feito”, aceito socialmente e que circula com facilidade entre o público alvo.

Fazemos isso, segundo Sartori, porque as palavras que articulam a linguagem humana são símbolos que evocam representações, isto é, “evocam na mente configurações, imagens de coisas visíveis, como já vimos” (SARTORI, 2001, p. 31)

As representações são ferramentas para ‘reestruturação’ do que precisa se tornar cognoscitivo. Para explicar. E ao perceber que as *teorias positivistas e funcionalistas* não davam conta de explicar a realidade em suas várias dimensões, com toda complexidade histórica e crítica, Moscovici começou a desenvolver estudo sobre as representações sociais (OLIVEIRA; WERBA, 2002). Para ele, são entidades quase tangíveis, que se manifestam (circulam, cruzam-se e cristalizam) por meio de uma fala, de um gesto, de um encontro no universo cotidiano (MOSCOVICI, 1978). Ela é substância simbólica e ao mesmo tempo a prática que produz essa substância. Sua complexidade a coloca na encruzilhada mista de conceitos sociológicos e psicológicos.

Para entender o conceito, com todas as dificuldades, ele resgata o olhar de Durkheim que afirma que as representações são fenômenos psíquicos e sociais, “abrangendo o que designamos por ciência, ideologia, mito, etc.” (MOSCOVICI, 1978, p. 42); e que a vida social é condição de todo pensamento organizado, bem como todo pensamento organizado é condição da vida social. Mas a crítica feita por Moscovici é que Durkheim não levou em conta a pluralidade dos modos de organização do pensamento. O que torna a noção de representação (coletiva) proposta por ele obscura. Ao associar o estudo das representações sociais ao chamado homem moderno, o autor afirma que para ele essas representações constituem uma “das vias de apreensão do mundo concreto, circunscritos em seus alicerces e em suas consequências” (MOSCOVICI, 1978, p. 42).

No seu estudo sobre o assunto De Rosa (1994 apud OLIVEIRA; WERBA, 2002) distingue três níveis de discussão e análise das representações: o nível teórico (definições conceituais e metodológicas), o **meteórico** (onde eram os debates sobre a teoria) e o **fenomenológico**. É sobre esse último que propomos uma aproximação com a prática jornalística, no qual vemos uma via de mão dupla. Isso porque as representações sociais nesse nível são objetos de investigação da realidade social, “modos de conhecimento, saberes do senso comum que surgem e se legitimam na conversação interpessoal cotidiana e têm como objeto compreender e controlar a realidade social” (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 105).

Grosso modo, é como se o jornalismo em suas várias formas se apropriasse das representações para a construção da realidade e, ao mesmo tempo, ajudasse cotidianamente na construção, reprodução e disseminação de novas representações do mundo, dando novos sentidos ao cotidiano. Resgatando Jodelet (1989 apud OLIVEIRA; WERBA, 2002), Oliveira e Werba lembram que as representações sociais são uma forma de conhecimento que se partilha e se elabora no seio social de maneira prática para elaboração de uma realidade comum e partilhável. Nesse contexto, acreditamos que o jornalismo, em especial o telejornalismo, que atinge um grande público, é uma forma de conhecimento construído pelas representações sociais. Um movimento no qual jornalistas interpretam, significando e resignificando representações sociais.

Para entender e abastecer sua audiência com conhecimento a ser compartilhado, o jornalismo televisivo busca cumprir uma tarefa: a de tornar os assuntos familiares, de fazer seu público assimilar seu conteúdo por meio de um processo de representação de universos. A nosso ver, faz isso por meio de vários processos, mas dois deles, geradores de representações sociais, a **ancoragem** e a **objetivação**, podem servir de base para entendermos essa produção de conhecimento (MOSCOVICI, 1978).

No caso da ancoragem, temos a tentativa de buscar um suporte seguro para dar sentido ao estranho, valorando, classificando pessoas, objetos, ideias, encaixando em um modelo conhecido para facilitar a compreensão ou a conceituação (MOSCOVICI, 1978). Nos últimos anos, por exemplo, jornalistas recorreram à segurança do conhecimento sobre a dengue para explicar a ação da zika e a chikungunya. Ou resgatou aspectos do *impeachment* do ex-presidente Collor de Mello, em 1992, para que a audiência compreendesse o novo processo político que estamos vivendo com a presidenta Dilma.

A objetivação torna o fenômeno e as “coisas”, até então não familiares, concretas, visíveis. “Procuramos aliar um conceito com uma imagem, descobrir a qualidade icônica, material, de uma ideia, ou de algo duvidoso. A imagem deixa de ser signo e passa a ser uma cópia da realidade.” (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 110).

No seu estudo sobre as representações, Hall (1997) vai à gestação do conceito e nos traz outras definições importantes nessa relação. Segundo ele, uma representação significa usar a linguagem para dizer algo com algum sentido ou para representar de maneira significativa o mundo a outras pessoas. “Representação é uma parte essencial do processo mediante o qual o uso da linguagem produz sentido e a troca entre os membros de uma cultura.” (HALL, 1997, p.2). Acrescenta ainda que os vínculos entre os conceitos e a

linguagem é o que nos capacita para fazermos referência ao mundo real do objeto, pessoas ou eventos. Para ele, só conseguimos fazer essa troca, com uso da linguagem, porque compartilhamos dos mesmos *mapas conceituais*. Ou seja, dividimos sentidos comuns sobre o mundo.

São dois sistemas de representação, segundo Hall (1997), as representações mentais, justamente os conceitos e imagens formadas em nossos pensamentos, que nos capacitam para referir ao que está fora de nossas cabeças. Na outra ponta, está o segundo sistema de representação: a linguagem. Ela é capaz de traduzir os nossos mapas conceituais dando sentido as coisas. Hall recorre ao que chama de três enfoques da representação para explicar como o sentido é trabalhado por meio da linguagem. O primeiro enfoque registrado é o reflexivo. Nele o autor afirma que a linguagem atua como simples reflexo ou imitação da verdade que já está fixada no mundo. No enfoque intencional, quem fala impõe um sentido único sobre o mundo através da linguagem. E por fim, o enfoque construcionista, no qual, segundo Hall, os atores sociais usam os sistemas conceituais da cultura, sistemas linguísticos e outros sistemas de representações para construir sentido. “Para fazer do mundo algo significativo e para comunicar-se com os outros, com sentido, sobre esse mundo.” (HALL, 1997, p. 10).

É desse foco que estamos mais próximo. O enfoque construcionista nos remete ao trabalho do enunciador do conhecimento cotidiano, do jornalista, que constrói sentidos através da sua prática, das suas narrativas. Seja na reconstrução de um acidente, de um discurso de um ministro ou numa decisão de um juiz, ele o faz com fé de ofício, com o aval da instituição social, moldado pela rotina e limites organizacionais e pelos próprios mapas conceituais. Aspectos que devem ser levados em conta na apropriação de representações sociais e na sua difusão.

Ao registrar a presença das representações sociais nas histórias dos espaços públicos, Jovchelovith lembra algo importante no olhar que enunciadorees devem ter no processo de contar os fatos: “narrativas são uma das principais formas discursivas nas quais as representações se desenvolvem” (JOVCHELOVITH, 2000, p. 143). A narração tanto produz como difunde a representação social. Acostando-nos no olhar da autora sobre a narrativa, é inevitável não fazer um paralelo com as histórias contadas/narradas no telejornalismo, representação da realidade, construção do real. A própria autora em um dos seus estudos resgata narrativas do *impeachment* do ex-presidente Collor em 1992 para demonstrar que elas

constroem um campo de representações, que reforçam alguns sentidos e ao mesmo tempo erradicam outros, que se segmentam na esfera pública.

Para explicar como a experiência social narrativa usa e forma representações sociais, Jovchelovith propõe a discussão de três características do ato de narrar, que podem ser transportadas à prática jornalística. A primeira característica é o aspecto referencial das narrativas. A segunda, a construção de laços entre o ordinário e o extraordinário e, por fim, a dimensão temporal da narrativa (JOVCHELOVITH, 2000). Sobre a referencialidade, ela lembra que as narrativas ligam um “eu” ao “mundo”, no caso do telejornalismo ao mundo real, ao fato emerge da realidade, ao acontecimento de interesse coletivo, baseado nos valores-notícia (TRAQUINA, 2005).

Também tem *qualidade dramática*. Para isso, estabelece conexões entre o extraordinário e ordinário, assim como faz o jornalismo na sua trama de fatos. Acrescenta:

Esta capacidade para ligar o que é experienciado como trivial e o que é experienciado como extraordinário produz efeitos contraditórios. De um lado, há uma acomodação de tudo que parece fora da rotina, através de uma configuração familiar. De outro lado, incorpora-se a dimensão do impensável ao registro do impossível (JOVCHELOVITH, 2000, p. 147-148).

No caso da dimensão temporária da narrativa, a constatação de que esse tempo é público, que traz à tona o problema de pessoas que compartilham experiências de agora, de ontem e de um futuro. Tudo no mesmo momento. Tudo vai além do sentido ordinário. Com suporte dos sistemas de representações, o telejornalismo vai buscar sentidos comuns entre o que é dito e o que sua audiência presumida pode compreender. A audiência presumida, segundo Vizeu (2005), vem da imagem que jornalistas criam de maneira intuitiva, antecipadamente a partir da cultura profissional, da organização e do trabalho, dos processos produtivos, das regras da redação, da língua e das regras dos campos das linguagens para o trabalho de enunciação.

No trabalho de interpretação, reconfiguração de saberes, ideias e histórias, para a compreensão do conteúdo da mensagem, a informação é produzida para ser combustível da comunicação, do diálogo, do entendimento. A mensagem que vai, precisa ser compreendida por quem recebe. Esse movimento exige a comunhão e compartilhamento, um saber mutuamente conhecido (VIZEU, 2005). Diante de uma audiência presumida, jornalistas recorrem ao discurso que passeia entre o formal e o coloquial. É o dizer coloquial aceito no

registro formal (LAGE, 2006; PATERNOSTRO, 2006). É a tarefa essencial para quem deseja atingir uma audiência ampla, com acervo de conhecimento (SCHUTZ, 2003) que varia entre o grau mais elevado ao mais baixo. Telejornalistas querem dialogar com seu público e irão buscar maneiras de cooperar para que a interlocução aconteça de maneira produtiva e adequada.

A linguagem jornalística é o instrumento que o profissional desse campo tem para traduzir o mundo. Ela é usada para reconstruir os fatos, acontecimentos, os discursos de outros campos do saber que, por tradição, história, processos sócio-educacionais se mantêm inacessíveis para um público com grau de instrução ou de conhecimento menores, ou ainda, com uma determinada *situação biográfica* (SHUTZ, 2003). Uma maneira que o indivíduo se situa na vida, a partir das experiências vividas, dos ensinamentos dos familiares e interesses, que aumentam ou diminuem ao longo da vida. Cada pessoa, por sua vez, segue durante toda vida interpretando o que encontra no mundo, de acordo com a perspectiva de seus interesses particulares, motivos, desejos, compromissos religiosos e ideológicos (SHUTZ, 2003). Recorremos a Lippmann (1966) quando registra que o relato é o produto conjunto do conhecedor e do conhecido no qual o papel do observador é sempre seletivo-criativo. “Os fatos que vemos dependem da posição em que estamos colocados e dos hábitos dos nossos olhos” (LIPPMANN, 1966, p. 150).

#### 3.4.1 O papel controverso dos estereótipos

No grupo das representações sociais ambivalentes está o estereótipo. Tratado como vilão quando simplifica num duro processo de exclusão. Mas também entendido como necessário quando tem seu mecanismo de representação usado de maneira moderada e adequada. A linha, muitas vezes é tênue, e depende de como a realidade é encarada.

Lippmann (1966) acredita que as mais sutis e penetrantes de todas as influências são as que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Segundo ele, eles dizem tudo sobre o mundo antes que o vejamos e permite que imaginemos a maioria das coisas antes de experimentá-las. Seu olhar não é de todo condenatório, mas reconhece o perigo quando a educação não nos torna conscientes, porque “essas concepções governam profundamente todo o processo da percepção” (LIPPMANN, 1966, p. 156).

O estereótipo, segundo o autor, como tipos aceitos e padrões correntes permite mais facilmente o entendimento do mundo porque interceptam a informação “no trajeto rumo à

consciência” (LIPPMANN, 1966, p.153). Mas reconhece que é resultado de um processo de escolha e de transfiguração da realidade.

Nem mesmo a testemunha ocular traça um quadro ingênuo da cena. Pois a experiência parece mostrar que ela própria traz à cena alguma coisa, que dela retira mais tarde; e, o mais das vezes, o que supõe ser o relato de um acontecimento é, na realidade, a transfiguração dele (LIPPMANN, 1966, p. 149 -150).

Em sua crítica destaca que a verdade vai muito além porque as formas estereotipadas, emprestadas ao mundo, não procedem apenas da arte, no sentido da pintura, da escultura e da literatura, mas de nossos códigos morais, filosofias sociais e agitações políticas. Por isso, da mesma forma que é necessário dar significado as coisas e formar hábitos pela simples apreensão, não há como não ver com problema a introdução, muitas vezes por simples valoração, como precisão e distinção, consistência e estabilidade de significado no que é vago e oscilante. “Na grande confusão florida e *zunzunante* do mundo exterior colhemos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela cultura” (LIPPMANN, 1966, p.151 grifo nosso).

Na sua defesa e justificativa da importância dos estereótipos, o autor destaca que se não houvesse uniformidades práticas haveria um erro no hábito humano de aceitar a antevisão pela visão. Para ele, existem uniformidades suficientemente exatas e é tão inevitável economizar atenção que o abandono de todos os estereótipos por um “enfoque totalmente ingênuo da experiência empobreceria a vida humana” (LIPPMANN, 1966, p. 157). A força dos estereótipos, segundo ele, tem uma relação direta com a forma que eles são empregados, com o conhecimento dos códigos e sua aplicação cotidiana, com a consciência das significações. Ou seja, quem cai no perigo simplificador dos estereótipos tem um olhar restrito e, nesse caso, o perigo não estaria no estereótipo, mas na própria “filosofia de vida”.

Se nessa filosofia admitimos que o mundo é codificado, segundo o código que possuímos, tenderemos a fazer que nossos relatórios do que está acontecendo descrevem um mundo dirigido pelo nosso código. Mas se nossa filosofia nos diz que a cada homem é apenas uma pequena parte do mundo, que sua inteligência capta, na melhor das hipóteses, simples fases e aspectos numa rede grosseira de ideias, ao utilizarmos nossos estereótipos tendemos saber que são apenas estereótipos, a tratá-los despreocupadamente, a modificá-los prazenteiramente (LIPPMANN, 1966, p. 157).

Na sua análise sobre os estereótipos, Lippmann destaca a força das imagens, em especial o cinema. Para ele, qualquer descrição verbal ou com imagem parada exige um

esforço de memória para que a imagem exista no espírito. No caso, das imagens em movimento do cinema, e hoje podemos fazer um paralelo com o produto televisivo, todo processo de observar, descrever, relatar e depois imaginar já foi realizado. Um olhar não necessariamente negativo dessas representações sociais.

Ao admitir que o estereótipo pode ser consistente e autorizadamente transmitido por meio de gerações, como fato biológico, Lippmann (1966) acredita que não existe prova de que todos repetirão entendimentos que são impostos por hábitos políticos de um país. Mais forte nesse processo estaria a tradição transmitida por pais, professores, padres e tios e, mesmo assim, não há como generalizar, pois, “difícilmente duas experiências serão exatamente iguais” (LIPPMANN, 1966, p. 159).

Crítico veemente dos estereótipos como representações sociais, Ferrés (1998) afirma que elas são reducionistas e geram interpretações equivocadas da realidade. São representações que pressupõem uma visão compartilhada que um coletivo social possui sobre outro social, criadas com base na repetição, com um molde rígido. Para ele, à base de rigidez e de reiteração os tornam naturais para gerar formas de realidade, porém cometem o pecado de transformar realidades complexas em algo simples.

Nesse sentido, os estereótipos assemelham-se aos processos de sedução porque jogam com a percepção seletiva: selecionam intencionalmente uma dimensão isolada da realidade (no caso dos estereótipos, normalmente negativa), polarizando a atenção do receptor sobre esta dimensão, com a intenção de que o receptor realize um processo de globalização, transferindo a parte negativa para o todo. Pretende-se, então, que a dimensão negativa se transforme, para o receptor, em uma representação da realidade negativa. (FERRÉS, 1998, p. 136).

Ferrés pondera destacando que essas representações são verdadeiras e falsas. Primeiro porque se baseiam em aspectos reais e com força de verdade. Mas também são falsos porque produzem uma generalização simplificadora que é uma traição a uma realidade que é complexa e muitas vezes contraditória.

Não precisa passar muito tempo diante dos telejornais para observar que as representações por meio dos estereótipos são bastante usadas. E, da mesma maneira que facilitam o entendimento, ratificam realidades que podem estar em mutação, não existem mais ou que tal estereótipo não representa uma determinada realidade. É como descrever nordestino como o matuto desdentado que é analfabeto, ou o gaúcho com chapéu e chimarrão no meio da cidade; ou ainda o baiano deitado na rede, como representação de um povo. Ou

destacar em reportagens apenas os aspectos humorísticos dos cearenses. Ou ainda simplificar e reforçar o modelo de “mineirinho” do interior que sempre fala com as palavras cortadas. Como telespectadores e como profissionais da área, lembramos que essas representações, de fato, facilitam o entendimento de uma história, visto que o telespectador recorre a velhos mapas conceituais para entender o discurso.

No Ceará, por exemplo, não são exibidas reportagens de melhoria no PIB, comércio pujante. Essas reportagens ficam a cargo de São Paulo. Em Pernambuco, representações do carnaval, frevo, seca, são destaques em matérias exibidas no *Jornal Nacional* (ECHEVERRIA, 2017). Mas será que esse estado, só consegue colaborar com matérias com esses temas? Essas representações sociais, que passaram a ser identificadas como estereótipos, fortalecem-se por causa de algumas justificativas. Uma delas porque, segundo o autor, reduz ambiguidade e a complexidade da realidade que são perturbadoras e oferecem uma avaliação ideologicamente marcada em função do interesse do emissor, facilitando o envolvimento emocional do receptor (FERRÉS, 1998).

Como falar, por exemplo, de anos de seca na região Nordeste do Brasil sem mostrar o sertanejo olhando triste para o gato morto, definhando? Imagens comuns se repetem para fortalecer o drama, como os esqueletos dos animais mortos e a terra de açudes rachada. Em jogo, de acordo com Ferrés (1998), está o controle da realidade, que deve ser entendida, explicada e dominada porque ele deve ser acessível e atingir audiências vastas. De fato, em princípio e com olhar despreocupado com os efeitos as representações a um prazo mais longo, o estereótipo é aceito e contribui para criar valores fixos que se cristalizam nos mapas mentais como os que depois se interpretará a realidade. Por isso facilitam a socialização por meio da economia do esforço, com emoções e até de maneira inconsciente. Processo que pode ser intencional ou involuntário (FERRÉS, 1998).

O autor ressalta, no entanto, que as mensagens estereotipadas televisuais não exercem uma influência mágica, inapelável e sozinha. Interagem com muitos outros fatores de socialização e com julgamentos e preconceitos dos espectadores. Cabe, então, lutar contra o uso exagerado e desmedido, vencê-los. Quiçá com o uso de representações diferentes, opostas e com a tentativa de descomplexificar a realidade por meio de outra ferramenta para compreensão.

Está aí, o desafio do telejornalismo moderno. Usar representações, como estereótipos, que apelam para o simplismo, superficialidade, emoção mercadológica, numa perspectiva de exceção e não de regra. As representações sociais, sem dúvida, são a chave do entendimento

do enunciado telejornalístico. Elas permitem as ligações do conteúdo registrado nos mapas mentais, mas, com todas as possibilidades e novos recursos de interpretação da realidade, apostar no simplismo é o risco que as novas plataformas de informação, enraizadas na internet, não correm. Têm-se permitido resignificar realidade complexas com representações que fogem do já consolidado, e provocam novos efeitos na audiência e naqueles que querem mais que comunicar. Querem problematizar, fazer perguntas e não trazer respostas prontas e óbvias. Querem mobilizar, como fazem os bons educadores.

Ao criticar a forma que a televisão representa a realidade, Kapuscinski (2003) afirma que ela torna o telespectador prisioneiro de uma linguagem reduzida, pobre e limitada. Com essa linguagem, ressalta, não podemos escrever; refletir e entender porque ela esconde o mais importante do mundo contemporâneo que é a sua crescente complexidade (KAPUSCINSKI, 2003). Porém, entendemos que a linguagem simples não é sinônimo de simplismo. A batalha do jornalismo é representar o mundo complexo dos fatos, suas ligações e forças com uma linguagem acessível, didática, sem perder a possibilidade de ser completo, abrangente e com espaços para as várias vozes e suas interpretações das suas condições de existência. A simplicidade da linguagem não é pré-condição de um conteúdo pobre. É o que vamos refletir adiante.

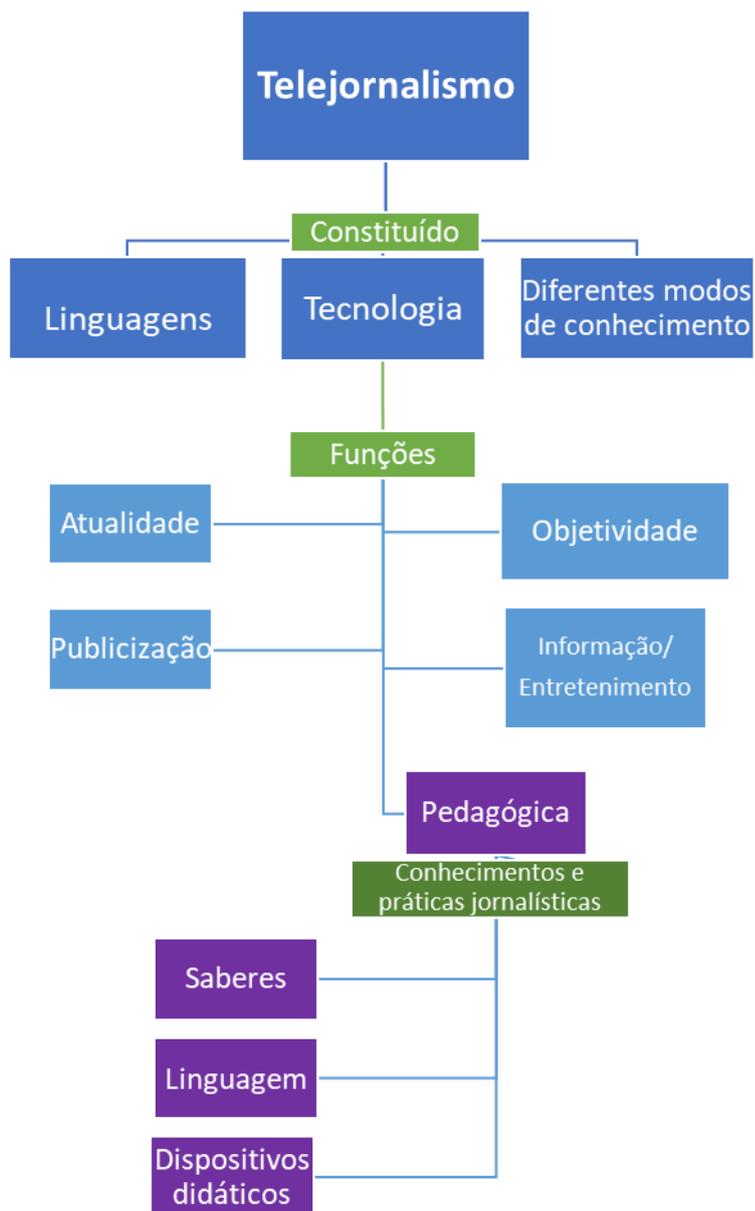
#### **4 AS FUNÇÕES DO TELEJORNALISMO E AS DIMENSÕES DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA**

O professor Nilson Lage (1982) acredita que a atividade jornalística se baseia no tripé: linguagens, tecnologias e ciências sociais. Meditsch (1992) lembra que avançando na área Genro Filho (2012), ao definir o jornalismo como uma forma de conhecimento, diferente da ciência, trouxe uma nova perspectiva para esse tripé, modificando para: linguagens, tecnologias e diferentes modos de conhecimento. Meditsch destaca que a mudança sutil abriu um “novo e imenso campo a ser explorado” (MEDITSCH, 1992, p. 20) visto que, segundo ele, se o jornalismo é uma atividade do conhecimento não poderia ser pensado como mera técnica, como aconteceu (acontece) nos manuais e escolas que ensinam como ser um profissional do Jornalismo.

É partindo desta perspectiva e compartilhando deste pensamento que aplicamos esse tripé no estudo sobre as funções do telejornalismo, como atividade do conhecimento, responsável por levá-lo a milhões de pessoas diariamente. E, inevitavelmente – em alguns casos, infelizmente – por influenciar as pessoas no dia a dia, no seu pensamento, visão de modo e modos de atuar na sociedade. Olhando para o jornalismo feito na televisão, recorremos a Vizeu (2005; 2009) que afirma que na redução da complexidade do mundo, interpretando a realidade social e contribuindo para tornar o mundo mais compreensível, o telejornalismo tem as seguintes funções: a atualidade, a objetividade, a de publicização ou exotérica, a pedagógica (esta última, foco deste trabalho). No entanto, numa revisão do trabalho, Vizeu (2017) acredita que é necessário incluir a função de informação/entretenimento. A última é marcada por um olhar bem mais crítico, visto que, volta e meia, a informação/entretenimento deixa de ser interesse público para ser interesse do público. Linha tênue que coloca em xeque o papel da atividade na divulgação de fatos que perpassam essa seara.

A partir desses entendimentos de Lage (1982) e Meditsch (1992) sobre o jornalismo e Vizeu (2005; 2009; 2017) sobre o telejornalismo, propomos um organograma abaixo para ajudar a visualizar melhor a proposta:

**Figura 5. Organograma: Telejornalismo**



Fonte: elaboração do autor.

Nosso objetivo agora é avançar nas características da função pedagógica, apresentada por Vizeu (2005; 2009; 2017), na perspectiva de que ela está na intenção/formação do profissional, na construção enunciativa do texto, ou seja, na aplicação de suas habilidades e domínio da linguagem e nos dispositivos enunciativos acionados pelos profissionais na produção noticiosa. Em seguida mais detalhes sobre a proposta.

#### 4.1 A função pedagógica do telejornalismo e suas dimensões

Se perguntarmos para muitas pessoas o motivo delas assistirem aos telejornais, a maior parte, certamente, responderá que é para se informar, para se inteirar do que está acontecendo na cidade, no bairro, no mundo. Alguns, talvez, serão mais específicos, afirmando que querem saber sobre os fatos policiais, políticos, econômicos ou obter informações sobre o tempo, trânsito e vagas de emprego. Se formos além e perguntarmos o que fazem com a informação recebida, sem dúvida, muitos irão dizer que ela serve para poder ter assunto e conversar com os amigos e familiares. Ela é uma espécie de combustível para as relações sociais. Estar alheio ao que acontece ao mundo torna as interações mais difíceis.

Uma das questões atuais é que muitos deles poderiam obter essa informação por vários meios, em especial a internet, mas continuam obtendo no telejornalismo a referência e a segurança (VIZEU; CORREIA, 2007) que precisam para acumular o conhecimento necessário sobre os fatos que ocorrem no mundo. A imagem, a palavra, a linguagem, a forma. O noticiário televisivo é o lugar de confirmação de contextualização do mundo (SIQUEIRA, 2010; VIZEU; ROCHA, 2011). Guerra (2003) lembra que o contato dos indivíduos com o mundo se dá, em grande parte, através das notícias. Por isso, sua verdade e relevância se tornam motivo de tanta preocupação (GUERRA, 2003). Ao se aproximar do que se chama verdade dos fatos, por meio do rigor necessário, tornam-se mediadores creditados pela audiência por meio de um sistema de crenças supostamente estabelecido entre eles (CABRAL, 2008).

Adequando-se as novas formas de consumo, Becker (2016) destaca que as emissoras de televisão aberta buscam interagir com espectadores produzindo e colocando seus conteúdos para serem vistos em várias plataformas, computadores, celulares, *tablets*. Mas a “TV continua a ser o meio dominante de divulgação e de acesso às notícias em áudio e vídeo, em diferentes partes do mundo e também no Brasil, reunindo os maiores investimentos publicitários” (BECKER, 2016, p.12). Ressalta-se, no entanto, que essa centralidade convive com a transformação nas mudanças de práticas de produção e com a transformação de suas características tecnológicas, de linguagem e de mediação.

A TV continua ligada durante muitas horas e se expande para outras telas pequenas ou gigantes com diferentes resoluções de imagem, servindo e direcionando conversações e debates relevantes para a sociedade no ambiente doméstico, profissional e nas ruas das cidades, os quais provocam indignação e comoção (BECKER, 2016, p.13).

Registramos que ao afirmamos que o telejornalismo tem uma função pedagógica (VIZEU, 2009; 2014) e que utiliza saberes da linguagem e de dispositivos didáticos (VIZEU; CERQUEIRA, 2015; 2016) para produzir o conhecimento do cotidiano, é preciso esclarecer, de imediato, que não estamos falando da produção de um telejornal, de um produto informativo de televisão que substitui a escola ou a família na formação do cidadão. De qualquer forma, é sempre importante destacar o lugar de referência do telejornalismo (VIZEU, 2009), dividindo com outras instituições sociais a atenção sobre a apreensão do conhecimento mundano (BECKER, 2006). Um fenômeno há anos relevante que contribui para a construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2005), para percepção do mundo por homens e mulheres.

É prudente ressaltar que não estamos falando daquela pedagogia ou da didática do professor, que possui todo um instrumental teórico e uma fórmula para ensinar um conteúdo específico, dentro da sua área de atuação. Essa didática é própria da educação, da sala de aula e de outros espaços de ensino-aprendizagem, essenciais para escolarização do cidadão. As ressalvas se fazem necessárias para deixarmos claro que ao tratarmos da função pedagógica do telejornalismo não estamos dando a mesma dimensão que a da educação, mas fazendo uma aproximação inevitável quando se leva em conta o papel da atividade na produção do conhecimento na contemporaneidade. Sobre isso, Temer e Santana (2014) destacam que a mídia, atualmente, concorre com instituições formais de educação, como a escola, fazendo circular conhecimentos e saberes do cotidiano e socializar modelos de comportamentos, mas operando em lógicas de ensino distintas do ambiente escolar. As autoras acreditam que o papel pedagógico poderia se materializar, principalmente, no jornalismo de serviço, se fosse produzido com objetivo de fazê-lo pensar e não ser apenas um observador privilegiado. Registram:

O jornalismo de serviço, por seu uso e formato potencialmente didático, transita, portanto, entre as práticas de uma educação não-formal realizadas pelos meios noticiosos, informando para além do fato pelo fato, mas orientando, formando e colaborando com os públicos, por meio da informação útil na tomada das decisões no cotidiano. Saberes cotidianos esses que não têm sido enfatizados pela educação formal (TEMER; SANTANA, 2014, p. 111).

Dentro desse contexto, é importante afirmar que consideramos o jornalismo um campo de conhecimento, produtor de um conhecimento singular (PARK, 1966; GENRO FILHO, 2012), que amplia sua força no telejornalismo, responsável por uma “alcance de massa”,

essencial como fonte de informação do brasileiro, de acordo com os últimos dados da Pesquisa Brasileira de Mídia<sup>14</sup>. Produz o que Vizeu (2016; 2015) chama de conhecimento do desvelamento (VIZEU, 2016), que descortina o saber de várias áreas e entrega fragmentos do que ocorre no mundo. Afinal, como bem lembra Karam (2009), há alguém que precisa saber o que se passa em diferentes esferas do saber e do poder, nas ruas e nos gabinetes onde se decide a vida dos cidadãos e permitir o acesso imediato por meio de interpretações e versões.

Vilches (1989) destaca que o telejornal cria uma relação pedagógica com a audiência, pois “ensina como se portar diante do texto televisivo, com que atitude comunicativa e em que condições devem aprender as características do gênero” (VIZEU, 2009, p.80). Constrói um “objeto social chamado de atualidade” (VILCHES, 1996, p.137), por meio de uma dramaturgia, da imitação dos conflitos (COUTINHO, 2012), dando sentido real e organizando a realidade de maneira que se torne atrativa, com apelos emotivos verbais e não verbais. E, a nosso ver, com mecanismos cognitivos que facilitam a compreensão. As notícias nos telejornais devem ter a preocupação de contribuir para o entendimento do mundo e o jornalista é o responsável por essa mediação.

A nossa hipótese é de que essa função pedagógica no telejornalismo se concretiza em três dimensões: a) a **dos saberes**, que estão ligados à formação, atuação e comportamento do jornalista e sua prática diária, através do método de construção social da realidade, saberes que têm como base aqueles descritos por Paulo Freire na construção de uma eficiente prática educativa e estão descritos na teoria pedagógica do educador (2002, 2000, 1997, 1984); b) a **da linguagem**, no domínio e adoção de uma forma própria de produzir o conhecimento, utilizando signos e o acervo de conhecimento compartilhável, onde mapas mentais se entrecruzam em entendimento. c) e dos **dispositivos didáticos**, que são operações na produção de uma reportagem que tornam o conteúdo mais compreensível, oriundos de ações individuais ou coletivas internalizadas nas rotinas produtivas. Essas dimensões, conhecimentos e práticas se complementam com objetivo de fornecer saber e poder que passam pela presentificação dos fatos, processos de investigação/apuração e uso da linguagem para elaboração da mensagem, condicionados, em tese, por normas de uma ética jornalística e de códigos deontológicos (CORNU, 1994). Adiante vamos conhecer com mais detalhes essas

---

<sup>14</sup> De acordo com última PBM de 2016, 63% dos brasileiros se informam pela televisão. Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio de acesso supera as três horas diárias. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>>. Acesso em janeiro de 2017.

dimensões. A primeira delas, os *saberes freirianos* aplicados à prática jornalística. Antes sugerimos conhecer a relação do educador com a Comunicação e o Jornalismo.

#### 4.1.1 A relação da filosofia freiriana com a Comunicação e o Jornalismo

Dentro do contexto, apontando para a verdade libertadora, para o comportamento crítico e curioso diante da realidade, para a ética e a qualidade do ensino, os estudos e pesquisas desenvolvidos por Paulo Freire (2002; 2000; 1997; 1984), ligados à arte de educar, trazem uma grande contribuição para a prática (tele) jornalística. Lições aplicadas ao fazer profissional que, com certeza, podem gerar o produto do jornalismo que nasce como “utopia” presente e que estimula a transformação (FREIRE, 2002). Como lembraram Meditsch e Faraco (2003), embora não esteja explícita em sua obra, a relação entre as práticas educacionais e jornalísticas, no pensamento de Freire, fundamenta-se na ideia de que informar também é educar (MEDITSCH; FARACO, 2003, p. 11).

Temer e Santana (2014) também apontam que o pensamento de Freire “a respeito da leitura do mundo, precedente à leitura da palavra e a imprescindibilidade do diálogo como umas das relações compreendidas no ato de conhecimento” (TEMER; SANTANA, 2014, p.102), contribuem nas áreas de conhecimento, como Comunicação e o Jornalismo.

Segundo Freire (2002), na educação, é preciso ir além dos simples fatos para compreender a realidade. Neste trabalho estamos propondo uma ampliação nos pontos dessa relação entre o papel do jornalista, pré-ordenador do discurso do leitor/audiência, responsável pela informação que gera orientação de homens e mulheres, “enunciador pedagógico” (VERON, 1980) e *os saberes necessários à prática educativa*, condensados por Freire no livro *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2002; STRECK, 2010) e distribuídos em várias de suas obras. Sem dúvida, há afinidades e muitas aproximações e é o que pretendemos construir de maneira mais clara, agora.

Antes, vale lembrar alguns estudos que estabeleceram a relação entre Freire, a Comunicação de Massa e o Jornalismo. Meditsch e Faraco (2003) afirmam que a relação do pensamento de Paulo Freire com o Jornalismo e a mídia pode causar estranhamento porque o campo jornalístico nunca foi preocupação central nas obras do pedagogo. Porém, ao analisar com mais profundidade, verificaram que podem ser aplicadas “tanto por sua universalidade como pela utilidade de suas concepções de diálogo, rigor, leitura do mundo, percepção crítica da realidade, entre tantas outras, também, nesta prática social” (MEDITSCH; FARACO, 2003, p. 26)

Como veremos adiante, nossa proposta foi aplicar alguns desses saberes da educação à prática jornalística, levando em conta sua universalidade e destacando suas aproximações, com objetivo de contribuir com a reflexão e fortalecimento do método jornalístico, produtor de conhecimento singular (GENRO FILHO, 2012) e fundamental para construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2005) contemporânea. Antes de estabelecermos essa relação entre os saberes da prática educativa e com o método jornalístico, vale lembrar um pouco como Freire relacionou seu trabalho com o jornalismo, com a comunicação de massa e a mídia.

Meditisch, Faraco (2003) e Lima (2011) ressaltam que Paulo Freire estabeleceu seu conceito geral e mais objetivo de comunicação no ano de 1971, afirmando que a comunicação é a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar e ela implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Para o pedagogo, comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (MEDITSCH; FARACO, 2003; LIMA, 2011). Os autores registraram que, em especial, nos últimos livros foi possível encontrar afirmações importantes sobre a comunicação de massa, as mídias eletrônicas, na constituição do conhecimento, mesmo em contextos diferentes e se referindo a problemas mais universais da comunicação humana.

Em *Sobre Educação* (FREIRE; GUIMARÃES, 1982), especialmente no volume II, o educador é questionado sobre por que não discute propriamente sobre os meios de comunicação em suas obras. Freire resalta que só se sentiu competente para fazê-lo de maneira geral. Para ele, a televisão, por exemplo, não é um mero instrumento técnico, pois seu uso é político. Freire (1984) afirma:

Eu os considero (os meios de comunicação de massa), por exemplo, dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento que venho desenvolvendo nos meus trabalhos sobre educação. Não trato diretamente, no sentido de que eles não são objeto de um estudo técnico, cientificamente válido (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p.40).

Freire fala dos meios quando discute o papel ativo e criador do educando, que deve ser apresentado a dialogar não só com as questões técnicas, mas com uma reflexão que permita um papel crítico e atuante do educando sobre a televisão e outros meios de comunicação eletrônicos. Propõe ainda a necessidade de compreender o poder e a força da televisão e ver até que ponto seria possível a escola se utilizar dela.

Já imaginaste o que significaria isso, enquanto capacidade de compreensão do real, da leitura da sociedade, de como a sociedade funciona; o que significaria isso para uma criança, no momento em que ela começasse a perceber todo o interesse que se desenvolve, às vezes, escondidamente, por detrás de um minuto de televisão, para vender milhões de cruzeiros? (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 34).

Sobre a relação que tinha e diferenciação que Paulo Freire fazia dos meios de comunicação, Meditsch e Faraco (2002) destacam trechos de entrevistas com familiares e próximos que revelam o olhar crítico sobre o conteúdo dos meios; sua crítica era direcionada à superficialidade, sensacionalismo e unidirecionalidade, com o objetivo de apenas transferir dados para as pessoas, sem preocupação de manter o contato, o diálogo e a reflexão. Para ele, os meios de comunicação de massa eram instituições semelhantemente antidialógicas e comprometidas com depósito de conteúdos em indivíduos-objetos, sem a criticidade necessária para a libertação dos sujeitos da opressão e a transformação do mundo (TEMER; SANTANA, 2014). Emissoras de rádio e televisão, por exemplo, deveriam estimular, segundo Freire, a curiosidade crítica no telespectador, no ouvinte, evitando os “programas domesticantes”. Deveriam ser instrumentos postos à disposição da clareza e não da obscuridade, do dúbio e, às vezes do óbvio (FREIRE; GUIMARÃES, 1982, p. 36).

Já a liberdade de imprensa, segundo os entrevistados por Meditsch e Faraco (2003), esteve sempre ligada ao próprio conceito democracia. Freire cobrou ética, responsabilidade aos produtores de conhecimento, lembrando nas entrelinhas de sua escrita o papel fundamental na construção do diálogo, de liberdades individuais, da libertação contra a opressão, do respeito ao outro. Em *Cartas a Cristina*, destaca, numa reflexão sobre democracia, discriminação e tolerância que a liberdade de imprensa é absolutamente fundamental para pobres e ricos, mas não dá direito à imprensa de agir desregradadamente, sem limites.

Só é livre a imprensa que não mente que não retorce que não calunia, que não se omite, que respeita o pensamento dos entrevistados, em lugar de dizer que eles disseram A tendo dito M. Acreditando realmente na liberdade de imprensa, o verdadeiro democrata sabe, pelo contrário, que faz parte da luta em favor da imprensa livre a briga jurídica de que resulta o aprendizado ético, sem o qual não há imprensa livre (FREIRE, 2013, p. 237).

Ao falar da luta pela democracia, afirmou que ela passa por vários ângulos que devem ser políticos e pedagogicamente tratados. Entre eles, o da justiça, dos direitos humanos, direito à vida (vida digna), de viver cada um sua sexualidade como bem lhe aprouver, o de

criticar, e o “de ser eticamente informado do que ocorre no nível local, no regional, nacional e mundial” (FREIRE, 2013, p. 274). A observação de Freire é destacada porque mesmo sem uma análise direta da mídia e de seu papel, inclui sua influência como determinante, cobrando, por isso, nas entrelinhas, a ética que vai ajudar a garantir direitos fundamentais defendidos por ele em todos os trabalhos. Para ele, um dever fundamental é o de se empenhar no sentido de viabilizá-los, independentemente da ocupação na sociedade. “Esta é uma luta política à qual indiscutivelmente a prática educativa criticamente realizada oferece indispensável contribuição” (FREIRE, 2013, p. 247). Destacou que não é com a imprensa amordaçada que vamos aprender a ser uma imprensa livre e “não é no mutismo que aprendemos a falar” (FREIRE, 2013, p. 23). Conforme Sérgio Guimarães, o pedagogo fazia, antes de tudo, uma análise ideológica, perguntando-se a quem serve determinado meio, a quem interessa, (MEDITSCH; FARACO, 2003). Também tinha uma preocupação com a forma que a “audiência” e o público, absorvia o conteúdo televisivo. Em *Pedagogia da Indignação* afirma que nós não podemos nos pôr diante de um aparelho de televisão entregue ao que vier.

Quanto mais nos sentamos diante da televisão – há situações de exceção – como quem, de férias, se abre ao puro repouso e entretenimento tanto mais riscos nós corremos de tropeçar na compreensão de fatos e de acontecimentos. A postura crítica que desperta nos momentos necessários não pode faltar (...) mas, se não é fácil estar permanentemente em estado de alerta é possível saber que, não sendo um demônio que nos espreita para nos esmagar, o televisor diante do qual nos achamos não é tampouco um instrumento que nos salva (FREIRE, 2000, p. 49).

Segundo Meditsch (2002), o método de Paulo Freire para a educação em busca de uma sociedade ideal e o diálogo com a prática jornalística pode contribuir, como o faz com a sociedade, para o aperfeiçoamento da prática real, em condições limitadas, em uma intervenção na realidade contraditória, enfrentando limitações para efetivação do que parece inédito e viável. Segundo ele, o desenvolvimento de tal método certamente se apoiaria na filosofia de Freire sobre a educação, mergulhados na teoria do conhecimento e na prática pedagógica, confrontando conceitos e as técnicas às necessidades da prática jornalística e às suas particularidades.

Tal método se aplicaria tanto à produção do jornalismo, enquanto prática cognitiva dos jornalistas, quanto à sua recepção pelo público, a partir da qual a atividade cognitiva se refaz”. E, certamente, teria consequências importantes também no ensino do Jornalismo (MEDITSCH, 2012, p. 30).

Denise Cogo (citado por LIMA, 2011, p.19) descreve a presença ativa dos pensamentos de Freire sobre a comunicação em três perspectivas: comunicação rural, comunicação popular e a pesquisa sobre o receptor ativo e leitura crítica da mídia. Lima (2011) ao falar da importância de Freire para os estudos da Teoria da Comunicação, afirma que o pensamento dele compartilha várias suposições básicas dos estudos culturais, que vão de encontro à concepção positivista da ciência e da pesquisa. Por outro lado, ao encontro do dialógico, do homem como sujeito ativo e criador. Segundo ele, quanto ao tratamento teórico das instituições da mídia de massa e suas mensagens não há indicações claras. Porém, registra: “as instituições de *mass media* poderiam ser analisadas dentro de seu contexto social da mesma maneira que Freire analisa o papel institucional das igrejas na América Latina.” (LIMA, 2011, p.150). O autor lembra ainda que, mesmo diante da interpretação, o produto da *mass media* não se aproxima da definição de comunicação de Freire, como um ato produzido por sujeitos autônomos com predominância da coparticipação e não da dominação ou simples transmissão de mensagens.

Numa proposta de conceituar e propor um jornalismo emancipatório, ou um jornalismo como ação cultural emancipatória, Denis Oliveira (2014) recupera conceitos bases das obras de Freire, além de Martin Baro e Oscar Jara. A relação é possível e necessária, segundo ele, porque dá ao jornalismo a possibilidade para superar a espetacularização midiática, que transformou verossimilhança e a opinião em opinionismo. Segundo o autor, o jornalismo também é um produto da ação direta do capital, em que toda dinâmica social é guiada pela ideia de mercado e consumo. Para mudar esse cenário, é necessário pensar em um jornalismo de emancipação que pensa a atividade como instrumento para superar os cenários de opressão (OLIVEIRA, 2014).

Na defesa da proposta, o autor levanta alguns pressupostos: a) o jornalismo tem potencial de ser um espaço de compartilhamento de imediaticidades que permitem o ser humano ser agente de ação do processo histórico; b) o jornalismo atual, segundo ele, se afastou dos princípios originais e seus critérios de veracidade de objetividade (método de aproximação dos fatos) foram transformados em verossimilhança e espetacularização; c) o jornalismo sob a ação direta do capital virou um lugar-simulacro, espetacularizado, com a presença de indivíduos, e não cidadãos.

Na perspectiva de freiriana, Oliveira (2014) aponta para um jornalismo que vai além de expor fatos e propagandear ideologia, que supere o “compartilhar experiências”, mas mediá-las pela interpretação crítica e pela perspectiva da emancipação. O autor lembra que o

jornalismo emancipatório que propõe não é para “propagandear palavras de ordem ou disseminar determinados textos ideológicos, mas sim de assumir um posicionamento em um processo de construção coletiva” (OLIVEIRA, 2014, p. 196).

É uma proposta, que como aposta Freire, propõe uma emancipação por meio de uma mudança qualitativa nas relações entre seres humanos e entre eles e a natureza. Por isso, “é uma prática jornalística que constrói um olhar crítico de personagens, cotidiano e ambiente, buscando deslocá-los da sua funcionalidade e reposicioná-los dentro de uma perspectiva estrutural” (OLIVEIRA, 2014, p. 196).

## **4.2 Os saberes da Pedagogia no telejornalismo**

Os manuais de redação propõem que entre as principais características do telejornalismo deve estar o texto claro, objetivo e preciso (PATERNOSTRO, 2006). Num diálogo permanente com imagens é preciso falar para um público com grau de escolaridade mediana. A mensagem precisa ser entendida por um juiz, com alta escolaridade, e por alguém que não atingiu um nível alto de escolaridade. É a audiência presumida que circula no ideário das redações e direciona o texto que vai descomplexificar os fatos e as decisões que vão afetar a sociedade e precisa ser entendida pelo cidadão. Vizeu (2006) destaca que com relação à audiência, os jornalistas têm uma preocupação didática, dentro da sua função pedagógica. Em pesquisa de campo sobre a audiência presumida ele constatou que os profissionais se mostravam sempre preocupados em apresentar a notícia de uma forma acessível, para que a maior parte do público entendesse o que eles estavam querendo dizer. O telespectador “é tratado como uma caixa vazia” (VIZEU, 2006, p. 28).

Telejornalistas recorrem ao textual, ao imagético, aos recursos gráficos, às fontes, aos documentos e à união de todos esses elementos para chegar de maneira compreensiva a essa audiência que também é potente (MESQUITA, 2014), ativa (VIZEU; ALVES, 2017), que recorre aos vários aparelhos e ferramentas para se fazerem ouvir, questionar e intervir, por meio de texto, imagens e gravações em áudio. Tudo chega facilmente às redações e passa a ser determinante na construção da realidade dos fatos jornalísticos. Como lugar de referência e segurança na vida de muitas pessoas, o telejornalismo é procurado para, e dele também exigido a entrega de maneira fácil e acessível, o “conteúdo” produzido em várias áreas, campos de conhecimento, em vários mundos. O telejornalismo deve contribuir de uma forma didática para o aperfeiçoamento democrático. Rocha e Melo lembram que:

A linguagem especializada do jornalismo não se caracteriza pelo objetivo de excluir a compreensão daqueles estigmatizados na distribuição social do conhecimento e, conseqüentemente, na hierarquia social, mas exatamente ao contrário, por se constituir no idioma público da mídia, desempenha a missão imprescindível para legitimação da estrutura de poder tornar as suas mensagens compreensíveis ao maior número possível de cidadãos. (ROCHA; MELO, 2012, p. 5-6)

Os autores alertam, no entanto, que essa é uma ambigüidade fundamental porque o jornalismo precisa justamente que seus produtos tenham credibilidade junto ao público amplo, gerador de audiência e fonte de legitimação. Por isso, a atuação não pode ser reduzida a mera manipulação, nem exercido em liberdade absoluta. Nessa linha, Caballero, Masip e Sanz (2007) nos ajudam a fazer um alerta importante porque lembram que o jornalismo tradicional, incluído sua expressão potencial, o telejornalismo, não dispõe mais do acesso exclusivo às fontes e o monopólio da difusão da informação o que amplia as possibilidades de interpretação do mundo. A falta de equilíbrio e a unilateralidade ficam mais evidentes com novos nichos de comparação. Ficou mais fácil identificar distorções e desvios éticos. As redes, as versões, os vídeos que circulam na rede geram contraprovas e o cruzamento de dados que só se fazia dentro das redações. Essa nova rede gera opções de entendimento do mundo de várias maneiras e aqueles responsáveis pelas versões mais compreensíveis, com bases fundamentais, ética, apuração, compromisso com a cidadania terão, com certeza, uma vida longa. Serão os curadores e enunciadores da informação que é entendida e acreditada.

A palavra pedagogia deriva do grego: *paidós* (criança) e *agogé* (condução), ou seja, condução de crianças (STRECK, 2010). Mas o seu significado se ampliou e abrange todas as faixas etárias, em todos os contextos que se realizam processos de ensino e, conseqüente, aprendizagem, produção e distribuição de conhecimento, como no jornalismo. Em sua obra, Paulo Freire falou em pedagogia do oprimido, da autonomia, da esperança. Uma indicação de que há várias pedagogias, determinadas pela intencionalidade, instrumental metodológico e resultados. “Essas pedagogias são assentadas em matizes ideológicas distintas, o que se posiciona em lugares diferentes ou mesmo antagônicos na dinâmica social”, destacou Streck (2010, p. 307), em leitura sobre a pedagogia em Paulo Freire. Segundo o autor, a pedagogia se situa no âmbito dessa tensão, em que prática e teoria estão em permanente diálogo na ação de educadores profissionais ou não, responsáveis pelo fazer conhecer, fazer entender, com tom muitas vezes testemunhal.

Na obra *Pedagogia da autonomia*, Paulo Freire (2002) reúne um conjunto de 27 saberes necessários à prática educativa: orientações, reflexões sobre a atuação, sem regras e normas prontas ou verdades absolutas, mas que trazem diretrizes essenciais na busca pela eficiência do ensinar, pelo diálogo e produção do conhecimento para compreensão da realidade. Os 27 saberes necessários à prática educativa são: *rigoriedade metódica; exigência de pesquisa; respeito aos saberes dos educandos; criticidade; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e a assunção da identidade cultural; consciência do inacabamento; reconhecimento do ser condicionado; respeito à autonomia do ser do educando; bom senso; humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores; apreensão da realidade; alegria e esperança; convicção de que a mudança é possível; curiosidade; segurança, competência profissional e generosidade; comprometimento; compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade e autoridade; tomada consciente de decisões; saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica; disponibilidade para o diálogo; querer bem aos educandos.*

Como lembrou Meditsch (2008), um princípio sempre deu norte à teoria de Freire: o compromisso com a prática.

O pensamento de Paulo Freire não era limitado por esta ou aquela escola teórica em que, eventualmente, se apoiava: seu compromisso primeiro era com a vida real, com a realidade humana que procurava compreender para transformar ou, numa palavra, com a prática (MEDITSCH, 2008, p.3).

E é sob esse guarda-chuva que nos apropriamos da reflexão freiriana, propondo uma aplicação no jornalismo. No nosso entendimento, 14 saberes descritos pelo educador são, em sua maioria, os mesmos que o jornalista precisa dominar para produzir um conhecimento singular, contextualizado, crítico e transformador, com base ética no jornalismo como instituição social legitimada na sociedade. Lembrando que se o jornalismo é essa forma de conhecimento e não apenas uma forma de comunicar, não basta “formar comunicadores, é necessário formar produtores de conhecimento” (MEDITSCH, 1992, p. 21).

A escolha desses saberes se deu porque entendemos que eles contemplam a perspectiva do protagonismo do jornalista na construção da realidade e daqueles que em sua universalidade contempla outros, como, por exemplo, o saber que fala da convicção de que a mudança é possível, que, de alguma forma, contempla esperança. Ou ainda, competência profissional que é representado pelo rigor do método, pesquisa e curiosidade. Fazemos a aproximação do jornalismo com esses saberes, construindo uma conexão que nos ajuda a

entender quão importante podem ser essas reflexões freirianas para o método de investigação jornalística.

Consideramos que nessa análise e conseqüente aplicação, percorrermos um caminho no sentido de cobrar e lembrar o inegociável compromisso social da atividade e fortalecer a sua teoria, com foco na formação e conscientização do jornalista, enunciador pedagógico, no desvelamento dos fatos, na entrega de conhecimento confiável para emancipação. O olhar freiriano é um farol para pensar a atividade em sua função pedagógica, que não deve prescindir do horizonte ético, do rigor na apuração, do compromisso com a dignidade humana e busca pela verdade. A partir dessa perspectiva, nossa reflexão é feita pelos conceitos atribuídos aos 14 saberes. São eles: *tomada de consciência; rigorosidade do método; a exigência da pesquisa; a criticidade; a estética e a ética; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento de ser condicionado; a apreensão da realidade; a curiosidade; convicção de que a mudança é possível; saber escutar; disponibilidade para o diálogo; rejeição às formas de discriminação e consciência de que a educação é uma forma de intervenção no mundo.*

No seu trabalho, Freire (1994, 1997, 2002) dialoga com educadores, mas era como se diante dele estivessem jornalistas, afinal, também é tarefa do jornalista, como afirmou Freire aos educadores, ir além da mera captação dos fatos e buscar interdependência entre eles. O que há entre as parcialidades constitutivas da totalidade de cada um, vigiando a própria atividade pensante (VIZEU, 2014).

Freire (2002) ressalta que a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática, sem a qual a teoria pode virar “blábláblá” e a prática, ativismo” (FREIRE, 2002, p.12). E esse paralelo que iremos fazer agora entre os saberes da Pedagogia de Freire e as virtudes/exigências do trabalho jornalístico, tem esse objetivo.

Para ele, no processo educacional, há atitude cara: *tomada de consciência e de decisões.* E é por ela que começamos. Nesse saber necessário à *prática educativa*, Freire (2017) destaca a necessidade de agir de maneira coerente. Usa como exemplo, educadores progressistas que agem, atuam de maneira eminentemente autoritária, desastrosamente elitista, o que coloca em risco o seu papel de agente estimulador da mudança. Como ser de natureza política, deve, inevitavelmente, fazer com que seu público se enderece “aos sonhos, ideais, utopias e objetivos”, é a *politicidade* da educação. Ao agir assim com autoritarismo, o educador não contribui com a autonomia, não desafia a aprender e sair da passividade. Não é uma questão de transformar a realidade de maneira imediata, instantânea, mas ter consciência e manter viva a utopia de que é possível mudar. Isso reforça a tarefa político-pedagógica.

De uma maneira diferente e singular, nem melhor nem pior, o telejornalismo, com a força e como produtor de conhecimento, destinado a um público de milhares de pessoas também tem um papel político-pedagógico. As tentativas de torna-lo fruto de uma atividade neutra, esbarra com a sua própria essência, que é de comunicação, verificação, diálogo, percepção, escolha, decisão. Mas, como na atividade educacional (cremos que até de maneira mais submissa), sofre os constrangimentos e exigências de neutralidade, que devem ser transformadas em respeito ao plural, ao dialógico e aos contextos históricos. Sobre a forma política de intervenção no mundo, Freire ressaltou:

Há uma incompatibilidade total entre o mundo da fala, da percepção, da inteligibilidade, da comunicabilidade, da ação, da observação, da comparação, da verificação, da busca, da escolha, da decisão, da ruptura, da ética e da possibilidade de transgressão e a neutralidade (FREIRE, 2017, p. 109)

Ou seja, como parte desse mundo da fala, pode admitir a impossibilidade de neutralidade, que não deve ser confundido com subversão, banderna ou partidarismo. A tomada consciente de decisões convoca o profissional a assumir a sua incapacidade de ser neutro e consciência de que é possível agir eticamente. Exige coerência, capacidade de luta e respeito às diferenças. A *tomada consciente de decisões* permite ao jornalista enxergar o alcance de sua atuação na construção da realidade. Permite o reconhecimento de virtudes, dos defeitos, dos caminhos para entregar a sociedade o melhor produto informativo, que não é neutro na sua natureza, mas honesto, ético.

Aos educadores Freire lembra que a educação não é uma força imbatível no caminho da transformação, mas não pode ser instrumento para perpetuação do *status quo*, porque o poder dominante o decretou. Educadores, segundo Freire, e jornalistas, que são produtores de conhecimento, construtores de realidade e, de alguma forma, responsáveis pela reprodução de valores, hábitos e pela consolidação e declínio de representações sociais, podem demonstrar que é possível mudar.

No caminho dessa mudança, Freire nos apresenta outro saber da prática educativa a *rigoriedade metódica*. Na nossa aproximação com o jornalismo, *o rigor do método*. Freire (2002) diz para educadores que essa rigoriedade não tem que ver com o discurso bancário, meramente transferidor do perfil do objeto cognoscível ou conteúdo. “Ensinar” não se esgota em um tratamento superficialmente feito, deve se fortalecer em condições que implicam ou exigem a presença de criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e

persistentes (FREIRE, 2002, p.13). No jornalismo, um método rigoroso é central, força motriz, justificativa de existência. Ele garante a diferença entre o conhecimento que o jornalismo se propõe a oferecer à sociedade e qualquer outra informação que circula nela. Por isso, a atividade é cada vez mais essencial nesse cenário atual de hiperinformação, de poluição informativa (FERRÉS, 1996).

Por trás do método, ou dentro dele, há confiança do olhar atento, que quer desvendar os fatos escondidos ou alertar para um ponto a ser criticado, repensado, reposicionado. Onde a diversidade e a pluralidade são geradas. O enfraquecimento do método, enfraquece o jornalismo, seja no que diz respeito à forma de apurar, de narrar, seja na confiança que a sociedade ao longo dos anos depositou na atividade. A busca pela informação correta que instrui, orienta e gera o debate social, é início do processo de construção da realidade de maneira responsável e pedagógica do jornalismo. Não há correção sem apurar os fatos, levantar os dados, ouvir diferentes vozes e contextualizar o acontecimento. Educadores ou jornalistas inquietos, persistentes, buscam entender a realidade de maneira plural, conexa, em contexto. Aliás, não custa reforçar que desprezar o contexto no qual o fato está inserido pode gerar dificuldades de compreensão do acontecimento. Ratificamos essa aparente obviedade porque a velocidade na qual se consome a informação descontextualizada torna a fragmentação de notícias ainda mais nocivas. Lembramos:

Contextualizar poderia ser classificado como colocar o máximo possível de peças no quebra-cabeça noticioso, contribuindo para que o fato faça parte de uma história, e não visto de forma isolada do mundo que o cerca. A contribuição de se expor o contexto que envolve um fato continua a ter importância nas suítes noticiosas, as quais não são raras, não inserem o leitor/público/audiência às explicações necessárias ao entendimento da sequência dos acontecimentos. (VIZEU; SANTANA, 2010, p. 42)

No processo de produção da notícia, as informações essenciais não podem ser suprimidas ou não devem. A questão do que é ou não é importante, no entanto geraria outro debate. O fato é que as notícias devem trazer detalhes básicos para que possam ser compreendidas. Amputar o contexto gera efeitos de sentidos nocivos e como produtor do acontecimento, o jornalista tem obrigação de prevê as distorções geradas pela omissão, pela falta de rigorosidade. As várias faces de um acontecimento devem ser o horizonte límpido. Como o educador, o enunciador (o jornalista) é responsável não só pela forma, mas pela consistência do saber que vai gerar repercussão na sociedade.

Paralelo ao rigor na apuração está a consciência da necessidade de pesquisa. É que não há rigor na apuração sem busca, sem investigação. Seja de uma maneira mais profunda, seja com simples perguntas, com a obtenção de documentos e de referenciais para os necessários questionamentos a si e aos outros. No processo educativo, como no processo de produção do conhecimento do jornalismo, exige-se pesquisa. Ela é contínua, sendo exigência para se conhecer o que não está à mostra, o que precisa ser desvelado para comunicar e anunciar a novidade. Freire (2002) diz que pesquisar é constatar e constatando é possível intervir e, claro, ao intervir se educa.

A pesquisa está presente em todo processo de produção jornalística. Desde a elaboração da pauta, com a confirmação de dados e de abordagens com fontes, passando pelo repórter quando vai à rua, ou mesmo quando fica na redação, na edição de imagens, de texto, na produção de grafismos para tornar a informação mais clara.

No processo de apuração do jornalismo contemporâneo, essa atitude básica tem sido negligenciada de várias formas. Ao longo dos anos, várias justificativas enraizadas na rotina produtiva, como redação enxuta, necessidade de ser multitarefas, falta de tempo, cobrança pelo furo e outros constrangimentos. Muitos, rendidos, total ou parcialmente, acabam abrindo mão dessa ação básica. Mas como revelar com a precisão necessária, com a responsabilidade exigida se não se sabe o suficiente sobre o que deseja revelar, o seu contexto de existência ou aparição, as forças que atuam, as interferências, as correlações com o que deve ser revelado? A pesquisa permite entrar em campo com informação necessária para dialogar, para chegar onde se deseja, para tirar o véu da informação encoberta. É de alguma forma, respeitar o próprio trabalho, trazendo para ele a consistência necessária para dar início ao processo de construção de qualquer conhecimento.

O avanço tecnológico, que permite a circulação e distribuição da informação de maneira mais rápida, tem pressionado ainda mais os profissionais a deixarem para trás o trabalho de pesquisa consistente. Contraditoriamente, é esse *tecnomundo* em rede que permite obter informações de maneira mais rápida sobre tudo e todos. O dilema está no tamanho da confiança que podemos ter nesse banco de dados. A tarefa de pesquisa, que deveria tornar-se mais fácil, mantém-se dificilmente necessária porque, além de encontrar o que deseja, é preciso mais atenção sobre a qualidade do que é encontrado. O ato de pesquisa promove a passagem da curiosidade ingênua para curiosidade rigorosa, epistemológica (FREIRE, 2002).

Mas não basta ter informação, pesquisar e apurar. O olhar sobre o conteúdo faz a diferença na constituição desse conhecimento. É quando o controle é assumido por outro

saber da prática do ensino, segundo Freire (2002), é a *criticidade*. Ela é para o educador a curiosidade ingênua que se torna curiosidade epistemológica. A primeira que nasce do saber de pura experiência. A segunda, de procedimentos metodicamente rigorosos.

Na verdade, a curiosidade ingênua que, desarmada, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica (FREIRE, 2002, p.14).

Para Freire, essa curiosidade como inquietação, que indaga, que luta para desvelar, esclarecer é verbalizada, é um fenômeno vital, é a promoção da ingenuidade para criticidade e é tarefa da prática do educador-progressista. O resultado do procedimento é uma curiosidade crítica, insatisfeita e indócil.

O jornalista, em especial aqui, o telejornalista, também precisa dessa criticidade; que pode nascer do olhar de observador, de um ingênuo curioso e germinar em meio ao senso comum. Mas na produção do conhecimento, orientador e transformador precisa ir além. Vizeu (2014; 2015) usa essa leitura de Freire (2002), da superação do senso comum, como mais uma característica que sustenta a tese de que o jornalismo produz o conhecimento do desvelamento. O jornalista por sua vez, com rigor no método e olhar crítico, busca retirar o véu, “descortinar” a ação que está na natureza pedagógica da atividade. Sobre a relação curiosidade-conhecimento, presentes no fazer jornalístico, Freire (2002) reflete:

Histórico-sócio-culturais, mulheres e homens nos tornaram seres em que a curiosidade, ultrapassando os limites que lhe são peculiares no domínio vital, torna-se fundante da produção do conhecimento. Mais ainda, a curiosidade já é conhecimento. Como a linguagem que anima a curiosidade e com ela se anima, é também conhecimento e não só expressão dele (FREIRE, 2002, p.23).

Freire condiciona a criatividade, exigida no jornalismo, a curiosidade. Ela, segundo ele, porque nos coloca impaciente diante do mundo que não fizemos. Fazendo-nos acrescentar a esse mundo algo que fazemos (FREIRE, 2017, p. 33).

Para o educador, Freire (2017) cobra o desenvolvimento de uma curiosidade crítica, insatisfeita e indócil. A mesma atitude que é cobrada do jornalista na apuração de um fato, na busca de uma informação, no questionamento de fontes oficiais, testemunhas, especialistas. Ao perder essa característica, muitas vezes ocultada pelas pressões organizacionais, ideológicas, políticas e até insatisfação pessoal, os profissionais do telejornalismo correm o

risco de ser mero repetidor de fórmulas e técnicas. Estaciona no lugar comum e na zona de conforto do previsível.

Sobre essa postura, Freire alerta:

Curiosidade com que podemos nos defender de irracionalismos decorrentes do ou produzidos por certo excesso de racionalidade nosso tempo altamente tecnologizado. E não vai nesta consideração nenhuma arrancada falsamente humanista de negociação da tecnologia e da ciência. Pelo contrário, é consideração de quem, de um lado, não diviniza a tecnologia, mas, de outro, não diaboliza. De quem a olha ou mesmo a espreita de forma criticamente curiosa (FREIRE, 2017, p. 33-34)

Criticidade com ética, com atenção ao potencial estético. Por isso, *ética e estética* também figuram entre os saberes que Freire (2002) “recomenda” aos educadores na prática educativa, que deve ser um “[...] testemunho rigoroso da decência e de pureza. Uma crítica permanente aos desvios fáceis que somos tentados, às vezes ou quase sempre, a deixar as dificuldades que os caminhos verdadeiros podem nos colocar” (FREIRE, 2002, p.16).

Para ele, na promoção da ingenuidade à criticidade não deve haver uma distância entre o rigor da formação ética e a presença da estética. Não adianta ser apenas belo porque fora da ética os homens e as mulheres são uma transgressão. “Decência e boniteza de mãos dadas” (FREIRE, 2017, p. 34). É como se Freire (2002) estivesse orientando jornalistas. Lembrando a esses profissionais que esses saberes, unidos, devem ser incorporados como forma de correção e beleza, retidão e atração, legitimidade e convencimento. Muito se discute sobre questões pontuais sobre como agir eticamente no jornalismo. Como vimos, no **Capítulo 2**, há vários olhares. Alguns são princípios básicos e práticos, como buscar a verdade, não se render às paixões próprias, deixando-as influenciar, dar espaço ao máximo de versões sobre o fato, contextualizar para diminuir equívocos de interpretação, ser referencial. Benetti e Freitas (2005) aproximam o jornalista ao conceito de *homem capaz*, de Ricouer (2006), e lembram que como tal:

O jornalista deve buscar se distanciar da falibilidade, visando à sabedoria prática, à moral, ao percurso ético, à alteridade, ao respeito e à justiça. É nesse sentido que o agir do jornalista deve expressar em seu discurso a recusa, por exemplo, à injustiça, à vingança, à desigualdade, à mentira e à censura. Assim, a ética não é só um processo no jornalismo, mas uma condição que molda a identidade do jornalista (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 175).

Ao atuar como “formador”, visto que o resultado de seu trabalho preenche espaços vazios ou reformula entendimentos do mundo, o jornalista não pode transformar a experiência em puro treinamento técnico, amesquinhando-se diante do que há de “fundamentalmente humano no exercício educativo: o caráter formador” (FREIRE, 2017, p. 34). Foi o que disse Freire a educadores, mas era como se seu chamamento fosse para jornalistas: “Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é condição entre nós para ser.” (FREIRE, 2002, p.16).

Sobre posturas éticas, Freire (2017) toca num ponto crucial para os formadores de opinião: a parcialidade diante dos fatos. O educador, numa defesa da sua total parcialidade diante do que acredita, disse que em tempo algum foi um observador “acidentadamente” imparcial, mas isso não o afastou de uma posição rigorosamente ética. Para ele, quem observa o faz de certo ponto de vista, o que não significa um erro. O erro, segundo Freire (2002), é não ter um ponto de vista, mas torná-lo absoluto e desconhecer que, “mesmo do acerto de seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele” (FREIRE, 2002, p.16).

Sem lutar por uma postura ética, profissionais perdem oportunidades de se tornar melhores, de tornarem seu trabalho realmente balizador numa sociedade que consome cada vez mais informação. Como prática instrutora e formadora, o jornalismo autocrítico implica, como falou Freire, a prática do ensinar, no pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

É o fazer uma *reflexão crítica sobre a prática*. Esse é mais um dos saberes defendidos por ele para a educação, que nos apropriamos com objetivo de refletir sua força também no jornalismo. Segundo ele, é pensando criticamente a prática de ontem ou de hoje que se pode melhorar a próxima prática.

O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu distanciamento epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela aproximar-se ao máximo. Quanto melhor faça essa operação, tanto mais inteligente, ganha a prática em análise e maior comunicabilidade exerce, em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. (FREIRE, 2002, p.18).

Já é conhecida do meio jornalístico a indisponibilidade, falta de vontade, medo ou vergonha de alguns jornalistas de refletirem sobre sua prática, sobre o trabalho, o resultado dele na sociedade. Talvez porque já conheça e saiba o tamanho dos erros que já cometeu e

tenha medo de ficar diante da sua postura, por vezes, equivocada, ou talvez, antiética. Há os que preferem virar as costas para a análise interior porque corre o risco de ver sua vaidade rasgada pela verdade dos erros, da maneira irresponsável que tratou os fatos e os reconstruiu para a sociedade. Há também aqueles que, simplesmente, não acham necessário refletir. Engolem o *pote de arrogância* e se sentem os super-homens, em um mundo sem criptônimo.

Como ressalta Di Franco (1996), uma profissão como essa que tem muito do exercício sacerdotal, requer prática constante do exercício da autocrítica, afinal possui armamentos poderosos para pulverizar reputações. Lembra o autor: “o perigo está no glamour e o charme funcionarem como cortina de fumaça a esconder as feridas abertas e os pontos obscuros do nosso ofício e, pior, servir de anestésico que impeça o saudável exercício da autocrítica” (DI FRANCO, 1996, p. 9). Freire nos ajuda a pensar o jornalismo, mesmo apontando para a educação, quando destaca que à medida que:

Marchamos no contexto teórico, na iluminação da prática e na descoberta dos equívocos e erros, vamos também, necessariamente, ampliando o horizonte do conhecimento científico sem o qual não nos “armamos” para superar os equívocos cometidos e percebidos (FREIRE, 1997, p.75).

Busca-se corrigir erros, identificar suas próprias manchas, descobrir e corrigir equívocos em seu método de construção da realidade e interpretação do mundo, o jornalismo e suas várias formas, como o telejornalismo, que atinge milhares ao mesmo tempo, tem obrigação de olhar para dentro da sua prática, ampliando seu espectro. Clarear-se sem medo, desvelar-se para poder manter em um longo prazo a legitimidade de sua ação, tão cara para sobrevivência. “Pensar a prática ensina a pensar melhor, da mesma forma como ensina a praticar melhor” (FREIRE, 1997, p.76).

Na linha da reflexão da atuação e da própria existência, Paulo Freire, generosamente, nos fornece a conceituação de outro saber que serve não só aos educadores, foco dele, mas também aos jornalistas, enunciador pedagógico: *é o reconhecimento de ser condicionado*. Freire (2002) lembra que a construção da presença no mundo não se faz no isolamento, isenta à influência das forças sociais ou fora de uma tensão provocada pela herança genética, social cultural e histórica. “Seria irônico se a consciência de minha presença no mundo não implicasse já o reconhecimento da impossibilidade de minha ausência na construção da própria presença” (FREIRE, 2002, p. 23).

Ter consciência do condicionamento é para o educador reconhecer a incompletude, o inacabado que deve estar sempre em construção. É reconhecer os obstáculos. De acordo com o autor, condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que

nos achamos geram quase sempre barreiras que são difíceis de superar na tarefa histórica de mudar o mundo. Mas ele lembra: os “obstáculos não se eternizam” (FREIRE, 2002, p. 23). Ao falar em condicionantes, Freire nos faz resgatar uma noção de interdependência trazida por Nobert Elias (in CORCUFF, 2001). O sociólogo alemão afirma que à medida que dependemos mais um dos outros do que os outros de nós, naturalmente, eles têm o poder sobre nós. Mas a questão central é que se as relações são desiguais por natureza, da dependência recíproca, cada um é de alguma maneira, limitado por elas. Ou seja, condicionado. E mesmo tendo poder maior na relação de interdependência, não se pode fazer tudo aquilo que quer, porque mesmo os poderosos estão presos na rede de interdependência própria da sociedade. “Há um tecido de interdependência no interior do qual o indivíduo encontra uma margem de escolha individual e que, ao mesmo tempo, impõe limites à sua liberdade de escolha” (ELIAS, 1969 citado por CORCUFF, 2001, p.42).

A consciência das limitações e dos condicionantes faz do jornalista alguém que lembra que o inacabado é construção permanente e que limites ideológicos, políticos, mercadológicos não são impedimentos para realizar um trabalho ético e honesto. Limites, obstáculos e imposições organizacionais são naturais nas relações de interdependência do tecido social, nas instituições sociais, principalmente, entre aquelas que pautam comportamentos, atitudes, olhares e o debate público. A consciência do inacabado, de acordo com Freire (2002), nos faz estar sempre em construção, em busca da superação e da tão sonhada e necessariamente utópica liberdade. O processo de construção traz aprendizagem e ela fortalece os novos atos que não serão sempre os mesmos, se diante de cada novo trabalho lembramos a incapacidade das condições, que se movem ao sabor do tempo, existem e devem ser, se necessários, superadas. Mas, não há como não as ter.

Como homem capaz (RICOUER, 2006; BENETTI; FREITAS, 2015), o jornalista necessita ser capaz de identificar as divisas, as fronteiras entre o dito e o não dito, entre os interesses e disputas. Ciente da sua condição e espaço-temporal deve se dedicar a princípios básicos que garantem pluralidade e diversidade diante de condicionantes. Não há garantias de que o resultado seja o esperado quando o modelo de mídia oligopolizada e privada é preponderante, mas é a garantia de resistir, dentro das limitações e condicionantes que mantém a legitimidade das observações e narração do jornalista.

Outro saber que é fundamental à experiência educativa, segundo Freire, é a *apreensão da realidade*. Alguém duvida que ele também seja essencial à atividade enunciativa e formadora do telejornalismo? Segundo Freire (2002), o aprendiz funciona mais como

transferidor do objeto ou do conteúdo do que como um sujeito crítico, epistemologicamente curioso, participante da construção do objeto ou é o próprio construtor. Entretanto, é por causa da habilidade de apreender a substantividade do objeto que é possível reconstruir um mau aprendizado. “Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada” (FREIRE, 2002, p. 28).

Apreender a realidade, no olhar de Freire (2002), é conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, é aprender não apenas para se adaptar, mas, sobretudo, para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a. Sem a abertura do espírito para apreender, diz Freire (2002), não é possível construir, reconstruir e constatar para mudar. O que não se pode fazer sem uma abertura para arriscar. Na busca pela apreensão da realidade, jornalistas comprometidos com a construção da realidade de maneira ética, precisam, contextualmente, fazer mais que repassar burocraticamente com a objetividade mecânica, a interpretação dos acontecimentos ou fatos. É a capacidade de apreender a realidade dos fatos em sua completude – ou em seu máximo possível – em meio às limitações determinantes da prática jornalística, que torna o trabalho diferenciado, que o destaca.

Diante do mecanicismo compulsório de alguns trabalhos jornalísticos, demarcados por espaço e tempo, limites editoriais, forças editoriais, a apreensão mais eficiente da realidade não só vai fornecer combustível mais completo para o debate público, como irá facilitar o aval do público. Isso gera reconhecimento e mais possibilidades de enfrentar os condicionantes, os obstáculos que vão limitar, mas não impedir eternamente que o jornalista sonhe com a transformação social.

Uma transformação que tem como primeiro passo *a convicção de que a mudança é possível*, mais um dos saberes da prática educativa de Freire que, sem titubeios, aplica-se perfeitamente à natureza pedagógica do jornalista. A fé na mudança move outros saberes. Nenhum jornalista age com retidão, com rigor ao método, de maneira ética, preocupa-se com a estética atrativa ou se interessa em apreender a realidade da maneira contextual, se não internalizado o desejo de mudar. E mudar significa questionar o que está posto, refletir criticamente, problematizar. Acreditar que a mudança, visualmente necessária, pode ocorrer, mesmo com dificuldade e com condicionantes.

No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar [...] É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. (FREIRE, 2002, p.31).

Na lista de profissões elencadas por Freire (2002) não está a de jornalista. Mas é natural refletir que como mediador, “apropriador” e ressignificador do conhecimento de vários campos do saber, o jornalista também não está no mundo apenas com luvas para constatar. Elas, talvez, em algum momento, sejam necessárias para se proteger, mas não para evitar a intervenção na realidade. A construção da realidade, do conhecimento cotidiano, como já vimos, é um posicionamento subjetivo do ser jornalista na sociedade, da sua impossível neutralidade, mas do seu necessário rigor ético.

Qual a função do jornalismo se não buscar a mudança? Se não contestar o que está posto? Vale lembrar que não é a contestação por ela mesma, mas alicerçada numa visão holística do mundo, crítica das questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Questões que movem o ser no seu cotidiano e nas duas decisões.

Acreditar na mudança é construir com a certeza de que algo melhor está por vir, que as dificuldades trarão aprendizado e que os conflitos organizacionais/empresariais, de valores pessoais e normas deontológicos da profissão serão colocados num duelo permanente. Nenhuma derrota, diante das inúmeras batalhas dentro de um só dia do processo de produção da notícia, do jornalismo, pode fazer morrer a crença de que é possível mudar. Os jornalistas são detentores da capacidade de interpretar o mundo com fé de ofício e ação responsável. É isso que se espera dele, numa atuação independente ou sob a ordem discursiva empresarial. Numa outra frente, é preciso, com apoio da sociedade, discutir e estabelecer leis mais democráticas de controle da mídia. É uma das brechas que mencionamos.

Enfatizando que a televisão é uma concessão pública e os últimos acontecimentos mostram que é preciso lutar para estabelecermos políticas democráticas que atendam aos interesses da sociedade. A TV privada, hoje nas mãos das classes dominantes, representa uma força contra a qual temos que lutar constantemente (BOURDIEU, 1997). No entanto, isso não impede que nas redações os jornalistas continuem lutando pela busca da verdade, lutando contra silêncios acusatórios, vozes potencializadas, distorções político-ideológicas, forças dos interesses empresariais. Diante dos duelos nas rotinas produtivas (RODRIGO-ALSINA,

2009) é preciso encontrar o ponto de aproximação máxima com a verdade. Alguns dizem que não é possível os jornalistas resistirem.

É desconhecer a história dos jornalistas de televisão no Brasil. O *Jornal de Vanguarda*, da TV Excelsior, dirigido pelo jornalista Fernando Barbosa Lima em plena ditadura militar brasileira resistiu bravamente até quando foi editado o AI 5 e os jornalistas decidiram fechar o telejornal. O jornalista Wladimir Herzog, diretor da TV Cultura, foi duramente torturado em 1975 até morrer. A morte dele não foi em vão. Os porões da ditadura começavam a ser revelados. Claro que essa luta, num cenário político e socialmente diferente de hoje, não precisa chegar a tanto. Mas é a partir desse ideal de resistência e responsabilidade com a enunciação que entendemos o Jornalismo (VIZEU; CERQUEIRA, 2016, p. 91).

Acreditamos que não existe um bom e um mau jornalismo, mas o jornalismo que tem como preocupação a ética e a qualidade da informação. Interpreta a realidade social para que as pessoas possam entendê-la, adaptar-se a ela e modificá-la. O jornalismo pode ser considerado um método de interpretação sucessiva da realidade social (GOMIS, 1991). Para tanto, isso é preciso, como recomenda Freire (2002) aos educadores, acreditar que a mudança é possível. É a razão de ser do jornalista, é razão de ter a legitimidade, a autonomia, o respeito e muitas portas abertas. A fé na mudança que o olhar dos jornalistas pode provocar quando se depara diante da opressão, das desigualdades e da gestão fraudulenta do bem público, dá ao jornalismo e o telejornalismo, como capacidade de alcance massivo e instantâneo, a legitimidade para iniciar a problematização da mudança e da consciência.

Freire (2002) lembra que o estímulo à mudança e a crença nela não significa impor à população espoliada e sofrida que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se e mudar o mundo.

Trata-se, na verdade, não importa se trabalhamos com alfabetização, com saúde, com evangelização ou com todas elas ou, simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta. Mas ainda que sua situação concreta não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado (FREIRE, 2002, p.32).

Não foram poucos os jornalistas que ouviram frases como: “você é muito curioso” ou “você pergunta demais”. Oriunda do dom ou da prática, da repetição, a curiosidade é forma motriz da atuação de um jornalista, um saber à prática educativa. De acordo com Freire (2002), a construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da

curiosidade. É ela que nos faz perguntar, conhecer, atuar, perguntar mais, reconhecer. De alguma maneira, mexe com a capacidade crítica de tomar distância do objeto, de observá-lo, de delimitar, dividir e cercar o objeto ou fazer sua aproximação metódica com sua capacidade de comparar e de perguntar. “O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente perseguidora do seu objeto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, revigoriza-se, tanto mais epistemológica ela vai se tornando” (FREIRE, 2002, p. 32).

Para o autor, ela é o motor do processo de conhecimento. É dela que nasce a inquietação em face do “não-eu” (FREIRE, 2000, p.47), o desejo de desvelar o que está escondido, de simplesmente procurar explicação para os fatos, questionando a existência e as consequências para o que é interior ao mundo e o que é exterior.

É justamente essa curiosidade, própria da experiência vital, que move o jornalismo. Ela pode nascer de maneira ingênua e de simples ato curioso, mas passa disso quando se torna metodicamente estimulada para que respostas sejam recontextualizadas e reformuladas com perguntas refeitas e gerando novas questões. Questões que, no caso do jornalismo, têm relação direta com o interesse público. Para o jornalista, assim como para o educador, o exercício da curiosidade chama a imaginação, a intuição e as emoções. Mais do que isso, registra Freire (2002), ela estimula a capacidade de conjecturar, de comparar.

Um ruído, por exemplo, pode provocar minha curiosidade. Observo o espaço onde parece que se está verificando. Aguço o ouvido. Procuo comparar com outro ruído cuja razão de ser já conheço. Investigo melhor o espaço. Admito hipóteses várias em torno da possível origem do ruído. Elimino algumas até que chego a sua explicação. Satisfeita uma curiosidade, a capacidade de inquietar-me e busca continua em pé. Não haveria existência humana sem a abertura de nosso ser ao mundo, sem a transitividade de nossa consciência (FREIRE, 2002, p.32).

Na natureza do jornalismo brota sem parar a necessidade dessas operações, com o rigor do método, claro, não com simples ingenuidade curiosa, que é o início, mas não é o fim. É uma maneira de se aproximar com maior exatidão do produto da curiosidade e para construção ética do mundo possível (RODRIGO-ALSINA, 2009). Segundo Freire (2002), a promoção da *curiosidade espontânea* para a curiosidade epistemológica é um dos saberes fundamentais da prática educativa-crítica. A prática que, de uma forma ou de outra, é inerente ao jornalismo como prática profissional. Ela alerta, descortina o natural e o óbvio, revelando o mais fora do primeiro olhar. No jornalismo, o abafamento da curiosidade pode gerar a legitimação da omissão de fatos, da reprodução irresponsável das “falas” de fontes oficiais e

oficiosas, gera opacidade na reconstrução dos fatos. Em geral, prejudica a apuração, a diversidade e a pluralidade da construção do conhecimento cotidiano.

Freire lembrou aos educadores algo que todo jornalista precisa internalizar ao se portar diante de fatos, seus personagens e as fontes. Lembrou que a leitura crítica do mundo implica o exercício da curiosidade. Um desafio que permite se defender das armadilhas que são impostas pelas ideologias. “Ideologias veiculadas de forma sutil pelos instrumentos chamados de comunicação. Minha briga, por isso mesmo, é pelo aumento de criticidade com a qual nós podemos nos defender desta força alienante” (FREIRE, 2002, p.48).

Ressaltamos que Freire fala para educadores e recomenda a eles não só que sejam críticos diante da realidade, tendo a curiosidade como um dos pilares, como parece lembrar que é preciso treinar educandos a possuir esse olhar. Como produtor de conhecimento consumido diariamente pela sociedade, com papel e função legitimados, jornalistas críticos com o próprio fazer terão a capacidade de se defender das imposições, dos constrangimentos que a atividade escancara. Nossa defesa é que jornalistas se armem com essa criticidade e sejam capazes de lutar contra distorções, diminuindo, no maior grau possível, “o artil ideológico”, em que está envolvida a mídia, o noticiário e o próprio discurso do jornalista. Como destaca o autor, com subjetividade curiosa, inteligente, interferidora, nosso papel no mundo não é só o de quem constata, mas o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Sobre essa intervenção, destacamos:

Não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda [...] Ninguém pode estar no mundo. Com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade (FREIRE, 2000, 37).

Uma das diferenças, segundo ele, entre o ser que intervém e o que apenas mexe no suporte é que o primeiro se adapta e segue em frente e o segundo, acomoda-se. Na reflexão universalista, o pedagogo destaca que é essa vocação para intervenção no mundo que caracteriza o ser humano enquanto projeto, envolvendo uma curiosidade em constante disponibilidade para alcançar a razão das coisas. A vocação para a intervenção exige um conhecimento do contexto para ir além do simples conectar-se, mas intervir e avaliar este ato.

Jornalistas, por exigência da natureza profissional, carregam essa obrigação de intervir, de objetivar sua curiosidade e aplicá-la em benefício social. Faz isso como construtor de realidade, como fiscalizador dos Poderes constituídos, como descortinador de injustiças e

desigualdades. A reflexão de Freire, como registramos, caracteriza-se pela sua universalidade (MEDITSCH, 2002), mas dá ao jornalismo e seus executores elucubrações importantes para sua formação e ação profissional.

Na lista dos saberes, também está o *saber escutar*. Sobre o mito do especialista em generalidades, conhecedor “profissional” da realidade e super-homem informado, jornalistas se recusam a escutar. Sabem mais que todos, vivem a história, são testemunhas dos fatos, têm sempre pré-conceitos sobre e acervo referencial que legitimam falas. Com tantos superpoderes informacionais, jornalistas acreditam que não precisam desse saber. Freire, que fala para produtores de conhecimento (educadores), lembra que somente quem escuta paciente e criticamente o outro fala com ele. Mesmo que em certas condições, precise falar a ele. O escutar está no centro do processo de comunicação, muitas vezes interrompido por quem se acha exclusivamente necessário ao processo dialógico.

Importância do silêncio no espaço da comunicação é fundamental. De um lado me proporciona que, ao escutar, como sujeito e não como objeto, a fala comunicante de alguém, procure entrar no movimento interno do seu pensamento, virando linguagem; de outro, torna possível a quem fala, realmente comprometido com o comunicar, e não com fazer puros comunicadores, escutar a indagação, a dúvida, a criação de quem escutou. Fora disso, fenece a comunicação (FREIRE, 2002, p. 44).

A consciência da necessidade do silêncio e da escuta serve como parâmetro para os profissionais do jornalismo em todo processo de produção da notícia: apuração, seleção e nomeação. Escutar é uma das maiores qualidades do jornalista, segundo Eliane Brum (2013), uma das repórteres mais premiadas do Brasil. Para ela, é da escuta inicial que se iniciam os mais profundos diálogos.

Não é raro telejornalistas saírem da redação com ideias prontas, textos prontos, imagens projetadas em suas próprias cabeças, vindas de referências diferentes, que são forçadamente tornadas iguais para se encaixar na pauta, para manter o padrão, para ficar bonito como se imaginou. Jornalistas que não escutam, perguntam para si e respondem ao mesmo tempo, num ciclo de auto informação. Demitem o desejo de escutar porque podem desmontar seus próprios castelos de areia, essenciais para representar a realidade democrática que lhe foi atribuída como tarefa. Escutar fortalece o rigor do método, diminui a margem de erros grosseiros e permite enxergar a realidade em contextos mais reais possíveis. Não apenas os que se desenhou numa redação, em meio às tipificações (TUCHMAN, 1983) necessárias e estereótipos (LIPPMANN, 1966) que nascem ou são reforçados por profissionais do campo.

Freire ressalta que a verdadeira escuta não diminui, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de se opor, de se posicionar. Ao contrário, segundo ele, é escutando bem que as pessoas se preparam para melhor se colocar, ou melhor, situar-se do ponto de vista das ideias, fundamentais no processo de produção de um conhecimento como o jornalístico, orientador de homens e mulheres. “Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque escuta sua fala discordante, sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária”, registrou Freire (2002, p.44).

Essa ausência da escuta foi registrada pelos pesquisadores Silva, Sousa e Nunes (2017), quando observaram que diariamente no jornalismo contemporâneo se escancara uma espécie de derrota, morte do diálogo, da escuta:

Da arte de se esmiuçar a realidade, ouvir todos os lados dos processos, imergir no complexo campo da escuta das fontes, de dar-lhes voz e assim envolver-se no processo comunicativo de transformação e de consagração da constituição de uma opinião pública competente (SILVA; SOUSA; NUNES, 2017, p. 14)

O saber escutar carrega na sua atitude uma qualidade que Freire diz ser essencial aos educadores e que nos apropriamos para os jornalistas: a humildade. Não tem a ver com poesia ou discurso exibicionista. Tem a ver com o resultado da prática jornalística, com a qualidade do que é entregue à sociedade como construção.

Começarei pela humildade que, de modo algum, significa falta de acato a nós mesmos, acomodação, covardia. Pelo contrário, a humildade exige coragem, confiança em nós mesmos, respeito a nós mesmos e aos outros.

Segundo Freire (1997), humildade ajuda a reconhecer o óbvio: ninguém sabe tudo. O que alguns jornalistas relutam em aceitar. No jornalismo, assim como na educação, a falta de humildade dificulta a escuta com respeito a quem consideramos demasiadamente longe de nosso nível de competência. Ela evita que nos prendamos ao circuito da própria verdade.

A arrogância do “sabe com quem está falando?”, a empáfia do sabichão incontido no gosto de fazer conhecido e reconhecido o seu saber, nada disso tem que ver com a mansidão, não com a apatia, do humilde. É que a humildade não floresce na insegurança das pessoas, mas na segurança insegura dos cautos. Por isso é que uma das expressões da humildade é a segurança insegura, a certeza incerta e não a certeza demasiado certa de si mesma. A postura do autoritário, pelo contrário, é sectária. A sua é a única verdade que necessariamente deve ser imposta aos demais. É na sua verdade que reside a salvação dos demais (FREIRE, 1997, p.37).

Para Squirra (1995) essa é uma das regras básicas para o profissional de televisão, escutar para poder complementar com o discurso indireto, para fazer novas perguntas. Atesta o autor:

É comum presenciar situação na qual o repórter não consegue prestar atenção no que o entrevistado diz e realizar perguntas totalmente diferentes do que deveria. Muitos entrevistados têm o hábito de dar uma pista para o repórter, que, preocupado com a memorização da próxima pergunta, não percebe o jogo de inteligência proposto pelo entrevistado e acaba fazendo uma pergunta sem sabor lógico (SQUIRRA, 1995, p. 89).

Stela Caputo (2006) certamente sublinha que a arte de saber ouvir, como bem disse Sodré (Muniz Sodré), não pode ser qualquer uma com o jornalismo. Para ela há duas formas de estragar as perguntas. Quando a tentativa é de arrancar com toda força algo do entrevistado e quando profissionais se impregnam de arrogância, perguntando já imaginando saber a resposta, apenas para confirmar tese e opiniões próprias sobre o assunto.

O saber escutar abre portas para outro saber não menos importante: a *disponibilidade para o diálogo*. O ato de permitir o movimento de ida e vinda da informação e seus valores evita uma primeira barreira: a suspeita da relação com um ser “maior”, um sabe tudo. Aos educadores Freire disse: “Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta à certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei” (FREIRE, 2002, p. 50)

Não é raro ouvir sobre a personalidade onipotente dos jornalistas e sua segurança sobre o mundo, estão depositados aí os defeitos de muitos. A correção trará, sem dúvida, mais ganhos pessoais, mas principalmente para a sociedade. Freire, com diretrizes pedagógicas, diz que não há razão para se envergonhar por desconhecer algo. Para ele, testemunhar a abertura aos outros, a seus desafios, é necessário. Como produtores legitimados de conhecimento, jornalistas podem viver a abertura respeitosa aos outros e quando necessário, tomar a razão ética dessa abertura, experiência base que tem consciência de ser inacabado, mas com obrigação de ajudar na compreensão do mundo. Nessa linha, registra Freire:

Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas e múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude [...] O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma com inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história (FREIRE, 2002, p. 52).

A disponibilidade para o diálogo proposta por Freire não é sobre permitir a troca de mensagens e informações, é entender o contexto da ação comunicativa. Olhar além do ato de repassar conteúdo e conhecimento, mas perceber em que relevo ele pode frutificar e de que maneira o plantio pode ser mais eficiente.

Ao admitir a escuta e estimular o diálogo, educadores (e comunicadores) sabem que há riscos, que é preciso aceitar o novo e rejeitar qualquer tipo de discriminação. Esse é mais um dos saberes da prática educativa que podem ser aplicados ao fazer jornalístico. Como intervir na sociedade? Lutar por quem não tem voz? Fiscalizar e denunciar equívocos, transgressões aos direitos humanos, exploração de grupos dominadores? Como produzir conhecimento institucional, singular, que serve para socialização das pessoas, carregando as mensagens de preconceitos e atos discriminatórios?

A legitimidade que jornalistas recebem da sociedade não lhes dá direito de segmentá-la e diminuir qualquer que seja a sua parte. Seu papel, como dissemos, é legitimado, exige dele um olhar compreensivo e consensual das diferenças. Como intérprete das realidades e de suas complexidades, necessita (e nem sempre é fácil) se livrar dos próprios demônios, de mapas conceituais que tragam qualquer carga de discriminação ao ser humano: negros, índios, mulheres, gays, trabalhadores rurais. Ao lutar por isso reafirma a democracia porque a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente esse regime (FREIRE, 2002).

Qualquer carga de discriminação contamina a construção social da realidade. Evitar isso também é tarefa do jornalista que tem uma função social que exige discernimento necessário do seu papel enquanto produtor de bens simbólicos, valores e hábitos. Di Franco (1996), em suas análises da ética midiática, lembra que o que se espera da imprensa (mídia) é um honesto e permanente esforço de isenção. Sabendo, claro, que certa dose de subjetivismo será inevitável, mas isso não justifica, segundo ele, engajamento editorial. Nós acrescentamos: não justifica ratificação de preconceitos e reafirmação de atos discriminatórios. Antipatias, ou simpatias, segundo Di Franco, devem estar longe das redações.

O jornalista é pesquisador, um manipulador (aquele que mexe com as mãos, sem a carga negativa comum) das diferenças e compreendê-las, aceitá-las, valorizá-las é dever não só profissional como humano. Ao negar essa tarefa, deve negar a própria profissão.

Ao longo dessa pesquisa, vários autores já lembraram, a partir de vários pontos de vista e pensamentos, o papel influenciador do conhecimento produzido pela mídia, em especial pelo telejornalismo. Então, não há como negar que por traz da atividade, integrante

dessa forma de cultura social (VILCHES, 1996), a televisão, há um papel educativo, não aquele da família, da escola, da igreja. Mas tão forte e influente quanto. Lembra:

Los medios son capaces de determinar nuestra percepción sobre los hechos, normas y valores de la sociedad a través de la presentación selectiva y a través del énfasis de algunos temas. Entre los medios, la televisión es vista en este contexto como la mayor fuente de información sobre el entorno político y social son de su influencia puede ser capital. Las generalizaciones que hace la audiencia a partir de los programas televisivos le sirven como orientación para construir su realidad social (VILCHES, 1996, p. 132).

É por meio do noticiário da televisão que se toma conhecimento do uso medicinal de algumas drogas, que se aprende sobre as mudanças de clima, ou de como uma ação de um governo está interferindo na renda. Ou, ainda, como uma lei aprovada numa Casa Legislativa vai mudar o comportamento social a partir de determinada data. Enfim, o conhecimento produzido por jornalista, de alguma forma, é inserido no processo educacional e interfere na forma que os cidadãos vão se relacionar ou agir. Por isso, ao resgatar os saberes da prática educativa de Freire (2002), também listamos o que é preciso compreender que a educação é uma forma de intervenção do mundo.

Para nós, não é exagero dizer que o conhecimento produzido pelo jornalismo e entregue ao seu público compõe essa forma de intervenção, por isso jornalistas precisam tanto ter consciência do seu papel de interventor, como Paulo Freire (2002) pede que ajam os professores. Ao falar desse saber, Freire (2002) destaca que ele exige assumir a subjetividade em nome das minorias, dos excluídos, daqueles desassistidos pelo poder público e explorado pelas classes dominantes. Deve ser um antídoto para a prática imobilizadora do ponto de vista dos interesses dominantes. “Não posso virar conivente de uma ordem perversa, a irresponsabilizando por sua malvadez, ao atribuir forças cegas e imponderáveis aos danos por elas causados aos seres humanos” (FREIRE, 2002, p.38).

O autor direciona sua fala, claro, para professores e num determinado tempo histórico, mas com reivindicações ainda muito atuais. Do ponto de vista do jornalismo, acreditamos que deve ficar mais a essência da proposta de conscientização do público, por meio de um conhecimento orientador, e menos da militância revolucionária.

Ao compreender que se conhecimento é uma forma de intervenção jornalistas devem se agarrar em princípios éticos que tem como base o bem estar social e a dignidade humana. Ao feri-los, seja em empresas privadas, profissionais devem buscar espaços para impor uma mensagem mais plural. Diante da indiferença e da dominação, resistir. Quem resiste à luta e

quem luta pode ganhar. No Brasil, por exemplo, o modelo de comunicação de massa, televisão e jornal, só permite duas formas de atuar: resistindo ou se rendendo aos interesses de uma minoria que possui mecanismos institucionais e legais de dominação de mentes. A ter consciência, as armas para resistir podem ser mais eficazes.

Felizmente, a internet trouxe novas alternativas e espaços. Como já dissemos, abriram-se novas formas de trabalhar e proliferar o contradiscurso, de maneira autônoma, legítima e original na rede mundial de computadores. O que não se pode perder de vista é a responsabilidade que a tarefa exige. Com mais compreensão e aproximação de fatos, com menos militância e paixão. As práticas atuais têm provado cada vez mais que a credibilidade e o respeito não vêm da neutralidade simulada, mas da subjetividade que respeita a complexidade dos fatos. É nesse jornalismo educador que devemos apostar.

### 4.3 Resumo: os saberes da prática telejornalística

Vejamos agora um breve resumo das nossas propostas de saberes da prática educativa, baseadas nos saberes do educador Paulo Freire:

#### Quadro 1. Saberes da prática jornalística

##### **Tomada de consciência**

Consciência de que a educação e o conhecimento são políticos e transformadores. O jornalismo como atividade política, deve pretender não a neutralidade, impossível diante de atos de fala, diálogo, escolha, comunicabilidade, decisão, verificação, percepção. Deve perseguir, no entanto, a tomada de posição com respeito ao outro, às diferenças, com dialogismo e coerência.

##### **Rigorosidade do método**

Por trás do método, ou dentro dele, há confiança do olhar atento, que quer desvendar os fatos escondidos ou alertar para um ponto a ser criticado, repensado, reposicionado; onde a diversidade e a pluralidade são geradas. O enfraquecimento do método enfraquece o jornalismo, seja no que diz respeito à forma de apurar, de narrar, seja na confiança que a sociedade ao longo dos anos depositou na atividade. A busca pela informação correta que instrui, orienta e gera o debate social, é início do processo de construção da realidade de maneira responsável e pedagógica.

**A exigência da pesquisa**

Não há rigor na apuração sem busca, sem investigação. No processo educativo, como no processo de produção do conhecimento do jornalismo, exige-se pesquisa. Ela é contínua sendo exigência para se conhecer o que não está à mostra, o que precisa ser desvelado; para comunicar e anunciar a novidade. Freire (2002) diz que pesquisar é constatar e constatando é possível intervir e, claro, ao intervir se educa.

**A criticidade**

O telejornalista precisa dessa criticidade, que nasce do olhar de observador, de um ingênuo curioso, e germinar em meio ao senso comum. Mas na produção do conhecimento orientador, transformador precisa ir além. O jornalista com rigor no método e olhar crítico, busca retirar o véu, “descortinar” (VIZEU, 2016), ação que está na natureza pedagógica da atividade.

**Ética e a estética**

É o testemunho rigoroso da decência e de pureza. Uma crítica permanente aos desvios fáceis que jornalistas são tentados. Na promoção da ingenuidade à criticidade não deve haver uma distância entre o rigor da formação ética e a presença da estética. Não adianta ser apenas belo, porque fora da ética os homens e as mulheres são uma transgressão. Porém agir de maneira atrativa permite a aproximação e repasse eficiente do conhecimento.

**Reflexão crítica Sobre a prática**

Já é conhecida do meio jornalístico a indisponibilidade, falta de vontade, medo ou vergonha de jornalistas de refletirem sobre sua prática, sobre o trabalho, o resultado dele na sociedade. Há os que preferem virar as costas para a análise “interior” porque corre o risco de ver sua vaidade rasgada pela verdade dos erros, da maneira irresponsável que tratou os fatos e o reconstruiu para sociedade. A reflexão crítica ajuda na transparência e melhora a atividade prática.

**Reconhecimento de ser condicionado**

A consciência das limitações, dos condicionantes faz do jornalista alguém que lembra que o inacabado é construção permanente e que limites ideológicos, políticos, mercadológicos não são impedimentos para realizar um trabalho ético e honesto. Limites, obstáculos e imposições organizacionais são naturais nas relações de interdependência do tecido social, nas instituições sociais, principalmente, entre aquelas que pautam

---

comportamentos, atitudes, olhares e o debate público.

**Apreensão da realidade**

Na busca pela apreensão da realidade, jornalistas comprometidos com a construção do real de maneira ética, precisa, contextualmente fazer mais que repassar burocraticamente, com a objetividade mecânica, a interpretação dos acontecimentos ou fatos. É a capacidade de apreender a realidade dos fatos em sua completude – ou em seu máximo possível – em meio às limitações determinantes da prática jornalística, que torna o trabalho diferenciado, que o destaca.

**Convicção de mudança**

A fé na mudança move outros saberes. Nenhum jornalista age com retidão, com rigor ao método, de maneira ética, preocupa-se com a estética atrativa ou se interessa em apreender a realidade da maneira contextual se não internalizado o desejo de mudar. E mudar significa questionar o que está posto. Refletir criticamente e problematizar.

**Curiosidade**

É estimulado o ato de perguntar, conhecer, atuar, perguntar mais, reconhecer. De alguma maneira mexe com a capacidade crítica de tomar distância do objeto, de observá-lo, de delimitar, dividir e cercar o objeto ou fazer sua aproximação metódica, com sua capacidade de comparar, de perguntar. Essa é a curiosidade que move o jornalismo. Que pode nascer de maneira ingênua e de simples ato curioso, mas passa disso quando passa a ser metodicamente estimulada, para que respostas sejam recontextualizadas e reformuladas; perguntas refeitas e gerando novas questões. Para o jornalista, assim como para o educador, o exercício da curiosidade chama a imaginação, a intuição e as emoções.

**Saber escutar**

Escutar fortalece o rigor do método, diminui a margem de erros grosseiros e permite enxergar a realidade em contextos mais reais possíveis. Não apenas os que se desenharam numa redação, em meio às tipificações necessárias e estereótipos que nascem ou são reforçados por profissionais do campo. Freire ressalta que a verdadeira escuta não diminui, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de se opor, de se posicionar. Ao contrário, segundo ele, é escutando bem que as pessoas se preparam para melhor se colocar, ou melhor, situar-se do ponto de vista das ideias, fundamentais no processo de produção de um

---

conhecimento como o jornalístico, orientador de homens e mulheres.

**Disponibilidade para o diálogo**

O ato de permitir o movimento de ida e vinda da informação e seus valores evita uma primeira barreira: a suspeita da relação com um ser “maior”, um sabe tudo. Como produtores legitimados de conhecimento, jornalistas podem viver a abertura respeitosa aos outros e quando necessário, tomar a razão ética dessa abertura, experiência base de que tem consciência de ser inacabado, mas com obrigação de ajudar na compreensão do mundo.

**Rejeição às formas de discriminação**

Como intérprete das realidades e de suas complexidades, necessita (e nem sempre é fácil) se livrar dos próprios demônios, de mapas conceituais que tragam qualquer carga de discriminação ao ser humano: negros, índios, mulheres, gays, trabalhadores rurais. Ao lutar pô isso, reafirma a democracia porque a prática preconceituosa de raça, de classe e de gênero ofende a substantividade do ser humano, nega radicalmente esse regime.

**Educação é uma forma de intervenção no mundo**

O conhecimento produzido pelo jornalismo e entregue ao seu público compõe essa forma de intervenção, por isso jornalistas precisam tanto ter consciência do seu papel de interventor. Ao falar desse saber, Freire (2002) destaca que ele exige assumir a subjetividade em nome das minorias, dos excluídos, daqueles desassistidos pelo poder público e explorado pelas classes dominantes. Deve ser um antídoto para a prática imobilizadora do ponto de vista dos interesses dominantes.

Fonte: elaboração do autor.

#### 4.4 A linguagem do telejornalismo

*A linguagem é um centro em que se reúnem o eu e o mundo, ou melhor, em que ambos parecem em sua unidade originária [...] O ser que pode ser compreendido é linguagem.*

*(Hans-Georg Gadamer, 1988)*

Nos fragmentos da vida cotidiana (HERREROS, 2004), dos fatos políticos, econômicos, científicos ou amenidades, como a linguagem telejornalística constrói esse mundo possível (RODRIGO-ALSINA, 2009)? O telejornalismo, que se aproxima dos setenta anos no Brasil, mostrou que por meio dele, esse mundo cabe em alguns segundos, minutos, em recortes simbólicos. Arrancados do imprevisível, do imponderável, do planejado e do programado. O mundo real (RODRIGO-ALSINA, 2009) no telejornalismo ganha uma versão possível por meio de uma linguagem que transita entre o ouvir e ver, na perspectiva do telespectador. Entre o falar e o exhibir, na perspectiva de quem o produz. Síntese dos processos de escolha, apuração, captação, seleção, recorte, reconfiguração e divulgação. O objetivo principal é fazer-se compreender, explicando de maneira simples e atrativa, num tempo determinado, para um público cada vez mais disperso e heterogêneo.

Mas o que é produzir algo simples, objetivo, claro, com orientam os manuais? Em resumo: uma linguagem do cotidiano, de maneira que toda sociedade entenda, sem palavras desconhecidas, complexas, eruditas, ambíguas e confusas (PATERNOSTRO, 2006). A grande questão é que por motivos óbvios não é possível saber o que todo mundo entende, o que é simples para maioria ou o que é conhecido de todos. Então, idealiza-se um público com uma média de escolaridade e de capacidade de interpretação do que é ouvido instantaneamente e visto no tempo da imagem. Para ajudar, recorre-se a recursos sonoros e a grande aposta é que a própria redação, com seus representantes e uma espécie de amostragem do perfil da população defina o que é compreensível ou não.

As escolhas, os recortes, os formatos e os efeitos da apresentação não são fruto de um processo simples, como destaca Vizeu (2009): “É resultado de uma série de enquadramentos culturais, das práticas sociais, da cultura profissional, dos constrangimentos organizacionais e do campo da linguagem que os jornalistas mobilizam para produzir notícias (VIZEU, 2009, p. 80). No caso da linguagem falada no improviso ou escrita para ser falada se recorre ao texto coloquial, aceito no registro formal, o diálogo do verbal com o não verbal. Acrescenta-se a utilização de artes gráficas, efeitos sonoros, simulações e a separação em formatos, mecanismos presentes no momento de fazer do jornalismo enunciativo pedagógico para uma audiência presumida (VIZEU, 2009).

Não queremos aqui fazer um manual da linguagem telejornalística. Há muitos bons, aplicáveis, escritos no Brasil (SQUIRRA, 1995; BARBEIRO, 2002; PATERNOSTRO, 2006; NETO, 2008), principalmente sob a influência do telejornalismo norte-americano. Nosso objetivo é registrar características da linguagem como uma dimensão da função pedagógica e

refletir sobre esse procedimento como protagonista da construção dessa realidade social cotidiana, apresentando algumas características que a fazem facilitadora na compreensão dos fatos.

Lembramos que a linguagem é fruto de um processo sócio-histórico e que isso afeta diretamente o entendimento dos fatos apresentados pelo telejornal. No Brasil, deficiências na área da educação, ensino e aprendizagem, delegaram à produção noticiosa da televisão, a tarefa de contribuir com o fornecimento de um conhecimento sobre a realidade, gerado sob as regras e procedimentos próprios de produção, impelido pelas rotinas, moldado pelas pressões profissionais e organizacionais e amarrado pela natureza das formas midiáticas. A televisão e seus produtos, segundo Squirra, atingem a maior quantidade de sentidos humanos, porque se utiliza “do movimento, da cor, do som e de toda dramaticidade do acontecimento ao mesmo tempo em que ele se deu” (SQUIRRA, 1995, p. 51).

O conhecimento produzido pelo telejornalismo, com qualidade e defeitos, é combustível para leituras de mundo, consolidação e transformação de valores e reflexões. O telejornalismo se apropria de informações brotadas da realidade, dos discursos de várias áreas do conhecimento, considerados merecedores de aparição: são catástrofes naturais, tragédias humanas e sociais, decisões políticas e econômicas, aplicação de uma legislação, fatos pitorescos. Apropria-se de dados referenciados em documentos, declarações e reproduções geradas na observação e no testemunho.

Ao se unir a esses produtos da realidade social, cria forma de conhecer a vida que nos cerca, que de alguma forma nos identifica, nos emociona, nos revolta e nos transforma. O telejornalismo consegue esse feito de mexer com as pessoas, completando espaços vazios de suas consciências de mundo, reformando conceitos experimentados e ouvidos, desconstruindo e remexendo o acervo mental, porque nos coloca diante de nós questionamentos sobre crenças, práticas e supostas verdades, ou seja, nos coloca diante de um produto simbólico construído através de uma linguagem de fácil absorção.

Ao ser submetido às regras de captação, produção e transferência, a informação produzida pelo telejornalismo ganha legitimidade e difere do que hoje, mais do que nunca, produz qualquer cidadão. Esse conhecimento cotidiano liga o homem à sua realidade. É uma forma de explicar os fenômenos das relações, seja, entre sujeito/objeto, homem/razão, homem/desejo ou homem/realidade. O que o jornalismo e, especificamente, o telejornalismo fazem é contribuir com essas relações.

Como meio de difusão de informação organizada, moldada, manipulada e enquadrada por meio de rituais, regras e pressões organizacionais (TUCHMAN, 1983; WOLF, 1997; VIZEU, 2014; TRAQUINA, 2016), com seus “óculos” especiais (BOURDIEU, 1997, p.25) para ver certas coisas e não outras, o telejornalismo produz um conhecimento diferenciado. Esse conhecimento produzido por jornalistas, com método, técnica da comunidade interpretativa (TRAQUINA, 2005), encontra na televisão um ambiente para seu aparecimento e conseqüente distribuição.

Textos referenciados, sob a égide da legitimidade social e, principalmente, a imagem, fortalecem a crença e a verdade necessárias à existência do conhecimento, como é um atrativo para a obtenção do conhecimento produzido. Reforça Tuchman (1983):

Al buscar diseminar la información que la gente quiere, que la gente necesita y que la gente debería conocer, las organizaciones informativas hacen circular y, al mismo tiempo, dan forma al conocimiento (...) Además los medios de información tienen el poder de dar forma a las opiniones de los consumidores de noticias sobre aquellos tópicos acerca de los cuales son ignorantes. (TUCHMAN, 1983, p.15).

A televisão e os telejornais oferecem uma forma familiar de entender o mundo e contam a história cotidiana por meio de um tecido singular de imagens e palavras e da combinação de outros códigos audiovisuais que misturam informação e desinformação (VIZEU, 2009; BECKER, 2016). Acostamo-nos a Vizeu (2014) quando ele afirma que o telejornal é um meio simples, barato, cômodo e fácil de entender e compreender a complexidade do mundo. Algo que esconde uma complexidade: a informação televisiva, sua combinação visual, sonora e textual é um bem público (VIZEU, 2014, p. 78).

Na atualidade, os telejornais estão explorando novas formas de interação com o público, ampliando entradas ao vivo e, na linguagem, investindo na conversação, com âncoras e repórteres apostando numa atuação mais próxima do cidadão comum, combinando muitas vezes informação com entretenimento. (BECKER, 2016).

A questão é que nem sempre essa mudança gera transformações qualitativas no tratamento da informação que é selecionada, na maioria das vezes, a partir de prepostos dos interesses empresariais, sob a justificativa do interesse público. Sodré alerta para essa simplificação do jornalismo e, em especial, o telejornalismo tem intenções específicas:

Mas nós sabemos também que essa superestrutura produzida pelo jornalismo comercial/industrial como gerador da narrativa da sociedade atual, e conseqüentemente promotor e gerenciador de uma estrutura do pensamento público vigente, pertence a uma ordem exclusivista, concentracionista e

correlacionada de maneira fulcral aos propósitos consumistas da atualidade. Há uma ênfase excessiva na espetacularização, no baixo investimento do esforço cognitivo dos indivíduos, na frágil capacidade interpretativa da sociedade como um todo, além do descarte dos processos contextuais e históricos. (SODRÉ, 2010, p. 12).

Apesar das representações dos fatos estarem em sintonia com valores e ideologias dominantes, ressalta Becker (2016), é preciso considerar que a busca por sentidos não está apenas presa no texto, funcionando dentro de outras instancias: domésticas, profissionais da vida social. Independentemente da carga ideológica inseparável, ligada ao ato discursivo e seus sentidos movediços, a linguagem do telejornalismo propõe um diálogo, que pressupõe o compartilhamento de signos que permitem, como já registramos, o reconhecer e o conhecer (MEDITSCH 2002).

Meditich ao fazer uma comparação entre a linguagem científica e a jornalística afirma que a formalidade da primeira se justifica pela universalidade ideal dentro de seu “auditório”, acessível para um público específico e para circular em determinadas redes, em círculos fechados. No caso do jornalismo, o ideal de universalidade caminha em outra direção. O “auditório” universal que persegue é formado por uma rede de circulação de conhecimento, constituída pela comunicação para devolver à realidade a sua transparência coletiva. Destaca:

É uma universalidade de fato, embora precária, porque é estabelecida institucionalmente de forma indireta e imperfeita, tal e qual o espaço público pressuposto pelo ideal democrático que a precede e a requer. Sua amplitude é também limitada em outra direção, a intenção do emissor na delimitação do universo do público-alvo. Mas é na preservação deste auditório ideal que o jornalismo encontra uma de suas principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo. (MEDITSCH, 2002, p. 24-25).

O telejornalismo se apropria de signos verbais e não verbais para representar o real, sua essência (CERQUEIRA, 2007). Lembramos Saussure, citado por Gomes (2000, p. 10) para registrar que o signo verbal é, para tanto, uma partícula constituinte da língua. O autor reflete: “A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável por isso à escrita; ao alfabeto dos surdos mudos, aos ritos simbólicos [...] é apenas o principal desses sistemas”. (Saussure citado por GOMES 2000, p. 10). Gomes (2000) ressalta que por dentro da realidade representada, um pacto simbólico se estabelece e os signos são reconhecidos através da relação “tripartida” entre significado, significante e referente. Ou seja: o primeiro é o conceito e ideia consolidada; o segundo como materialização desta ideia; e o último como

concepção oriunda do nosso repertório cultural, isto é, do nosso conhecimento prévio de uma significação anterior, das nossas referências de tal significado (GOMES, 2000; CERQUEIRA, 2007). Sem o compartilhamento desses significados não há compreensão.

No plano do texto, o telejornalismo busca trabalhar a informação, como dissemos, de forma clara, concisa, simples, pois sua função é atingir o receptor universal, num plano primordialmente denotativo. Ou seja, o foco dessa relação comunicativa é a tentativa de uma perfeita recepção da mensagem. Para isso, aposta que o vocabulário, ou boa parte dele, seja conhecido pela audiência. O texto se configura a partir de expressões usadas no cotidiano e por isso é aberta e maleável às mudanças e à inclusão de novos signos linguísticos, congregando uma comunicação eficiente com aceitação social. O telejornalismo enquanto processo comunicacional se apega ao referente para se consolidar como discurso real, contribuindo para a verossimilhança do contar o fato.

Com objetivo de atingir o máximo de pessoas o com sua informação, o telejornalismo tem uma tendência niveladora, buscando construir uma linguagem que seja compreendida por pessoas que tenham níveis culturais, sociais e educacionais diferentes (NETO, 2008). Texto, imagens e sons formam o produto que vai ao ar. São com eles que telejornalistas buscam ser compreendidos, buscam influenciar. No que se refere ao texto que será falado, manuais de redação definem e profissionais aplicam uma fórmula que prioriza o uso de poucas palavras, com as quais a audiência presumida (VIZEU, 2005, 2008, 2009) esteja familiarizada; frases na ordem direta, com uma ideia definida, poucos verbos e adjetivações, o que facilitaria a compreensão de um texto que será ouvido. No caso dos adjetivos, evitam a explícita subjetivação do texto, já presente na seleção do que será dito (SPONHOLZ, 2009).

Na avaliação de Emerin (2016), a linguagem telejornalística se utiliza dos mesmos recursos expressivos da linguagem televisual, agregando especificidades da prática jornalística. Explica:

O poder da linguagem telejornalística reside no potencial expressivo que se pode exibir, empregando elementos das narrativas televisuais, imbricados com alguns elementos da ficção, potencializados pela sua atual portabilidade e, principalmente, porque ainda consegue manter a simulação da relação de intimidade (EMERIN, 2016, p. 41-42).

Segundo Squirra (1995), o desafio é “conciliar concisão com elegância, fluência com clareza, despojamento da frase com riqueza de conteúdo” (p. 10). Menos palavras podem aumentar a clareza e dar espaço para outras informações. O autor registra ainda que a linguagem telejornalística concorre com outros fatores, como o movimento de pessoas na

casa, o barulho na rua, do vizinho, a campainha que toca, com o cansaço e com o natural desinteresse. Nesse caso, para atrair o público, atrapalham a riqueza de detalhes, o excesso de palavras, a falta de ritmo, o rebuscamento. Expressou assertivamente sobre o assunto, o jornalista Woile Guimarães, citado por Squirra:

O veículo televisão não admite textos opacos, ideias cifradas, imagens e emoções cinzentas... textos cinzentos são textos verborrágicos, frases indiretas, orações intercaladas com informações difusa, complexa e distante do público<sup>15</sup> (GUIMARÃES apud SQUIRRA, 1995, p.103).

Entre as recomendações dos manuais de telejornalismo está a de ler o texto em voz alta para verificar qualquer “ruído” que possa provocar o entendimento do telespectador (PATERNOSTRO, 2006). Quem faz o texto e os que estão ao seu lado, cinegrafistas, assistentes, editores, seriam os primeiros telespectadores. Os primeiros sinais de incompreensão seriam observados e substituídos antes de ir definitivamente ao ar. Como vimos, brevemente, no capítulo que fala da evolução do telejornalismo brasileiro, profissionais contemporâneos são cada vez mais exigidos a escrever um texto coloquial. E se antes simulavam a fala, agora, exige-se que seja a própria fala escrita, com seus vícios, pausas e naturalidade. Abreviações de verbos como “estar”, de pronomes como “você” já são aceitos para dar o tom de informalidade e de aproximação com o telespectador. O tempo verbal gerúndio, por exemplo, por muito tempo considerado nocivo pelo telejornalismo, porque representava o acontecimento em andamento, agora, é liberado. Com exceção das entradas ao vivo, ele era cortado ou retirado. Na tentativa de “escrever como se fala”, o gerúndio foi reintroduzido no cotidiano, desde que não, na visão dos profissionais, não gere incompreensão com relação ao tempo de acontecimentos. Palavras e expressões comuns a profissões, a grupos sociais ou que características de alguma região geográfica continuam sendo substituídas por aquelas consideradas compreensíveis para um público mais abrangente.

Tal simplificação sempre foi motivos de críticas daqueles que acreditam que ela não ajuda a melhorar a formação intelectual da audiência. O pedagogo Paulo Freire, segundo Meditsch (2002) foi um desses críticos. Numa análise sobre a forma de enfrentar a chamada “alfabetização pela televisão”, Freire afirma que não é o caminho brigar com o meio, mas ajudar na formação de uma audiência crítica. Ele afirmou que a linguagem informativa na televisão utiliza:

---

<sup>15</sup> Fala registrada no livro Quinze anos de história – JN, de Mello e Sousa, C. (1984).

Uma sintaxe que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há já está feito. Mais ainda, que diversifica temáticas no noticiário sem que haja tempo para a reflexão sobre os variados assuntos. De uma notícia sobre Miss Brasil se passa a um terremoto na China; de um escândalo envolvendo mais um banco dilapidado por diretores inescrupulosos temos cenas de um trem que descarrilou em Zurique. O mundo encurta, o tempo se dilui. O ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido. Debater o que se diz e o que se mostra e como se mostra na televisão me parece algo cada vez mais importante. (FREIRE, 2000, p. 49).

O verbal no telejornalismo é concebido e pensado para significar sobre ou com a imagem, diferencial da televisão em relação a outros meios de comunicação de massa. Levar em consideração a imagem na construção do verbal não é fazer uma descrição do não verbal, mas promover um diálogo simbólico, que aciona os sentidos da audição e visão ao mesmo tempo. A ideia é potencializar a relação fazendo-os existir como elementos complementares. Brasil (2012) lembra, no entanto, que há certa concepção de que no telejornalismo a imagem tem um papel primordial no processo de codificação das notícias, “enquanto a palavra cumpriria um papel secundário, quase mero complemento e suporte da informação visual”. (BRASIL, 2012, p.104). Segundo Vizeu (2005), essa concepção tem a ver com regras consolidadas pelos manuais de telejornalismo. O autor destaca, como resultado de pesquisa, que mesmo editores de textos associam a imagem a uma forma de representar de uma forma sintética, breve e visualmente coerente. “A notícia na televisão é concebida para ser completamente inteligível quando visionada na sua totalidade” (VIZEU, 2014, p.107).

Para Herreros (2004) se exaltou o papel da imagem, esquecendo o papel explicativo, complementar e interpretativo da imagem. O autor acredita que não se deve levar ao extremo a primazia da imagem ao ponto de esquecer a existência simultânea da palavra. Imagem e palavra formam “um todo audiovisual” que, quando se separa, rompe a articulação da mensagem. Detalha:

La palabra se convierte en elemento preponderante en los discursos, debates y noticiarios, y no solo en elemento secundario. La imagen potencia el ver, pero la palabra arraiga en al razonar. No debe incurrirse en el divorcio de ambos elementos [...] Los relatos no son solo de imágenes que en la inmensa mayoría serían incompresibles, sino también de palabras. (HERREROS, 2004, p.175).

Para nós não é necessário reacendermos o debate da supremacia da imagem sobre a palavra e vice-versa, visto que entendemos que na linguagem do jornalismo televisivo uma

boa imagem fica ótima com a ajuda de explicação verbal e com a ajuda da palavra. A relação harmônica, entre outros efeitos, ajuda a promover a compreensão.

O icônico em movimento atrai, emociona, integra, produz imersão, mas não é auto-explicável (VIZEU, 2009). Porém, sem a palavra, ele abre o campo de produção de significação, torna-se ambiente frágil para interpretações equivocadas e produção de efeito de sentido que pode ir em direção oposta ao motivo de seu aparecimento. A palavra, no telejornalismo, tem obrigação ética de dar sentido ao imagético e evitar as distorções que a imagem pode provocar quando da sua aparição isolada. Como complemento, uma da outra, imagem e palavras facilitam a compreensão dos fatos e com poder de sensibilização fortalecem o poder do meio. Sobre essa relação Travancas destaca:

Fico lembrando as afirmações dos manuais de telejornalismo que garantem que uma imagem vale mais que mil palavras. Quando o que pude perceber é que nem sempre a imagem vem na frente. Há uma recepção da TV idêntica a do rádio. Os telespectadores ouvem a televisão e, em momentos especiais, vão vê-la. Nenhum dos meus entrevistados afirmou fazer o contrário, ver sem o som. Até porque é possível conciliar a escuta com outras tarefas (TRAVANCAS, 2007, p. 70).

Sobre os processos de cognição na relação texto e imagem, a partir da reflexão do leitor e do telespectador, Ferrés (1996) destaca que a palavra favorece o conhecer e a imagem o reconhecer. Ou seja, o texto oral é indicado para fazer uma explicação e o audiovisual para associar. Para o autor, a decodificação da imagem ocorre por meio de um processo praticamente automático. Já a decodificação dos símbolos escritos exige complexas operações analíticas e racionais. Nesse processo:

A informação conceitual deve passar por múltiplos controles de análise e compreensão antes de se tornar parte do acervo mental. O leitor deve identificar símbolos abstratos e convencionais, deve interpretá-los em seu contexto gramatical e memorizar o seu significado. A informação icônica, no entanto, infiltra-se sem mediações. A leitura potencializa o pensamento visual, intuitivo e global. A leitura favorece a capacidade de distanciar-se dos símbolos. A imagem favorece o envolvimento emocional com os símbolos (FERRÉS, 1996, p. 21)

Como dimensão da função pedagógica, a linguagem do telejornalismo (texto, imagem) necessita de menos separação e mais união entre esses elementos. Quanto mais afinados, em quantidade ideal, mais compreensível para o telespectador. Coutinho destaca que “nenhuma imagem no jornalismo pode entrar pura, sem comentário que a explique [...] Uma imagem

muda é perigosa, porque a busca pelo seu sentido fica livre, o mundo pleno de significado oscila em sua base” (COUTINHO, 1991, citada por BRASIL, 2012, p. 117).

Cabral (2008a; 2012) destaca que a imagem é a peça principal no processo de construção do sentido da notícia para a TV, exercendo fascínio e prendendo a atenção dos telespectadores. Mas nessa construção, o avanço tecnológico tem nos fornecido elementos na busca do significado e do fazer entender. Para a pesquisadora, uma das etapas do tratamento da informação no telejornalismo atual é a interferência da edição não linear-digital, que faz alterações nas imagens filmadas pelas câmeras, ou criam imagens para simular, representar, reconstituir os fatos reais: uma realidade expandida.

Ela ressalta que essa alteração está relacionada a uma estratégia presente nas rotinas de trabalho. A manipulação e recriação de cenas por meio de simulação são uma tentativa de melhorar o entendimento da notícia pela audiência e atingir um objetivo de eficiência da narratividade no telejornalismo. Lembrando que nem manipulação, nem simulação são termos usados no sentido maniqueísta, com falseamento da realidade, como costumeiramente são usados. Por isso, ela afirma:

O ato de criar imagens para recriar ambientes interativos e mostrar a audiência de telejornais o que ela jamais veria pelo simples fato de que não houve filmagem, gravação de imagens pelas câmeras. Para a edição no telejornalismo é o ato de representar com semelhança, ou seja, as imagens são “criadas no computador” com base nos fatos reais, aparecendo na tela a palavra “simulação” ou “reconstituição” para indicar ao telespectador que as imagens foram criadas (grifos da autora). As imagens não foram gravadas de fato, mas ao serem criadas transformam-se em representações dos acontecimentos, em um conteúdo concreto, análogo à realidade, para ser apreendido pelos sentidos dos telespectadores (CABRAL, 2008b, p. 02).

Manipulação e simulação, nesse contexto, não é a criação de uma realidade paralela ficcional, onde os fatos são falsos, mas a construção de uma realidade que busca aproximar o mundo possível do mundo real (RODRIGO-ALSINA, 2009).

Para Mota (2015), a linguagem da notícia na televisão é uma articulação específica que esconde práticas de codificação, visuais e verbais. O efeito de real é, então, resultado da interação desses dois códigos. “Se o linguístico situa o acontecimento, os signos visuais reproduzem melhor as condições de percepção do olhar e, por isso, parecem menos arbitrários ou convencionalizados que os verbais” (MOTA, 2015, p. 363). Mota cita Martine Joly para registrar um dos seus pensamentos sobre essa relação: a de que a linguagem verbal determina a impressão de verdade de uma imagem. “Para ela, uma imagem é verdadeira ou mentirosa

não devido ao que representa, mas devido ao que nos é dito ou escrito do que representa” (MOTA, 2015, p. 363).

A construção da linguagem telejornalística, que se encaixa no tempo determinado pelo seu valor-notícia, que se molda ao mosaico do telejornal, é um exercício de reconstrução de fatos, falas, versões e documentos, com signos linguísticos e imagens que dialogam entre si e com o acervo de referências verbais e visuais da audiência. Os limites não devem, no entanto, ser justificativa para fortalecimento dos princípios básicos da ética jornalística. Aliás, esses princípios devem modificar a linguagem que procura descomplexificar os fatos e não ser transformados por ela.

Texto e imagens compreensíveis permitem que a mensagem do telejornalismo chegue ao seu público de maneira plena, como combustível para reconhecimento e conhecimento da realidade que está próxima, ou daquela realidade distante, que de alguma forma é internalizada e modifica a forma de ver, de atuar e de estar no mundo.

O caráter social do telejornalismo não está só nos saberes internalizados pelos produtores do bem simbólico. Também está na fórmula escolhida para a produção e consequente repasse desse bem que, inevitavelmente, é recebido de maneira diferente por aqueles que têm influências, experiências e condições socioeducativas diferentes.

O que deve permanecer igual é o compromisso do profissional na inevitável manipulação dos fatos por meio de escolhas, enquadramentos. Por meio dos recortes e da constituição de uma linguagem acessível. Destaca Herreros:

El periodista de televisión tiene la responsabilidad de poner en común, de comunicar los hechos realmente representativos de cada comunidad y de apoyar a la audiencia a convertir la información en conocimiento real de la sociedad en la que vive mediante la explicación e interpretación de los hechos y opiniones para que pueda tomar sus decisiones personales y comunes (HERREROS, 2004, p.208).

Adiante, buscamos identificar analisando reportagens, como a linguagem é base para a concretização do que chamamos dispositivos didáticos do telejornalismo.

Segundo Bonner (2009), em *Jornal Nacional: modo de fazer*, os profissionais do telejornal são orientados a escrever textos imaginando que serão ouvidos por alguém que não seja nem analfabeto nem pós-graduado. Ele afirma que o nível de detalhamento que o *JN* oferecerá aos telespectadores dependerá da complexidade do assunto tratado e “da familiaridade que nós imaginamos” (BONNER, 2009, p.229) que aquele determinado espectador médio tenha do tema. “Num telejornal como o *JN* nós precisamos escolher a

abordagem de compreensão mais imediata e a linguagem mais próxima da que é usada naturalmente pelas pessoas ao conversar”. (BONNER, 2009, p. 232). Algumas regras, segundo o jornalista são: usar termos de compreensão imediata, o uso de adjetivos quando necessários vem depois do substantivo, frases curtas, evitando orações intercaladas. A estruturação dessa linguagem em dispositivos didáticos é que vamos ver agora.

#### 4.5 Dispositivos didáticos do telejornalismo

No dia a dia da produção de reportagens telejornalísticas, acreditamos que os profissionais da atividade devem possuir e perseguir o que, aqui, chamamos de *saberes da prática telejornalística*, como rigor no método, ética, capacidade de apreensão do mundo, curiosidade, luta contra as formas de discriminação, dentre outros como vimos. Paulo Freire nos conduziu nesse percurso.

A dimensão da função pedagógica do telejornalismo, proposta neste trabalho, perpassa ainda pelo domínio da linguagem do meio e consolida-se no que chamamos de **dispositivos didáticos**. Na nossa hipótese, eles são recursos usados na construção dos fatos e relatos telejornalísticos para produzir um conteúdo mais compreensível para uma audiência. São recursos em que enunciadores entendem que estão empregando corretamente um código comum, cientes, no entanto, que os sentidos que os interlocutores trocam entre si e reconhecem não é redutível às determinações do código (RODRIGUES, 1994). Ou seja, estão sujeitos a interpretações diferentes as da intenção do enunciador.

Acreditamos que eles sejam pensados ainda na produção, na escolha de personagens e no debate sobre as imagens que poderão ser usadas para ilustrar a reportagem; passa pela ação do repórter na seleção das informações e na forma que irão apresentá-las; na edição, o processo de recontextualização (WOLF, 1997; VIZEU, 2014), um novo olhar se impõe a partir de novas referências. A linha convergente presente na simples execução e/ou na negociação do “como será dito”, “a forma que contaremos” é a busca pelo ser entendido, por se fazer entender.

Os dispositivos acionados pelos profissionais, na nossa hipótese, se concretizam por meio de vários caminhos: **a)** na busca por colocar o dito num contexto, justificável, explicável e importante no dever de ser compreendido; **b)** na interpretação das falas dos especialistas que, com maneiras próprias de enxergar, dizem de uma posição e com uma intenção presumível; **c)** no reforço do discurso que tem e legitimidade, mas ainda precisa de uma

legitimação, de confirmação, com ato simbólico; **d**) na descrição da fala, para que não só se ouça, mas se enxergue. Audição e visão trabalhando juntos para concretização do objetivo fazer-se claro.

Na lista destacamos ainda, **e**) a comparação, que dá a dimensão do hoje, a partir do peso, do tamanho, da força do ontem, do que esteve simbolicamente próximo e parecido e que pode apontar um dos caminhos do amanhã; entre esses caminhos e ações está a **f**) exemplificação, movimento em busca de algo ilustrativo, seja com realidade, ou com a criação de exemplos hipotéticos, claramente identificados como tal. Na lista, também temos **g**) a complementaridade, um diálogo construído entre emissor e fonte de informação para que a mensagem ganhe contornos nas possibilidades que discurso direto e indireto permite, no tempo que o formato do noticiário exige.

No caminho do esmiuçar, com uso de expressões que levam ao pensamento mais singular, está o **h**) detalhamento. Nele, profissionais do telejornalismo não se contentam em interpretar dados, declarações, documentos com uma frase, mas buscam formas de dizer a mesma “coisa”, novamente, mas de outro jeito, seja com palavras diferentes, com maior riqueza de detalhes.

Há escolhas que também levam a familiarização, a inclusão do emissor na mensagem, história ou no relato. É quando o repórter entende que é preciso realizar uma **i**) aproximação. Com uso de palavras que indicam essa autoinclusão, a terceira pessoa do singular dá direito a primeira pessoa do plural. Nós, a gente, passa a ser o fio que liga quem diz com quem precisar ouvir. Na **l**) transcrição de fala, depoimentos são transcritos na tela da TV. A opção é dar força e explorar todo potencial de sentido que tem o que é dito, sem o uso de imagens em movimento e, ao contrário, a transcrição de tudo que é dito no tempo que é dito, com simultâneo acompanhamento do telespectador, que ouve e lê.

O uso de personagens, **m**) personificação, é o exemplo que imprime o real processo de identificação, seja pela proximidade ou pela diferença. Questões da vida ganham exemplos de pessoas reais que vivenciam os problemas, que serão afetados pelas decisões, que agirão ou agiram como outros milhares, a partir do conhecimento compartilhado pelo telejornal.

Na **n**) dramatização/fundo moral da história real é recontada com simulações, com a história, seus episódios participando da reconstrução, dessa vez intermediada pelo repórter. Não basta recontar, mas refazer a história que traz no seu final o fundo moral das fábulas, dos contos infantis, de caráter educativo. No fim, um afago, uma injeção de ânimo e um arremate para que a história seja fixada na sua completude.

Rodrigues (1994) nos ajuda num alerta importante para a análise e que também está presente no contexto de produção e intenção dos jornalistas. Segundo ele, para que se possa identificar os sentidos dos enunciados ou ações empreendidas, “os intervenientes nestas trocas de palavras ou de ações devem ainda *pressupor* todo conjunto de saberes que constituem outros tantos valores de natureza textual” (RODRIGUES, 1994, p. 42, *grifo nosso*).

Uma questão importante para esclarecer, antes de seguir, é deixar claro qual a perspectiva adotada por nós quando usamos o termo dispositivo. Aqui, não é usado sob o guarda-chuva teórico de Foucault, que tem uma longa reflexão sobre e que, resumidamente, o entende como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos [...] O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica e dominante (FOUCAULT, 2005, p. 244).

Aproxima-se mais do olhar de Verón (2004), que denomina de dispositivo de enunciação aquilo que dá forma ao discurso, ou, ainda, as modalidades do dizer que constroem os discursos. Segundo ele, uma análise de dispositivos de enunciação é uma análise de produção do enunciado, com uma efetividade que se cumpre, bem ou mal, no público, por meio do reconhecimento. Para ele, o enunciador pedagógico, aqui visto como o telejornalista, mostra, explica e aconselha. Coloca-se no lugar o seu destinatário, que é chamado a “olhar, compreender, tirar proveito” (VERÓN, 2004, p. 230).

Mas o conceito de dispositivo que mais nos ajuda nessa empreitada é aquele que aproxima-se do desenvolvido por Rodrigues (1994): o dispositivo (da enunciação) como um “processo que fixa o sentido daquilo que é enunciado” (RODRIGUES, 1993, p. 146). Nessa aplicação, entendido como uma ação do profissional que se apropria da linguagem verbal e não verbal, dos recursos televisuais para transformar uma ideia textual, imagética, gráfica, auditiva (juntas ou separadas) em um produto compreensível. Sobre sua concepção de dispositivo, destacamos:

Os dispositivos que intervêm no processo enunciativo do telejornal destinam-se a garantir o seu discurso um reconhecimento universal, assegurar a sua validade para um público indiferenciado, independentemente da experiência, das opiniões, dos interesses individuais e dos grupos a que se destina (RODRIGUES, 1994, p. 148)

Para Fausto Neto (1988), os dispositivos de enunciação no jornalismo se constituem em diferentes formas pelas quais são reproduzidas falas de atores envolvidos em determinados acontecimentos. Numa espécie de economia enunciativa produz diferentes maneiras de construir o acontecimento.

Um ato contínuo, compartilhado e compartilhável, no qual um telejornalista, ou vários, agem para contar uma história, divulgar uma decisão, repercutir uma fala ou fato, de forma acessível à sua audiência. Uma ação que está inserida nas rotinas produtivas, comum à cultura telejornalística, pensada intencionalmente ou que apenas nasce da intuição, da repetição, do diálogo entre os seus produtores.

No telejornalismo, os dispositivos didáticos se materializam, de acordo com nosso estudo, na construção textual, na imagem e nas suas relações, com recursos gráficos e sonoros. Por trás do aparecimento desse instrumental de ressignificação, representação, construção da realidade e da produção de conhecimento para o telespectador, acreditamos que há um desejo/necessidade dos jornalistas de fazerem com que o que é dito seja entendido claramente, com menos ruídos, de maneira instantânea. Fausto Neto (1988) lembra que o discurso jornalístico “monta-se, ou se apropria das diferentes maneiras de narrar, a fim de reproduzir, através de diferentes modalidades, cenas, detalhes, pensamentos, inferências de um conjunto de personagens” (FAUSTO NETO, 1988, p. 37).

Sabemos como é difícil isolar o componente ideológico, discursivo no aparecimento desses dispositivos. As intenções são motivo de existência. Aliás, é a questão ideológica, do poder, de fortalecimento de interesses mercadológicos e políticos que exige e permite o aparecimento desses dispositivos. Não como ingrediente do dizer, mas como forma para que esse dizer seja entendido e compreendido. Porém, a compreensão teórica proposta aqui, busca permitir que, na prática, a produção, reprodução e reconfiguração dos conhecimentos do mundo não seja uma ação meramente intuitiva, reprodutora incontestada, sem resistência. Munido de saberes e cientes das montagens possíveis para o didatismo necessário, jornalistas serão mais preparados para questionar o tecnicismo e os modelos prontos. Como resgata Meditsch (2002), ao falar da dicotomia teoria e prática defendida por Freire, não há como pensar um contexto teórico verdadeiro a não ser em unidade dialética com o contexto concreto. Os fatos se dão e estamos envolvidos nele, o que não garante que possamos perceber a razão de ser dos mesmos fatos, de forma crítica.

Os saberes da pedagogia de Paulo Freire, aplicadas ao trabalho do jornalismo e, especificamente, ao telejornalismo, contribuem na formação de uma profissional mais humano, ético, dialógico, crítico, curioso e resistente. É inegável que a produção “emancipatória” sonhada com os saberes desenvolvidos por Freire dependa da maneira como a audiência recebe, como ela se comporta diante da realidade moldada pelos profissionais do telejornalismo. Não se concretiza apenas na origem, mas na ressignificação do público. Porém, a nosso ver, é um grande passo (talvez o mais importante no início de uma trajetória) formar “humanos”, produtores de conhecimento jornalístico conscientes, resistentes diante do seu compromisso com o papel formador e educador (RIVIÈRE, 2003). Não é demais repetir que não se trata da educação formal, familiar, mas produtora de conhecimento que impacta na vida em sociedade.

Os dispositivos didáticos que buscamos identificar estão entranhados na prática, naturalizados pela rotina e camuflados pela cultura cronometrizada dos jornalistas (SCHLESINGER, 2016). Podem ser usados para objetivos múltiplos, desde o esclarecimento essencial de leis e decisões política, econômicas ou judiciais que afetam a vida em sociedade; ou ainda criando identificações necessárias para instigar a busca por mais conhecimento, podem reforçar e reformular olhares sobre o mundo complexo. A identificação desses dispositivos nos permite isolar, na teoria, esse componente que deve ser usado, na prática, com irrestrito compromisso com a sociedade, com a ética e a justiça social, com a dignidade humana (GUARESCHI, 2000).

Ter a consciência da sua presença e dos efeitos de sentido que podem ser produzidos, jornalistas e profissionais de televisão poderão ter a capacidade de fazer da ação prática algo mais distante do mecanicismo bancário, mercadológico de quem faz jornalismo como simples instrumento de poder. A aplicação correta, eficiente e compromissada dos saberes da prática jornalística, registrados nessa aproximação com o estudo freiriano, a nosso ver, é um sinal de que as possibilidades para o mal têm um adversário forte: o compromisso com bem (VILCHES, 1996; RIVIÈRE, 2003) e com a resistência.

Com o olhar sobre a prática, nossa proposta a partir de agora é fazer uma verificação desses dispositivos em reportagens exibidas pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, e pelo *Jornal do SBT*, do Sistema Brasileiro de Televisão, em entrevistas e conversas informais com editores de texto dos telejornais, além de observação participante em uma das redações. Por meio de vários métodos, tentamos encontrar rastros de sentido que caracterizam esses dispositivos e determinam seus motivos de aparecimento.

O trabalho de campo, como ocorre em muitas pesquisas, foi marcado pelos obstáculos e pelo receio que a proximidade do olhar de um pesquisador e suas análises provocam. Mas, como o estímulo temático, com a gana que quem precisa de respostas ou do caminho onde encontrá-las, seguimos firme na busca de soluções para as barreiras que se fincaram no meio do caminho. Entre elas, a impossibilidade de fazer observação participante na redação do *Jornal Nacional*. Nosso foco se voltou então nas análises e entrevistas semiestruturadas com editores de texto do telejornal. No SBT, que amplia e complementa nossa pesquisa, o tripé análise, entrevistas e observação participante ocorreu de maneira satisfatória.

Creemos que o somatório de métodos, o cruzamento de dados, a hermenêutica dos processos nos permitiu chegar a algumas conclusões que veremos mais tarde. Agora, os convido para nos seguir e entrar nos próximos capítulos.

## 5 OS DISPOSITIVOS DIDÁTICOS DO JN

### 5.1 Nosso primeiro percurso: entre entrevistas e análises de reportagens

O primeiro objeto de análise escolhido foi o *Jornal Nacional*, também conhecido por *JN*, exibido desde 1º de setembro de 1969 e há décadas é o telejornal com maior audiência do país. Vai ao ar a partir das 20h30min, de segunda-feira a sábado<sup>16</sup>, e é apresentado, atualmente, por William Bonner (editor-chefe) e Renata Vasconcellos (editora-executiva). O *Jornal Nacional* foi o primeiro programa gerado no Rio de Janeiro em rede nacional através da Embratel. Os primeiros apresentadores foram Hilton Gomes e Cid Moreira. O telejornal foi inspirado no modelo americano, dando importância igual a palavra e a imagem, afastando-se do modelo radiofônico predominante nos jornais da época (MEMÓRIA GLOBO, 2004). O *JN* tem, em média, 45 minutos de produção, dividido em cinco blocos. De acordo com o editor-chefe, o telejornal tem “vocação” para temas factuais. Ou seja, prioriza os fatos que ocorreram entre o fim da edição anterior até o fechamento da edição do dia. (BONNER, 2006).

A análise dos processos produtivos e práticas do *JN*, na perspectiva dos dispositivos didáticos, deu-se por meio de vários recursos teórico-metodológicos, com busca de resultados qualitativos e quantitativos. Como lembra com habilidade Wolf (1997), o processo de comunicação envolve muitas variáveis heterog neas:

A heterogeneidade dos fatores na a o da média e a complexidade dos objetivos implicados nesse processo são evidenciadas com clareza; a relevância atribuída aos elementos de rotiniza o ilustra bem como   falacioso interpretar o processo de comunica o de massa nos termos de uma modelo simples e linear, que não leva em considera o fatores derivados da complexidade de comunica o dos aparatos de produ o (WOLF, 1997, p. 268).

No *JN*, unimos dados coletados em entrevistas abertas semiestruturadas, com a análise do conteúdo de reportagens e com informa es sobre as práticas e processos internos, que estão registrados em pesquisas anteriores e livros publicados pela emissora, como o que traz toda a memória, processo de cria o e produ o de reportagens (MEMÓRIA GLOBO, 2004) e o escrito pelo editor-chefe, William Bonner, *Jornal Nacional: modo de fazer* (BONNER,

---

<sup>16</sup> Nas quartas-feiras, por causa das exibi es de jogos de futebol, a edi o pode começar mais cedo ou ser menor.

2006), que, de alguma forma, faz um registro detalhado da rotina de produção na redação do *JN*.

Entre as pesquisas, a de Siqueira (2013), uma das últimas a fazer observação-participante na redação do *JN* e que nos traz detalhes importantes sobre o processo de produção, desde a reunião do espelho<sup>17</sup> até a exibição do telejornal. E o melhor, com o olhar e a legitimidade de pesquisadora. No caso dela, focado na identificação de um novo valor-notícia no telejornal: o *flagrante único de coprodução*.

A proposta inicial era fazer uma observação participante na redação do telejornal no Rio de Janeiro, com realização de entrevistas com editores envolvidos no processo. Mas a adoção do método não foi possível por restrição da empresa. A observação foi possível, no entanto, na redação do *SBT Brasil*, outro telejornal que é objeto do nosso estudo, como veremos adiante.

Para o estudo do trabalho do *JN*, as entrevistas foram feitas pessoalmente e também por telefone, com quatro editores de texto do telejornal que atuam em capitais do Nordeste. Usamos gravador e fizemos anotações em um diário de campo, observações e falas destacadas, selecionadas de trechos de entrevistas transcritas<sup>18</sup> e de anotações feitas ao logo das conversas. Os editores não foram identificados para que eles tivessem mais liberdade e não se sentissem constrangidos em relatar algo mais sensível. Por isso, vamos usar para todos o termo **Editor**, com uma numeração sequencial. No caso do *JN*, de 1 a 4.

Os profissionais entrevistados não executam suas atividades na redação onde o telejornal é fechado e exibido, no Rio de Janeiro, mas são os responsáveis, em suas cidades, por entregar a reportagem praticamente pronta, fazendo ajustes de texto, após discussão com editores que trabalham na redação do RJ. Eles também são responsáveis por acompanhar ou produzir as matérias, conduzir o trabalho do repórter; além, claro, de editar a partir de um ponto de vista local, dando o olhar nacional. A maioria, além de editor, é produtor e alguns atuam como repórteres. Então, acompanham e conhecem todo o processo de produção.

Esses profissionais, como pode ser constatado e confirmado nas entrevistas, reproduzem o olhar, a linha e as regras estabelecidas pela direção da empresa no que se refere ao formato, procedimentos de uso de imagem e texto, efeitos visuais e sonoros, uso de entrevistados, participação de repórter, além de linha editorial e pensamento da empresa. Por isso, entendemos que eles poderiam contribuir com o nosso trabalho da mesma forma que os

---

<sup>17</sup> O espelho tem a função de revelar o esqueleto do que será o telejornal no dia (SQUIRRA, 1995). Nele está a lista das matérias que serão exibidas, o tempo, o repórter, o editor do conteúdo.

<sup>18</sup> As entrevistas transcritas estão anexadas no Apêndice – de B a I.

editores sediados no Rio de Janeiro. Acreditamos ainda que a distância geográfica entre eles e a direção da emissora carioca também contribuiu porque evitou constrangimentos ou possíveis interferências nas respostas, com possível padronização de falas ou o tolhimento de outras.

As entrevistas abertas semiestruturadas, de acordo com Minayo (2013) combinam perguntas estruturais e outras que surgem no encontro e/ou conversa. Os entrevistados falam sobre o tema questionado, mas também têm a possibilidade de fazer outros questionamentos que, porventura, possam aparecer. A entrevista como fonte pode contribuir com a obtenção de dados primários e secundários, lembra a autora. Os secundários são aqueles que poderiam ser encontrados em livros, registros estatísticos e documentos em geral. Já os primeiros, estão no quadro focal da investigação qualitativa: “São informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” (MINAYO, 2013, p. 65). Em nosso caso, o trabalho na redação e as perspectivas didáticas do trabalho.

Soler (2011) alerta que as entrevistas contribuem para a compreensão mais clara das perspectivas que têm os informantes a respeito de suas vidas, experiências e as situações vividas. O entrevistador deve estimular o informante para tirar dele aspectos dos sentimentos, das atitudes.

Sobre as entrevistas e a escolha por mais de um entrevistado, destacam Silva, Sousa e Nunes (2017):

As entrevistas, em sua multiplicidade e diversidade de formatos, são marcadas pelo tom da pessoalidade e pelas cargas de subjetividade e com ressignificações dos temas postos em discussão. Cada entrevista possui a sua singularidade. São irrepetíveis enquanto modo de construção do discurso que maneja linguagens, ordenamentos das falas, ideias, filtros, apagamentos propositais, ênfases, pausas, modulações e demarcações temporais (SILVA; SOUSA; NUNES, 2017, p. 12).

Moya e Raigada (2010, apud SIQUEIRA, 2013), por sua vez, lembram que quando não for possível aplicar a observação de determinados processos ou eventos, seja porque estão no passado, seja por serem reservados, faz-se muito importante as descrições verbais ou escritas de sujeitos que têm ou tiveram a oportunidade de viver experiências ou protagonizá-las e podem transmitir o que sabem. São testemunhas confiáveis, que podem contribuir muito.

Sobre todo cuando la entrevista se refiere a hechos los sujetos informados son aquellos que han tenido una experiencia directa o que, se sabe, han podido servirse de testimonios fidedignos o acceso privilegiado a documentación

original del hecho el que se pretende recabar datos. En los casos en que la entrevista sirve para indagar acerca de las opiniones del entrevistado, su condición de informados ofrece la posibilidad de conocer una explicación del referente más autenticada y fundamentada o de mayor alcance. Más auténtica, aunque sea parcial, si parte de las experiencias del sujeto, más fundamentada si se trata de los juicios y apreciaciones de un especialista o erudito en la materia, y de mayor alcance si las opiniones tienen la cualidad de ser representativas por el grado de su implantación o relevantes por el liderazgo o poder de quienes las defienden. (MOYA; RAIGADA, 2010, p. 90 citado por SIQUEIRA, 2013, p. 118).

Escolhemos entrevistar os editores de texto, porque entendemos que eles são peças-chave na engrenagem de construção da notícia em televisão. É um condutor responsável do que será destacado e noticiado pela linguagem utilizada para veiculação do acontecimento que vira notícia (RODRIGUES, 2016; TRAQUINA, 2016).

Entendemos que a tentativa de produzir uma reportagem compreensível para a maior parte do público começa ainda na seleção do que vai ao ar. Se não há como explicar, se não tem imagens, se não tem um especialista que esclareça, uma pauta pode não andar. Passa ainda pelo processo de produção, quando o produtor vai em busca de informações de especialistas, buscam um personagem que ilustre a matéria e documentos que ajudem na compreensão. Na rua, com o repórter e o cinegrafista há outra luta pelo didatismo, com a busca das melhores imagens, da fala ilustrativa e da explicação legitimada. Mas é ao chegar à edição que todas as peças são montadas como um quebra-cabeça e é a percepção e o olhar do editor que predominam, mesmo com muita influência do repórter e cinegrafista.

Wolf (1997, p. 259) destaca a importância desse profissional, o editor, e desse momento, a edição, quando registra que nessa fase de “confecção” e inclusão do noticiário dentro de um formato, anula-se os efeitos dos limites provocados pela produção para restabelecê-los dentro do desejo de refletir a realidade. É a recontextualização em limites definidos pela estrutura do noticiário, após necessária descontextualização e desmontagem dos fatos para sua apreensão. Acentua Wolf:

A edição destina-se, portanto, a dar uma representação sintética, necessariamente breve, visivelmente coerente e possivelmente significativa do objeto notícia: imposta pelas exigências e pelas técnicas de produção, transforma-se em algo diferente e a mais. Torna-se um modo de condensar, de focalizar a atenção em algumas partes do acontecimento e, presumivelmente, traduz-se numa semelhante de receber, decodificar e memorizar as imagens recebidas (WOLF, 1997, p. 260).

Como ressalta Vizeu (2014), é na edição que os profissionais de televisão vão recontextualizar o mundo dentro do formato, perfil e tempo estabelecidos pelo telejornal. Ocorre a reinserção dos acontecimentos, fatos e depoimentos na janela aberta para sua divulgação.

Todas as fases anteriores à produção e captação funcionam no sentido de descontextualizar os fatos do seu quadro social, histórico, econômico político e cultural em que são interpretáveis [...] na edição, dá-se justamente o contrário, recontextualizam-se os fatos num quadro diferente (VIZEU, 2014, p.106)

A importância do editor de texto também é destacada por Squirra (1995). Segundo ele, o editor é responsável pelo equilíbrio das informações que estão na reportagem, pela dosagem do diálogo da imagem com o texto, evitando que um se sobreponha ao outro e provoque ruído ou até incompreensão. É ele que com sua percepção observa a carga emotiva, exageros nos elementos visuais, auditivos que desequilibram o telejornal, afetam o telespectador e, geralmente, geram reações rápidas. O editor é responsável pelo “exercício das possibilidades de narrar uma história” (SQUIRRA, 1995, p. 95).

Barbeiro (2002) acentua que, apesar da pouca visibilidade, o editor tem um papel fundamental na montagem do que vai ao ar. É ele que reduz a “complexidade do real para torná-lo inteligível” na reportagem (BARBEIRO, 2002, p. 102). Porcello acrescenta que na edição são feitas as escolhas. Opta-se pelo que vai ao ar, por uma cena em detrimento de outra. É recorte, é fragmento. O desafio é escolher o certo, “com responsabilidade, critério, ética e, principalmente, honestidade” (PORCELLO, 2006, p. 146).

Para Bonner (2009), editor-chefe do *Jornal Nacional*, os editores são os profissionais que têm a missão de fazer com que a notícia seja contada aos telespectadores de maneira clara e interessante. “O bom editor determinará a ordem em que as informações de uma reportagem serão fornecidas ao telespectador de maneira a facilitar ao máximo a compreensão” (BONNER, 2009, p. 53).

Os editores, segundo Bonner, cuidam da forma e do conteúdo do material, avaliando a necessidade de inclusão de elementos da editoria de arte (ilustrações, animações, textos no vídeo), imagens de arquivo, controlam o tempo, encaixando o produto no espaço que foi previsto no telejornal.

Na análise de conteúdo, tentamos fazer uma descrição “sistemática” (BERELSON, 1952 apud BAUER, 2008; BARDIN, 2004; VELÁZQUEZ, 2011; GOMES, 2013) dos dispositivos didáticos nas reportagens dos telejornais. Os vídeos estão disponíveis na internet,

mas foram exibidos, originalmente, na televisão aberta nos dias 23, 29 e 30 de dezembro de 2014, 13 de janeiro de 2015, 17 e 18 de fevereiro de 2016 e 21, 23 e 24 de fevereiro de 2017.

A amostra para análise dos dispositivos foi de três matérias<sup>19</sup> por cada edição, com exceção de três edições do *JN*, em fevereiro de 2017, quando foram analisadas duas matérias por edição. As reportagens, predominantemente, versavam sobre decisões políticas, questões econômicas do país, decisões jurídicas, cotidiano das grandes cidades e divulgação de atos científicos. Entre os critérios de seleção também estava a estrutura. Entre os vários formatos que as notícias podem ter na televisão escolhemos, prioritariamente, as reportagens com seus três principais elementos: *off*, *passagem e sonora*<sup>20</sup>. São estruturas que envolvem muitos profissionais em várias etapas de produção (BARBEIRO, 2002; PATERNOSTRO, 2006). Há o envolvimento de produtores, cinegrafistas, editores de texto e imagem, videografistas e apresentadores. Como unidade de análise, a reportagem/matéria traz a representação de uma história completa, com uma estrutura narrativa com começo, meio e fim (COUTINHO, 2006).

Optamos pela análise de conteúdo porque acreditamos que a metodologia serve para estabelecer a lógica organizacional por trás das mensagens e para avaliar um volume de informação “cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com objetivo de fazer interferências lógicas sobre as mensagens” (HERSCOVITZ, 2002, p. 125). O método, como explicita Bardin (2004), permite a descrição interpretativa de mensagens com a utilização de técnicas para análise de significantes e de procedimentos nas comunicações. Segundo o autor, analistas de conteúdo tiram partido do tratamento das mensagens para deduzir, de maneira lógica, conhecimentos sobre o emissor da mensagem, sobre seu meio.

Num primeiro momento, foram selecionadas reportagens nas quais acreditávamos que os dispositivos didáticos estavam presentes. Por meio delas, iniciamos o processo de conceituação, interpretação e descrição de características, formas de aparecimento, regras e intenções, relações entre si. Usamos para isso procedimentos de inferência e categorização. Categorização que, como lembra Gomes (2013), pode ser realizada previamente, como pode surgir a partir da análise do material de pesquisa. Já a inferência, relata Gomes, quando deduzimos de maneira lógica algo do conteúdo que está sendo analisado. “A inferência é uma fase intermediária entre a descrição (enumeração de características do texto, resumida após tratamento analítico) e a interpretação (significação concedida a essas características)”

---

<sup>19</sup> Para efeito de esclarecimento, reportagem, matéria e VT (videoteipe) são usados com o mesmo significado.

<sup>20</sup> Off: texto narrado pelo repórter. Sonora: trechos de uma entrevista escolhidos para a reportagem (BARBEIRO, 2002; PATERNOSTRO, 2006). (BARBEIRO, 2002; PATERNOSTRO, 2006).

(GOMES, 2013, p. 90). Nessa linha, Bardin acentua que o objetivo da análise de conteúdo é “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência essa que recorre aos indicadores - quantitativos ou não” (BARDIN, 2004, p.40). Sobre a sequência e as etapas, resume:

Se a descrição (enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 2004, p. 41).

Nessa trajetória foram levadas em conta as unidades de análise: o uso das palavras, das orações, de expressões, dos recursos imagéticos e dos diálogos entre essas formas de expressões. As inferências, como deduções lógicas, vão nos permitir verificar as consequências que determinado enunciado provoca.

A análise se concretiza por meio do caráter descritivo e explicativo (VELAZQUEZ, 2011) porque nas matérias observamos os rastros da ação didática que o jornalista deixa no texto e na sua conseqüente relação com a imagem, com os grafismos, com as entrevistas de personagens e especialistas, para contribuir com a produção de um conhecimento acessível ao telespectador.

Num segundo momento, que começa a ser gerado na primeira etapa, também contabilizamos o aparecimento ou não dos dispositivos nas 24 reportagens. Buscamos interpretar alguns números que encontramos. Assim, empregamos, ao mesmo tempo, a análise quantitativa e qualitativa. Quantitativa, segundo Herscovitz (2002) com a contagem do “conteúdo manifesto” e qualitativa na avaliação do conteúdo a partir dos sentidos dos textos (semântica), símbolos, grafismos e imagens e seus efeitos. Sobre a metodologia, a autora destaca:

A análise de conteúdo pode ser empregada em estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios. Os pesquisadores que utilizam análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambigüidades (HERSCOVITZ, 2002, p. 127).

Sobre a escolha do objeto, destacamos que o *Jornal Nacional* foi escolhido porque é o telejornal de maior audiência no país, atingindo um público diário de milhões de pessoas e que afirma produzir notícias para um público de conhecimento médio (MEMÓRIA GLOBO,

2004; BONNER, 2009). As amostras (HERSCOVITZ, 2002; BAUER, 2008) escolhidas em dias aleatórios serviram para reforçar nossa hipótese de que esses procedimentos estão presentes no processo de construção do produto telejornalismo, em graus diferentes de aparecimento ou de forma complementar, a qualquer tempo, reportagem e edição de telejornal. Eles aparecem em maior quantidade ou menor, de acordo com a complexidade dos assuntos abordados.

Por meio de uma análise nas várias edições dos telejornais, verificamos que os dispositivos didáticos do telejornalismo aparecem em edições de telejornais diferentes ou nas mesmas reportagens. Também se completam, dialogam entre si. Não são operações excludentes e tentam entregar à audiência presumida o conhecimento de determinado fato ou acontecimento, decisões políticas ou econômicas. Nossa experiência na produção, reportagem e edição, permite levantar a hipótese de que muitas dessas ações estão naturalizadas na rotina, mas é com objetivo de colocar uma lupa e destacá-la do processo.

Na pesquisa para confirmação da hipótese da audiência presumida, Vizeu (2005) identificou o que nós ainda percebemos: os editores ainda tem uma “imagem construída” de seu público e menos certezas sobre quem é ele, apesar das várias pesquisas que algumas empresas realizam. No caso de Vizeu (2005), a busca era como a audiência era idealizada na definição sobre o que deveria ir ao ar. Já aqui, neste estudo, o olhar é sobre como a notícia escolhida, por meio de seus critérios, deve ser entregue, apresentada ao público, para ser compreendida em sua totalidade. O que, inevitavelmente, exige que jornalistas que participem do processo de produção imaginem quem é essa audiência e qual a capacidade que ela tem de absorver o conhecimento singular do jornalismo televisivo. Vejamos o que aconteceu no *JN*.

## **5.2 A ação didática no *Jornal Nacional***

Primeiro vamos ver como os dispositivos são vistos, construídos e descritos pelos editores de texto e, a partir de nossas análises, como aparecem no *Jornal Nacional*, quais são as características, sinais e traços que fortalecem nossas definições. Neste capítulo, unimos o resultado de nossa ação metodológica: relatos obtidos em entrevistas semiestruturadas, revisão bibliográfica e análise conteúdo de reportagens do telejornal.

Começamos com uma matéria veiculada no dia 23 de dezembro de 2014, quando a presidente Dilma Rousseff anunciou 13 novos nomes que iriam compor os ministérios<sup>21</sup>. O *off*<sup>22</sup>, do repórter Júlio Mosquera dizia: “A presidente abriu o Palácio da Alvorada para uma festa de confraternização com parlamentares governistas e os atuais ministros. Para muitos, foi um dia de despedida, já que não vão seguir nos cargos no segundo mandato de Dilma Rousseff” (MOSQUERA, informação oral de reportagem, 2014).

**Figura 6.** Chegada de carros oficiais à residência da presidente



Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

**Figura 7.** Clima de confraternização<sup>23</sup>



<sup>21</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/dilma-rousseff-anuncia-os-13-nomes-que-vaocompor-o-novo-ministerio.html>>. Acesso: 10 de janeiro de 2015.

<sup>22</sup> Parte da reportagem na qual o repórter lê texto escrito por ele ou por um editor, coberto por imagens feitas pelo repórter cinematográfico.

<sup>23</sup> Carros oficiais que chegam à residência da presidente, em Brasília, mostrando como começou e foi o clima em um encontro no Palácio do Planalto, antes do anúncio da saída e chegada de velhos e novos ministros. Clima de confraternização e despedida.

Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

Uma imagem mostra vários carros oficiais chegando à residência da presidente, outra de longe, que identifica um grande salão, com várias pessoas reunidas, em pé, aparentemente numa conversa informal. É uma espécie de nariz de cera, forma de escrita da linguagem jornalística que foi bastante usada antes da adoção do *lead* e que serve para introduzir o telespectador no ambiente antes de chegar ao ponto principal. A ambientação tem a ver com a descrição de locais, movimento e tentativa de descrever o clima do momento.

Na sequência temos: “A definição (escolha dos ministros) está sendo feita mesmo sem contar com a colaboração do procurador-geral da República. Nesta segunda-feira, Dilma Rousseff disse que antes de confirmar quem vai para os ministérios iria consultar Rodrigo Janot sobre políticos com envolvimento no esquema de corrupção”. Nessa parte do texto: “Ontem, Dilma Rousseff disse que, antes de confirmar quem vai para os ministérios iria consultar Rodrigo Janot sobre políticos com envolvimento no esquema de corrupção” (MOSQUERA, informação oral de reportagem, 2014).

Temos, logo no início, o que chamamos de **dispositivo didático de contextualização**. Ao afirmar que a definição dos novos ministros está sendo feita sem ajuda do procurador-geral, o repórter precisa explicar o motivo e, para isso, retoma, por meio do discurso indireto, uma fala dita no dia anterior pela presidente. A demarcação do momento temporal, com o uso da palavra *ontem* é essencial para dar sentido a contextualização. A imagem, resgatada do dia anterior, ajuda na compreensão porque mostra a presidente no momento que falou a frase.

Sem esse “resgate” de texto e imagem, o telespectador teria dificuldade de entender porque que Dilma queria contar com a colaboração de Janot. Vale lembrar que além do uso do discurso indireto, enunciadores<sup>24</sup> da reportagem resgatam a fala da presidente no dia anterior, numa espécie de confirmação do que foi dito. Foi incluído o seguinte trecho: “Eu vou perguntar o seguinte: há alguma coisa contra fulano que me impeça de nomeá-lo? Só isso que vou perguntar. Não quero saber o resto porque ele não pode me dizer” (MOSQUERA, informação oral de reportagem, 2014).

A contextualização, com resgate de fatos, de falas, ideias ou pensamentos dos personagens envolvidos, permite que o telespectador que não acompanhou a notícia, no dia anterior ou em dias anteriores, possa entender as ações e atos do momento que justificam a reportagem. Como qualquer escolha e seleção, a que é feita para contextualização também

---

<sup>24</sup> São considerados enunciadores para efeito deste trabalho, o produtor, o repórter, o editor de texto, de imagem, cinegrafista, videografistas. Profissionais que forma a equipe que constrói a reportagem que vai ao ar.

leva uma carga de sentido que pode gerar a parcialidade que se deseja, ou que muitas vezes, também não se deseja. Por isso, ao fazê-lo o jornalista tem como tarefa analisar os possíveis efeitos de sentido, caso queira, na contextualização, gerar a pluralidade que evita o tendenciamento natural da escolha. Segundo Rodrigo-Alsina (2009), a contextualização é uma forma de conferir sentido a um fenômeno.

Para o Editor 1, ao contar uma história, é preciso inserir *o outro* na realidade e essa exigência obriga que haja a contextualização, indo em busca de algo que explique o fato presente, ou a realidade de um local, de um momento. “Eu não posso abordar um assunto de Maceió supondo que São Paulo inteira vai entender qual é a minha realidade. E para isso eu preciso contar uma historinha para contextualizar aquele assunto” (Editor 1, entrevista realizada dia 24.01.2017).

A contextualização, para o Editor 2, amplia a possibilidade de compreensão do telespectador. Ela usou como exemplo o número de mortes que precisa ser dado em um momento. Mesmo com a pressão do tempo da televisão, é preciso incluí-las dentro de um contexto. “Eu tenho dez mortes no fim de semana em Natal, se eu não souber qual é o parâmetro que eu tenho para dizer se isso é alto ou é baixo; então eu tenho que contextualizar” (EDITOR 2, entrevista realizada dia 25.01.2018), explica.

O Editor 4 entende que a contextualização traz uma carga essencial de informação para o entendimento do conteúdo telejornalístico. Na prática, segundo ele, na edição, é preciso pressupor, sempre que o telespectador está vendo a reportagem sobre um fato pela primeira vez. Então, “quando o assunto é abordado, eu preciso localizá-lo, situá-lo naquele momento para que qualquer pessoa, independentemente de ter visto, lido algo sobre o assunto, entenda o que está se falando” (Editor 3, entrevista realizada dia 28.01.2018). O jornalista lembra que parece óbvio, mas, muitas vezes, falta iniciativa de profissionais da redação, seja por causa do tempo, seja por desatenção.

Rodrigues (2016) lembra que no processo de enunciação, no qual está inserido o acontecimento discursivo e sua contextualização, além dos valores de verdade e falsidade, “de adequação ou não do estado de coisas do relatado” (RODRIGUES, 2016, p. 56), também estão subordinados valores de clareza ou obscuridade da exposição. E, de acordo com os editores, a contextualização funciona como ferramenta para remover possíveis obstáculos ao entendimento.

Uma outra questão, segundo o Editor 3, é que a audiência, nos últimos anos, também vem determinando até esse grau de contextualização. A falta dela, ou uso inadequado,

produzindo sentidos unilaterais, não só geram incompreensão e entendimento inadequados como provocam reações no público que agora questionam nas redes, fazem interferências e provocam mudanças de abordagem e comportamento. Registra:

Eu acho que é uma exigência que a gente tem. A gente está sendo muito mais policiado. Policiado no sentido de que a informação que a gente dá, ela está disponível e ela está sujeita às críticas; muito mais rigor. Ou hoje, por causa das redes sociais, as pessoas têm mais possibilidades de criticarem o que você faz. E isso é ótimo, porque a gente tem um retorno. E muitas vezes a gente muda, por causa da observação que alguém viu. “Ah, vocês só falam nisso por causa disso. Só estão favoráveis ao prefeito, só estão favoráveis ao governador”. Você até contextualiza para dizer: “Não, a gente quer mostrar mesmo o que está acontecendo”. Eu acho que contextualizar é sempre importante, mas eu acho que é uma necessidade dos dias atuais, com mais força (EDITOR 3, informação concedida em 28.01.2018).

A fala da presidente Dilma na mesma reportagem também se enquadra no que chamamos de **dispositivo didático de complementaridade**. Ou seja, o recorte feito na edição da sua entrevista *complementa* o discurso indireto do repórter. Artifício, no telejornalismo, tem vários objetivos: ganhar tempo, introduzir a fala de alguém para complementar uma afirmação, mas também um mecanismo que mantém ritmo na reportagem. Afinal, evita quebras, explicações que dispersem o telespectador e amarra de maneira uníssona o texto do repórter e a fala do personagem. Geralmente, esse tipo de mecanismo é operado na ilha de edição, quando na narração do repórter há um ponto de corte que facilite a união, ou quando o texto é feito com a entrevista decupada (fala transcrita).

Para o Editor 1, além da legitimidade e credibilidade, às explicações, as sonoras complementares dos especialistas dão um “suspiro” à matéria. Segundo ele, quando uma matéria com muito texto do repórter acaba se tornando monótono, facilitando a dispersão e, de alguma forma, prejudicando o entendimento. “Quando a gente ouve outro tom de outra voz, isso já alerta o telespectador de uma outra forma. Isso já dá um outro senso, já desperta o próprio telespectador de uma outra forma, então é importante demais” (EDITOR 1, entrevista concedida 24.01.2018).

Na complementaridade, não há repetição de informação, de palavras, mas o texto do repórter dialoga com a sonora, criando um ritmo e uma harmonia. Na ordem, vem o discurso indireto do enunciador e, em seguida, o trecho complementar. Em geral, uma fala forte, assertiva. Trechos de sonoras como esse, complementares, são escolhidos pelo repórter na rua, ou pelo editor no processo de seleção das partes representativas, já com todo material bruto na emissora. É o testemunho de observadores privilegiados, de um especialista ou de

um perito, marcado pela “pretensão de uma competência específica e pelos valores fiduciários que lhe estão intimamente associados” (RODRIGUES, 1994, p. 152). Adiante, veremos mais exemplo do dispositivo de complementaridade.

Nesse mesmo texto, também identificamos o que chamamos de **dispositivo didático de reforço**. Vejamos parte do *off*: “A presidente Dilma Rousseff anunciou que o PMDB vai ganhar *mais um* ministério. Hoje *o partido tem cinco e vai passar a ter seis*. Para o Ministério de Minas e Energia, irá o senador Eduardo Braga, atual líder do governo no Senado” (MOSQUERA, informação oral de reportagem, 2014). Nesse caso, observamos que é só um reforço do que já foi dito. Se o PMDB vai ganhar mais um ministério e tem cinco, é óbvio que terá seis. Por que, então, a nova frase “vai passar a ter seis”? Nesse tipo de situação, para evitar que o telespectador precise, na instantaneidade do momento, fazer conta, mesmo simples. O resultado é revelado de maneira mais evidente possível, mesmo correndo o risco da repetição de ideia, redundância, que é muitas vezes evitada no telejornalismo por causa da preocupação com o tempo de cada reportagem. Neste caso, especificamente a informação foi dada pelo repórter na *passagem*<sup>25</sup>, com um elemento extra: a entonação da fala.

A repetição de pontos principais, números, dados, palavras e estruturas de fala aparecem nas várias estruturas da reportagem de televisão. Pode acontecer na *cabeça*<sup>26</sup> e em seguida no *off*<sup>27</sup>, ou no *off* e em seguida na *passagem*. Bem como na *passagem* e na *nota pé*<sup>28</sup>, também é comum esse reforço aparecer nas sonoras. Nesse caso, a sonora não só serve como uma complementação (como vimos), mas como forma de reforçar o que foi dito pelo repórter repetindo números, expressões, decisões, frases de impacto, como veremos adiante, com outros exemplos.

Em reportagem exibida na edição do dia 30 de dezembro de 2014 sobre as novas regras de benefícios previdenciários e trabalhistas, que vão reduzir gastos em quase R\$ 20 bilhões<sup>29</sup>, foi preciso recorrer ao que chamamos de **dispositivo didático de exemplificação**. O recurso foi utilizado para fazer com que a informação colocada anterior ao aparecimento do

<sup>25</sup> Sonora: trechos de uma entrevista escolhidos para a reportagem (BARBEIRO, 2002; PATERNOSTRO, 2006).

<sup>26</sup> Parte da reportagem lida pelo apresentador do telejornal. É usada para introduzir o assunto, destacar o fato principal da reportagem.

<sup>27</sup> Texto que é lido pelo repórter e que é coberto por imagens.

<sup>28</sup> Parte da reportagem que traz informação complementar que, por algum motivo, não foi incluída na *cabeça*, *off*, *passagem* e *sonora*. Geralmente é lida pelo apresentador ou pelo próprio repórter em entradas ao vivo depois da matéria.

<sup>29</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/novas-regra-de-beneficios-vai-reduzir-gastos-em-quase-r-20-bilhoes.html>> Acesso: 10 de janeiro 2015.

mecanismo seja ainda mais detalhada; com um exemplo mais próximo da realidade do telespectador. É uma tentativa de mostrar como as regras, leis, determinações, normas vão funcionar ou estão funcionando. Vejamos o texto da repórter Cláudia Bomtempo:

O Tribunal de Contas da União vem identificando irregularidades e falhas nos cadastros de beneficiários como pagamentos indevidos ou em duplicidade e valores incorretos. O próprio governo aponta distorções na concessão desses benefícios, como, *por exemplo*, a quantidade de viúvas jovens recebendo pensão por morte até o fim da vida. São concedidas quase 50 mil novas pensões por ano às viúvas com menos de 44 anos (BOMTEMPO, informação oral de reportagem, 2014).

Observamos que para dar mais clareza sobre os pagamentos indevidos e distorções, o jornalista de maneira didática, inclusive com o uso de conectivos, expressões ou palavras que abrem caminho para uma explicação mais detalhada, como: *por exemplo*, *como é o caso de*, algumas vezes, recorre ao condicional *se* para apresentar um exemplo hipotético.

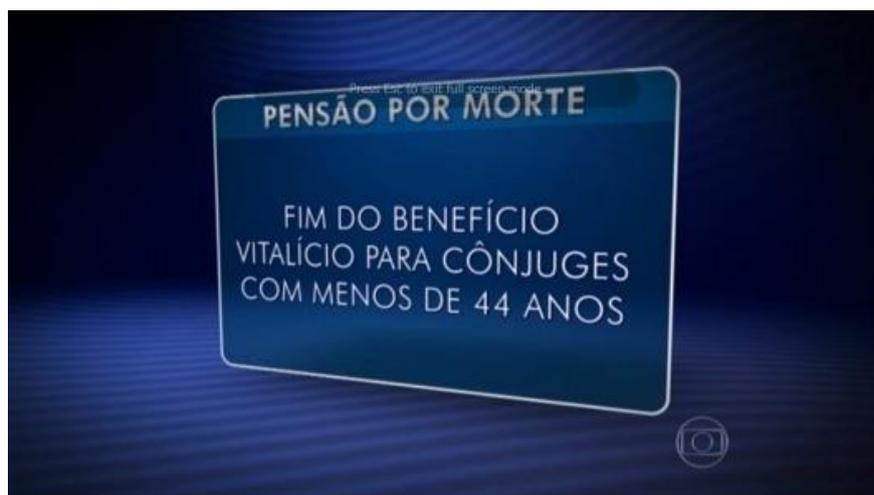
Na mesma reportagem, encontramos outra maneira de aderir a uma exemplificação, mas não com uma situação real, com um exemplo hipotético. Ao dizer que a partir daquela data o cônjuge, companheiro ou companheira com menos de 44 anos de idade terá o benefício por tempo determinado, com variação de três a quinze anos, dependendo da idade, com diminuição do valor da pensão, os enunciadores foram em busca de exemplos do cotidiano, que podem produzir uma *simulação*, a partir das informações.

É comum o uso de exemplos hipotéticos com uso de artes gráficas ou caracteres escritos sobre uma imagem. Ou até o uso de pessoas reais, mas também como um exemplo hipotético que pode ser aplicado na realidade cotidiana. Em um dos trechos da reportagem que elenca quais serão as novas normas, o texto diz:

*Por exemplo*, uma viúva de 30 anos, com dois filhos menores, vai receber 50% do valor da pensão. Ela e cada dependente terão direito a mais 10% do valor do benefício. A pensão será paga a ela por nove anos, de acordo com a faixa etária. Ao fim desse período, ela deixa de receber os 10%. O restante continua a ser pago, mas para os filhos (BOMTEMPO, informação oral de reportagem, 2014).

As figuras abaixo (8 e 9) mostram que foi usado um texto com informações em tópicos; em outro momento, a regra foi adaptada para um exemplo hipotético de uma viúva de 30 anos, com dois filhos menores. Neste caso, com uso de bonecos virtuais.

**Figura 8.** Arte gráfica - Pensão por morte



Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

**Figura 9.** Exemplo hipotético<sup>30</sup>



Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

As ilustrações e exemplos são simplificadores e generalizadores, por isso, bastante usadas em reportagens que objetivam descomplexificar medidas econômicas, leis, normas e decisões de governo, legislativas ou do judiciário que tenham repercussão para o grande

<sup>30</sup> Sequência de artes usadas para mostrar quais são as novas regras para aposentadoria e pensão e para ilustrar a simulação de um caso que poderia ser real, de uma mulher com dois filhos. A arte e a história simulada substituem um possível personagem.

público. Em tese, é a tentativa de trazer as decisões para a linguagem comum e facilitar o entendimento. Alguns especialistas criticam essas simplificações porque, segundo eles, podem gerar interpretações erradas e, de alguma forma, distorcer o entendimento. Em geral, para evitar, a equipe que produz tem o apoio de um especialista. É importante ressaltar que para usar uma exemplificação distorcida, esse processo pode ser usado com outros, como o de personificação, que veremos mais adiante.

No caso da reportagem veiculada dia 29 de dezembro de 2014, no qual o governo anunciou o aumento do rigor na concessão de benefícios sociais, foi usado o que chamamos de **dispositivo didático de descrição em arte**<sup>31</sup>.

Parte do texto do repórter passa a ser copiado e inserido em uma arte na tela. Recorre-se ao processo para tentar aliar leitura e audição. Quando a quantidade de informações, como regras, é grande, recorre-se ao visual para ajudar o telespectador na concentração e no entendimento. Pesquisas sempre mostraram a dispersão do público de televisão, muitos assistem um telejornal fazendo outra coisa em casa (SQUIRRA,1995). Quem tiver interesse naquelas informações, vai ter não só a tentativa do repórter de tornar o texto mais simples, por meio da oralidade, como vai ter o recurso visual.

O recurso é usado cada vez com mais frequência em reportagens em que a quantidade de informações técnicas é muito grande, mas é essencial que elas sejam dadas. Com dificuldade de explicar determinados assuntos, com inevitável inserção de números, prazos e regras, editores dos telejornais recorrem cada vez mais ao departamento de arte para inserir artes animadas ou não, com parte do texto que está sendo descrito pelo repórter.

São também resumos de ideias e frases, resumidas em tópicos, que entram na tela no mesmo momento da narração do repórter. O mecanismo se assemelha a uma leitura acompanhada feita pelo telespectador, que pode auxiliá-lo mais facilmente na compreensão. Visto que, como dissemos, ao mesmo tempo, visão e audição estão sendo acionados e isso pode facilitar o entendimento do telespectador.

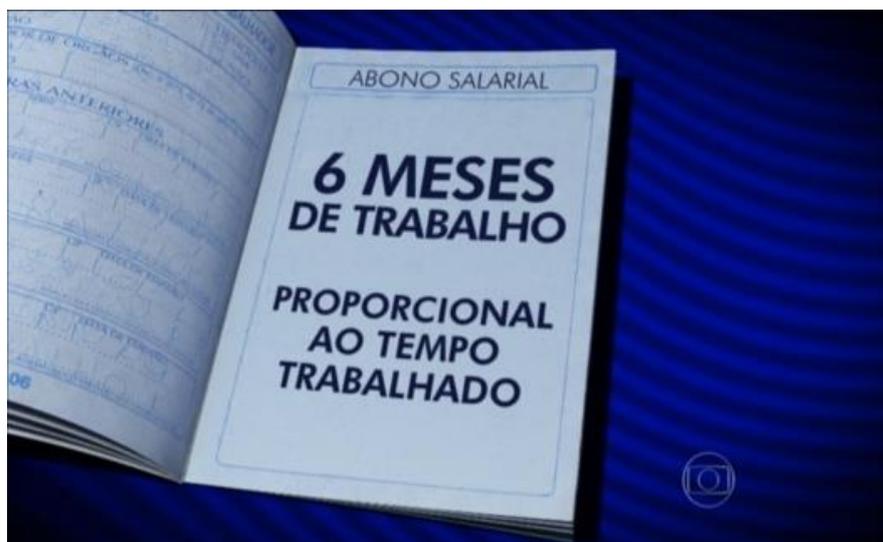
O recurso é usado em vários trechos da reportagem, entre eles, esse que diz que: “O seguro-desemprego só será pago após um ano e meio seguido de trabalho e não mais após seis meses. Na segunda solicitação, a exigência de tempo trabalhado cai para 12 meses e na terceira, seis meses” (BOMTEMPO, informação oral de reportagem, 2014b).

---

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/governo-anuncia-aumento-do-rigor-na-concessao-de-beneficios-sociais.html>> Acesso: 20 de janeiro 2015.

Também foi usado o mecanismo, mas com outra arte, ou base, o momento em que a repórter diz como um dependente recebe a pensão por morte.

**Figura 10.** Regras são descritas em arte, com tópicos que resumem o *off* do repórter. Frases ditas com pausa necessária para aparecimento em sincronia do texto.



Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

A escolha de uma arte, apesar de poder ser pensada ainda na pauta, é na edição que a necessidade é confirmada, depois das primeiras impressões sobre a capacidade do conteúdo ser compreendido.

Então o editor vai ver os recursos visuais que ele vai poder colocar, um gerador de caracteres, trabalhar uma arte ali, pra inserir em um local, não é? De repente, ah não, tem uma imagem que pode contar melhor essa história, faz um gráfico, não é? Então algumas coisas ali que o editor pode colocar na matéria e que vai enriquecer o trabalho do repórter. (EDITOR 2, entrevista concedida em 25.01.2018).

Os assuntos burocráticos de áreas com linguagem técnica, exigem arte, registra o Editor 1. Segundo ela, quando o assunto é complicado e chato, você pode brincar com os números na tela. Também pode usar numa passagem diferente de um repórter. A ressalva que faz é que o resultado fica melhor se a proposta for pensada antes, com a equipe conversando e afinando. Reforça:

De modo que você diga: “olha, eu estava pensando em fazer assim, tu grava tua passagem com espaço para arte do lado, em locais que têm mais recursos”. Você pode até criar uma arte mais sofisticada, que faça a pessoa

se prender naquele conteúdo, não só números, mas desenhos também, né? (EDITOR 1, entrevista concedida em 24.01.2018)

O Editor 4 destaca que o departamento de arte ganhou espaço de protagonismo na redação. Na empresa onde ele trabalha eram 2 editores de arte há menos de dois anos, agora são seis. Os profissionais ficam num espaço próximo da redação, onde é possível manter contato direto. Para ele, o avanço tecnológico permitiu o aperfeiçoamento e o fim da era amadora no uso de letras, gráficos, imagens e simulações no telejornalismo. Como esses recursos ajudam a contar uma história, seja com imagem ou não, estarão cada vez mais presentes na produção de um telejornal. “Ela (a descrição em arte) é essencial para uma matéria sobre a Lava Jato ou sobre a zika” (EDITOR 4, entrevista concedida em 29.01.2018).

O Editor 3 reconhece o papel didático das artes e sua importância no telejornalismo da atualidade, que tem recursos tecnológicos de sobra para contar uma boa história, mas ressaltava sobre o uso em excesso. Acredita que se não tiver limite, ao invés de ajudar na compreensão, provoca ruído.

Eu acho bacana, mas eu acho que tem que saber fazer. O *Jornal Nacional* dispõe de profissionais e de recursos que o repórter sai, deve ficar três, quatro dias numa matéria ali para o *JN*, que tem arte, que tem um milhão de recursos didáticos para explicar. Nem todo mundo tem essa ferramenta, né, para contar a história. Ah, e assim: eu acho que você pode usar, mas tem que tomar cuidado com o excesso. Inclusive, porque se você não tiver o recurso necessário, pode provocar o efeito inverso, um ruído, dá uma sensação de amadorismo. “Ah, que coisa mais amadora, mais malfeita, mais tosca!”. Então eu prefiro ir em uma cartilha mais conservadora, mas que não corra o risco de truncar a informação que você está tentando colocar no ar (EDITOR 3, entrevista concedida em 28.01.2018).

### 5.2.1 Detalhamento e interpretação de fala

Nossa segunda amostra são reportagens exibidas nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2016. Nelas identificamos outros dispositivos didáticos. O jornalista, em especial o telejornalista, por causa do grande público que atinge, é um dos agentes sociais responsáveis pela recontextualização e ressignificação de linguagens. Linguagens que têm circulação fácil e acessível entre os membros de determinadas profissões e áreas de conhecimento, como ocorre no meio jurídico, econômico e no meio científico. A questão é que muitas vezes conteúdos importantes dessas áreas precisam chegar de maneira clara e compreensível ao público. Em geral, aquele que não domina os códigos e os mapas conceituais (HALL, 2016) que estão naturalizados, bloqueando o entendimento da mensagem de maneira total ou

parcial. Rodrigues (1994) lembra que a comunicação consiste, fundamentalmente, nos processos de codificação e decodificação corretamente efetuados: “Isto é realizado de acordo com as regras sintáticas e semânticas do código comum, utilizado pelos interlocutores” (RODRIGUES, 1994, p. 141).

No caso da linguagem jurídica, jornalistas tentam traduzir o “léxico dos tribunais”, ressignificando e ajudando a audiência. Isso se faz extremamente necessário numa decisão importante, por exemplo, na qual uma legislação é alterada e que de maneira direta afeta a população.

O jornalismo, que cumpre uma espécie de fiscalizador dos Poderes e tradutor das ações desses Poderes, apropria-se das linguagens e códigos que podem dificultar a comunicação com um público amplo. Porém, as reconduzem na direção do entendimento. Para isso, recorre a um texto supostamente mais claro, com nível de tradução e detalhamento que permita a audiência presumida entender tudo, ou o máximo, nesse processo de decodificação. Uma operação não só linguística-social, um cuidado inerente à função pedagógica do telejornalismo (VIZEU, 2009).

No dia 17 de fevereiro, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) tomou uma decisão que, segundo a imprensa, provocaria uma revolução na Justiça Brasileira. É que o plenário do Supremo entendeu que quando um réu for condenado por um crime e essa decisão for confirmada pela segunda instância da Justiça, ele deve ser preso, mesmo que ainda caibam recursos em cortes superiores (NETO, 2016)<sup>32</sup>.

**Figura 11.** Entrada ao vivo: Plenário do STF



Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

<sup>32</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-%20nacional/noticia/2016/02/condenados-devem-comecar-cumprir-pena-imediatamente-diz-stf.html> > Acesso: 20 de abril 2016. Repórter Vladimir Neto.



**Figura 12.** Repórter Vladimir Neto<sup>33</sup>

Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

O *Jornal Nacional* noticiou a decisão minutos depois dos juízes concluírem a análise do processo que a gerou. Numa *entrada ao vivo*<sup>34</sup>, o repórter recorreu aos sentidos comuns gerados pelas representações do campo jurídico e aos vários operadores didáticos da linguagem jornalística (VIZEU; CERQUEIRA, 2015) para interpretar a decisão, de maneira que fosse entendida com mais facilidade. Vale ressaltar ainda que, como era uma entrada ao vivo e de uma decisão recente, não se utilizou nenhum recurso gráfico ou de imagem para ajudar na interpretação da decisão. Apenas a reconstrução da decisão pelo repórter e um trecho da decisão de um dos magistrados.

Primeiro, o enunciador utiliza **dispositivo didático de contextualização**, que vimos acima na primeira reportagem analisada. Como na primeira aparição, foi necessário buscar um fato anterior ao atual para explicar de maneira mais clara o episódio. No texto, o repórter recorre a um entendimento que o STF tinha antes de aprovar a nova legislação. Dizia o texto: “o STF entendia que o réu só poderia ser preso depois do trânsito em julgado do processo”. Em seguida, recorre a uma explicação mais clara do que seria trânsito em julgado, ou seja, explica o repórter, quando não houvesse mais nenhuma possibilidade de apresentar um

<sup>33</sup> Figuras 11 e 12: entrada ao vivo do repórter Vladimir Neto e plenário do Supremo Tribunal Federal quando a Corte tomou decisão de prender condenados em segunda instância.

<sup>34</sup> Quando o repórter participa do jornal no momento em que o telejornal está sendo exibido.

recurso. O retorno ao fato que demarca um contexto e a volta ao atual é um dos recursos para evitar a incompreensão total ou parcial da mensagem.

Na sequência, o jornalista continua em busca de códigos linguísticos e expressões que permitam ressignificação do teor da decisão e que pressupõe estar presente no acervo de conhecimento (SHUTZ, 2003) da sua audiência. Lembra, por exemplo, que a decisão do Supremo foi tomada em um caso concreto, não tendo repercussão geral. Com o que chamamos de **dispositivo didático de detalhamento**, explica que, nesse caso, não é obrigatório que todos os tribunais sigam essa decisão. Ou seja, a decisão não unifica o resultado de julgamentos por todo país e que, como é o entendimento do Supremo, quando um caso semelhante chegar lá, o STF vai determinar que a decisão seja seguida.

O jornalista recorre a uma parte do trecho da decisão de um ministro para ratificar a interpretação que deu sobre as consequências da decisão da Corte. Em um dos trechos o ministro diz que o STF não aceitava presunção de inocência de uma pessoa condenada que não para de recorrer. “A prescrição, nesse caso, também fica disfuncional, como destacou o eminente procurador, se o réu não é preso após a apelação. Porque depois da sentença, o primeiro marco é o início do cumprimento da pena” (NETO, informação oral de reportagem, 2016a).

Ao interpretar o trecho o repórter afirma que o ministro disse que a decisão é uma forma “combater os excessos de recursos para dificultar a execução da pena” (NETO, informação oral de reportagem, 2016a).

Em reportagem sobre o mesmo assunto, dia 18 de fevereiro de 2016<sup>35</sup>, o jornal adota um tom ainda mais professoral para explicar como a decisão da STF vai afetar a sociedade. Isso acontece porque, nesse caso, usa exemplos de casos reais, artes e especialistas que buscam interpretar o impacto da decisão para o Sistema Penitenciário do país (NETO, informação oral de reportagem, 2016b).

No resgate da decisão, recorre ao dispositivo **didático de detalhamento**, fazendo duas lembranças: uma que a decisão de segunda instância é uma decisão tomada não só por um juiz, mas por um colegiado, por um grupo de juízes; e também lembra, por meio de uma arte, quais são as instâncias da Justiça. Ou seja, que após a segunda instância tem o STJ e STF e que não só o réu pode recorrer, mas também o Ministério Público.

Para o Editor 1 a busca pelo detalhamento é um trabalho coletivo, que começa ainda na produção na escolha de locais para gravação, personagens e busca de documentos que

---

<sup>35</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/veja-o-que-muda-com-decisao-do-stf-sobre-cumprimento-de-pena-de-prisao.html> > Acesso: 20 de abril 2017.

fundamentem a pauta. O repórter tem autonomia para realinhar, readequar e usar as estruturas que achar conveniente. Na edição começa outro processo.

Aqui a gente sempre tenta conversar para que o material atenda. Mas já aconteceu do repórter ir para a rua e voltar uma coisa que você olha assim e diz: *Tá bom, mas não tá bom o suficiente ou poderia ser muito melhor.* E aí, aqui o editor tem autonomia total do conteúdo final. Porque o objetivo do repórter, qual é? É entrar no ar. E o meu objetivo enquanto editora é fazer com que o material entre no ar da melhor forma que ele puder. O que me dá a liberdade de mudar um texto para que ele fique melhor. Ou às vezes o repórter me traz um material que tá muito bacana, mas não tá no perfil do *JN*. E aí eu tenho a liberdade de, vamos mudar, esse *off* aqui eu posso diminuir, esse eu posso aumentar (EDITOR 1, entrevista concedida em 24.01.2018)

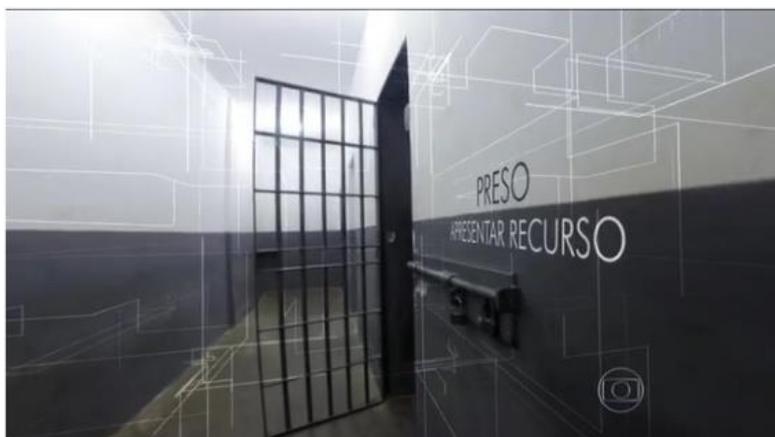
O Editor 2 também destaca o papel de mediação e de definição do editor de texto. Como primeiro leitor do que o repórter escreveu, fora do ambiente do fato e sem a contaminação das emoções de quem esteve com personagens, que sentiu o clima, o editor racionaliza o material, colocando no formato. Ela lembra que além de trabalhar com a questão do conteúdo, ele vai ter que trabalhar com a questão do tempo destinado para matéria, para ela ficar objetiva, concisa e direta, “atender as questões jornalísticas, e ver as ferramentas que ele vai ter ali, fora texto e imagem” (EDITOR 2, entrevista concedida em 25.01.2018).

**Figura 13.** Fala do ministro é usada para repórter detalhar



Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

**Figura 14.** Arte feita nas paredes de uma cadeia



Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do JN.

Depois de contextualizar a decisão, como fez na entrada ao vivo, o repórter também recorre ao **dispositivo didático de exemplificação**. Diferentemente do que aconteceu na exemplificação dada na matéria sobre as mudanças nos benefícios sociais, analisada acima, aqui foram utilizados casos reais, não foram usados exemplos hipotéticos.

Um dos exemplos reais foi o de que, por conta de recursos em várias instâncias, um réu que confessou ter matado a namorada só foi preso 11 anos depois de cometer o crime. Mesmo sendo condenado em segunda instância, bem antes. Isso gerou a sensação de impunidade que a reportagem parecia querer mostrar quando usou o exemplo concreto e real. É importante destacar que a exemplificação pode se confundir como a utilização de personagens. Os personagens, em sua essência, são um exemplo, mas cumprem uma função muito maior que a do exemplo. É o que veremos agora.

Foi o que aconteceu na edição do *Jornal Nacional* do dia 23 de fevereiro de 2017, quando o repórter Hélder Duarte fez uma reportagem sobre os números dramáticos do mercado de trabalho, apresentados pelo IBGE<sup>36</sup>. “No fim de 2016, mais de 24 milhões de brasileiros estavam desempregados ou trabalhavam menos horas do que gostariam” (DUARTE, 2017). Outros números também foram destacados como: “No último trimestre, a taxa que mede o percentual de pessoas que não foram aproveitadas no mercado chegou a 22,2%, ou mais de 24 milhões de pessoas. Em um ano, o aumento foi de 31%” (DUARTE, 2017). Para tornar essa realidade mais próxima, o jornalista recorreu à personificação dos

<sup>36</sup> Disponível em:< <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/ibge-mostra-numeros-dramaticos-do-mercado-de-trabalho-em-2016.html>>. Acesso: 25 de março de 2017.

números, com a história de uma pessoa que se enquadra naquela realidade que se deseja apresentar. É o que chamamos de **dispositivo didático de personificação**.

O jornalista começa a matéria recorrendo à representação social (MOSCOVICI, 1978; GUARESHI, 2016) do homem, o provedor da família que, em tese deveria estar no trabalho, mas no caso de Flávio, seu personagem, estava: “Em casa, numa quinta-feira à tarde, cuidando das crianças e das plantas. Um trabalhador jovem – 36 anos – pai de duas filhas e com muita vontade de vencer” (DUARTE, 2017). Ele é tratado como um dos milhares de brasileiros que estão desempregados e há algum tempo procuram trabalho. Para reforçar o sacrifício e busca, lembra que um ano antes o *Jornal Nacional* fez entrevista com ele e o jovem já estava sem emprego. “Desde o momento que eu saí começou a minha busca incessante, indo até à porta de empresas, mesmo. Dar o currículo, mas a resposta até agora é nenhuma”, disse à reportagem.

As consequências do desemprego na vida do personagem também são usadas como referência. “Perdi meu emprego há um ano e meio e de lá para cá tudo virou uma bola de neve, contas e por aí vai. A sensação de impotência é grande, porque você já teve condições de arcar com o mínimo e hoje você não consegue. Quer dizer, tem que cortar o básico, às vezes. Isso aí é muito ruim”, diz Flávio.

O uso de personagens é comum para exemplificar e tornar números, resultados de pesquisas e estudos em algo mais próximo do real, do dia a dia. É um mecanismo que jornalistas chamam de humanização, numa tentativa de aproximação e identificação com o telespectador. Segundo Coutinho (2006), é possível identificar a existência de personagens de forma latente ou manifesta. Para ela, “o papel representado por cada um deles na representação dos fatos é investigado tomando como matriz os modelos e estereótipos comumente presentes em obras dramáticas” (COUTINHO, 2006, p. 100).

Mas, a nosso ver, tem também uma relação direta como a tentativa de explicar de maneira mais clara, mais simples e didática os dados e os resultados da pesquisa do IBGE:

Entre 2014 – no início da crise – e 2016, dobrou o número de pessoas que não conseguiam achar emprego há pelo menos um ano. E tem ainda mais gente no grupo dos que procuram há pelo menos dois anos. No geral, os mais afetados pelo desemprego no ano passado foram os jovens entre 18 e 24 anos, as mulheres e aqueles que se declararam pretos – como são classificados pelo IBGE – e pardos (DUARTE, informação oral de reportagem, 2017).

Além de Flávio, outro personagem é usado no processo de representação. Neste caso, uma mulher "forte" que cuida dos filhos, sozinha, e encontra neles a firmeza para continuar

esperançosa. Não há referência se ela é casada ou solteira, o que dá a entender na sua fala que ela é como milhares de brasileiras: precisam cuidar dos filhos, sozinha.

"Contadora, trabalhou 12 anos numa grande empresa, tinha um bom salário até ser dispensada há um ano e três meses. Hoje, ela busca nos filhos a força para não desistir. 'Eu sinto muita falta de trabalhar. Trabalhei minha vida inteira. Então eu tenho esperança, acredito que as coisas vão melhorar. Eu não vou desistir. Fechou uma porta para mim, mas tenho certeza que outra vai se abrir em algum momento'" (DUARTE, informação oral de reportagem 2017).

Como milhares de brasileiros que estão na mesma situação, é inevitável que o personagem ajude a gerar um mecanismo de identificação que, como lembra Ferrés (1996), é essencial na eficácia socializadora nos modelos de aprendizagem que são modelos potenciais extraordinários. "Seu atrativo e sua capacidade de suscitar processos de identificação provocarão que incidam mais ou menos na conduta dos observadores" (FERRÉS, 1996, p. 109).

Os personagens são elementos do trabalho de narrativa do jornalismo, afirma Rodrigues (1994). Explica: "É o próprio discurso do jornalista que enquadra as personagens da narração, assumindo o estatuto de enunciador ou de narrador pressuposto e, pela mesma ocasião, construindo a teia de relações actanciais que confere sentido às ações narrada (RODRIGUES, 1994, p. 154).

A identificação e a tradução proporcionada pelo uso do personagem ajudam na compreensão dos fatos. É o que pensa o Editor 1 do *JN*. Para ela, o personagem é essencial. Explicar assuntos difíceis com histórias reais, segundo ela, ajuda a dar a dimensão ao fato, a uma decisão que precisa ser relatada:

O personagem é o que salva o jornalismo, porque é a pessoa que vai traduzir o assunto que está sendo falado. E você que está em casa, como telespectador, você gosta de ver que tem outra pessoa naquela situação, e você compreende mais o outro e o assunto vendo como é que o outro leva essa situação. Vendo que não é só você que não gosta de tal assunto, que está passando por um problema ou não está. Toda matéria tem um personagem. Seja ele o personagem simples, o personagem pessoa, vamos dizer assim, aquele que está no dia a dia da vivência, ou seja, um personagem político, um especialista, todos eles contribuem, todos eles vão dar a dimensão do assunto que está sendo abordado (EDITOR 1, entrevista concedida em 24.01.2018)

De acordo com o Editor 1, os personagens são elementos que ajudam na compreensão e representam "um todo" que precisa caber no tempo do telejornal.

Se a gente for falar, de repente, de algum assunto que a pessoa que está em casa precise se identificar ou precise se sentir representada, o personagem vai cumprir esse papel. Se a gente está falando de atraso de salário de pagamento de funcionário público, na hora que eu entro com um personagem, uma pessoa falando de sua dificuldade, falando que está atrasando as contas por causa disso, falando de seu drama pessoal, aquela outra pessoa que está em casa passando por essa situação, ela vai se identificar e vai gerar uma empatia do público com a reportagem e, obviamente, prende a atenção, gera um interesse, enfim, desencadeia todo um processo aí que o jornalismo precisa cumprir (EDITOR 2, entrevista realizada em 25.01.2018).

Para o Editor 3, o personagem é ponte entre a vida real e o relato a ser contado porque contar a história a partir do olhar de alguém é mais compreensiva. É a ação que tem cara e corpo. É a atitude que possui gesto ou uma decisão equivocada ou certa. Serve como exemplo e por ele é mais fácil apresentar um problema e uma solução.

Há quem diga que o personagem tem como função principal humanizar o fato, ou seja, desloca a história do campo da interpretação para vivência de fatos, episódios e decisões. O Editor 4 entende a humanização com as personagens como um recurso didático para contribuir com o processo de compreensão. Opinião compartilhada com o Editor 3:

Uma história sem pessoas é muito esquisita... Eu acho que conversar com uma pessoa que tenha uma história pra contar, eu acho que isso torna a tua reportagem muito mais interessante. Até porque você vai atrair as pessoas que estão vendo o jornal. São daquele bairro, são vizinhos daquela pessoa. Você já vai atrair o olhar de quem está em casa [...] torna mais leve o material que você tá contando. Mudou muito, né? As entrevistas eram todas polidas, com os engravatados. Hoje, não. Hoje a gente começa com a pessoa dando uma gargalhada, a gente pode começar a reportagem com uma sonora gargalhada ou um choro. E eu acho que isso humaniza. Torna as histórias da gente mais humana, mais próximas de todos nós (EDITOR 3, entrevista concedida em 28.01.2018)

Em estudo sobre como os acontecimentos se transformam em notícia, Gultugn e Ruge (2016) trazem a personificação como uma das motivações para esse movimento. Ele se refere à personificação de um acontecimento por meio de uma pessoa importante. Em outras palavras, quanto mais o acontecimento diz respeito às pessoas da elite, mais provável será sua transformação em notícia. Para tentar explicar tal efeito, aborda duas características que colabora com essa reflexão, não no sentido dos critérios do que é noticiável, mas quando toca nos efeitos e sentidos que a personificação provoca no acontecimento-notícia.

Primeiro, ele destaca que essa personificação é a uma consequência da necessidade de significado, de identificação, como relatou os editores entrevistados. Segundo, porque a

personificação está de acordo com as modernas técnicas de apresentação das notícias: “Uma vez que uma entrevista fornece uma base necessária e suficiente para uma *estória* centrada numa pessoa, uma *estória* centrada na estrutura requererá mais entrevistas, técnicas de observação, busca de dados” (GULTUGN; RUGE 2016, p. 103-104, grifo nosso). É que identificamos a pessoa como suporte para explicar a história.

Na lista de dispositivos didáticos também identificamos o de **interpretação de fala**. Ele é verificado quando se recorre à fonte oficial, no caso, um ministro que disse que os juízes e tribunais da República poderão perfeitamente entender de forma diversa e se isso ocorrer caberá então ao Ministério Público, “se for o caso, interpor o recurso pertinente e eventualmente trazer o caso até o Supremo Tribunal Federal” (NETO, 2016b). O repórter, por sua vez, complementa iniciando a frase seguinte com a expressão *em outras palavras*. Uma espécie de sinal que depois dali vem uma tradução. Nesse caso, com uso de arte. O repórter Vladimir Neto (2017) também recorreu à expressão *e como isso vai funcionar na prática?*

Na interpretação de fala, os jornalistas são responsáveis pela interpretação dos trechos de entrevistas que são selecionados para fazer parte da reportagem. O trecho recortado cumpre um papel de legitimação, visto que é um a fonte oficial, autorizada socialmente para falar sobre o assunto. A entrevista também pode trazer dados ou informações que têm peso ideal quando vinda do próprio emissor, da própria fonte.

Ao recorrer à interpretação complementar, jornalistas que participam do processo de produção da reportagem avaliam que a fala do entrevistado não foi suficientemente clara para ser entendida. Por isso, precisa mais uma vez de uma ressignificação de uma tradução. O processo de interpretação de fala se diferencia do de complementaridade porque esse é uma sonora que complementa a fala do repórter. Juntos significam. No caso da interpretação, apesar de ser um ato complementar, o foco principal é interpretar a fala da fonte, aproveitando ou não trechos da entrevista.

Para os editores entrevistados, é obrigação do jornalista interpretar as falas das fontes, independentemente do grau de dificuldade, para isso recorrem ao uso de palavras que são de fácil entendimento, buscam encontrar formas diferentes de dizer. O curioso é que como afirma Vizeu (2005, 2009, 2014) no seu estudo os critérios de noticiabilidade e a influência da audiência, os jornalistas escrevem de maneira simples supondo que serão entendidos. A decisão sobre o que é e o que não é compreensível é a partir de um consenso dentro da redação. O parâmetro, pessoas com menos escolaridade, como pais, mães e colegas de trabalho. Vejamos o que relata um dos editores e como ela resume o pensamento:

A linguagem compreensível é aquilo que eu falo em um texto de TV e que qualquer pessoa, de qualquer classe, consegue entender. Não é um material, se eu vou falar sobre saúde e eu uso aquela linguagem de médico, que só vai entender ali quem tem um estudo básico da coisa. Mas a gente sabe que a maioria da nossa população não tem um acesso à educação ampla. Então eu preciso falar de uma forma que qualquer classe, que qualquer pessoa entenda. A linguagem simples que eu uso, por exemplo, muito aqui, não só com minha equipe, mas como estagiário, é aquela linguagem que a mãe de qualquer pessoa e a avó de qualquer pessoa entenderia. Por exemplo, na minha família os meus avós e a minha mãe são pessoas que não têm um estudo tanto quanto eu tive. E quando eu falo com eles em uma linguagem mais simples, a linguagem do dia a dia, aquela língua falada mesmo, eles compreendem. Não é que vai ficar uma coisa chula, não é que vai ficar uma coisa esculhambada, mas também não vai ficar uma linguagem engessada, vai ficar a linguagem do dia a dia deles (EDITOR 1, entrevista concedida em 24.01.2018).

No que se refere há algumas palavras, ao uso de alguns termos, o Editor 2, que está na Globo há mais de 20 anos, lembra que já foi mais engessada, havia mais dificuldade de realizar esse processo de interpretação, mas, atualmente, ocorre uma espécie de experimentação.

Na verdade, assim, não existe nada assim, “tem que ser desse jeito e pronto!” Já foi assim no passado. O jornalismo já foi muito hermético na TV Globo, nas afiliadas também, tanto é que existia aquele negócio, o padrão Globo de jornalismo. Tinha que ser daquele jeito, tinha que seguir aquela cartilha, tinha que... As palavras proibidas, as expressões proibidas, hoje isso está muito mais flexível. Então, hoje esse processo está em construção, ele está sendo repensado de uma forma geral e não existe assim, algo, “isso pode e isso não pode”, tudo está sendo revisto (EDITOR 2, entrevista concedida em 25.01.2018)

O Editor 4 espera que a sonora sempre venha com uma informação clara. Os repórteres são treinados para pedir aos entrevistados que falem de maneira simples, sem palavras técnicas, ou que expliquem termos muito específicos, mas, de acordo com ele, nem sempre isso ocorre. Então, quando não é possível regravar as sonoras, a solução mais viável é interpretar a fala do entrevistado, usando outras palavras, outros termos.

Segundo o Editor 4, às vezes, a sonora mais rebuscada fica por uma questão de legitimação, mas, inevitavelmente, será necessário fazer uma “tradução”, interpretar o que o entrevistado falou, com cuidado de não deturpar, de não provocar um efeito de sentido diferente na hora dessa apropriação e recontextualização. Por isso, quando perguntada sobre a necessidade disso, a jornalista disse:

Às vezes, é para tornar mais claro o que a gente quer informar, não é? Às vezes, é necessário para você chamar aquela sonora porque, às vezes, a sonora diz de um jeito mais rebuscado. A gente diz com um texto anterior ou posterior, diz de forma mais simples, diz de outro jeito, não é? Enfim, a gente interpreta, às vezes, a sonora, a entrevista, para poder tornar mais claro (EDITOR 4, entrevista concedida em 29.01.2018).

O recurso é visto como um problema para muitos editores porque se utiliza dois momentos para uma única explicação, um único objetivo. Mas, como além da clareza na abordagem, é preciso fortalecer legitimidade do material por meio de fontes especializadas, a edição mantém a fala, mesmo com problemas e a interpretação dela.

As fontes responsáveis pelas sonoras podem ser oficiais quando representam o poder público e estão autorizadas a falar pelos órgãos, as não-oficiais não têm relação direta com o poder constituído, mas possuem informações importantes na composição do material. Tem ainda as fontes primárias, especialistas, técnicos que vão ajudar a explicar o conteúdo e as fontes secundárias. Essas dão informações em *off*, ou seja, não parecem, mas repassam conteúdos para serem divulgados na íntegra ou não (LAGE, 2001; NETO, 2008). Em todos os casos, independentemente da qualificação, a informação dada precisa ser checada.

A outra preocupação com relação às fontes, levantada por Carvalho (et al., 2010), é que é necessário ficar atento aos “encaixes” de fonte. Ou seja, ao tentar explicar algo, telejornalistas procuram encontrar uma fonte que vá falar da forma e com o foco que desejam, procurando argumentos que justifiquem a tese defendida na matéria. A imposição gera problemas éticos. É necessário buscar entrevistas com abordagens diversas, plurais e até conflitantes, amarradas pela capacidade de amarração interpretativa do profissional do telejornal.

A reportagem é concluída com outra **exemplificação**, processo que já analisamos aqui. No entanto, vale registrar porque, se num primeiro momento, o exemplo foi de um caso que representa impunidade, nesse segundo caso, foi um exemplo de como a regra pode ser aplicada num caso real, que está se desenrolando. “Essa nova regra pode ser aplicada em casos como, por exemplo, o do ex-senador Luiz Estevão, que em 2006 foi condenado a mais de 30 anos de prisão por desviar recursos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo” (NETO, 2016b). E complementa dizendo que a condenação foi mantida pelo STJ e pelo STF, mas ele está em liberdade porque apresentou outros recursos e ainda espera decisão final do Supremo.

Os exemplos acima nos ajudam a compreender o papel do jornalista na apropriação e reconstrução da linguagem de várias áreas de conhecimento, no caso, a jurídica. Não é uma

simples troca de palavras, mas a ação simbólica, parte do processo de representação que, como vimos, é “uma parte essencial do processo mediante o qual o uso da linguagem produz sentido e a troca entre os membros de uma cultura” (HALL, 1997, p.02).

Nos dias 21, 23 e 24 de fevereiro de 2017 fizemos uma nova análise de matérias exibidas no *Jornal Nacional*. O objetivo continuou sendo identificar novos e recorrentes dispositivos didáticos. É importante registrar, mais uma vez, que esses dispositivos podem aparecer de maneira isolada ou não. Aparecem em uma reportagem, em outra, complementam-se e se entrecruzam e não se excluem ou se anulam.

Outro processo bastante usado para facilitar o entendimento, contextualizar e argumentar atos, fatos e ações apresentadas dentro de uma reportagem de televisão é o **dispositivo didático de comparação**. Identificamos essa operação na reportagem feita pela repórter Claudia Bomtempo, no dia 21 de fevereiro 2017<sup>37</sup>, sobre a nova proposta de socorro aos estados falidos. Ela explicou durante a reportagem que para ter direito a renegociar a dívida com a União com 20 anos de prazo e três anos de carência, sem pagar as parcelas, o estado vai ter de oferecer, por exemplo: a privatização de uma empresa pública na área de energia, saneamento ou do setor financeiro para servir como garantia; elevar a contribuição dos servidores para a Previdência para no mínimo 14%, cortar incentivos fiscais dados a empresas, não criar novas despesas. São as condições.

Em seguida, explica, através da fala do presidente Temer, que as contrapartidas são essenciais para efetivação do acordo. Na passagem, momento em que o repórter aparece, explica a importância das condicionantes, lembrando e reforçando que, no passado, estados receberam ajuda, mas, como não eram obrigados a nada, continuaram sendo devedores e não organizaram as contas. Disse:

O governo federal já ajudou e muito estados que falharam na administração do dinheiro do contribuinte e quebraram. Foi nos anos 90. Até bancos estaduais estavam comprometidos. O governo federal renegociou dívidas, estendeu prazos. E para que a situação de descontrole não voltasse a acontecer, foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal, com limites rígidos e punições para o mau gestor (BOMTEMPO, 2017)

O recurso da comparação contribui para o esclarecimento não só como um exemplo abstrato ou fictício. Acreditamos que sua força está justamente porque é baseado em outro fato real, finalizado, que já apresentou resultados e pode ser usado como referência para algo atual. O recurso é usado de muitas maneiras, mas em geral, esse resgate de episódios do passado, com

---

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/governo-vai-enviar-ao-congresso-nova-proposta-de-socorro-aos-estados.html>> Acesso 25 de março de 2017.

características similares as de um fato atual, pode facilitar o entendimento. Num efeito de sobreposição entre algo que está em processo de entendimento e algo que já foi internalizado e compreendido, a comparação se consolida.

O **dispositivo de comparação** se diferencia do de **contextualização** porque nesse último não é feita uma comparação direta, mas o resgate de um fato passado, falas, ou ideias para contextualizar o episódio do momento. No primeiro, fatos anteriores e seus efeitos são trazidos como forma de mostrar similitudes ou diferenças com os novos acontecimentos. Fatos anteriores, com seus efeitos conhecidos e internalizados, ajudam no entendimento do novo, ou no enquadramento que o jornalista deseja dar ao novo acontecimento.

O aparecimento desses processos e da aparente necessidade nas redações estimulou uma pergunta: Mas quem define se uma comparação, uma contextualização ou outros dispositivos são recursos suficientemente claros para serem usados e exibidos? As respostas dos editores foram as mesmas. É a negociação, a conversa e o debate na redação, a experiência de alguns, a cultura profissional (VIZEU, 2005) ou, como afirmou Tuchman (2016) ao se referir à escolha do que é importante e interessante noticiar, a perspicácia profissional.

Vizeu (2015, p.28) descreve a cultura profissional como um “emaranhado de retóricas, astúcias táticas, códigos estereótipos, tipificações, representações de papéis, rituais e convenções, relativos à função da mídia”. O que se traduz, segundo ele em modelos e práticas naturais dadas como naturais.

Foi o que afirmou o editor 3, ao relatar sobre o consenso do que está ou não compreensível na construção de uma reportagem:

A gente discute, discute, discute, até que alguém aparece no meio daquela coisa frenética, que, às vezes, a gente tem 10 minutos pra fechar o texto ou fechar a matéria. A gente estava discutindo aqui, qual a palavra melhor pra dizer isso aqui? Tem, às vezes, o elemento de bom senso ou não, ou vai no que o editor decide, e ele banca. Porque ele é o editor e ele vai bancar. Às vezes tem isso. O jornal também é a cabeça do editor (Editor 3, entrevista concedida dia 28.01.2018)

O Editor 1 recorre a comparação quando quer dar uma dimensão ao fato. No ponto de vista, impresso nas matérias que edita, se você compara uma situação com a outra, e são comparações iguais, a pessoa ver que não está sozinha. Ou se é uma comparação de fatos históricos, você percebe se isso já aconteceu antes ou não aconteceu e como foi cada processo. O telespectador toma base para o futuro, segundo ela.

Sempre que a gente tem um fato que já aconteceu ou que está ligado diretamente com algo que está acontecendo, por que não retroceder e contar? [...] Por exemplo, recentemente a gente conseguiu uma nota no *JN* com o assassinato em Batalha, que foi o município daqui, dois vereadores assassinados em menos de um mês. O primeiro passou despercebido, uma morte como outra qualquer. O segundo, épa, já é diferente. Vamos informar e vamos de nota. E aí a gente precisou comparar os dois casos. “Vereador tal foi morto hoje, é o segundo crime em menos de um mês. Um outro vereador foi morto em menos de um mês, nessas circunstâncias. E o de agora desse outro jeito” (EDITOR 1, entrevista concedida 24.01.2018).

A comparação, reafirma, faz com que as pessoas tenham a uma noção real quando os fatos são semelhantes, compreendem por meio das diferenças e similaridades.

Traduzir os números, estudos e variações da economia são desafios para os jornalistas. É que apesar de parecerem distantes do dia a dia, estão na rotina de qualquer cidadão. Numa reportagem exibida dia 23 de fevereiro de 2017 para explicar a queda da inflação e o real impacto na vida das pessoas<sup>38</sup>, o repórter Tônico Ferreira e sua equipe optam, entre outros recursos como arte e uso de personagens, pelo que chamamos de **dispositivo didático de aproximação**. Depois de explicar porque dois indicadores da economia estão em queda, inflação e juros baixos, o repórter pergunta na passagem (momento em que o repórter de televisão aparece na reportagem, marcando sua presença e sua autoria) quando o movimento desses indicadores vai afetar o bolso do consumidor. Não o faz sem incluí-lo como cidadão daquela realidade. A mesma do telespectador, que vive na expectativa que números positivos na economia gerem economia no bolso. O repórter introduz o problema e pergunta como sendo o telespectador que, de casa, também questiona:

Com os preços subindo mais devagar, com a inflação controlada, resta saber quando a economia irá voltar a crescer. Será que uma inflação baixa e estabilizada consegue trazer de volta os investimentos, a renda, os empregos que nós perdemos desde que o Brasil mergulhou nesta profunda recessão? (FERREIRA, 2017).

Destaque para o uso do pronome “nós”, em terceira pessoa do plural, e não o “ele”. O *nós* coloca o repórter não só como mediador, mas como afetado pela situação, pela realidade que eles mesmo relata. O repórter é parte do público que quer saber quando os empregos, investimentos e renda irão melhorar, já que os “indicadores” estão caindo.

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/inflacao-e-taxa-basica-de-juros-tendem-cair-ainda-mais-em-2017.html>>. Acesso: 30 de março 2017.

O uso da terceira pessoa gramatical, segundo Rodrigues (1994) é uma estratégia enunciativa de apagamento sistemático das marcas de enunciação. Um “dispositivo linguístico de não pessoa; corresponde a estratégia enunciativa de obliterar as marcas dos interlocutores da relação interlocutiva” (RODRIGUES, 1994, 150).

O autor lembra que a passagem da terceira pessoa do singular à primeira do plural é uma prova irrefutável de que o uso do dispositivo gramatical dos pronomes assegura o papel de enquadramento da interlocução. Neste caso, um enquadramento que dilui o recurso da não pessoa e a inclusão do mediador como pessoa envolvida no processo, que partilha e vive situação semelhante.

Na sequência da matéria um outro dispositivo, já visto nessa nossa análise, é identificado: o de **complemento**. As sonoras têm um papel fundamental de confirmação do caráter referencial daquela construção. Serve como explicação complementar de um fato, ato de uma questão. Explicação de algo que o jornalista, mesmo com capacidade de interpretação, deve entregar a alguém com verdadeira legitimação, profissional que tem especialidade no assunto, carrega na fala a fé de ofício, de dominador do saber.

O repórter nesse caso, mais do que nunca, é uma espécie de facilitador da entrada desse profissional na reportagem, ele prepara o “terreno” para que em alguns segundos o entrevistado explique. Veja como o repórter fez neste caso:

A queda da inflação é o primeiro empurrão, diz a economista Zeina Latif, porque permite o corte da taxa de juros pelo Banco Central – hoje em 12,25% ao ano – e melhora a confiança dos empresários e dos consumidores, que investem e compram mais. É claro que a materialização concreta disso, quer dizer, pra gente de fato ter uma retomada da economia, demora um pouquinho ainda. Pela experiência brasileira, uns dois trimestres para gente ter sinais realmente claros de retorno da atividade econômica. (FERREIRA, informação oral de reportagem, 2017).

E continua: “Mas a retomada da economia só virá se o governo equilibrar suas contas”. “Quando o governo gasta mais que arrecada, ele começa a aumentar sua dívida, em algum momento as pessoas podem começar a desconfiar que ele vai ter que emitir moeda, gerar inflação para financiar os seus gastos”, diz Felipe Salles. “O grande pano de fundo é o seguinte: arrumação das contas públicas é essencial para uma inflação bem-comportada”, afirma Zeina Latif.

Veja que nos dois casos, o intuito principal da sonora é não só legitimar a fala, mas entregar ao especialista a tarefa de explicar de maneira simples o fenômeno. Os manuais de reportagem destacam que, entre as tarefas do repórter, por exemplo, é orientar o entrevistado e explicar sobre o assunto de maneira simples, com palavras menos técnicas e aproximadas da linguagem coloquial e

mais popular possível. É uma forma de ter a explicação não só na “tradução” pelo discurso indireto, mas também uma explicação clara no discurso direto, sem interferência do repórter que, independentemente do formato, tem o papel de introduzir a explicação de maneira simples.

No dia 24 de fevereiro de 2017, o telejornal exibiu a reportagem de um jovem que devolveu um celular encontrado no meio da rua<sup>39</sup>. O adolescente entregou o aparelho ao dono e a única coisa que pediu em troca, depois de terem lhe oferecido dinheiro, foi um emprego. Na reportagem, foi construído que chamamos de **dispositivo didático de dramatização/fundo moral**. A reportagem foi incluída logo depois de uma série de matérias de corrupção e desonestidade, ela surge como um consolo, um alívio, compondo o que Coutinho (2006; 2012) chamou de dramaturgia do telejornalismo, um drama cotidiano. A autoria explica assim o conflito narrativo presente:

A noção de dramaturgia do telejornalismo compreende, para além dos aspectos de encenação e do caráter espetacular da atuação de seus profissionais, a organização das matérias editadas, em texto e imagem, de forma a oferecer ao telespectador o desenrolar das ações, vividas e experimentadas por meio de uma atuação de diferentes personagens colocados em cena. (COUTINHO, 2006, p. 123).

A cabeça da reportagem garante o momento de expectativa: “Agora uma pausa nesse noticiário de suspeitos, de delatados e investigados só para lembrar a beleza de nosso povo, a beleza que o nosso país também tem. A pausa muito bem-vinda é para você conhecer o brasileiro Pablo de Paula” (JACOMETO, informação oral de reportagem, 2017). O destaque como dispositivo didático está na condução.

A maior parte da história foi contada na sequência em que teria acontecido, com a realização de uma espécie de simulação dos vários episódios, com os mesmos “personagens envolvidos”. O que facilita o acompanhamento dos acontecimentos e a visualização das cenas. Poderia ser diferente, numa ordem mais aleatória, mas parece haver a preocupação em ressaltá-la na ordem natural. O que vale destacar, no entanto, é que em nenhum momento foi evidenciado que os encontros que aconteciam para ilustrar a matéria foram produzidos para gravação, ou seja, foram refeitos. A reconstrução dos momentos vividos é montada, mas não é ficção. Mas a legitimidade da história contada pelo repórter é ratificada com a fala dos envolvidos no ocorrido.

---

<sup>39</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/jovem-devolve-celular-perdido-e-nao-aceita-recompensa-pede-emprego.html> >. Acesso: 30 de março 2017.

Como num “drama”, entendido com imitação ou encenação das ações (COUTINHO, 2006), o mocinho (o personagem bom) é apresentado, com todos os seus problemas e dificuldades. História contada por meio de um roteiro, de linguagem clara. “Currículo em mãos, roupa alinhada e lá vai o Pablo acompanhando da mãe, para uma tentativa de emprego. São três meses sem trabalho. Por causa da crise ele foi dispensado de uma locadora de brinquedos, 50 minutos de ônibus, um pouco a pé” (JACOMETO, informação oral de reportagem, 2017), diz o repórter. E continua: “O jovem de 16 anos precisa ajudar nas despesas da casa onde mora com três irmãos e a mãe. E essa oportunidade de entrevista só apareceu por causa de um gesto de honestidade” (JACOMETO, informação oral de reportagem 2017).

Aquela entrevista de emprego foi a recompensa de um ato de bondade que passa e ser contato pelo repórter a partir daquele momento, numa representação da ordem natural. Ao achar um celular na parada de ônibus, Pablo recebe uma mensagem, vai em busca do dono do aparelho para entregá-lo.

O Pablo passava por uma rua à noite e viu um celular caído. Ele pegou o aparelho e tentou encontrar o número do dono para ligar, mas não conseguiu. Horas depois apareceu na tela uma mensagem avisando do sumiço. E o Pablo ligou rápido para devolver o aparelho que custa R\$ 2.500. “Eu queria só entregar o celular normalmente mesmo. Aí sim ele veio com a recompensa”, contou Pablo. Nikolas ofereceu R\$ 200. Pablo não pensou duas vezes. Recusou o dinheiro, mas pediu ajuda para conseguir um emprego. (JACOMETO, informação oral de reportagem, 2017).

Parte da história foi contada com imagens refeitas: encontro de Pablo com o dono do celular, o agradecimento, a devolução. Seu “ato de bondade” é reconhecido nas redes sociais. “O fato de ele não se interessar pelo dinheiro e querer ajuda para o emprego, para arrumar um emprego, para mim foi o que tocou”, disse Nikolas Soares Valério, que é analista de redes. E a reportagem continuou: “Nikolas postou a história na internet junto com o currículo do rapaz. Já são mais de 14 mil curtidas e 2.500 compartilhamentos em menos de uma semana” (JACOMETO, informação oral de reportagem, 2017).

A atitude de Pablo sensibilizou muita gente e uma das ligações foi da Associação dos Magistrados de Goiás que ofereceu a vaga de auxiliar de almoxarifado, com uma condição: “Você só vem trabalhar conosco se você estudar porque só avança na vida, só tem condição de avançar, aquele que se dedica, aquele que estuda”, afirmou o juiz Eduardo Perez (JACOMETO, informação oral de reportagem, 2017). Começa aí o enquadramento que nos leva para além do drama, o aparecimento ao fundo moral da história para “ensinar”. Ou entregar à sua audiência, a lição de moral que devemos levar para vida. “Justo é justo: você chegar na pessoa e entregar o que é

dela. Todo mundo tinha que ser assim”, diz a mãe do rapaz. (JACOMETO, informação oral de reportagem 2012).

O dispositivo de dramatização recorre às representações sociais, nesse caso, do bom menino, da boa atitude, do reconhecimento, da importância da honestidade para não só envolver como facilitar a compreensão. Aliás, a emoção é um estímulo ao envolvimento, à atração e aproximação aos fatos. Essas narrativas, segundo Ferrés (1998), na vida real ou na ficção, chamam atenção e atraem porque o telespectador adulto participa emocionalmente das narrativas, mediante mecanismos psicológicos de identificação e projeção. De acordo com o autor, a identificação é produzida quando o telespectador assume por meio da emoção “o ponto de vista de um personagem, considerando-o reflexo de sua própria situação ou de seus sonhos ou de esperança. A projeção, em troca, produz-se quando o espectador verte uma série de sentimentos próprios” (FERRÉS, 1998, p. 96).

O Editor 1 se diz cautelosa com a dramatização dos fatos, com a tentativa de hipersensibilizar as histórias. Para ela, cenas fortes, efeitos do drama, têm limites: o que chama de “força de barra”. Ao recontar uma história, de acordo com o Editor 1, é preciso evitar fazer da vida do outro uma chacota, expor em excesso ou aumentar uma realidade, invadir a dor do outro, uma dificuldade para fazer render uma matéria para o *Jornal Nacional*. Tem um limite ético que se não controlado o conteúdo não só deixa de ser compreendido, como não será reconhecido pelos próprios personagens. Explica:

O que adianta eu falar sobre um problema, eu falar sobre uma situação, eu aumentar tanto o drama daquela pessoa, que quando ela se assistiu em casa, ela nem se reconheceu. Eu acho que isso faz do jornalismo algo que não é real. E não é o propósito do jornalismo. O propósito é ser o mais fiel à realidade possível (EDITOR 1, entrevista concedida em 24.01.2018).

Para o Editor 2 a dramatização/fundo moral é um recurso interessante para chamar atenção, atrair o telespectador e, conseqüentemente, fazer com que ele seja atingido e compreenda uma situação, uma realidade. Para ela, matérias de cunho social, em que as pessoas fazem ações solidárias, que dá aquele exemplo de amor ao próximo, o recurso é um artifício importante.

Porque não é tão difícil assim, então tem sim esse movimento proativo, esse movimento positivo, para fazer com que as pessoas parem de ser tão acomodadas ou não sejam tão acomodadas e gerem simpatia. Na parte da saúde, quando a gente fala de alguma matéria sobre câncer de pele, por exemplo, quando a gente vai dar o exemplo da pessoa que se cuidou e que deu certo, que conseguiu o diagnóstico positivo depois de uma batalha, então a gente também está fazendo esse movimento, “Olha, corre lá, faz o

autoexame”, entendeu? E cumprindo também esse objetivo. (EDITOR 2, entrevista concedida em 25.01. 2018).

O Editor 4 afirma que na hora de recontar uma história é cautelosa com o uso de alguns elementos, entre eles a reconstituição, que possui pitadas de drama. Porém, acredita que, sem excessos, a reconstituição é interessante porque você tem a noção do fato com mais clareza. A jornalista destaca que hoje em dia, com as cidades vigiadas, onde há câmeras em todos os lugares, é mais fácil ir em busca das imagens reais para se fazer compreender um relato de um fato.

O Editor 3 está no grupo que pensa que é preciso ter cuidado com o “peso da mão” na dramatização das histórias. A ponderação que ele faz tem a ver com os casos em que a realidade parece ser aumentada para alcançar um nível de emoção que passa a ser a invenção de um clima, de um momento. Por mais que possa facilitar o processo de identificação e atrair pela emoção, o editor, responsável pela recontextualização (WOLF, 1997; VIZEU, 2014), não pode produzir uma realidade que não existe apenas para dar a emoção que ele acha que deveria ter, mas que na realidade não existe.

### 5.3 A interpretação dos dados do JN

Vejam, então, os dispositivos didáticos identificados em 24 reportagens do telejornal. Estão incluídas as que serviram de referência para algumas das análises acima.

**Tabela 1.** Reportagens analisadas no *Jornal Nacional*

<b>Data de exibição</b>	<b>Nº de reportagens analisadas</b>	<b>dispositivos didáticos</b>
<b>23 DEZ 2014</b>	3	14
<b>29 DEZ 2014</b>	3	6
<b>30 DEZ 2014</b>	3	12
<b>13 JAN 2015</b>	3	7
<b>17 FEV 2016</b>	3	7
<b>18 FEV 2016</b>	3	10

<b>21 FEV 2017</b>	2	8
<b>23 FEV 2017</b>	2	9
<b>24 FEV 2017</b>	2	4
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>73</b>

Fonte: elaboração do autor

**Tabela 2.** Dispositivos didáticos no *Jornal Nacional*



Fonte: elaboração do autor

De acordo com as 24 reportagens analisadas, foram identificados 73 dispositivos didáticos, como registra a Tabela 1. O maior número foi de descrição em arte. Apareceu 18 vezes no total. Um recurso cada vez mais utilizado para o processo de fixação da informação, principalmente aquelas mais complexas, com números, dados comparativos, nomes e relatos de ações com muitas pessoas envolvidas.

O Editor 2 destacou a importância da descrição em arte, para ela é um recurso que tem bons resultados quando bem colocado, bem feito. Ela exemplificou:

Em uma matéria sobre economia, que até então eu nunca havia entendido o que danado era a taxa Selic. E na hora que o repórter foi falar, comparar o que representava o aumento da taxa Selic com a comparação com a vida, com os elementos da vida e os números que vinham junto com essas comparações, aquilo se tornou muito mais claro, muito mais. Então, ele usou um recurso visual, ele usou a informação textual, ele usou todos os recursos que ele tinha disponível, e aquilo, de repente eu falei: “Poxa! Como é fácil, como é simples”! (EDITOR 2, entrevista concedida em 25.01.2018)

O trabalho só é possível, de acordo com o editor, por causa do avanço da tecnologia, da melhoria e da rapidez dos programas que permitem a produção de artes sobre imagens, imagens em três dimensões, em movimento e todos os tipos de união de recursos visuais e sonoros, com objetivo de ajudar na compreensão do que está sendo dito. Outro dispositivo que está na lista dos mais utilizados nas matérias analisadas foi o de contextualização. Fatos atuais eram localizados dentro de um contexto a partir do resgate de outros momentos que poderiam explicar ou fazer algum tipo de projeção para o futuro. Para os editores entrevistados, é difícil pensar uma reportagem sem que se pense na possibilidade de contextualizar como forma de ajudar no entendimento do fato atual.

O recurso de complementaridade vem em seguida. Nele, como vimos parte das informações são dadas pelo repórter num discurso indireto e outra parte pelo entrevistado, em geral especialistas, que não só legitimam com sua fala como complementam linhas de raciocínio na hora de um esclarecimento. Como o tempo é ordenador para os jornalistas (SCHLESINGER, 2016), o “bate-bola” entre repórter e entrevistado, sem repetição de palavras e forma de dizer que geram ruídos, é um artifício para enquadrar o produto noticioso na ditadura do espaço. Schlesinger nos traz o conceito de cadência para explicar esse complemento. Que é a orquestração de uma sequência interessante de notícias, com estruturação interna também definida. “Os materiais noticiosos, as palavras, os sons, todos são rapidamente reunidos e editados durante as várias fases de produção do dia.” (SCHLESINGER, 2016, p. 253).

O dispositivo de detalhamento aparece em seis momentos. Uma das características deles foi o uso de expressões que encaminham uma nova explicação de uma maneira diferente da que foi apresentada, com mais minúcias e o uso comum de expressões como: *ou seja, isto é, em outras palavras, na prática, quer dizer*. O aparecimento é uma indicação de que repórteres e editores têm certeza de que a primeira construção textual não foi suficientemente clara para a audiência

presumida e precisa de uma nova estrutura, com palavras e termos diferentes, mas que produzem o mesmo efeito de sentido da primeira oração.

O Editor 4 afirma que a decisão sobre a compreensibilidade ou não de uma frase, de uma expressão é algo que não está escrito nos manuais seguido ao longo dos anos. É fruto de uma negociação, de um debate rápido e intenso dentro da redação, com seus agentes. Se todos compreendem, se há um consenso, vai ao ar. O editor de texto é o responsável pela decisão, junto com editor-chefe, quando necessário.

Outros dispositivos frequentes encontrados foram o de exemplificação e aproximação. O de exemplificação não era de exemplos hipotéticos, mas o resgate de situações e casos reais para ilustrar a afirmativa e situações geradoras das reportagens atuais. As ilustrações vieram com conectivos óbvios como a expressão, *por exemplo*; mas também apareceram através de termos como: *foi o que aconteceu com, isso pode ser visto em*. Como registramos em primeira análise, é o resgate de algum tipo de referência real, do passado ou presente, recente tratado como um exemplo de acontecimentos, também abordado no hoje, na factualidade, na atualidade, combustível do jornalismo (GROTH, 2011).

A aproximação vem como uma ruptura as “velhas regras” de ser apenas o mediador, sem participação, sob nenhuma hipótese, da história contada. O marco dessa regra inabalável era o uso da terceira pessoa do singular. Traço de impessoalidade e distância do repórter e do jornalista. Porém, nas reportagens analisadas não havia pudor em ser um entre os milhares que o repórter está representando. A terceira pessoa do singular deu lugar a proximidade trazida pela inclusão de si no problema da maioria. Entra em cena enunciativa o *nós* com seus verbos conjugados na primeira pessoa do plural. Ou *a gente*, uma locução pronominal que substitui o *nós*, sendo conjugada com o verbo na terceira pessoa do singular. Nos dois casos, a aproximação, dá o tom de uma conversa entre amigos, com a formalidade da língua, exigida pelo jornalismo, mas com a coloquialidade que busca promover a compreensão. A barreira das estruturas da escrita é quebrada com o uso de termos e de formas de expressões predominantes na oralidade.

Em seguida, com quatro aparecimentos estão comparação e personificação. No caso do primeiro dispositivo, é feita comparação entre os prejuízos causados entre dois esquemas de corrupção. Um na época da exibição da reportagem e outro, que foi desmontado, cinco anos antes. Outra forma de aparecimento foi na reportagem sobre a queda na taxa de acidentes aéreos. A reportagem compara os números em dois anos, buscando justificar e explicar com mais clareza o momento atual. Também faz uma comparação a partir de dados de um relatório, com dados dos últimos 17 anos. São levados em conta o número de acidentes fatais e de mortes. Em outra

reportagem (analisada acima), a comparação foi entre duas épocas em que o governo federal ajudou financeiramente estados quebrados. A comparação entre os dois momentos é provocada para que se gere uma reflexão sobre os possíveis resultados da medida atual.

A personificação com personagens que se encaixam em situações apareceu em reportagens com temas distintos. Uma delas sobre as mudanças nas regras do seguro desemprego. Uma pessoa demitida para não perder alguns direitos, como fizeram milhares de brasileiros, foi pedir o seguro desemprego após a demissão. Em outra matéria, um sargento da PM de Tocantins é usado como personagem para explicar que policiais que tinham padrinhos políticos estavam sendo promovidos de maneira aleatória. Numa reportagem sobre desempregados, a equipe usa o exemplo de um homem na idade ativa que perdeu o emprego e tem dificuldade de se relocar no mercado (análise acima). E na mesma matéria, também foi contada a história de uma contadora que trabalhou numa grande empresa e depois de anos foi demitida. Como muitos brasileiros, busca força para manter a esperança de que vai conseguir um emprego.

Em um número menor, mas com registro de aparecimento temos os dispositivos de interpretação de fala, reforço e dramatização/fundo moral. A interpretação de fala se faz presente, como o próprio nome remete, depois da fala de uma personagem ou especialista. O recurso é usado porque os responsáveis pela reportagem entendem que a fala não foi suficientemente clara e interpreta o que o entrevistado diz. Foi o que aconteceu na reportagem de Vladimir Neto, analisada acima, e em outra reportagem exibida no mesmo dia, 18 de fevereiro de 2016, com a chamada: “Cientistas fazem mapeamento genético completo do vírus da zika”. Nela, a reportagem interpreta a fala do infectologista quando afirma que é preciso fazer um estudo sobre a proximidade entre o zika vírus e a encefalite japonesa. Fica evidente na sequência a tentativa de esclarecer ainda mais o destaque dado pela edição numa fala da especialista.

O reforço também aparece em dois momentos. O dispositivo de interpretação de fala, aparecendo em uma quantidade pequena, pode ser justificado pela busca das equipes de edição e reportagem para otimizar o tempo, evitando sinais de redundância e repetição de frases e números. O fato é que muitas vezes a repetição é necessária como um reforço, fixação do que é dito. Um dos registros foi feito na reportagem sobre o anúncio da ex-presidente Dilma dos ministros (análise feita acima); em outra reportagem sobre o corte de repasses para o setor elétrico, o texto da repórter sobre a previsão de aplicação dos cortes é reforçado pelo entrevistado, numa espécie redundância necessária, que gera efeito de legitimação e aumenta possibilidade de fixação de informação.

A dramatização/fundo moral é um dispositivo usado com cautela. Editores 1 e 4 acreditam que a reconstituição de cena com relatos dramáticos são peças raras e qualquer deslize pode gerar desconforto no telespectador, leva ao clichê, às estruturas prontas e à “forção de barra”. Nessa amostra foi verificado na reportagem de Honório Jacometo sobre o menino que devolveu celular e como recompensa pediu um emprego; e numa outra exibida em 23 de fevereiro de 2017. Nesse caso, o destaque dado não foi para a forma de contar a história, com recursos dramáticos (COUTINHO, 2012), mas na “lição” que a reportagem parece querer deixar no seu final. O personagem que vivencia um problema deixa claro na sua fala que apesar das adversidades, vai enfrentar, vai lutar para resolver o problema e tem esperança de que as coisas vão melhorar.

Vejamos agora como esses dispositivos aparecem em outro telejornal: *o SBT Brasil*, do Sistema Brasileiro de Televisão.

## 6 OS DISPOSITIVOS DIDÁTICOS – *SBT BRASIL*

### 6.1 Nosso percurso: observação, entrevista e análises no *SBT Brasil*

Esta pesquisa é uma “experimentação em direção a um jornalismo relacional, interativo com a realidade atual e em benefício da agregação de valor humano à ordem social” (SODRÉ, 2010, p.13) como registrou Sodré ao refletir sobre os caminhos da pesquisa em jornalismo. É seguindo essa premissa que chegamos à redação do *SBT Brasil* e a análise do que seus profissionais produzem.

O telejornal é apresentado por Raquel Sheherazade e Carlos Nascimento que até dezembro de 2017 revezava a bancada com Joseval Peixoto. O *SBT Brasil* foi exibido pela primeira vez em 2005 e começou sendo apresentado por Ana Paula Padrão. No dia 15 de agosto de 2017 foi comemorado 12 anos do telejornal. O telejornal tem em média 40 minutos de duração, com três intervalos. As reportagens têm em média dois minutos e, segundo seus editores<sup>40</sup>, é feito para um público popular, com escolaridade baixa que é, de acordo com eles, o público da emissora. A informação da audiência, segundo eles, é confirmada por pesquisas internas feitas pelo canal de televisão.

A identificação das dimensões da função pedagógica no jornalismo feito pelo *SBT Brasil*, em especial dos dispositivos didáticos, ocorreu por meio da combinação de várias ferramentas teórico-metodológicas, como foi no *JN*. Além das entrevistas semiestruturadas com editores de texto e análises de reportagens no principal produto jornalístico do SBT, seguimos o percurso qualitativo do *newsmaking*, com dados e informações coletadas pela observação participante. Durante três dias acompanhamos o trabalho diário dos editores na redação e nas ilhas de edição, na construção do espelho e dos *scripts*. Durante a observação, questionamos, participamos. Fizemos anotações e gravamos algumas conversas. Uma abordagem que não foi direcionada especificamente aos critérios de noticiabilidade e valores-notícias, comuns em estudos do *newsmaking*. Neste caso, uma tentativa de enxergar, após a escolha do que é e do que não é notícia, como ela é apresentada ao público.

---

<sup>40</sup> Informação extraída diretamente com os editores do telejornal, durante as abordagens no trabalho de campo. Este método será melhor explicado a frente na descrição da metodologia.

No SBT não tivemos problemas ou obstáculos para receber autorização e participar do processo de produção durante três dias. Uma aproximação importante para pesquisa, de acordo com Minayo (1993):

A filosofia que fundamenta a observação participante é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro. A proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude e uma necessidade. (MINAYO, 1993, p. 70).

Casetti e Chio (1999) afirmam que nesse método, o observador participa da vida cotidiana das personagens estudadas abertamente ou camuflado, sob outro papel, com objetivo de interrogar, ver o que acontece ao vivo. Os autores lembram ainda que ao analisar a realidade ao vivo, diretamente, o pesquisador evita as contaminações da mediação (CASETTI; CHIO, 1999).

A proximidade da realidade está na permanência possível, percebendo detalhes e os processos internos que interferem no produto. É um método que permite a compreensão da realidade (MINAYO, 1993). “Na medida em que convive com o grupo, o pesquisador pode retirar seu roteiro de questões que percebem ser irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores, consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos.” (MINAYO, 1993, p.70).

A autora lembra que para além das informações acumuladas, dos instrumentos que leva apurados de coleta de informações, o trabalho de campo nos leva, com frequência, a reformulação de hipóteses e que enquanto construímos dados colhidos e articulamos os nossos pressupostos, exercitamos nossa capacidade de análise comum a todas as fases.

Essa observação focada nas práticas jornalísticas dentro da redação, com o olhar sobre o emissor e os processos, que resulta num produto noticioso, foi denominada por Vizeu de etnojornalismo (VIZEU, 2011), um conceito provisório, segundo o próprio autor. O que entendemos que seria uma espécie de subdivisão da área da abordagem etnográfica que permite a observação e entrevistas das (e) sobre as práticas sociais na produção cultural, como é a notícia no jornalismo.

O investigador por meio da etnografia busca entender a realidade na redação através de um olhar sobre o contexto, com o uso de instrumentos qualitativos e de diferentes fontes de dados. É o que afirma Wolf (1997) ao se referir à etnografia da comunicação.

Soler (2011) ressalta que a etnografia é uma teoria de grupo, um método da antropologia que:

Se traduce etimológicamente como estudio de las etnias y significa el análisis de vida de una raza o grupo de individuos, mediante observación y descripción de lo que la gente hace, cómo se comporta, como interactúan entre sí, para escribir sus creencias, valores motivaciones, perspectivas y cómo pueden variar según momentos y circunstancias. (SOLER, 2011, p. 194).

Na descrição do método etnográfico feito por Caseti e Chio (1999) seu objetivo e sua aplicação, é enxergar formas de consumo televisivo, o que não impede, no entanto, o seu deslocamento e uso no ambiente da redação, onde informações são recebidas e recontextualizadas. O olhar, nesse caso, é sobre o emissor jornalista. Resignificador da realidade.

Os autores lembram que o êxito de uma observação não está diretamente relacionado somente ao tempo de permanência na atividade, mas também dependem da habilidade do investigador, da capacidade de adaptar-se e enxergar peculiaridades nas várias situações, captando os dados por meio de apontamentos, gravações das conversas e recorrendo à memória.

Para Vizeu (2014), o *frame temporal*, o tempo de acompanhamento no campo, depende muito da dimensão do trabalho, da familiaridade com o objeto e da pretensão com ele.

Tuchman dedicou dez anos de estudo à investigação dos informadores enquanto profissionais [...] uma pesquisa de fôlego que buscou compreender mais sobre a notícia como construção social da realidade. Por outro lado, o estudo de Jacobs (1996, p. 37) sobre o processo de produção das notícias na televisão durou 12 semanas (VIZEU, 2014, p. 80).

Há outras pesquisas, próximas da realidade local, que também obtiveram resultados satisfatórios com um trabalho de campo durante dias (CABRAL, 2011; SIQUEIRA, 2013; MESQUITA, 2014). No caso deste estudo, foram três dias de observação intensa, das 13h às 21h na redação do SBT, em São Paulo. E, sem dúvida, entrou em campo a familiarização com o ambiente da redação e com a sua dinâmica.

Acreditamos que a nossa experiência de 15 anos fazendo telejornalismo, como produtor, repórter, apresentador e editor evitam o impacto do estranhamento do processo e dificuldade/demora de entender algumas dinâmicas. Longe desse impacto, o olhar de pesquisador é acionado para enxergar de maneira diferente de outro ponto de vista, de outro lugar, observando além do que está naturalizado e até banalizado pela experiência profissional. Por isso, permitimos aflorar a intimidade de quem conhece os passos, mas, ao

mesmo tempo, deixando em alerta o olhar crítico, clínico, na tentativa de desnaturalizar procedimentos práticos e arrancá-los da zona do automatismo.

Dentro da redação, a ideia era evitar se tornar um “corpo estranho” o mais rápido possível, integrando-se ao ambiente, e evitando que a presença contaminasse qualquer tipo de atitude e, por sua vez, contaminasse o resultado. Sobre isso Wolf, esclarece:

Com respeito ao modo que o estudioso se comporta na cena social que estuda, também pode haver amplas variações: de uma postura de observador passivo, que reduz ao mínimo as interações com os indivíduos analisados, a uma postura mais participativa e integrada. (WOLF, 1997, p. 192).

Como destacou Minayo (2013), o trabalho de campo é aquela porta de entrada para a novidade, que será descoberta pelo trabalho. “São perguntas que fazemos a realidade, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa” (MINAYO, 2013, p.76). Eles, por sua vez, nos darão a perspectiva do olhar e da compreensão.

No *SBT Brasil* observamos a rotina do trabalho dos editores de texto e buscamos entender como ela está presente na definição de uma reportagem didática e compreensível. O olhar, claro, é focado na ação do editor de texto e, conseqüentemente, nas áreas de contato direto, como a produção, reportagem, edição de imagem e grafismo. Ressaltamos que esse profissional é responsável pela reinserção dos acontecimentos noticiáveis no contexto constituído, ele participa, acompanha, intervém de maneira decisiva em todos os processos de construção da reportagem. Ou seja, na apuração, seleção-edição e apresentação das notícias (WOLF, 1997).

A abordagem do *newsmaking*, por meio da observação participante, ajuda-nos a entender as relações que se estabelecem dentro da redação entre os agentes, a organização do trabalho e os processos produtivos (VIZEU, 2007) que resultam na reportagem que vai ao ar. Contribui também para descrever as práticas comunicativas dos emissores que geram as formas textuais entregues ao público (WOLF, 1997; VIZEU, 2011), práticas essas que são resultado de interações sociais, negociações, constrangimentos organizacionais “que condicionam os processos produtivos, bem como as rotinas criadas para controlar a anarquia inerente à atividade jornalística”, ressalta Traquina (2016, p. 192).

Na observação participante, segundo Wolf (1997), as informações são recolhidas pelo pesquisador por meio de impressões, de conversas informais e ocasionais com os próprios

responsáveis pelo processo de produção. O material recolhido, por sua vez, é acumulado pouco a pouco e deve estar ligado à hipótese da pesquisa.

Soler (2011) lembra que a observação participante é a principal técnica etnográfica. O investigador vive com o grupo e como o grupo, afirma. Daí perguntas podem ser respondidas, como: “Cómo distribuye el grupo su tiempo? ¿Qué está sucediendo?, Qué hacen? ¿Quién toma las decisiones? ¿Qué reglas, normas costumbres rigen en el grupo? ¿Qué estructura tienen sus conversaciones? ¿Por qué funciona el grupo como lo hace?” (SOLER, 2011, p.200).

Para complementar a observação participante, enriquecendo o trabalho e realizando o máximo de cruzamentos de dados, fizemos entrevistas semiestruturadas com quatro editores de texto do telejornal, além de análises do conteúdo de reportagens, com resultados qualitativos e quantitativos. Esses dois últimos métodos foram realizados no *Jornal Nacional*, como vimos. Como ocorreu no JN, para evitar qualquer constrangimento dos funcionários da emissora, preservamos a identidade e todos os profissionais serão chamados de Editor, com números sequenciais. No caso aqui do SBT, Editor 5, 6, 7 e 8.

As entrevistas como fonte de informação, segundo Minayo (2013), nos ajudam a obter reflexões do próprio sujeito sobre a realidade vivenciada.

Constituem uma representação da realidade: ideais e crenças, maneiras de pensar, opiniões, sentimentos maneiras de sentir, maneiras de atuar, condutas e projeções para o futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (MINAYO, 1993, p.65).

Vejamos como a ação didática ganha forma no *SBT Brasil*. Diferentemente do que ocorreu com o *Jornal Nacional*, para a análise das reportagens, escolhemos um período em dias sequenciados, buscando identificar os dispositivos didáticos das dimensões pedagógicas do *SBT Brasil*, telejornal que, nos últimos seis meses de 2017 manteve a segunda maior audiência do país<sup>41</sup>. Os últimos meses do ano foram, os solicitados para realizar observação participante. As reportagens analisadas foram exibidas entre os dias 25 e 30 de setembro de 2017; e nos dias 02 e 03 de outubro do mesmo ano e estão disponíveis no portal da emissora.

---

<sup>41</sup>Informação disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/sbt-brasil-telejornal-audiencia-globo/>>. Acesso em: 05 dez 2017.

## 6.2 A ação didática no *SBT Brasil*

Começamos com o acompanhamento do trabalho dos editores do *SBT Brasil*, que ocorreu durante três dias. No primeiro dia de observação na redação do *SBT Brasil* fomos recebidos pela chefe de redação, Cilene Frias, que nos apresentou à editora-executiva, Mônica Delfonso, e seus editores de texto. No *SBT Brasil*, em São Paulo, são 15 editores de texto.

Depois de uma breve apresentação do motivo da pesquisa, fomos apresentados à equipe e ao profissional que iríamos acompanhar naquele primeiro dia. Observamos o trabalho do Editor 5<sup>42</sup>. Foi ele quem, inicialmente, nos explicou qual era dinâmica e os acontecimentos-chave na rotina de construção do *SBT Brasil*, que estava indo ao ar à 19h42min. O *SBT Brasil*, no formato atual, é apresentado pelos jornalistas Joseval Peixoto e Carlos Nascimento, que se revezam na bancada. Nos dias em que estivemos na redação, a apresentação foi de Carlos Nascimento e a jornalista Raquel Sherazade.

De acordo com o Editor 5, o *SBT Brasil* começa a ser pensado às 7h30min quando chega à redação uma das editoras-executivas do telejornal. Ela é responsável pela leitura dos jornais, monitoramento de sites, verificação de eventos programados do dia e organização das equipes. Às 9 horas ocorre uma reunião, chamada de reunião de “caixa”<sup>43</sup>, na qual participam editores, produtores e editores das “praças” de todo o país. Elas oferecem matérias ao *SBT Brasil* e informam o que têm de mais importante acontecendo nas cidades. É quando é elaborado um pré-espelho. Começa a ser definido naquele momento o que deve entrar ou ficar de fora. Ou seja, entraram em cena os *gatekeepers* (WOLF, 1997; TRAQUINA, 2016; WHITE, 2016) do *SBT Brasil*, os editores, grupo de profissionais que também são responsáveis pela decisão do que vai ao ar ou não. Sobre as motivações desses selecionadores Robinson destaca:

As decisões do *gatekeeper* são realizadas menos em uma base de avaliação individual de noticiabilidade do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios tanto profissionais quanto organizacionais, como a eficiência, a produção de notícias, a velocidade (ROBINSON, 1981, p. 97 apud WOLF, 1997, p. 186).

---

<sup>42</sup> Como registramos todos os editores e editoras serão tratados aqui como Editor. No caso dos editores do SBT: Editor 5, 6, 7 e 8. Seguindo a sequência, visto que os editores do JN foram tratados como Editor 1,2,3,4.

<sup>43</sup> O nome da tradicional reunião é uma referência a caixa de som que fica em cima da mesa pela qual é estabelecida a comunicação com editores de outras cidades do país (BONNER, 2009). Atualmente, além da caixa de som, em algumas emissoras e para contato em alguns locais, essa comunicação é também feita por meio de videoconferência.

A construção do jornal continua por volta das 13h, quando chegam os editores que vão montar as matérias que irão ser exibidas no telejornal. Isto é, vão escrever textos com o repórter, discutir necessidade de arte, cobrar apuração e informações necessárias para construir a matéria até a hora do jornal, às 19h42min.

No início da tarde, é realizada a primeira reunião de pauta com todos eles. No encontro, editores discutem qual o encaminhamento das matérias, o foco e os motivos da escolha. Naquele dia, o Editor 5 ficou responsável por duas matérias: uma de Brasília, sobre o indulto natalino aos condenados da Lava Jato e outra sobre expectativa de vendas no comércio para o Natal. A primeira foi feita por um repórter de Brasília. É onde a primeira versão do texto é finalizada com editor. Nessa etapa, o repórter e o editor de Brasília, segundo o Editor 5, têm responsabilidade de apurar *in loco* ou com autoridades locais a veracidade das informações, buscar documentos, confirmar dados. Concluída essa primeira etapa, o texto por sua vez é discutido e repassado pelo editor de São Paulo. Na redação, em Osasco, na região metropolitana da capital paulista, todas as matérias são finalizadas e recebem os ajustes necessários para ir ao ar. Cada editor fica com duas matérias, às vezes, uma, de acordo com a complexidade.

A outra matéria sobre o comércio no fim de ano foi feita por uma repórter de São Paulo, que, às 13h, foi para um shopping fazer imagens, entrevistas com consumidores e um economista. Era uma reportagem que estava programada para ser exibida no dia.

No caso da matéria com a retranca<sup>44</sup> Indulto/Lava Jato<sup>45</sup>, algumas características importantes devem ser ressaltadas. Era uma reportagem que, como disse a editora-chefe, vinha “pronta”. Na verdade, vinha pronta é uma forma de dizer que vem com parte da estrutura textual definida: *off*, passagem e necessidade de nota-pé. Repórter e editor de Brasília fazem a apuração e dão a “primeira cara” a matéria, como foi dito acima. Mas é o editor de São Paulo, confiando na apuração do repórter e do editor de Brasília que vai moldar o material, verificar se há contradição, quais os excessos e as faltas. Verifica também se há clareza nas ideias, no uso das palavras, se há necessidade de arte, destacar um documento, pedir arquivo ou fazer alguma explicação específica. No foco, a veracidade das informações e a clareza no relato.

O Editor 5 afirma que superada a fase de apuração e confirmação dos dados, de fato, a outra preocupação é a busca por tornar o texto mais compreensível. Ela admite que, como o

---

<sup>44</sup> Retranca: nome que é dado à reportagem, com duas letras, que resumem o que é a matéria. A retranca é uma identificação que percorre todas as etapas da produção: pauta, texto, edição, grafismos.

<sup>45</sup> Reportagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cGKW93lseUs> - Acesso: 05 de dezembro 2017.

*SBT Brasil* não possui um manual de redação, as decisões sobre expressões, palavras, termos mais compreensíveis para a audiência presumida (VIZEU, 2005; 209) são tomadas a partir de parâmetros próprios. “Eu busco me colocar no lugar do telespectador” (Editor 5, informação oral). Ela acrescenta, no entanto, que mesmo sabendo que se tivesse do outro lado teria um olhar diferente porque o “olhar do telespectador” depende de seu grau de escolaridade.

De acordo com ela, quando há dúvidas sobre o uso de palavras, expressões e termos mais claros para o público, a decisão é tomada depois de uma conversa, seja com editores-chefes, com repórteres; momento no qual os profissionais apresentam sua argumentação sobre o que seria mais fácil para o público compreender, mantendo o texto atrativo, longe do “lugar comum” ou dos clichês. Verificamos a preocupação dos profissionais, quando há tempo para esse debate, em encontrar maneiras de explicar de forma didática, sem representações demasiadamente utilizadas, estereótipos e frases feitas. Essa explicação, no entanto, é para uma audiência que eles imaginam que tem um grau de escolaridade baixa, uma audiência presumida, como afirma Vizeu (2015).

Além do acervo vocabular, pesam na decisão, o tempo que os profissionais têm para finalizar o texto, editar o material e exibi-lo. Com mais tempo entre divulgação e produção, é possível se debruçar e se preocupar com a compreensão sem usar recursos estilísticos, considerados pobres na construção. No caso da apropriação de uma linguagem de outro campo, como o jurídico, a situação pode se tornar mais complicada quando o editor não tem familiaridade com os processos e com as nomenclaturas. Por isso, editores que de alguma forma têm mais conhecimento sobre o assunto são escalados para a moldagem do material.

Essa necessidade de detalhamento de termos e expressões pode ser vistos em reportagem sobre a aprovação dos senadores para criar um fundo eleitoral público, exibida dia 27 de setembro de 2017<sup>46</sup>, na qual identificamos o que o é **dispositivo didático de detalhamento**. Em tom professoral, o repórter busca tornar mais claro o que é um fundo eleitoral público, seus impactos, consequências e como iria funcionar. Para isso, utiliza expressões que representam a ideia de explicação, detalhamento de frases já ditas. Foi o que aconteceu com o uso dos termos: *que nada mais é, a ideia é, em outras palavras, na prática*. A primeira parte do texto da reportagem, a expressão usada foi *nada mais* e serve para introduzir uma explicação com mais detalhes o que os parlamentares aprovaram.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/9f0103fc5e47e846c1ff1a3752b6cdf6/Senado-aprova-criacao-de-fundo-eleitoral-projeto-esta-na-Camara-para-votacao-.html>. Acesso: 05 de dezembro de 2017.

O texto já está na pauta da Câmara. Dinheiro público para bancar campanhas eleitorais [...] Para isso foi aprovado ontem no Senado o projeto que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, *que nada mais é* um Fundo Eleitoral, o valor estimado é de R\$ 1,7 bilhão para as eleições de 2018. (GALTON SÉ, informação oral de reportagem, 2017, grifo nosso).

Em outro trecho do texto da reportagem, depois de explicar o que é o financiamento, tenta detalhar: “*a ideia é* tirar o recurso de dois lugares: do dinheiro economizado com o fim da propaganda partidária eleitoral exibida durante o ano e de 30% dos valores destinado às emendas de bancadas” (grifo nosso).

Podemos observar que as expressões são usadas para dar mais detalhes, explicar com mais clareza, ou dizer de uma maneira mais simples. O uso desses termos busca ampliar a possibilidade de entendimento e garantir o didatismo que jornalistas relatam perseguir na construção de um texto objetivo, claro (PATERNOSTRO, 2006; BONNER, 2009) e acessível para o público do telejornalismo, considerado heterogêneo, plural e disperso.

O Editor 5 lembrou que geralmente não “pega”, não edita, matérias da Lava Jato, mas como o editor que tem total domínio sobre o assunto, estava ausente, ela foi indicada para o trabalho. Ela lembrou que já editou várias matérias sobre o tema, mas não o fez com tanta frequência. O registro foi feito para destacar que ao ter mais domínio sobre o conteúdo que vai ser montado, o editor tem mais possibilidade de “contar melhor a história”. Em telejornalismo, estar preparado para contar qualquer história bem, independente do assunto, é uma virtude valorizada (SQUIRRA, 1995). Mas é também cada vez mais comum, jornalistas especializados ou que têm uma afinidade maior com determinado assunto ou áreas. Uma forma não só de tirar o melhor de quem conhece e acompanha, como evitar erros e imprecisões.

No primeiro contato com o editor de Brasília, por telefone, o Editor 5 foi informada que o texto estava quase pronto às 15h, faltava apenas uma *sonora* de um advogado especialista em Direito Penal, mas com uma base de texto pronto, ele já avisou que seria preciso fazer uma arte em tela cheia. A arte serviria para explicar como funciona o decreto de indulto de Natal que poderia beneficiar 37 condenados na operação Lava Jato. A proposta de texto de arte foi vista pelo Editor 5 que afirmou que seria preciso deixar mais claro. Como ela é a responsável pela clareza e confirmação dos dados, foi em busca do documento no qual o Ministério Público e o Ministério da Justiça explicam os efeitos do indulto e um exemplo de como os condenados podem ser beneficiados.

Para o Editor 5, o uso da arte é essencial nesses relatos com números e regras porque o telespectador não apenas ouve, mas visualiza os números e palavras-chave que podem facilitar o entendimento. Mesmo com toda tentativa de esclarecer e o tom professoral colocado no texto, o editor admite que muitas informações podem se perder ou se sobrepor. Usam, então, o que chamamos de **dispositivo de transcrição em arte**.

Outro ponto discutido pelos editores era a necessidade de resgatar os casos de políticos e empresários que já foram condenados e também beneficiados pelo indulto. “A gente pode citar os mais famosos”, disse o Editor 5 para o editor de Brasília, por telefone. Os mais “famosos” eram políticos que foram condenados no Mensalão, esquema de pagamento de mesadas a parlamentares federais para se manterem na base do governo.

Ela completa: “é obvio pedir, mas às vezes passa”. As imagens dos beneficiários foram pedidas no arquivo. Quando não havia imagens, editores foram em busca de fotos. A ideia era fazer uma espécie de comparação para deixar mais claro qual era o efeito do indulto. Essa comparação acaba, por consequência, também contextualizando, mas sua principal função é mostrar como o resultado de uma decisão atual se assemelha com o resultado de um caso, em geral conhecido, que marcou anteriormente. Entra em cena o que chamamos de **dispositivos didáticos de comparação e dispositivo de contextualização**. Esse último sem obrigação de fazer nenhum tipo de comparação, mas de situar o fato atual dentro de um contexto.

Com a redação informatizada, os pedidos ao departamento de arte e destaques nos documentos oficiais são feitos diretamente por e-mail, mas é o editor que seleciona os trechos e descreve como quer o conteúdo. A arte, com um padrão gráfico do telejornal, reproduz as informações na tela. No caso dos documentos, havia uma nota oficial do MPF e uma reportagem da assessoria de imprensa do MPF no portal institucional. O destaque pedido pelo editor de São Paulo foi para o texto da assessoria. De início, o Editor 5 não concordou, mas porque queria usar trecho do documento oficial. Como não encontrou, resolveu usar os dois: destacou o trecho solicitado por Brasília e outro no documento oficial. Achou que assim deixaria mais claro os motivos do pedido do MPF e as consequências.

Para a Editor 5, muitas vezes o uso de artes e documentos supre a falta de imagem, porém lembra que os recursos se consagraram como maneiras de tentar fixar relatos e tornar a matéria mais compreensível. Em geral, por causa do tempo destinado à matéria, fogem da redundância no uso de documentos ou de falas. Mas, em casos excepcionais recorrem ao

**dispositivo didático de reforço.** No caso dos documentos, ainda tem a função de legitimar a informação que está sendo dita pelo repórter/emissora.

No SBT, um recurso para mostrar a reportagem que está sendo exibida é a tarja de duas linhas. Na primeira, duas palavras destacam o assunto, nesse caso, indulto/natalino. Na segunda linha, uma frase explica do que se trata: “37 condenados na Lava Jato podem ter penas perdoadas”. Nessa construção, especificamente, o Editor trocou “penas extintas” por “perdoadas”, depois de uma sugestão nossa, porque achou mais simples e mais forte.

Aprovado o texto do *off*, passagem, texto de arte e trechos de sonoras, o repórter de Brasília gravou. O Editor 5, enquanto espera o aval para acompanhar a edição de imagens, fez a decupagem<sup>47</sup> de sonoras de um outro VT, vendas do comércio no Natal.

Em menos de 45 minutos para o telejornal entrar no ar, o Editor 5 segue para ilha. Lá já estão as imagens de arquivo, as artes prontas, o *off*. Como o editor de imagem/ de VT não havia iniciado a cobertura do *off*, ela foi dizendo qual imagem seria ideal para cada parte narrada. Uma observação pertinente durante o processo foi o pedido que fez ao editor de imagem para “segurar” o tempo da arte, da transcrição em arte. Ou seja, para que as informações aparecessem na tela no tempo da fala do repórter e de maneira mais lenta para facilitar, leitura e absorção da informação pelo telespectador. Vale ressaltar que o tempo de compreensão é determinado pelos dois profissionais que entram em consenso sobre esse.

Na reportagem que tinha a retransmissão Comércio/natal<sup>48</sup>, o processo foi, naturalmente, diferente. Nesse caso, era uma reportagem que seria feita à tarde e exibida à noite. A pauta com orientações foi entregue à repórter por volta das 13h e havia sido definida por editores e produtores pela manhã. Na reunião de caixa da tarde o Editor 5 recebeu informações e orientações sobre o encaminhamento da pauta.

A matéria falava do otimismo do comércio de fim de ano. A base para construção da reportagem era a fala de um economista. Ele previa, de acordo com sua experiência e com os sinais do mercado, que as vendas do fim de ano seriam melhores que o ano anterior por causa de motivos com a queda na taxa de juros, diminuição do desemprego e pagamento de dívidas dos consumidores feitas com dinheiro liberados das contas inativas do FGTS.

Antes de ir para a rua, a repórter encontrou o Editor 5 na redação e disse que pensavam em encaminhar a matéria. Ela pensou numa arte com informações e números, que, como veremos à frente, foi considerado desnecessário. Durante, praticamente toda tarde, das

---

<sup>47</sup> O processo de decupagem consiste em assistir todo o material gravado para marcar o ponto exato que pode ser usado de uma entrevista, captação de imagem ou da passagem de um repórter. Isto ajuda os editores a encontrarem com rapidez os trechos que desejam usar na matéria.

<sup>48</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5X-eWkJFUw>> . Acesso: 05 de dezembro 2017.

13h às 17h, a preocupação do Editor 5 foi com a reportagem Indulto/Lava Jato. O olhar só se voltou para a matéria do comércio quando a repórter voltou da rua e colocou as gravações com entrevistas e passagem no sistema da empresa. No jargão da televisão: ingestou o material.

Na redação, repórter e editor definem como vão fazer. A primeira iria ouvir novamente todas as falas com as pessoas, que poderiam entrar soltas na matéria ou que poderiam virar personagem na reportagem. Ela fez o que se chama de decupagem, com separação dos trechos das entrevistas que podem, eventualmente, ser usados. O processo facilita a escrita do texto porque é dessa maneira que editores de texto na construção daquela realidade, determinam o teor da fala, o conteúdo simbólico, mas também é onde definem como a entrevista vai contribuir na clareza da reportagem.

O editor, por sua vez, fez o mesmo procedimento, mas com a entrevista do economista. Ela ficou responsável em separar os trechos considerados chave para que fossem usados posteriormente, na íntegra ou em parte: como uma complementação, explicação, confirmação ou reforço de ideais.

Em sua mesa, no computador, o editor ouvia e via as entrevistas e reescrevia o trecho que queria. Assim encaixava, como no mosaico, as falas no texto que estava sendo construído. Em outra mesa, a uns 80 metros de distância, o editor ouvia e separava a fala do economista. Só por volta das 17h30min as duas se juntaram, com nossa presença, para “passar” o texto, como é comum dizer na redação. É o momento em que o editor olha o texto do repórter para fazer ajustes necessários, seja de conteúdo, de forma, fazendo cortes ou acrescentando informações que pensam ser importantes. As ações estão na cultura profissional entendida como um emaranhado de retórica, símbolos, padronizações latentes, representações de papéis, rituais e convenções (GARBARINO, 1982 apud WOLF, 1997, p. 195).

Em conversa, o Editor 5 lembrou que esse segundo olhar busca contradições, problemas de apuração e verifica a clareza do que está sendo proposto pelo repórter. Sem conflitos, a busca na construção do texto era de deixar claro que o fim de ano seria melhor para os comerciantes por causa da suposta melhoria nos dados da economia, confirmados, naquele caso, pela fala do economista. O “mote” da reportagem foi resumido na *cabeça* da seguinte forma: “Faltando pouco mais de um mês para o Natal, os lojistas estão otimistas. As vendas nos shoppings do país devem ser até 7% maior que o ano passado. Vestuário, eletroeletrônicos e calçados lideram a lista de presentes” (Editor 5, informação oral).

Foram destinados à reportagem 2 minutos e para que todas as informações fossem dadas, com a participação do público, as falas duraram poucos segundos, entraram no ar poucas palavras. Segundo o Editor 5, a orientação da chefia do telejornal é a de levar dinâmica ao público com matérias menores e, conseqüentemente, com utilização de sonoras significativas. Nessa reportagem, as sonoras completam a construção textual do repórter, ratificam e explicam. Em um dos trechos a repórter diz: “Hoje tem gente que anda mais otimista. Faz conta, é claro, mas prevê gastar mais do que no ano passado”. A sonora confirma: “Algo em torno de 500, 700 reais, mais ou menos” (TRAVASSOS, informação oral de reportagem, 2017). Na passagem, a repórter diz:

Com o pagamento do fundo de garantia, muitos brasileiros conseguiram limpar o nome e já podem voltar a parcelar o valor dos presentes. Isso aumenta o poder de compra do consumidor e anima o comerciante que voltou a acreditar em Papai Noel. (TRAVASSOS, informação oral de reportagem, 2017).

A expressão “acreditar em Papai Noel” é usada como uma representação de boas notícias, outra forma de dizer que os comerciantes vão se dar bem, receber “presentes”. A maneira como isso vai se concretizar é explicada na sonora, que diz: “Todo lojista espera chegar o final de ano para ganhar um pouquinho mais, vender um pouco mais e se a perspectiva é boa a gente fica feliz, claro”. (TRAVASSOS, informação oral de reportagem, 2017). A fala complementa de maneira explicativa da condução da repórter e legitima sua construção, visto que a entrevistada é a dona de uma loja.

Outro caráter explicativo da sonora vem no trecho seguinte. Na decupagem do material, o editor achou importante destacar um trecho que o economista explica com poucas palavras o papel do comércio na cadeia produtiva. Ela escreve o trecho e diz para a repórter escrever um texto que encaminhe a fala, ou seja, que introduza a explicação. Depois de várias tentativas, editor e repórter, juntas, definem que esse encaminhamento pode ser o seguinte: “O aumento nas vendas do fim do ano estimula a indústria e faz girar a economia no país. Na sequência, o trecho da sonora: ‘A economia depende de todos os setores. Não é um setor que pode comandar, mas o comércio pode ser o primeiro, o que começa a puxar o movimento dos demais setores. É isso o que está acontecendo hoje’” (TRAVASSOS, informação oral de reportagem, 2017). Assim foi ao ar.

### 6.2.1 Rigor e compreensão

No caso de reportagens políticas que envolvem autoridades, decisões de justiça, o didatismo duela ainda mais com a preocupação de evitar erros de apuração e de condução jornalística que divergir com a linha editorial da empresa. Foi o que aconteceu na construção das reportagens do segundo dia de observação.

O dia começou com a participação na *reunião de espelho*<sup>49</sup> do telejornal, às 13h20min. Todos os 15 editores de texto e produtores estavam presentes. No encontro, a editora-chefe distribui tarefas aos editores de texto e guiou-se pelo *espelho* visualizado numa tela. Lá estavam na sequência prevista para exibição todas as matérias que deveriam ir ao ar naquela noite.

Com perceptível domínio do conteúdo de todas as reportagens, ela diz para onde cada VT deve ir. Além do foco que deve ser dado, ligado à impressão, ao efeito que deve ser entregue ao telespectador, a editora-chefe e editores executivos sugerem elementos que podem ajudar no entendimento, na compreensão dos fatos e histórias e, conseqüentemente, na consolidação do encaminhamento.

Na reportagem sobre uma operação da Polícia Federal no Rio de Janeiro para cumprir mandados de prisão contra presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Picciani e deputados, foi consolidada uma discussão sobre a necessidade de realizar dois VTs, um factual, com prisões e cumprimentos de mandados e outro explicando quem eram os integrantes da família do presidente Alerj. Entre eles, um filho que foi preso e outro que é ministro. De acordo com o Editor 6, que acompanhamos naquele dia, era preciso contextualizar. “Se a gente não mostra que a família é poderosa e influente, por meio de uma contextualização, o telespectador que não mora não Rio não vai entender o motivo da notícia”, registra em conversa quando começou a apurar informações sobre a família do presidente do parlamento fluminense. Na reunião, foi onde surgiu também a ideia de resgatar a relação de um dos presos na operação com um ministro do STF, como forma de também contextualizar a prisão, a importância e a influência do personagem.

Na reportagem sobre uma chacina de menores no Pará, o editor de texto foi orientado a ver a necessidade de fazer uma arte que simulasse os assassinatos de quatro jovens e a fuga de dois. Como a base do texto e a apuração seriam feitas pelo repórter e pelo editor de Belém, o editor de São Paulo iria acompanhar e na capital paulista pedir a simulação em arte para

---

<sup>49</sup> Reunião na qual é usada uma página com a sequência das matérias que serão exibidas no telejornal, o *espelho*, numa ordem quase definida.

ilustrar e deixar mais claro, materializando em imagens o que teria acontecido, a partir de relatos de testemunhas legitimadas.

Em outras duas matérias, foi na reunião de pauta que se confirmou o uso de elementos didáticos na construção da realidade. As reportagens eram sobre a divulgação de pesquisa do IBGE que falava sobre a variação no número de casamentos e nascimentos nos últimos anos no país. Na reunião, responsáveis pela produção e editora-chefe lembraram ao editor de texto que ele poderia contar, na matéria com personagens que iriam ilustrar a pesquisa. Essa ilustração, ou personificação, serve como um exemplo da realidade dos números, numa tentativa de humanizar a reportagem, criando o processo de identificação e explicar a pesquisa de maneira mais didática.

Claro, que a escolha do personagem tem a ver com o direcionamento que os jornalistas e o telejornal querem dar ao assunto. O que não exclui seu caráter didático, mesmo que, em muitos casos, se questione as intenções da emissora no relato e detalhamento de determinado assunto. Esses são alguns dos exemplos de que nessa reunião, são pensados elementos do que chamamos de dispositivos didáticos, descritos sob a baliza dos encaminhamentos editoriais do telejornal. São mecanismos para, a partir da intenção, facilitar a compreensão. O que se espera, no entanto, é que por trás de qualquer intenção esteja sustentado o princípio ético, a pluralidade e o rigor na apuração.

E é para evitar erros de apuração que faz o Editor 6 ir em busca de informações sobre a família influente da política, acusada de receber propina. Além de questionar informações que estão no texto da equipe do Rio de Janeiro, recorre às matérias veiculadas em sites de notícias dos concorrentes, que, naquele caso, estavam mais completas. As informações são cruzadas e reinterpretadas.

A responsabilidade jornalística com a apuração e o rigor, com a desconfiança, o compromisso com a curiosidade epistemológica (FREIRE, 1984; 2002) e a transparência é anterior a qualquer tentativa de tornar os fatos compreensíveis para um público extenso. Qualquer tentativa de produzir conhecimento didático e pedagógico perde o seu valor quando na construção da realidade jornalistas não usam argumentos para questionar a legitimidade social e a fé de ofício para se aproximar da verdade dos fatos, e não das verdades individuais corporativas.

A primeira matéria que foi editada naquele dia foi a “factual”. Ela falava sobre os mandados cumpridos, entre eles, o de prisão contra Felipe Picciani e de condução coercitiva

do pai dele, Jorge Picciani e outros deputados<sup>50</sup>. Entre os elementos exigidos para compreensão da reportagem estava a ambientação, para introduzir e localizar ação. “O presidente da Assembleia Legislativa do Rio, Jorge Picciani, foi abordado por policiais assim que desceu do avião, vindo de Minas Gerais.” (SANT’ANNA, informação oral de reportagem, 2017). Editores de São Paulo e Brasília entraram em consenso sobre a necessidade de abrir a matéria com esse “nariz de cera”, que para eles reforçavam o empenho da polícia e o silêncio do acusado.

O tom professoral, com informações repassadas pela Polícia Federal, se concretiza na descrição dos supostos crimes, explicação do modus operandi e apresentação dos valores.

Segundo as investigações da Operação Cadeia Velha, os deputados e mais dez pessoas usavam a influência política para praticar atos de corrupção, por mais de uma década. *O nome da Operação é uma referência a uma antiga cadeia que hoje abriga o prédio da Alerj, no Centro do Rio [...] As vantagens vinham, principalmente, com a aprovação de leis com benefícios fiscais. Em troca, donos de empresas de ônibus repassaram uma fortuna aos deputados. Quase R\$ 76 milhões para Jorge Picciani, R\$ 54 milhões para Paulo Melo e cerca de R\$1 milhão a Edson Albertassi.* (SANT’ANNA, informação oral de reportagem, 2017, **grifo nosso**).

Destacamos duas partes do trecho. Um deles o da explicação sobre o motivo da Operação se chamar Cadeia Velha. Momento que se abre uma espécie de parêntese para lembrar onde nasceu o termo. Explicação necessária quando o nome é introduzido. Num segundo trecho, a palavra fortuna é usada para representar os milhões de reais do suposto esquema. O seu uso, generalista, exige a apresentação dos valores como forma de legitimar a construção textual anterior.

Sobre a cobertura, o Editor 6 afirmou que tem muito cuidado e, geralmente, pede apoio de um outro editor, que autoriza a exibição das matérias depois de uma revisão de textos e imagens finais. Faz isso para confirmar se o texto está compreensível e se condiz com a realidade apresentada pela autoridade policial legitimada para fazer as acusações e apresentar o resultado das investigações. Segundo ela, quando envolve políticos e autoridades, o cuidado para evitar interpretações equivocadas e erros é maior. Por isso, recorre a outro olhar.

Sob esse tipo de cobertura acusatória e, que de alguma forma, semeia um sentimento condenatório contra os ainda suspeitos e acusados, os jornalistas precisam ter mais cuidado. A

---

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oPEbCmIgzXs>>. Acesso: 05 dez. 2017.

“estratégia pedagógica”, com uso de elementos gráficos, sonoras, explicações detalhadas, podem apenas reforçar o discurso de condenação antecipada de investigados. A interpretação, os recortes equivocados das falas da polícia podem ter efeitos extremamente nocivos aos citados e seus familiares. Mas não é só o erro de interpretação que pode fazer nos mecanismos pedagógicos uma arma, a incapacidade do jornalista de questionar, contestar e desconfiar de informações das fontes oficiais, no caso a Polícia Federal, pode provocar danos irreparáveis aos envolvidos, principalmente àqueles que após a investigação são considerados inocentes. As fontes oficiais são aquelas representantes do poder público, que carregam uma carga de poder simbólico, legitimidade. Mas, como lembra Neto (2008), as informações passadas por elas precisam ser checadas como qualquer outra, questionada e se necessário contraposta.

No Brasil, há vários casos de condenação antecipada incentivada pela imprensa que perdeu a capacidade, em casos específicos, de olhar criticamente, desconfiar do óbvio, questionar a generalização de números em nome do espetáculo, de alimentar sua audiência ávida por “justiça”, e ainda de encaixar uma história no tempo da reportagem, da audiência e de um espírito condenatório<sup>51</sup>. Por isso, a preocupação externada pelo Editor 6, mas como não é responsável pela aprovação final, pode ser voto vencido no momento de ver seu trabalho avaliado ou contestado pelo editor de fechamento. De qualquer forma, parece se preparar, buscando informações na internet e acompanhando a troca de palavras, a abordagem dada pelo colega para evitar possíveis equívocos.

Em outro ponto da reportagem, com objetivo de destacar que entre os presos havia dois que foram soltos há alguns dias, divulgou os nomes: Lelis Teixeira e Jacob Barata Filho. O Editor 6 lembrou que na reunião de pauta ficou decidido que para explicar melhor quem são eles e a influência que têm, precisavam recorrer ao episódio que antecedeu essa nova prisão. Por isso, pediu ao setor que arquiva imagens, uma imagem do ministro Gilmar Mendes. O texto da reportagem de Sant’anna (2017) recebeu mais informações ilustrativas: “Os dois haviam sido presos em julho deste ano. Mas foram soltos por *habeas corpus*

---

<sup>51</sup> Podemos citar o que ocorreu com ex-reitor da Universidade Federal da Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que foi preso acusado de atrapalhar investigações contra a Universidade, em 14 de setembro de 2017. A questão é que reproduzindo o “discurso” acusatório da polícia, parte da imprensa local e nacional, estampou na capa dos jornais que o ex-reitor integrava uma organização criminosa que fradou um programa de Educação à Distância no valor de R\$ 80 milhões. Descobriu-se depois que os crimes foram cometidos na época em que o suspeito ainda não era reitor da universidade, que a prisão foi baseada em falas superficiais de delatores. Ou seja, o estrago com a imagem do ex-reitor já tinha sido feito por uma “manchete que vende”. A tentativa de produzir uma informação compreensível foi contaminada pela falta de rigor na apuração, pela irresponsabilidade na divulgação, pela falta de criticidade em relação aos dados e informações das fontes oficiais. A consequência da ação inapropriada da polícia e da justiça, com aval inconsequente de boa parte da imprensa foi a morte do ex-reitor que, em 1 de outubro, dias depois de ser preso e solto (proibido de ir ao campus), cometeu um suicídio.

concedidos pelo ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal. O ministro foi padrinho de casamento da filha de Jacob Barata” (SANT’ANNA, informação oral de reportagem, 2017). O texto tem objetivo explícito de reforçar a relação íntima dos políticos com um ministro do Supremo Tribunal Federal.

A segunda reportagem sobre a Operação Cadeia Velha nasceu da necessidade de explicar a importância e influência da família Picciani na política fluminense. Como dissemos acima, a decisão foi tomada ainda na *reunião de espelho*, às 13h. A contextualização, com regate de episódios passados para situar ou explicar situações atuais, é um recurso didático comum nas reportagens telejornalísticas, mesmo com tempo restrito.

O fator tempo, aliás, prejudica o caráter reflexivo do conteúdo jornalístico, é o que afirma Traquina (2016). A ênfase sobre o acontecimento, e não sobre a problemática, condicionada pela tirania do tempo, torna difícil qualquer trabalho reflexivo:

Devido ao fato de as notícias serem definidas na cultura ocidental como essencialmente uma resposta à pergunta ‘o que há de novo?’, as notícias são elaboradas num quadro temporal muito limitado e são servidas o mais rapidamente possível. (TRAQUINA, 2016, p. 193).

Na redação, segundo o Editor 6, rege a máxima de que o telespectador pode conhecer a história dos envolvidos, mas também não conhecer e para evitar que ocorra um distanciamento por falta de esclarecimento sobre os envolvidos, o resgate de fatos importantes é essencial para situar o acontecimento no tempo.

Na cabeça da reportagem sobre a família Picciani, que obrigatoriamente vem logo depois do material factual, sobre seus integrantes, o Editor 6 vai em busca de informações que mostre a importância do presidente da Alerj para o Rio de Janeiro e qual é o alcance de sua influência. Disse o apresentador chamando a reportagem:

Jorge Picciani é deputado estadual há 20 anos e está no sexto mandato como presidente da Alerj. Considerado um dos políticos mais poderosos do Rio de Janeiro, ele é suspeito de fazer parte da mesma organização criminosa do ex-governador Sérgio Cabral. (Editor 6, informação oral de reportagem, 2017).

No texto, destaque para frases que reforçam a influência e o poder que a família possui: mais de 20 anos como deputado estadual, Jorge Picciani tem um filho que é ministro do atual governo, a família é dona de empresas nas áreas de mineração e criação de gado. Sobre a contextualização, o Editor 8 do *SBT Brasil* destacou:

[...] você falar de Picciani não é como você falar do Aécio, você falar... você tem que contar um pouquinho a história, contextualizar, dar referência para que a pessoa se situe, se aquilo é importante na vida dela ou não. Por que eu vou entender de Picciani se Picciani está lá no Rio?...O cara é presidente da Assembleia, não, *pera aí*, tem toda uma história, tem toda uma coisa por trás e eu acho que isso ajuda a falar para pessoa. Por que escolhi esse VT quase na abertura do jornal? Por que a gente está contando a história do cara lá do RJ? Porque a preocupação de um jornal nacional é ampliar, mas você não pode ampliar, falar sempre macro, você precisa voltar e situar a pessoa na vida dela. O que aquilo é importante para ela, aí você vai pegando a audiência que é outra preocupação que a gente tem (EDITOR 8, entrevista concedida em 14.11.2017).

Óbvio que as frases não são neutras e não são apenas instrumentos para facilitar a compreensão, para contextualizar e situar os personagens dentro de um cenário nacional. Também geram efeitos que podem levar à opinião pública condenar os ainda suspeitos antes de um justo julgamento. É atento à apreensão e construção dessa realidade que os jornalistas precisam ser cautelosos com interpretações superficiais, com construções textuais simplistas, abrindo espaço igualitário para o contraditório com o mesmo didatismo que o faz na acusação.

Não é difícil perceber, que na cultura profissional jornalística, nas redações exista uma ânsia pela acusação desmedida e espetacular, principalmente num momento onde se busca justiça para os casos de corrupção no país. Como parte essencial da democracia, a imprensa não só tem o papel de produzir informação didática e compreensível, como também precisa garantir que ela seja a aproximação do real e não apenas declarações oficiais contaminadas por interesses de grupo ou corporações.

Na cidade de Cariacica (ES), por pouco um pai não era linchado pela população por um erro de informação da fonte oficial (LAGE, 1982). Foi uma das reportagens que acompanhamos no terceiro dia de observação participante no *SBT BRASIL*.

O Editor 7 que observamos, ficou responsável por montar uma reportagem sobre um pai que quase foi linchado em Cariacica porque profissionais do hospital onde o filho dele foi levado o acusaram de espancamento<sup>52</sup>. O bebê estava morto e apresentava marcas por todo corpo. No início, a primeira avaliação era a de que houve espancamento seguido de morte, com o pai sendo o responsável. Depois foi descoberto que o bebê teve problemas de saúde e infecção generalizada, que também provoca hematomas pelo corpo, de acordo com os médicos.

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VWM2RpZ1utM>>. Acesso: 05 dez. 2017.

Por causa dessa “avaliação” preliminar equivocada, o Conselho Tutelar foi chamado e em seguida a polícia. A população tomou conhecimento da suposta agressão e foi para porta da delegacia para “fazer justiça com as próprias mãos”. A matéria focava no erro do hospital, da polícia e no ato “irresponsável” da população; em seguida, a comoção da população.

Nesse caso, o Editor 7 tinha as imagens da matéria que foi exibida na emissora local do SBT, mas aguardava a repórter da cidade fazer uma nova matéria com o desenrolar do caso, contando a história do erro, com as falas dos pais e explicações das autoridades que produziram a confusão. A reportagem seria exibida no local e reeditada para o nacional.



**Figura 15.** Personagem concede entrevista sem se identificar

**Fonte:** *Print Screen* da reportagem no site do SBT Brasil.

O problema estava justamente nessa “reedição”. O texto enviado pela repórter do local possuía detalhes que o Editor 7 considerava desnecessário para um telejornal nacional como: nomes de ruas, do hospital, texto com tom condenatório e *passagem* da repórter com opinião sobre o caso. Com tudo, a matéria enviada ficaria com seis minutos. Um tempo impossível de ser dado a uma reportagem no telejornal que tem, em média, 2 minutos, no máximo, 2 minutos e 30 segundos.

O editor, então, depois de receber o *off* local, buscou fazer cortes no texto e nas entrevistas (sonoras) para enquadrar a história no tempo do telejornal. Também afirmou que precisava focar na forma que a história estava sendo contada. Para conseguir diminuir o texto, cortou o que entendeu serem informações locais. Reformulou o texto colocando na ordem

direta (sujeito, predicado e complemento) e fez cortes nas entrevistas, refez o texto da passagem da repórter e pediu para que ela regravasse.

No caso dessas entrevistas, trechos reforçavam afirmações do repórter feitas após ouvir as fontes. Uma delas é a do pai que seria linchado. Sobre o uso dos personagens e falas, o Editor 7 afirmou:

Tem uns que são fundamentais para você explicar melhor ainda. Naquela do bebê, a gente tinha o pai. Porque por mais que a gente não mostre o rosto dele, veja que a gente não mostrou a gente não identificou, mas dá um peso muito e clareza também. Como a gente diz: colocar na boca da pessoa. É diferente da gente falar alguma coisa e da própria pessoa falar (EDITOR 7, entrevista concedida em 14.11.2018).

O detalhe nesse processo de construção é que durante toda tarde e até uma hora antes do *SBT Brasil* começar, o Editor 7 não tinha texto, imagens ou entrevistas feitas pela repórter de Vitória, porém, para adiantar o trabalho de escolhas das falas, para entender melhor o caso e reconstruir o texto em São Paulo, entrou no site da emissora local para assistir o vídeo da reportagem que foi exibida no jornal do meio dia. Assim, segundo ele, teria noção do material (imagens, sonoras, sobe ambiente) que já possuía. Ou seja, a reportagem estava sendo recontextualizadas (WOLTON, 1997) pelo editor em SP, sem que ele tivesse todas as informações.

Em entrevista, ele destacou que o trabalho dele é “descomplicar” no tempo que ele tem para exibição da reportagem. “A intenção pedagógica do meu trabalho é fazer o mais claro possível para o entendimento do espectador”, relata. Mas o Editor 7 apenas acredita que está fazendo o melhor e afirma que se “estou fazendo bem ou não, quem vai avaliar é a pessoa, mas a intenção existe”.

Para ele, o trabalho didático do editor está na busca de uma linguagem simples, num texto claro, direto, correto, sem gíria ou novas expressões da internet, nem chavões. Regras estas consagradas em manuais de Jornalismo (BARBEIRO; DE LIMA, 2002; PATERNOSTRO, 2006;).

Nessa mesma tarde, o Editor 7 estava responsável por uma outra reportagem. A matéria estava sendo feita por uma repórter de São Paulo e falava sobre o Bitcoin, uma moeda virtual que estava sendo “condenada” pelo Banco Central por não ter garantias<sup>53</sup>. Aliás, a

---

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eSV2Y4jUbas>>. Acesso: 05 dez. 2017.

matéria tinha como foco principal um comunicado do BC alertando para os riscos de investir em moedas como aquela.

De acordo com o Editor 7, o desafio era a partir do comunicado, explicar o Bitcoin, falar dos riscos, mas lembrar que tem muita gente ganhando dinheiro com ela. O foco da reportagem foi passado para ele na reunião de pauta às 13h. Ou seja, a repórter já estava na rua, gravando com especialistas e investidores da moeda quando ele recebeu a tarefa. As informações para repórter, por sua vez, estavam em uma pauta dentro do sistema de produção de texto que o editor tem acesso.

Por volta das 16h, a repórter chegou à redação e já tinha gravado com as fontes: personagem e investidor. Avisou ao Editor 7 que precisava de um tempo para escrever o *off*. Mas, antes mesmo de começar a escrever disse que iria precisar de uma arte animada para explicar como são os investimentos na moeda. Disse que para facilitar, valia a pena olhar uma arte que tinha no *Youtube* que poderia servir como modelo para ser repassado ao editor de arte.

**Figura 16.** Arte explicativa do bitcoin



Fonte: *Print Screen* da reportagem no site do SBT Brasil.

O editor pergunta se as imagens e as entrevistas já foram ingestadas, ou seja, já foram passadas do disco da câmera para a ilha e para os computadores, pois assim ele já poderia ouvir as sonoras e adiantar a decupagem. Foi o que fez. Nessa hora, repórter e editor trabalham lado a lado juntos na construção da mesma matéria.

Por *e-mail*, o editor envia uma mensagem para o departamento de arte pedindo uma ilustração para matéria sobre o Bitcoin. Todas as informações que devem estar na tela são enviadas por ele, inclusive o link do *Youtube* com o modelo de ilustração para facilitar a nova criação.

Sobre as artes nas reportagens, o Editor 7 afirmou que são extremamente importantes. Para ele, matéria que falam de atividades com computador, eletrônicos, do mundo virtual, fica difícil você cobrir com imagens. Mas, segundo ele, também depende muito do cinegrafista. Quando esse profissional tem a sensibilidade que precisa, a arte pode ficar de lado em algum momento. É que, segundo ele, muitas vezes faltam imagens, aí a arte serve não só para explicar, mas para “cobrir” a matéria. “Você viu aqui o editor de imagem reclamando (reclamava que não tinha imagem), então nessa hora você consegue consertar, ou pelo menos melhorar usando uma arte bem-feita” (EDITOR 7, entrevista concedida em 17.11.2017).

O Editor 7 acredita que a estrutura poderia ser melhor e as dificuldades, como falta de pessoal, prejudicam o trabalho. “Quem vem para cá, e eu estou aqui faz um tempo, o SBT é muito peculiar. Você vê quantas coisas a gente levanta, vou lá, peço aqui. O cara que não se encaixa aqui dentro nesse ritmo não consegue desenvolver”, finaliza.

### **6.3 Um olhar sobre os dispositivos nas reportagens**

Mantendo o olhar sobre o didatismo, mas, agora, com foco em reportagens que foram ao ar, vejamos como se dá o aparecimento dos dispositivos. No dia 25 de setembro, por exemplo, uma reportagem trazia dados de mortes em São Paulo provocadas pela poluição<sup>54</sup>. Um dos dispositivos didáticos identificados foi o de comparação. Em um dos trechos da reportagem de Soange Boulos, é feita uma comparação entre o prejuízo à saúde causado pela poluição na cidade de São Paulo e o fumo e ainda com os números de mortes por acidentes de trânsito. “Duas horas no trânsito de São Paulo são tão prejudiciais que fumar um cigarro. Respirar esses gases mata duas vezes mais do que acidentes. Em 2015 foram quase 8 mil mortes no trânsito, enquanto os poluente no ar mataram mais de 11 mil” (BOULOS, informação oral de reportagem, 2017).

---

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/6efaa2e6ba4deb8bebd19d8464c09590/Por-dia-poluicao-do-ar-mata-mais-de-uma-pessoa-no-estado-de-Sao-Paulo-.html>. Acesso: 05 dez 2017.

**Figura 17.** Imagem de fumante usada para fazer comparação



**Fonte:** *Print Screen* da reportagem no site do SBT Brasil

**Figura 18.** Imagem de acidentes de trânsito usada para fazer comparação



**Fonte:** *Print Screen* da reportagem no site do SBT Brasil

A comparação com os fumantes e os acidentes contribui para que o telespectador tenha uma real noção dos impactos. Como nos referimos acima, a comparação apresenta outro parâmetro, oferece o telespectador um outro modelo, uma outra representação que pode ajudar na compreensão. Vale ressaltar que a primeira comparação, com os fumanetes, foi baseada em dados de estudo e especialistas que ofertaram à reportagem números da quantidade de metais pesados que são liberados na queima de combustíveis no trânsito. “Alguns metais pesados atingem os pulmões, entram na corrente sanguínea, causam infarto e

arritmia cardíaca.” (BOULOS,informação oral de reportagem, 2017). No caso da comparação das mortes no trânsito são usados dados reais, 7 mil mortes no trânsito, mais de 11 mil causadas pela poluição.

Na mesma reportagem, a edição fez uso do **dispositivo didático de transcrição em arte** que, como registramos em análises no *Jornal Nacional*, é o uso de números, frases, palavras sobre artes, desenhos na tela para facilitar a compreensão e o entendimento. É usado também quando não há imagem para ilustrar o texto falado pelo repórter. Informação visual com tópicos, frases ou palavras se unem ao texto falado para ajudar na fixação da informação.

Neste caso, para mostrar o impacto dos metais pesados no corpo e como eles afetam o pulmão e passam pela corrente sanguínea, a equipe de arte do *SBT Brasil* usou a tecnologia para produzir uma figura de corpo humano em 3D e na mesma sequência que o texto era lido pela repórter, eram feitas sinalizações na figura. Acima, à direita, os nomes dos metais pesados que não foram falados oralmente, mas disponíveis para leitura do telespectador mais atento. Abaixo, à direita da tela, também foram listadas as doenças que podem ser provocadas pela ingestão de fumaça tóxica. Nesse caso, todos os nomes foram lidos em *off* pela repórter.

**Figura 19.** Arte para explicar efeito de poluição no corpo



**Fonte:** Print Screen da reportagem no site do SBT Brasil

A manipulação e/ou criação de imagens no computador na edição digital foi chamada por Cabral (2011) de realidade expandida. O novo componente imagético, possível por causa dos avanços tecnológicos no processo de edição de imagens, ajuda a dar, de acordo com a pesquisadora, “um sentido mais verossímil e inteligível às notícias, considerando que o uso da tecnologia potencializa o ato comunicativo, acrescentando camadas de sentido às notícias de TV no contemporâneo” (CABRAL, 2011, p. 99).

Em reportagem, também exibida no dia 25 de setembro de 2017, sobre decisão do governo de revogar decreto que extingue a reserva nacional da Amazônia, o dispositivo didático evidenciado é o **contextualização**. O *headline* (SCHLESINGER, 2016), principal ângulo da notícia, está na revogação da decisão, porém não só são seus efeitos e motivos que interessam e ajudam na compreensão. Contextualizar, situar a decisão no tempo e no espaço, permite ao telespectador, principalmente aquele que não havia acompanhado as notícias sobre o fato anteriormente, entender com mais clareza. A contextualização, neste caso, materializa-se no resgate de informações sobre a área de preservação da Amazônia, que havia sido extinta, e a historicização do momento mais recente de decisões relacionadas ao fato<sup>55</sup>. Vejamos nos trechos:

Rica em ouro e outros minérios, a Renca tem 4 milhões de heqitares e conta com terras indígenas. A área está localizada entre os estados do Amapá e doPará. [...] O primeiro decreto liberado no dia 23 de agosto liberou a exploração mineral na região. Cinco dias depois, no entanto, o governo editou um novo, revogando o anterior, mas mantendo a extinção da reserva. A Justiça Federal do Distrito Federal chegou a suspender o decreto (ADJUTO, informação oral de reportagem, 2017a).

Mais do que fato, motivo, consequências, evidencia-se na contextualização o motivo da aparição da reportagem, sua justificativa e importância dentro do contexto do presente.

Em reportagem sobre nova denúncia contra o presidente Michel Temer e ministros que foi lida no plenário<sup>56</sup>, exibida dia 26 de setembro de 2017, o dispositivos didático de **complementaridade** se efetiva na relação entre o texto indireto do repórter e a fala de um entrevistado que foi escolhido para matéria. A complementaridade é um recorte feito numa entrevista, colocado na reportagem para confirmar, explicar ou complementar um trecho de *off* do repórter em discurso indireto. É o discurso direto que complementa e acrescenta, com informações extras, o que o discurso indireto do repórter já adiantou. Muitas vezes, a complementaridade traz uma ratificação de informação, uma confirmação. Mas sua principal característica é de alguma forma complementar o que já foi simplificado pelo jornalista. Foi o que aconteceu em trechos da reportagem de Thiago Nolasco. Em três momentos o recurso foi utilizado.

<sup>55</sup> Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/73c3bb8e292b2b2e8362622b7b4befb1/Governo-decide-revogar-decreto-que-extingue-reserva-na-Amazonia-.html>>. Acesso 05 dez 2017.

<sup>56</sup> Disponível: <http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/9347c4ef0bc96d3b190337a953bee2bf/Nova-denuncia-contra-Temer-e-ministros-e-lida-no-plenario-da-Camara.html>. Acesso 05 dez 2017.

**Figura 20.** Imagem usada para contextualizar revogação de decisão



**Fonte:** *Print Screen* da reportagem no site do SBT Brasil

Num primeiro momento, o repórter diz no texto da reportagem: “A segunda secretária da Câmara começou a ler ao meio dia e nove, a denúncia contra o presidente Michel Temer, os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco” (NOLASCO, informação oral de reportagem, 2017). Espera-se em seguida que o jornalista explique o teor da denúncia, porém, como forma complementar e de legitimação, a edição da reportagem deixou o trecho da fala da segunda secretária, na qual explica o que é a denúncia, complementando trecho de *off*:

Michel Temer e Luís Eduardo Alves, esse último líder do partido entre 2007 e 2013, eram os responsáveis maiores pela distribuição interna dos cargos e por essa razão recebiam parcela da propina arrecadada por Moreira Franco, Geddel Vieira Lima, Eliseu Padilha e, especialmente, Eduardo Cunha (NOLASCO, informação oral de reportagem, 2017a).

Em trecho subsequente, o repórter continua em *off* dizendo que o presidente, independentemente da leitura da denúncia, não quer perder tempo e, concomitantemente, lançou um programa de governo. Como não deu declarações sobre a denúncia, o repórter lembra: “Coube ao ministro de Desenvolvimento Social negar a tentativa de desviar o foco das acusações, com a liberação de R\$ 3 milhões em microcrédito para beneficiários do Bolsa Família” (NOLASCO, informação oral de reportagem, 2017a). Coube ao ministro explicar o motivo do ato que “pareceu” desvio de foco. Disse o ministro Omar Terra: “Não tem cabimento adiar isso só para não parecer que é uma agenda positiva. É uma coincidência a data” (NOLASCO, informação oral de reportagem, 2017a), concluiu.

Em outro trecho, o repórter resume em poucas palavras qual é a posição de um partido sobre a denúncia, no caso, o PSB. O motivo e a forma vieram na fala do presidente do partido de maneira complementar. Diz o repórter: “O PSB fechou questão a favor da denúncia”. O entrevistado complementa: “Por uma decisão quase que unânime, o seu diretório determinou que a gente vote pelo prosseguimento da denúncia também no plenário da casa. E aqueles que votarem de forma contrária estarão sujeitos a sanções e a sanção para este caso prevista, é a expulsão” (NOLASCO, informação oral de reportagem, 2017a).

O dispositivo didático de complementaridade é também um recurso que contribui para a edição ganhar tempo na reportagem. Sem necessidade de interpretação do repórter, o recorte da fala do entrevistado explica o que a edição deseja. O seu caráter didático se fortalece quando é uma explicação bem-feita pela fonte oficial, com carga de legitimidade e todas as nuances da fala, como entonação e pausas. Toda a força simbólica de uma fala original, mesmo dentro de um enquadramento, pode, caso seja relocada de maneira responsável, colaborar com a compreensão dos acontecimentos.

O dispositivo didático de detalhamento está presente no *off* do repórter que tenta, com palavras diferentes, detalhar o que foi dito. Esse recurso difere do recurso **interpretação de fala**, porque no último caso é a interpretação de uma entrevista, da fala de uma fonte, testemunha que precisa ser interpretada.

No dia 28 de janeiro de 2017, em reportagem sobre a decisão de afastar o senador Aécio Neves<sup>57</sup> fica evidente, logo no início, outro dispositivo didático que chamamos de **dispositivo didático de reforço**. Quando uma sonora é usada para legitimar discurso indireto do repórter e, conseqüentemente, esclarecer uma assertiva. Em alguns momentos, como afirmamos, pode se confundir com o de complemento, porque não deixa de ser um complemento. Porém, numa observação mais atenta, é possível perceber que o foco do uso da sonora/entrevista é reforçar a edição. Foi o que aconteceu na matéria. O repórter inicia o texto dizendo:

O ministro Marcos Aurélio Mello não esconde, há uma crise entre os Poderes. Em seguida, entra uma sonora para legitimar. Diz o Ministro: “Estamos diante de uma crise institucional, mas será superada porque nossa democracia veio para ficar” (ADJUTO, informação oral de reportagem, 2017b).

---

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/99451334fb7522d4b19f3449525542fd/Decisao-sobre-afastamento-de-Aecio-Neves-deve-ficar-para-semana-que-vem.html>>. Acesso: 05 dez 2017.

No texto, em geral, vem com termos, números, expressões repetidas, propositalmente para fixar informações importantes. Não geral, o pleonismo vicioso que produz ruídos, na maioria das vezes é um erro e pode confundir. Nesse caso, a repetição é uma redundância proposital, usada para ampliar a margem de possibilidade de fixação do que está sendo dito e afirmado no discurso indireto.

Outro recurso didático também utilizado pelo telejornal do SBT, em algumas reportagens, é o de **personificação**. Apesar de utilizar o recurso com menos frequência do que o *Jornal Nacional*, o *SBT Brasil* também recorre a pessoas que estão vivendo uma situação específica e que são usadas para explicar o efeito de decisões políticas e econômicas, resoluções ou normas. Lembrando mais uma vez que a personificação também é uma exemplificação, mas com personagens reais, que se enquadram no perfil definido pela edição para buscar clareza e identificação.

Em reportagem exibida no dia 29 de setembro de 2017 sobre decisão do STF que iria destravar acordos feitos depois de perdas na poupança<sup>58</sup>, a personificação materializada por dois aposentados que há 30 anos guardavam dinheiro na poupança e que por causa da implantação de vários planos econômicos do país perderam dinheiro, como aconteceu com outros milhares de brasileiros.

**Figura 21.** Seu Luiz e Seu Justino – esperam indenização por perdas na poupança



**Fonte:** Print Screen da reportagem no site do SBT Brasil

No *off* a repórter diz: “Seu Luiz tem 69 anos, seu Justino, 79, eles tinham sonhos quando 30 anos atrás depositavam, religiosamente, suas economias na caderneta de

<sup>58</sup>Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/dab9fe3c0a9ba0f758c76e738bf8e37e/Decisao-do-STF-deve-destravar-acordos-sobre-perdas-na-poupanca.html>> Acesso: 05 dez 2017.

poupança”. A história deles continua sendo contada por meio do discurso direto. Diz Seu Justino: “Uma casa, um apartamento, enfim umas melhorias, um bom carro”. Numa sonora colada, seu Luiz completa: “Esperava um fundo que me garantisse a mim e a minha esposa na velhice, né”?

A importância do exemplo é destacada na passagem da repórter que, textualmente, afirma que eles, como milhares de brasileiros, perderam muito dinheiro com as mudanças de plano. Ressalta ainda que com possível decisão do STF a situação de pessoas na mesma pode mudar. Diz a repórter na passagem: “Mas boa parte do capital deles e de milhares de outros brasileiros foi pelos ares toda vez que o governo federal baixava um plano econômico para conter a inflação. Foi assim com o Plano Verão, Bresser, Collor” (QUEIROZ, informação oral de reportagem, 2017).

A reportagem afirma que ações judiciais correm no Judiciário desde então, alegando que os bancos não aplicaram as mudanças nas datas corretas, embolsando a correção monetária aos donos das cadernetas. E explica que o STF desde 2010 analisa o caso sem que o julgamento fosse marcado. A demora seria causada por ações protelatórias dos bancos e *lobby* no Congresso.

O sentimento coletivo, de pessoas que vivem situações similares, exemplificado nas histórias de vida dos personagens escolhidos, é concretizado com a frase final escolhida para edição da reportagem: “Que essa decisão venha, que seja favorável para que eu e a esposa possamos usufruir desse direito que é justo e certo”, afirmou um dos personagens usados para ilustrar a matéria.

A ambientação foi um dos recursos utilizados pelo repórter Thiago Nolasco para apresentar ao telespectador o clima no Congresso Nacional, às vésperas de uma votação “importante”. A reportagem exibida dia 2 de outubro de 2017 falava sobre o prazo que os congressistas tinham para aprovar a reforma política e deixá-la pronta para valer já em 2018<sup>59</sup>. Para abrir a matéria, uma interpretação entre o que se vê na imagem: “Nem parece, mas o congresso está numa corrida contra o tempo. Essa é a última semana para que deputados e senadores concluam a reforma política” (NOLASCO, informação oral de reportagem, 2017b). A ironia que promove um diálogo entre texto e imagem, parece chamar atenção do telespectador para o clima de esvaziamento em Brasília, apesar da necessidade de os

---

<sup>59</sup> Disponível em : <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/5e83070b44be1fd72a7b9f3194ddf5bc/Congresso-tem-ate-sexta-feira-para-aprovar-mudancas-na-reforma-politica.html>> . Acesso: 05 dez 2017.

parlamentares estarem na Capital Federal para votação de matérias. O texto que realmente representa o ângulo principal vem na sequência com:

As mudanças são tão tímidas que mesmo aprovadas mexem pouco no sistema eleitoral. Na Câmara os Deputados podem analisar o projeto que cria o Fundo Público para o financiamento público de campanha. O dinheiro, cerca de R\$ 1,7 bilhão vira de emendas parlamentares de bancada e do cancelamento da propaganda partidária fora do período eleitoral (NOLASCO, informação oral de reportagem, 2017b).

A função pedagógica é vista pelos profissionais sob duas perspectivas: a) a de usar todos os mecanismos textuais e as ferramentas do telejornalismo para fazer com que fatos, histórias, denúncias sejam entendidos facilmente; b) e na perspectiva da produção de um conteúdo que pode ser de serviço, de denúncia, de interpretação de leis, de decisões na área econômica e de denúncias. Sob a perspectiva do conteúdo, a crítica se volta às linhas editoriais das empresas, seus interesses, que condicionam e direcionam a produção pedagógica. Sob essa perspectiva, só jornalistas mais experientes, com mais respeitabilidade querem ou conseguem enfrentar “as coisas ditas e não ditas” nas redações, mas que direcionam o olhar dos profissionais. Mas é acreditando num jornalismo crítico, emancipatório, dialógico, plural, disposto a resistir, buscando brechas para se libertar sob “naturais” constrangimentos e pressões nesse cenário da mídia brasileira, que vive a esperança e a utopia de muito profissionais.

De acordo com o Editor 8 do *SBT Brasil*, a função pedagógica se concretiza em todo o processo: na linguagem coloquial, no conteúdo relacionado, principalmente ao serviço, na busca de um texto simples e na tentativa de contextualizar fatos que não estão próximos da audiência.

De acordo com ela, pesquisas feitas pela emissora definiram o telespectador como “popular”, que tem dificuldade de entender determinados assuntos, como a Reforma Trabalhista, por exemplo. Por isso para tentar tornar a informação compreensível para esse público, utiliza de várias ferramentas:

A gente está falando de Reforma Trabalhista, mas ontem eu já li sobre Reforma Trabalhista, já vi três jornais de manhã sobre Reforma Trabalhista, né? Tem que começar do zero e tem que esmiuçar mesmo. A própria linguagem. O jeito de falar tem que ser do jeito que a gente conversa. Esse é o parâmetro que eu passo aqui, né? E você tem que usar das artes, tem que usar de mapa, tem que usar... se a sonora é complicada mas ela é importante, você que explique no *off*, é problema do editor vocês esmiuçar aquilo pro,

pro... pra quem está te assistindo. (EDITOR 8, entrevista concebida em 14.11.2017).

Para o editor, a função pedagógica do jornalismo é prestação de serviço, é produzir informação para orientar a audiência. Relata: “Como você ficar bem informado e você ter acesso aos seus direitos [...] Então, tudo isso torna a pessoa mais informada e mais preparada para enfrentar os desafios do dia a dia” (EDITOR 8, entrevista concebida em 14.11.2017).

Ela lembra que é obrigação do editor esclarecer uma sonora quando ela está confusa, de difícil entendimento. Se for necessário, melhor “derrubar” a sonora, mas a informação deve ser explicada em um texto do editor, lido pelo apresentador ou pelo repórter. Acredita que não existe uma fórmula, mas o uso do personagem serve como ferramenta didática de ilustração e identificação: “Eu acho que não existe uma fórmula [...] mas eu acho que o personagem ilustra, sabe? Então você humaniza, dá voz, dá rosto para aquilo que você está falando para as pessoas se identificarem”. O editor admite que a busca pela audiência tem um papel fundamental nessa luta por ser compreendido na construção da realidade:

Se as pessoas estão entendendo o teu jornal e aquilo está fazendo diferença na vida das pessoas, é relevante... aí eu acho que aquilo ela vai te seguir, aí vai ter uma identificação, uma coisa de seguir mesmo de não ser só um dia no outro. Aquilo ali vai mudar, vai ser importante. E vai deixar mais bem informado... aí vai passar a ser aquela coisa do reflexo, da identidade (EDITOR 8, entrevista concebida em 14.11.2017).

Entre os princípios editoriais do jornalismo do SBT, estampado no corredor de entrada da redação dos telejornais, está o “Produto didático” que, segundo o documento assinado em 1998, recomenda que os jornalistas, redatores e repórteres da Casa não podem “complicar a vida do público, mas dar todos os instrumentos para facilitá-la. A informação deve ser simples, transparente, clara e didática” (PRINCÍPIOS EDITORIAIS SBT)<sup>60</sup>

Também figura na lista de princípios o termo “Produto popular”, que significa, de acordo as recomendações, não ser populista ou popularesco. “Porque o público não é uniforme em todos os sentidos. Uma notícia deve ser entendida pela patroa e pela empregada” (PRINCÍPIOS EDITORIAIS SBT).

Com preconceito de classe embutido, o princípio dá a entender que a informação precisa ser consumida pela patroa, que seria a letrada, e a empregada que tem menos

---

<sup>60</sup> Os Princípios Editoriais do Jornalismo do SBT estão estampados em uma placa na entrada da redação. O mesmo texto, com princípios não está disponível no site da emissora. Fotos no Apêndice L, páginas 314-315.

instrução. A construção dos fatos, por sua vez, teria que ter um nível suficiente para agradar todos que nem um nível de educação mediano.

Na conversa com todos os editores do SBT, eles dizem que escrevem para um público popular e por isso a linguagem precisa ser simples e direta, mas sem ser apelativa ou carregada de gírias. A ideia de audiência presumida é ainda fortemente presente e faz parte do senso comum internalizado nas rotinas.

#### 6.4 Interpretação dos dados no SBT BRASIL

Entre os dias 25 e 30 de setembro e 02 e 03 de outubro de 2017 analisamos o aparecimento dos dispositivos didáticos em 24 reportagens exibidas no SBT. A amostra foi aleatória, de vídeos disponíveis no *SBT Brasil*. A partir das características já relatadas, suas funções e objetivos, fomos em busca do aparecimento dos processos que fixam sentido do que é enunciado (RODRIGUES, 1994). Vejamos os números:

**Tabela 3.** Reportagens analisadas no *SBT Brasil*

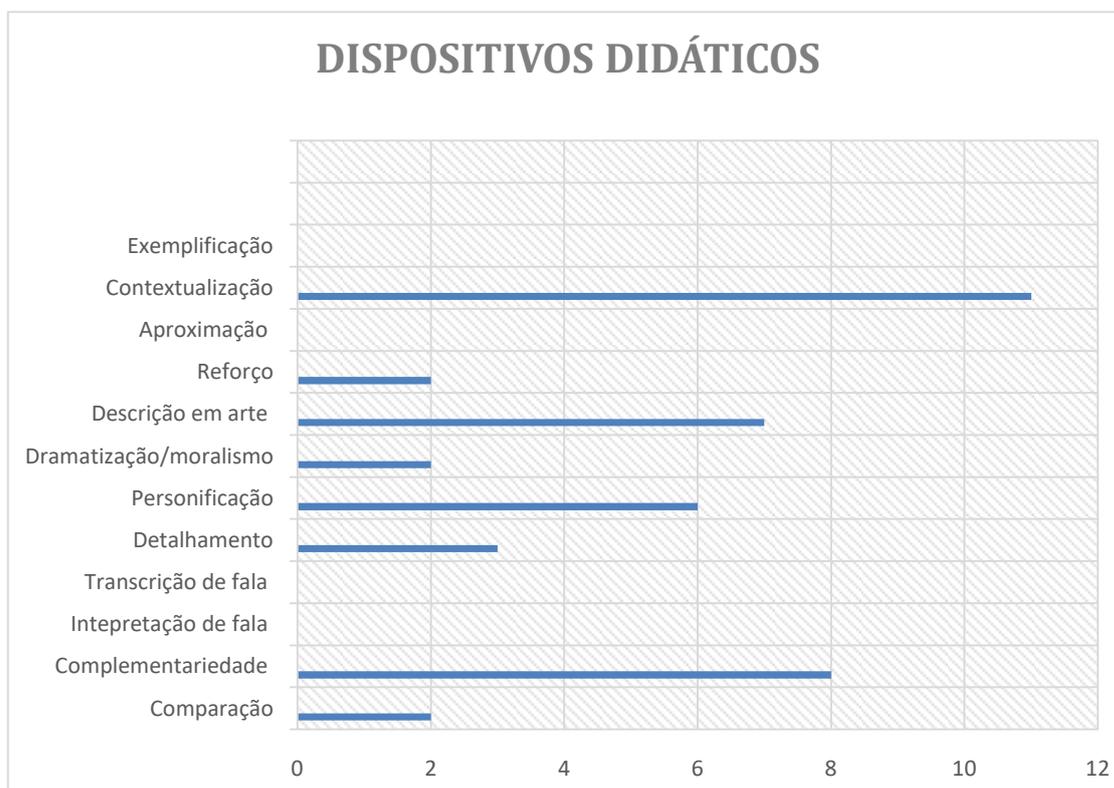
<b>Data de exibição</b>	<b>Nº de matérias analisadas</b>	<b>Dispositivos didáticos</b>
<b>25 SET 2017</b>	3	5
<b>26 SET 2017</b>	3	6
<b>27 SET 2017</b>	3	6
<b>28 SET 2017</b>	3	5
<b>29 SET 2017</b>	3	8
<b>30 SET 2017</b>	3	3
<b>02 OUT 2017</b>	3	6
<b>03 OUT 2017</b>	3	8
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>41</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Inicialmente, podemos registrar que encontramos dispositivos didáticos em todas as reportagens (ver tabela acima). Os dias 29 de setembro e 3 de outubro foram os dias em que mais dispositivos eram utilizados. No dia 30 de setembro, no entanto, um sábado, foi quando encontramos o menor número. Levando em conta a unidade total de 47 dispositivos em 24

matérias, foi uma média de quase dois por reportagem. Abaixo os tipos de dispositivos identificados.

**Tabela 4.** Dispositivos didáticos identificados no *SBT BRASIL*



**Fonte:** Elaborado pelo autor

Nas 24 reportagens analisadas, o maior destaque foi para o dispositivo didático de contextualização que, como vimos, serve para dar um tom contextual ao fato do presente, dando a ele identidade e referência no tempo e no espaço. O recurso foi utilizado em 11 vezes. O dispositivo de complementariedade veio em seguida com oito aparições. A complementariedade surge quando a edição seleciona trechos de entrevistas e sonoras que completam a informação que o repórter começou a dar, mas abriu espaço, ele “deixou” para que o pensamento, ideia ou informação fossem concluídos pela fonte. Logo em seguida, veio descrição em arte. O recurso, como vimos, tem sido muito utilizado por causa do desenvolvimento dos equipamentos de edição digital. Nas ilhas, operadores gráficos criam facilmente a “Realidade Expandida” (CABRAL, 2011), que serve não só para cobrir uma reportagem quando não se tem imagem, como para permitir que informação oral e informações visuais se unam para facilitar a compreensão e absorção da informação pelo telespectador.

O uso de personagens ganhou espaço em seis reportagens. Servem como exemplos reais para ilustrar uma situação que o telejornal quer relatar. A história dos personagens vista se encaixa no quadro de significação que os editores do telejornal querem dar. Quatro matérias trouxeram o dispositivo de identificação; uma maneira, a nosso ver, de introduzir o telespectador no “cenário” da reportagem, com descrições de clima e ambiente.

Detalhamento vem em seguida, com três aparições. No detalhamento, editores alertam com uso de várias expressões que estão detalhando a ideia, frase ou expressão que antecede o alerta. A ideia é dizer a mesma coisa ou algo parecido com uma carga de detalhamento maior.

Comparação, reforço e dramatização/fundo moral foram trazidos em menor quantidade: duas de cada uma. Algumas observações são pertinentes para ilustrar. No caso de comparação, editores trouxeram nas reportagens analisados casos de outro momento para comparar com fatos atuais, gerando a contextualização. Lembrando que, como vimos, predominou a contextualização em muitas das reportagens.

Acreditamos que o dispositivo de reforço apareceu apenas duas vezes pela própria característica do telejornal, relatada pelos editores. Com matérias de no máximo dois minutos, as sonoras usadas não são usadas para reforçar discurso indireto do repórter, mas para complementar, ilustrar, mas não para reforçar.

Apesar de usar personagens, o uso do recurso dramático foi pouco visto nas reportagens. Nas duas vezes, estava ligado ao uso de personagens, mas sem a recriação de histórias de vida, de cenas ou simulação de casos. Por sua vez, verificamos o uso daqueles trechos de sonoras inseridos para deixar mensagem de otimismo, força ou um alerta para o público, uma alerta de “fundo moral”.

Não foram identificados nas matérias, os dispositivos de transcrição de fala, interpretação de fala e exemplificação. No caso do primeiro, muitas falas foram transformadas em discurso indiretos dos repórteres, outras vezes com uso de destaque em documentos.

Com reportagens curtas, a interpretação de fala também ficou de lado. No caso da exemplificação, vale ressaltar que a aproximação com o dispositivo de personificação contribuiu para o seu não uso. Lembrando que a exemplificação pode ser real ou fictícia, mas deve ser trazido explicitamente como um exemplo dado para ilustrar.

Observamos que, independentemente do encaminhamento da matéria, com olhar pessimista ou otimista, editores e repórteres tentam se utilizar do que chamamos de dispositivos didáticos, seja na utilização de sonoras, seja no uso da arte, na escolha das palavras, na ambientação, no resgate de histórias para comparação, contextualização, ou ainda

na ambientação do fato. Esses processos estão naturalizados na rotina jornalística e, mesmo em uma emissora como o SBT, que não tem um Manual de Redação, as práticas se reproduzem. Sinais do didatismo começam nas reuniões que definem os encaminhamentos e elementos da matéria que vão fortalecê-los, seguem pelo trabalho do repórter que, dependendo do grau de autonomia, podem utilizar esses elementos, adaptar ou até modificar. O trabalho, no entanto, é geralmente confirmado ou reestruturado pelo editor que é uma espécie de curador do material captado na rua e que está em processo montagem para exibição.

### 6.5 Uma síntese dos dispositivos didáticos

Na tentativa de esclarecer ainda mais, vejamos, de maneira mais sintética, as características que definem os dispositivos dessa proposta.

**Quadro 2.** Características dos dispositivos didáticos

DISPOSITIVOS DIDÁTICOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
<b>Contextualização</b>	Ao introduzir um assunto se busca fatos, entrevista e episódios anteriores que possam contextualizar o acontecimento atual. Facilita a compreensão de quem não está acompanhando os fatos e precisa saber motivos que geraram os desdobramentos. Muitas vezes, é introduzido por uma palavra que destaca a temporalidade: <i>ontem, nas últimas horas, há um mês, por exemplo.</i>
<b>Complementaridade</b>	Trecho de entrevista (sonora) que complementa, confirma explica, brevemente, e complementa o discurso indireto e interpretações do repórter na construção do texto da reportagem. Servem como legitimação do texto referencial do repórter.
<b>Reforço</b>	Recurso parecido com o de complementaridade porque também o é. No caso das sonoras, aparece na escolha de um trecho da fala que apenas repete o que foi dito, mas como forma de legitimação, visto

que a força está justamente quando falada da fonte principal. Nos textos em geral, vem com termos, número, expressões repetidas, propositalmente, para fixar informação importante. Não gera, no entanto, um pleonasma vicioso. É uma redundância proposital. Usada para ampliar a margem de possibilidade de fixação.

### **Exemplificação**

Uso de exemplos hipotéticos, fictícios ou reais para explicar a adoção de mudanças, a aplicação de decisões ou repercussão de fatos. Aproxima-se do processo de **personificação** quando o personagem é real. Afinal, o uso do personagem também é um exemplo. São usadas expressões como: *por exemplo, como é o caso de*.

### **Detalhamento**

Quando há uma preocupação explícita de esclarecer com mais detalhes o que foi dito. Sua função é buscar novas palavras, expressões que facilite o entendimento do que foi dito. Jornalistas buscam encontrar códigos mapas conceituais e um acervo de conhecimento que sejam compartilháveis com sua audiência presumida, permitindo o entendimento de falas e ressignificações. Palavras comumente usadas: *que nada mais é, a ideia é, em outras palavras, na prática*

### **Descrição em arte**

Descrição de números, frases, palavras, desenhos na tela para facilitar a compreensão e o entendimento. É usada também quando não há imagem para ilustrar o texto falado pelo repórter. Informação visual com tópicos, frases ou palavras se unem ao texto falado para ajudar na fixação da informação.

### **Transcrição de fala**

Recurso usado quando se tem apenas o áudio de um entrevistado e ele é importante o suficiente para que seja colocado. A fala é escrita na tela e é liberada junto com áudio.

### **Interpretação de fala**

Quando jornalistas interpretam trechos de entrevistas que foram separados para a reportagem. Responsáveis pela produção entendem que é essencial manter a sonora (discurso direto), mas também precisam explicar com outras palavras o

---

que a fonte em sua fala legitimou. A interpretação pode ser introduzida por expressões como, *ou seja, isto é, em outras palavras, é como se, na prática*.

### **Personificação**

Uso de personagem, caso concreto, da vida real que represente a situação que se deseja explicitar. O processo de personificação também é de exemplificação, mas diferente do segundo não há casos hipotéticos. Um exemplo real, que se adequa e de encaixe com a abordagem e que sirva como representação da informação que está sendo repassada.

### **Dramatização/fundo moral**

Uso de recursos dramáticos para recontar a história com os personagens reais. Regravado cenas, simulações e refazendo fatos que possam representar o que aconteceu de maneira mais próxima. Trechos são contados na mesma ordem que aconteceu e para deixar a lição de moral dos contos, personagens deixam uma mensagem forte que “deve” ser seguido como exemplo pelos telespectadores.

### **Aproximação**

Repórter se inclui nos dramas, fatos e problemas para aproximar-se. Ele é um cidadão e também sente o que a audiência sente. O uso de pronome e verbos na terceira pessoa (nós), por exemplo, provoca o efeito de inclusão na história. Permite, na sequência, a abertura para um texto mais dialogado, mas informal, gerando a aproximação e na tentativa de “desformalizar” para ajudar na compreensão.

### **Comparação**

Uso de um fato, episódios ou falas do passado para explicar possíveis consequências e efeitos de fatos do presente. Aproxima-se do processo de **contextualização**, mas não é mesmo porque por mais que contextualize não tem esse objetivo principal. Quer fazer com que fatos anteriores, com seus efeitos conhecidos e internalizados, ajudem no entendimento do novo, ou no enquadramento que o jornalista deseja dar ao novo acontecimento.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. Por essa razão a utopia é também um compromisso histórico”*

*(Paulo Freire, 1979)*

Em entrevista sobre o Jornalismo como prática cultural de produção do conhecimento, Eduardo Meditsch (2017) lembrou Paulo Freire, quando ensinou e deixou registrado em seus escritos, que quanto mais competente for o profissional, mais chance vai ter de ser ético e obter respeito dos superiores. Afinal:

A competência lhe abre um “crédito de divergência” dentro da organização em que trabalha. E a brecha que possa conquistar com isso é importante. Afinal, como diz um velho ditado chinês, é nas sementes de hoje que se encontram todas as flores do amanhã (MEDITSCH, 2017, p. 50-51).

Começamos este fim com essa reflexão porque é com fé nas sementes que podemos plantar que resolvemos enfrentar o desafio de pensar o telejornalismo brasileiro na atualidade, mesmo demarcado por interesses de grupos, do mercado, da política. O nosso modelo de mídia, coloca em xeque, sem dúvida, os ideais de transformação da atividade, mas a sua própria complexidade, contraditoriamente, abre grandes brechas para quem acredita na atividade de produção desse conhecimento singular (MEDITSCH, 1992; GENRO FILHO, 2012), que pode contribuir com a emancipação, propulsor de mudanças.

Ao aproximar os saberes da pedagogia de Paulo Freire e aplicarmos à prática jornalística queremos dar um passo para elaboração de um método jornalístico com base na teoria freiriana, sistematizada em *Pedagogia da Autonomia*. Óbvio que a transformação proposta pelo educador leva em conta a capacidade da sociedade também se mobilizar para a mudança, mas é o próprio Freire que entende que é preciso treinar formadores, guias, por isso os saberes da prática educativa focados na atuação de educadores.

Os jornalistas também precisam desse alerta, dessas orientações, que agora fazem parte do que chamamos de saberes da prática telejornalística, uma das dimensões da função pedagógica do telejornalismo, apresentadas neste trabalho. Acreditamos que essa

aproximação pode começar a dar frutos nos cursos de Jornalismo e, em médio prazo, a atuação de profissionais no mercado.

Freire nos ajuda a colocar luz no óbvio. Jornalistas, construtores da realidade e produtores de conhecimento, precisam se comprometer com seu público, lutando, sob qualquer condição de produção e constrangimentos pela manutenção da sua importância e legitimidade, concedida pela sociedade.

Para isso, precisam tomar consciência de seu poder; ser rigoroso no seu método de apuração, seleção e apresentação da realidade; pesquisar para evitar equívocos; ser ético e capaz de chamar atenção para o que é importante; ter capacidade e humildade de refletir sobre sua prática, com acertos e erros; estar convicto que sua luta não é em vão e possibilidade de mudança do cenário que é prejudicial à maioria; ter capacidade de aprender a realidade em todas as suas dimensões para evitar injustiças.

E ainda: ser curioso para desvendar que não pode ser segredo para sociedade; saber escutar para olhar de maneira ampliada e derrotar os próprios preconceitos; rejeitar as discriminações que segregam e não unem; por isso precisa estar disponível para o diálogo, ferramenta do entendimento; ter consciências dos condicionamentos para diante dos limites reverter adversidades; manter o olhar crítico diante da realidade; e ter consciência de que se não é educador da maneira formal, produz um conhecimento que ajuda, muda, estimula a vida em comunidade.

É preciso agradecer a Paulo Freire (1978; 1996, 2000, 2005) pela possibilidade de revisitá-lo e, por meio dos seus escritos, repensar a atual prática telejornalística, tão questionada e em contínuo processo de transformação na sua produção e nas suas formas, na sua linguagem.

Nas entrevistas com editores de texto, na observação participante e nos sentidos deixados nos enunciados das reportagens, nosso estudo nos revelou que a linguagem telejornalística está nos manuais de redação, mas, agora, também é testada no dia a dia, nas negociações comuns das rotinas produtivas. Está no senso comum, nos ideais de escolaridade, formação e capacidade de interpretação de uma audiência presumida (VIZEU, 2005; 2016).

Recorre-se ao que Tuchman (1983) chamou de *news judgement*, perspicácia profissional, um “conhecimento sagrado, a capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas” (TUCHMAN, 2016, p. 125). É esse conhecimento que também define a linguagem simples e acessível proposta pelo telejornalismo que, segundo o Editor 2, não está justificada apenas pelo uso de uma ou outra palavra que é comum ao público, ou da imagem

estereotipada. É algo mais conversado com o público, mais coloquial, numa aproximação com a oralidade (EDITORES 2 e 3, informação oral, 2017).

Palavra e imagem continuam sendo colocadas no centro da *arena*, mas é na capacidade de dialogar, de se complementarem que os fazem cumprir o papel de mexer com as várias formas de sentir e entender. Com o uso da linguagem consolidada, mas em transformação, como vimos, operações na enunciação, entre o verbal e o não verbal, formaram o que chamamos de dispositivos didáticos.

O que chamamos de dispositivos deixam rastros nas reportagens e por meio de inferências, dedução controlada (BARDIN, 2004), da observação participante e entrevistas abertas, passamos a conhecer os motivos dos seus aparecimentos, das formas que se estruturam, onde necessários, quem decide usá-los, quem são os responsáveis pela execução e definição.

Nas análises de 48 reportagens encontramos, em média, dois dispositivos por matéria. Profissionais reconhecem que o uso dos recursos não funciona como interruptor instalado em lugar estratégico e conhecido, que liga e desliga. A necessidade de uma contextualização, de uma comparação, de uma arte, de exemplificação, interpretação, um reforço, um complemento, da dramatização, aproximação, vem com o decorrer do entendimento do que se quer com a matéria e reconstrução dos fatos. Na recontextualização do material trazido pelos repórteres.

Os dispositivos nascem da necessidade de quem está envolvido, de experiências pessoais, do nível de conhecimento e capacidade de reinterpretação, por meio da projeção sobre o perfil do telespectador e o com compartilhamento de dúvidas e ideais com os colegas. Como lembra o Editor 2:

Eu acho que vai muito de uma autocrítica geral, da equipe quando assiste o resultado final, porque a gente sempre revisa antes de mandar. A gente sempre conversa com os colegas, né? “Pessoal, olha, se eu disser isso dá para entender?” [...] “Se eu disser dessa forma dá pra entender?” Todo mundo disse, “Ah, dá, fica tranquila” [...] Depois que eu reviso o material, um editor do Rio ou de São Paulo ou de qualquer outra praça que esteja amarrando tudo, ele vai revisar o meu material também, então aí passa pelo senso crítico dele, se o público entendeu realmente ou não, se dá para uma pessoa entender ou não. (EDITOR 2, entrevista concedida em 25.01.2018)

Também interferem nessa tentativa de ser compreensível, através dos dispositivos didáticos, a cultura cronometrada (SCHLESINGER, 2016), que determina o alcance de práticas e processos estabelecidos nas rotinas da redação. Por causa da chamada falta de

tempo, do tempo curto, sobra superficialidade, conexões malfeitas e relatos incompletos. Falta exemplificação, personagens que ilustrem a reportagem, uma arte com um gráfico que pode esclarecer questões difíceis de entender num primeiro e único momento dos telejornais ao vivo (PATERNOSTRO, 2006).

O estudo nos mostrou ainda que a busca pelo didatismo está naturalizada nos procedimentos e processos de apuração, seleção e apresentação (WOLF, 1997). Toda rede profissional é treinada para facilitar a apropriação de conteúdos de várias áreas e simplificar a forma de falar sobre eles. Estão das ideias que geram a sugestão de pauta à estruturação e alocação da reportagem no espelho do jornal. Estão nas ideias que geram a sugestão de pauta a estruturação e alocação da reportagem no espelho do jornal. Nessa conexão, se um falhar, o outro tem obrigação de consertar o erro, retirar os possíveis ruídos e inserir elementos. É o que reflete a Editor 2:

Então, assim, é um trabalho que tem que ser, desde o princípio, pensado dessa forma. Se não, o editor, no final, ele não vai ter elementos para refazer a reportagem. Ele pode, no máximo, buscar alguma ajuda com algum recurso gráfico, com alguma coisa. Mas se o repórter não tiver tido essas informações em mãos pra colocar no texto, pra colocar em imagens, pra colocar em uma entrevista, aí a matéria não existe [...] A TV não existe individualmente. O processo de telejornalismo, ele por si só, ele não existe enquanto indivíduo. Se não for um processo coletivo, ele está morto desde o princípio. (EDITOR 2, entrevista concedida em 25.01.2018).

Editores entrevistados também admitem que a capacidade dos profissionais de olhar e enxergar a realidade de maneira plural, o rigor adotado na apuração, o acervo de conhecimento, principalmente de produtores, repórteres e também editores, são preponderantes na hora de levar à redação e ao telespectador algo que, supostamente, é de fácil entendimento, de fácil compreensão.

O termo supostamente é usado porque o retorno sobre profissionais produzindo conhecimento compreensível não vem de pesquisas frequentes, ou de um monitoramento rigoroso nas redes de contato com as emissoras. Vem, principalmente, da imagem idealizada que se tem do público, do retorno por meio de elogio ou reclamação pelo telefone, do consenso profissional que se estabelece nos contatos feitos na redação.

Por isso, manuais de redação, apesar de ainda utilizados, perdem espaço para regras pontuais e experimentações na linguagem, provocadas pela exigência da audiência, que se manifesta por meio de redes sociais de mídia e pela apropriação de novos recursos tecnológicos. A Editor 2 explica:

A gente não tem um manual, um livro pronto e editado, porque o processo de telejornalismo hoje, pelo menos na afiliada da Globo ou na Globo propriamente, ele está em construção, a gente está em processo de discussão de linguagens, como a gente pode chegar no público e passar para o público a informação da maneira que ele compreenda da melhor forma, que as plataformas possam convergir. (EDITOR 2, entrevista concedida em 25.01.2018).

Concluimos este trabalho com a certeza de que o telejornalismo, pelo seu alcance, pelas possibilidades do formato e sua capacidade de envolver, emocionar tem uma função pedagógica natural. Mas deve ser usado de maneira responsável, ética, com sensibilidade para as demandas sociais, defendendo a justiça social (GUARESCH; BIZ, 2017) e o bem comum.

Os saberes apresentados aqui apontam para o caminho de um método que exige consciência educativa, responsabilidade, proteção ao público e capacidade de se dar com as adversidades na prática profissional. Aderir a eles é concordar que a profissão tem um papel fundamental para contribuir com a emancipação de homens e mulheres.

De fato, essa forma de compreender a atividade, é um passo importante, mas que só se concretiza com o uso responsável da linguagem e dos dispositivos didáticos. Ou seja, se as formas de dizer e o uso de suas ferramentas estiverem sob a redoma dos saberes.

Fechamos aqui com a certeza de que há muitas trincheiras a se abrir. No fortalecimento dos saberes telejornalísticos, na descrição e aperfeiçoamento dessa linguagem e de seus dispositivos. Afinal, enquanto alguém produzir conhecimento singular para o telejornalismo, de maneira ética, responsável, com inegociável busca pela verdade, pelo pluralismo: a chama da função pedagógica estará acesa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADJUTO, D. **Governo decide revogar decreto que extingue reserva na Amazônia.** Sistema Brasileiro de Televisão, São Paulo, 2017a. Reportagem veiculada dia 26.09.2017. Reportagem realizada para o SBT Brasil. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/73c3bb8e292b2b2e8362622b7b4befb1/Governo-decide-revogar-decreto-que-extingue-reserva-na-Amazonia-.html>> Acesso 05 dez 2017.

\_\_\_\_\_. **Decisão sobre afastamento de Aécio Neves deve ficar para semana que vem.** Sistema Brasileiro de Televisão, São Paulo, 2017b. Reportagem realizada para o SBT Brasil. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/99451334fb7522d4b19f3449525542fd/Decisao-sobre-afastamento-de-Aecio-Neves-deve-ficar-para-semana-que-vem.html>>. Acesso: 5 dez 2017.

ALMEIDA, F. **Após “alerta apocalíptico” do SBT, Record também sai em defesa da Reforma da Previdência.** RD1. 02 mai. 2017. Disponível em: <<https://rd1.com.br/apos-alerta-apocaliptico-do-sbt-record-tambem-sai-em-defesa-da-reforma-da-previdencia-veja/>>. Acesso em: 15 out.2017.

AZNAR GÓMEZ, H. **Los códigos éticos no sirven.** Em Sala de Prensa: web para profesionales de la comunicación iberoamericanos, ano 6, volume 3, número 75, janeiro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Los códigos éticos del periodismo y la responsabilidad de los profesionales.** En Razón y Palabra: primera revista digital en Iberoamérica especializada en comunicología, ano 9, número 40, agosto-setembro 2004.

BACHELARD, G. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BARBEIRO, H. & LIMA, P. R. **Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia na TV.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

BARBOSA, R. **A imprensa e o dever da verdade.** São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 80 p. (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 2)

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2004.

BAUER, M.W; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BECKER, B. **Televisão e Telejornalismo: transições.** São Paulo-SP: Estação das Letras e Cores, 2016.

\_\_\_\_\_. **500 anos do descobrimento nos noticiários da TV.** In: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; MOTA, C. Telejornalismo a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006.

\_\_\_\_\_. **Todos juntos e misturados, mas cada um no seu quadrado: um estudo do RJTV 1ª edição e do Parceiro do RJ.** Galáxia (São Paulo, Online), n. 24, p. 77-88, dez. 2012.

BELTRÃO, L. **Métodos no Ensino da Técnica do Jornalismo.** São Paulo, UESP, 2007.

BENETTI, M.; FREITAS, C. **A fenomenologia da memória e o “homem capaz” do jornalismo.** Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul – v. 14, n. 28, jul./dez. 2015, p. 167-185

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Pluralismo e Crise de Sentido.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BILBENY, N. **Ética del periodismo: La defensa del interés público por medio de una información libre, veraz e justa.** Periodismo Activo 2, Barcelona: 2014

BOMTEMPO, C. **Governo vai enviar ao Congresso nova proposta de socorro aos Estados.** Jornal Nacional- Rede Globo, Brasília, 21 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/governo-vai-enviar-ao-congresso-nova-proposta-de-socorro-aos-estados.html>> Acesso: 15 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Novas regras de benefícios vão reduzir gastos em quase R\$ 20 bilhões.** Jornal Nacional- Rede Globo, 2014a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/novas-regra-de-beneficios-vai-reduzir-gastos-em-quase-r-20-bilhoes.html>> Acesso: 25 de março de 2015

\_\_\_\_\_. **Governo anuncia aumento do rigor na concessão de benefícios sociais.** Jornal Nacional- Rede Globo, 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/governo-anuncia-aumento-do-rigor-na-concessao-de-beneficios-sociais.html>> Acesso: 25 de março de 2015

BONNER, W. **Jornal Nacional: modo de fazer. Rio de Janeiro:** Editora Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. **W. Ex-deputado provoca acidente e assume estar bêbado em SC.** Jornal Nacional, Rede Globo. 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/12/21.html#!v/6373484>> Acesso em 30 de dezembro de 2017.

BOULOS, S. **Por dia, poluição do ar mata mais de uma pessoa em SP.** SBT Brasil: SBT, 2017. Disponível em: <http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/6efaa2e6ba4deb8bebd19d8464c09590/Por-dia-poluicao-do-ar-mata-mais-de-uma-pessoa-no-estado-de-Sao-Paulo-.html>. Acesso em dezembro 2017.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL, A. **Telejornalismo Imaginário: memórias, estudos e reflexões sobre o papel da imagem nos noticiários de TV.** Editora Insular, Florianópolis, 2012.

BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia.** São Paulo: Paulus, 2005

BREED, W. **Controle Social na redação. Uma análise funcional.** In: Jornalismo: questões, teorias e estórias. TRAQUINA, N. Jornalismo: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular. 2016.

BRUM, E. **A menina quebrada.** Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

CABALLERO, C. R. **Ética no jornalismo.** Entrevista concedida em 06 de setembro de 2017, Barcelona.

\_\_\_\_\_; MASIP, P.M; SANZ, J.L.M. **La ética y el derecho de la información en los tiempos del postperiodismo.** Congreso Internacional de Etica y Derecho de la Información, ISBN 978-84-612-0082-5, págs. 509-530, Valência, Espanha, 2007.

\_\_\_\_\_. **¿Una ética del ciberespacio o una ética en el ciberespacio? Análisis de códigos de autorregulación de la profesión periodística.** Universitat Ramon Llull, 2008.

CABRAL, A. **Realidade Expandida:** narrativas do digital, edição e produção de sentidos no telejornalismo. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2012.

\_\_\_\_\_. **Tal como parece ser: a ideia de verdade no telejornalismo contemporâneo.** Artigo apresentado em VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, UMEESP (Universidade Metodista de São Paulo). Novembro de 2008a.

\_\_\_\_\_. **A edição não linear digital e a construção da notícia no telejornalismo contemporâneo.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008b.

CAPUTO, Stela Guedes. **Metaentrevista com Muniz Sodré.** In: CAPUTO, Stela Guedes. Sobre Entrevistas – Teoria prática e experiências. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARVALHO, A. DIAMANTE, F. BRUNEIRA, T. UTSCH. **Reportagem na TV: como fazer, como produzir, como editar.** São Paulo: Editora Contexto: 2010.

CASSETTI, F.; CHIO, F. **Análisis de la televisión:** instrumentos, métodos y prácticas de investigación. Barcelona: Paidós, 1999.

CATRACA LIVRE. **O Globo é acusado de manipulação com Lula e dinheiro de Geddel.** Catraca Livre. São Paulo, 2017. Disponível em: <  
<https://catracalivre.com.br/geral/politica/indicacao/o-globo-e-acusado-de-manipulacao-com-lula-e-dinheiro-de-geddel>>. Acesso: 11 de set de 2017.

CERQUEIRA, L. **As verdades e verdades do Correio da Paraíba e do Jornal da Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma reflexão sobre os mecanismos didáticos na construção da realidade- a função pedagógica do telejornalismo.** XIV CONGRESSO INTERNACIONAL IBERCOM. São Paulo-SP, 2015.

CHRISTOFOLETTI, R. **A preocupação com a ética: tradição e futuro**. Jornalismo em perspectiva, UFSC, Florianópolis, 2007. Disponível: <<https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/preocupacao-etica.pdf>>. Acesso em: 01 de jul. 2017.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **A natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CORCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Editora Edusc: Bauru, 2001.

CORDEIRO, W. R. **Jornais digitais e a crise: um ponto de virada da nova era?** Portal Comunique-se. 28 ago. 2017. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/jornais-digitais-crise-virada-nova-era/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CORNU, D. **Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

COUTINHO, I. **A dramaturgia do telejornalismo**. Editora: Mauad, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_.; MUSSE, C.F.; **Telejornalismo, narrativa e identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional**. In: 40 anos de telejornalismo em rede nacional: olhares críticos. VIZEU, A.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. (Orgs). Insular Florianópolis, 2009.

DELFONSO, M. R., **Entrevista: A função pedagógica no SBT Brasil**. Entrevistador: Laerte Cerqueira. São Paulo. Entrevista concedida dia 14 de novembro 2017. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita nos Apêndices.

DI FRANCO, C. A. **Jornalismo, ética e qualidade**. Editora Vozes: Petrópolis- RJ, 1996.

DUARTE, H. **IBGE mostra números dramáticos do mercado de trabalho em 2016**. Jornal Nacional - Rede Globo. Rio de Janeiro, 23 de fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/ibge-mostra-numeros-dramaticos-do-mercado-de-trabalho-em-2016.html>>. Acesso em: 15 de mar. 2017.

DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

ECHEVERRIA, R. **As representações sociais do Nordeste no Jornal Nacional**. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2017.

EKSTRÖM, M. **Epistemologies of TV journalism- A theoretical framework**. London: Sage Publications, 2002.

\_\_\_\_\_. **The Validity of TV Journalism: Theoretical Starting Points for Critical Journalism Research**. London: Sage Publications, 2004.

EMERIN, C. **O poder da linguagem telejornalística**. In: EMERIN, C.; FINGER, C.; PORCELLO, F. Telejornalismo e Poder. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

FAUSTO NETO, A. **O corpo falado**: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras. João Pessoa: UFPB/PROED-MEC, 1988.

FERREIRA, T. **Inflação e taxa básica de juros tendem a cair ainda mais em 2017** – Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/inflacao-e-taxa-basica-de-juros-tendem-cair-ainda-mais-em-2017.html>>. Acesso: 20 março 2017.

FERRÉS, J. Televisão e Educação. Porto Alegre: Arte Médicas, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ação, cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Professora sim, tia não**: as cartas a quem ousa me ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.

\_\_\_\_\_.; GUIMARÃES, S. **Sobre Educação**. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_.; GUIMARÃES, S. **Sobre Educação**. Volume 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAS, C.; ARAÚJO, A. **Previdência: o futuro em jogo**. Central Record de Comunicação. São Paulo, 02 mai. 2017. Reportagem realizada para Série do Jornal da Record. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/series/serie-jr-previdencia-o-futuro-em-jogo-08052017>>. Acesso em: 15 out.2017.

GADINI, S. **Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo**: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. Revista Famecos – Porto Alegre, nº 33, agosto de 2007.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 2012.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade** São Paulo: Editora Unesp, 1991

GOMES, R. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, M., DESLANDS, S.F. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, M. R. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker Editores/ Edusp, 2000.

GOMIS, L. **Teoria del periodismo** – Como de forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2011.

GUARESCHI, P. **Mídia e Pós-Verdade na Contemporaneidade**. Palestra realizada no I Seminário de Mídia e Pós-verdade, UFPE, Recife-PE, 15 de mar 2017.

\_\_\_\_\_. **Direito Humano à Comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

\_\_\_\_\_.; BIZ, O. **Mídia, Educação e Cidadania**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

\_\_\_\_\_. et al. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUERRA, J L. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. Tese (Doutorado) Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia, UFBA. Bahia, 2003.

GUTMAN, J. F. **Formas do telejornal: um estudo das articulações entre valores jornalísticos e linguagem televisiva**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Bahia, 2012.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL. S. **El trabajo de la representación**. Cap. 1, pp. 13-74. Traduzido por Elias Sevilla Casas. In: *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications, 1997.

\_\_\_\_\_. et al. **A produção social das notícias: o “mugging” nos media**. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Florianópolis: Insular, 2017.

HERSCOVITZ, H. **Análise de Conteúdo em jornalismo**. In: *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. LAGO, C. e BENETTI, M. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

HERREROS, M.C. **La información em televisión: obsesión mercantil y política.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

JACOMETO, H. **Jovem devolve celular perdido e não aceita recompensa, mas pede emprego.** Jornal Nacional- Rede Globo. Goiânia, 24 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/jovem-devolve-celular-perdido-e-nao-aceita-recompensa-pede-emprego.html>>. Acesso: 15 de março de 2017.

JOBIM, D. **O espírito do Jornalismo.** São Paulo, SP: Com Arte-Edusp, 1992.

JOCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KAPUSCINSKI, R. **Los cinco sentidos dos periodistas.** : México: Nuevo Periodismo2003.

KARAM, F.J.C. **A moral profissional e a ética jornalística.** UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://monitorando.files.wordpress.com/2009/09/moral-profissional-e-etica-jornalistica.pdf>>. Acesso em: 01 de jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo, ética e liberdade.** São Paulo- SP: Summus Editorial, 2014.

KOTSCHO, R. **A prática da reportagem.** São Paulo: Ática, 2005.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir.** São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, N. **Estrutura da notícia.** São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Linguagem jornalística.** São Paulo: Ática, 1990.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e literatura.** São Paulo: Ed. da Unicamp, 1995.

LIMA, V. A de. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília e Fundação Perseu Abramo, 2011.

LIPPMAN, W. **Estereótipos.** In: STEINBERG, C. (org.). Meios de comunicação de massa. São Paulo: Cultrix, 1966.

\_\_\_\_\_. **Opinião Pública.** Petrópolis, RJ. Vozes: 2006.

MACHADO, E. **O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo.** Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 23-34, 2005.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MELO, J. M. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus: 2016.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

McCOMBS, M. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petropolis: Vozes, 2009.

MEYER, P. **Precision Journalism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MEDINA, C. \_\_\_\_\_. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, E. **Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência Universidade de Verão, Setembro de 1997. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsh-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>>. Acesso em 28 de julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Paulo Freire e o estudo da mídia**: uma matriz abortada, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-paulo-freire-estudo-midia.pdf>>. Acesso em 29 de set. 2017.

\_\_\_\_\_. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis, Ed. UFSC, 1992.

\_\_\_\_\_. **Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no Jornalismo**. Comunicação & Educação, São Paulo, maio/ago de 2003.

\_\_\_\_\_. **Os múltiplos framings do acontecimento no jornalismo**. In: VOGEL, D.; MEDITSCH, E.; SILVA, G. **Jornalismo e Acontecimento: tramas conceituais**. Vol.3. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2013.

\_\_\_\_\_. **O jornalismo como prática cultural de produção do conhecimento**. In: SILVA, F.F. SOUSA, J. NUNES, P. **Escutas sobre Jornalismo**. João Pessoa: Editora CCTA (e-book), 2017.

\_\_\_\_\_.; FARACO, M. **O Pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia**. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.26, n.1, 2003. Disponível em:<<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1031/932>>. Acesso em: 16 agosto de 2017.

MELLO, E. PRF-3 TV Tupi – Difusora e Imagens do dia: o pioneirismo da televisão no Brasil. In: VIZEU, A.; Mello, E.; PORCELLO, F. COUTINHO, I. **Telejornal e Praça Pública**. Florianópolis: Insular, 2015.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional**: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Concessões de canais.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/concessoes-de-canais.html>>. Acesso: 20 setembro 2017.

MESQUITA, G. B. **Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo.** Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2014.

MINAYO, M., DESLANDS, S. F. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOSCOVICI, S. **A representação Social da Psicanálise.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1978.

MOSQUERA, J. **Dilma Rousseff anuncia 13 novos nomes que vão compor ministério.** Jornal Nacional- Rede Globo, Brasília, 23 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/dilma-rousseff-anuncia-os-13-nomes-que-vaocompor-o-novo-ministerio.html>>. Acesso: 25 de março de 2015

MOTA, C. **Imagens de guerra e dor: a memória do tempo presente.** In: VIZEU, A.; Mello, E.; PORCELLO, F. COUTINHO, I. **Telejornal e Praça Pública.** Florianópolis: Insular, 2015.

NETO, V. **Condenados devem começar a cumprir pena imediatamente, diz STF.** Jornal Nacional-Rede Globo. Brasília, 17 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/condenados-devem-comecar-cumprir-pena-imediatamente-diz-stf.html>> Acesso em: 15 de jul. 2016

\_\_\_\_\_. **Veja o que muda com decisão do STF sobre cumprimento de pena de prisão.** Jornal Nacional - Rede Globo. Brasília, 18 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/veja-o-que-muda-com-decisao-do-stf-sobre-cumprimento-de-pena-de-prisao.html>>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

NETO, J.E.C. **Reportagem de Televisão:** como produzir, executar e editar. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

NOLASCO, T. **Nova denúncia contra Temer e ministros é lida no plenário.** SBT Brasil: SBT, 2017a. Disponível: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/9347c4ef0bc96d3b190337a953bee2bf/Nova-denuncia-contr-Temer-e-ministros-e-lida-no-plenario-da-Camara.html>>. Acesso: 05 dezembro 2017.

\_\_\_\_\_. **Congresso tem até sexta para aprovar mudanças na reforma política.** SBT Brasil: SBT: 2017b. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/5e83070b44be1fd72a7b9f3194ddf5bc/Congresso-tem-ate-sexta-feira-para-aprovar-mudancas-na-reforma-politica.html>>. Acesso 05 de dezembro.

OLIVEIRA, D. **Jornalismo e Emancipação:** uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba (PR): Appris Editora, 2017

OLIVEIRA, F.O.; WERBA, G. **Representações Sociais**. In: STREY, Marlene Neve (Org.) *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 6º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PARK, R. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento**. In: STEINBERG, C. (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1966.

PATERNOSTRO, V. I. **O texto na TV**. Rio de Janeiro: Editorial Elsevier, 2006.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O.; ADGHIRNI, Z. L. **Jornalismo e Sociedade: Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

PEREIRA, W. **Crônica: a arte do útil ou do fútil?** João Pessoa: Idéia, 1994.

PEUCER, T. **Os relatos jornalísticos. Tradução: Paulo da Rocha Dias**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Volume I, nº2, 2º Semestre 2004, pp 13-29.

PORCELLO, F. **TV e Poder: as relações sombrias que ajudam a fazer a história recente do Brasil**. In: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; MOTA, C. *Telejornalismo a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006.

PORCELLO, F.; RAMOS, R. **Âncora na TV: a celebração do discurso do poder**. In: PORCELLO, F.; VIZEU, A.; COUTINHO, I. *Brasil (é) ditado*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

QUEIROZ, S. **Decisão do STF deve destravar acordos sobre perdas na poupança**. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/dab9fe3c0a9ba0f758c76e738bf8e37e/Decisao-do-STF-deve-destravar-acordos-sobre-perdas-na-poupanca.html>>. Acesso: dezembro 2017.

REZENDE, J.G. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo. Summus Editorial, 2000.

RICOUER, P. **O percurso do reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RIVIÈRE, M. **El malentendido: como nos educan los medios de comunicación**. Barcelona: Icària Editorial, 2003.

ROCHA, H. e MELO, M. C. **Jornalismo construtivista e a zona de desenvolvimento proximal: Epistemologia, naturalização ou mudança social**. SBPjor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Curitiba –PUC/PR, Novembro de 2012.

RODRIGO-ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

RODRIGUES, A. D. **Comunicação e Cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

\_\_\_\_\_. **O acontecimento.** In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias.* Florianópolis: Insular, 2016.

SADENBERG, C. A. **O que muda com a Reforma Trabalhista.** São Paulo. Central Globo de Jornalismo. 11 jul. 2017. Comentário feito ao programa *Jornal da Globo*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/carlos-sardenberg/v/o-que-muda-com-a-reforma-trabalhista/6001290/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SARTORI, G. **Homo Videns: televisão e pós-pensamento.** Bauru, SP: Edusc, 2001.

SANT'ANNA, L. **Presidente da Alerj é alvo de condução coercitiva.** SBT Brasil: SBT. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oPEbCmIgZXs>>. Acesso: 05 dezembro 2017.

SCHELESINGER, P. **Os jornalistas e a sua máquina do tempo.** In: *Jornalismo: questões, teorias e estórias.* TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias.* Florianópolis: Insular. 2016.

SCHUDSON, M. **A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão.** In: *Jornalismo: questões, teorias e estórias.* TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias.* Florianópolis: Insular. 2016.

\_\_\_\_\_. **Descobrimo a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2010.

SCHUTZ, A. **El problema de la realidad.** 2ª Ed. Buenos Aires: Amorroutu, 2003.

SÉ, G. **Senado aprova criação de fundo eleitoral.** SBT Brasil: SBT, 2017. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/9f0103fc5e47e846c1ff1a3752b6cdf6/Senado-aprova-criacao-de-fundo-eleitoral-projeto-esta-na-Camara-para-votacao-.html>>. Acesso: 05 dezembro 2017

SEARLE, J. R. **La construcción de la realidad social.** Barcelona : Paidós, 1997.

SILVA, C. E. **O adiantado da hora:** a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, F.F. SOUSA, J. NUNES, P. **Jornalismo e a pedagogia das indagações: fontes, escuta compreensiva e problematizações contextualizadas.** In: SILVA, F.F. SOUSA, J. NUNES, P. *Escutas sobre Jornalismo.* João Pessoa: Editora CCTA (e-book), 2017.

SIQUEIRA, F. **O efeito de participação do real representado e o surgimento de um novo valor-notícia:** o flagrante único de coprodução no telejornalismo. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2013.

\_\_\_\_\_. **O telejornalismo em transformação: a coprodução das notícias e os novos valores-notícia.** *Brazilian Journalism Research - Volume 13 - Número 2 - agosto - 2017*

SOBRINHO, C.P.F. **Jornalismo de Serviço: Política, Discurso, Representação e Participação em Disputa.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, Recife, 2014.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOLER, P. **La investigación cualitativa. Un enfoque integrador.** In: VILCHES, L.(org); RIO, O; SIMELIO, N.; SOLER, P.; VELÁZQUEZ, T. In: La investigación en comunicación: métodos técnicas em la era digital. Barcelona: Gedisa Editorial, 2011.

SOUSA, J. P. **Tobias Peucer: Progenitor da Teoria do Jornalismo.** Estudos em Jornalismo & Mídia, vol. I, n.º 2: 31-48, 2004.

SOUSA, R. B. R. **Ontologia do jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília, v.20, n.3, set./dez. 2017

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: para além do espelho e das construções.** Florianópolis: Série Jornalismo a rigor, Insular, 2009.

\_\_\_\_\_. **As objetividades do jornalismo brasileiro.** Líbero, Ano XI, nº 21, Junho de 2008.

\_\_\_\_\_. **L. Entre senso comum e ciência: o conhecimento híbrido do Jornalismo.** Ciências & cognição, v. 10, 2007.

SQUIRRA, S. **Aprender Telejornalismo.** São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **Boris Casoy - o Âncora no Telejornalismo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

STRECK, D. R., REDIN, E. e ZITOSKI, J. **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TAMBOSI, O. **Jornalismo e teorias da verdade.** Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 30, n. I, p. 35-48, jan-jun. 2007.

TEMER, A. C. R.; SANTANA, M. J. S. **Educação e Comunicação em Paulo Freire: reflexões sobre jornalismo de serviço à luz do pensamento freiriano.** Comunicação & Mercado. UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 03, n. 08, p. 04-15, jul-dez 2014.

TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Florianópolis: Insular. 2016.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo – porque as notícias são como são.** Vol1. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TRAVANCAS, I. **Juventude e televisão.** São Paulo: Ed. FGV, 2007.

TRAVASSOS, F. **Comércio prevê aumento nas vendas no Natal.** Jornal SBT BRASIL: São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5X-eWkJFUw>>. Acesso: 05 dez 2017.

TUCHMAN, G. **Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Florianópolis: Insular, 2016.

\_\_\_\_\_. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gilli, 1983.

VAN DIJK, T. **Notícias e conhecimento**. Estudos em jornalismo e mídia. Florianópolis, v. 2, n. 2, p.13-29, 2º semestre de 2005.

VELAZQUEZ, T. **Las bases de datos para el análisis de la comunicación**. In: VILCHES, L. (org); RIO, O; SIMELIO, N.; SOLER, P.; VELÁZQUEZ, T. In: *La investigación en comunicación: métodos técnicos em la era digital*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2011.

VERON, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.

VILCHES, L. **Manipulación de la información televisiva**. Barcelona: Paidós, 1989.

\_\_\_\_\_. **La televisión: los efectos del bien y del mal**. Barcelona – Buenos Aires -México: Paidós, 1996.

VIZEU, A. **A audiência presumida no Jornalismo: o lado oculto do Telejornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

\_\_\_\_\_. **Decidindo o que é notícia**. EdiPUCRS, Porto Alegre, 2014.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e Paulo Freire: o conhecimento do desvelamento**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 860-877, setembro-dezembro 2014.

\_\_\_\_\_.; ALVES, K. **Os espaços de colaboração da audiência ativa no telejornalismo**. Revista Intexto. Rio Grande do Sul, n. 39, maio/ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica**. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 40, dezembro de 2009, quadrimestral.

\_\_\_\_\_. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Editora Calandra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida**. In: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; MOTA, C. *Telejornalismo a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006.

\_\_\_\_\_.; CERQUEIRA, L. **65 anos de televisão: o conhecimento do telejornalismo e a função pedagógica**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO - SBPJOR, Campo Grande – MS, 2015.

\_\_\_\_\_. **Telejornalismo: efeitos para o bem e para o mal.** In: EMERIN, C. O poder da linguagem telejornalística. In: EMERIN, C.; FINGER, C.; PORCELLO, F. Telejornalismo e Poder. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

\_\_\_\_\_; CORREIA, J. C. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência.** In: VIZEU, A. A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_.; ROCHA, H. **Jornalismo Construtivista: algumas considerações epistemológicas.** Revista Famecos. Porto Alegre, v.18, n.3, p. 746-764, setembro/dezembro 2011.

\_\_\_\_\_.; SANTANA, A. **O lugar de Referência e o Rigor do Método no Jornalismo: algumas considerações.** Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 22, p. 38- 48, janeiro/junho 2010.

WARD, S. **Pragmatic News Objectivity: Objectivity With a Human Face.** Cambridge: The Joan Shorensteirn Center in the Press, Politics and Public Policy, 1999. Disponível em: <<http://ksgwww.harvard.edu/~presspol/home.htm>> Acesso em 25 de mar. 2017.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação de Massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WHITE, D.M. **Teoria da ação pessoal.** In: Jornalismo: questões, teorias e estórias. In: TRAQUINA, N. Jornalismo: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular. 2016.

VAN DIJK, T. A. **Entrevista: Mídia brasileira usou seu poder para legitimar golpe de direita.** Entrevistadora: Luana Macieira. UFMG, 2016. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/midia-brasileira-usou-seu-poder-para-legitimar-golpe-de-direita-afirma-referencia-mundial-da-analise-do-discurso>>. Acesso: 10 agosto de 2017

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1- Você acredita que o telejornalismo tem uma função pedagógica? Se sim, como ela se concretiza?
- 2- Você tem uma preocupação pedagógica quando edita uma reportagem par o JN?
- 3 - Que procedimentos didáticos são adotados pelo editor de texto para tornar uma reportagem compreensiva?  
- Quais os recursos que você utiliza nesse processo?
- 4- Você cobra do repórter e cinegrafista que eles façam um material de fácil compreensão? Ou parte deles a iniciativa?
- 5- Há uma orientação da empresa, há um manual no sentido de vocês trabalharem a reportagem de forma didática?
- 6- Como você sabe que o público entende o que você está falando?
- 7 - Qual o papel do repórter nesse “didatismo”, nessa pedagogia do telejornalismo?
- 8 - Qual o papel do editor de imagem nesse “didatismo”, nessa pedagogia do telejornalismo?
- 9 - Qual o papel do profissional de arte nesse “didatismo”, nessa pedagogia do telejornalismo?
- 10 - Ao analisar reportagens, verificamos que as sonoras cumprem várias funções. Você me descreveria algumas delas. Quem define?
- 11 - Quando e por que o editor pede uma arte? Quando falta imagem? Quando a imagem não é suficientemente clara?
- 12 - Porque se recorre ao personagem para exemplificar alguns casos? Qual a função dele?
- 13 - Algumas reportagens o drama como ingrediente, ou a lição de moral, por quê?
- 14 - Quando é preciso recorrer a contextualização? E a comparação de um fato?
- 15- A descrição de locais, localização de reuniões, descrição do clima e do ambiente trazem ingredientes importantes para o entendimento de uma história?

## APÊNDICE B – FOTOS COM PRINCÍPIOS EDITORIAIS E REDAÇÃO DO SBT

PRODUTO DIDÁTICO - não podemos complicar a vida do público, mas dar todos os instrumentos para facilitá-la. A informação deve ser simples, transparente, clara e didática.

PESSIMISMO DISPENSÁVEL - o tom do jornalismo deve ser otimista, procurando mostrar que, mesmo nas situações mais trágicas, é possível dar a volta por cima.

PRINCÍPIOS DO PÚBLICO - não vamos agredir nosso público em seus costumes e suas crenças; o respeito ao telespectador é fundamental.

Todos os redatores, repórteres e jornalistas da casa, no exercício de suas tarefas, devem obedecer a tais princípios, que refletem a filosofia que desejamos imprimir ao Jornalismo do SBT, para que possamos cumprir a missão de informar bem para melhor formar nosso povo e nossa gente.



Redação SBT BRASIL

## APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS DE EDITORES DO JN E SBT BRASIL

### EDITOR 1

Entrevistador: Laerte Cerqueira. Entrevista concedida dia 24 de janeiro 2018, por telefone.

**A primeira pergunta é, assim, de maneira mais geral, se você acredita que o telejornalismo tem uma função pedagógica e, se sim, se você acredita que sim, como é que ela se concretiza?**

Eu acredito que sim e eu acho que tudo está na forma como você fala e transmite aquele conteúdo. É, a pessoa que está em casa, muitas vezes ela tem uma visão diferente, cada um tem a sua visão diferente. Mas quando a gente mostra com imagens, a gente consegue, em muitos casos, simplificar aquele assunto e acabar ensinando para a pessoa que está em casa que, “olha, não é bem desse jeito que a coisa acontece”, e aí pessoa acaba compreendendo melhor. Eu acho que a principal faceta do jornalismo é isso, às vezes transformar um assunto extremamente difícil, incompreensível, para aquela pessoa mais simples; porque o jornalismo não é só para a classe alta, ele é para todo mundo, e você conseguir deixar em uma linguagem que a pessoa compreenda, que ela absorva aquele conteúdo e que a partir daí ela possa aprender dependendo do conteúdo que está sendo abordado. Mas tudo parte da linguagem que você adota.

**E para ti, o que é linguagem compreensível? Você falou em imagem...**

A linguagem compreensível é aquilo que eu falo em um texto de tv e que qualquer pessoa, de qualquer classe, consegue entender. Não é um material, se eu vou falar sobre saúde e eu uso aquela linguagem de médico, que só vai entender ali quem tem um estudo básico da coisa. Mas a gente sabe que a maioria da nossa população não tem um acesso à educação ampla. Então eu preciso falar de uma forma que qualquer classe, que qualquer pessoa entenda. A linguagem simples que eu uso, por exemplo, muito aqui, não só com minha equipe, mas como estagiário, é aquela linguagem que a mãe de qualquer pessoa e a avó de qualquer pessoa entenderia. Por exemplo, na minha família os meus avós e a minha mãe são pessoas que não têm um estudo tanto quanto eu tive. E quando eu falo com eles em uma linguagem mais simples, a linguagem do dia a dia, aquela língua falada mesmo, eles compreendem. Não é que vai ficar uma coisa chula, não é que vai ficar uma coisa esculhambado, mas também não vai ficar uma linguagem engessada, vai ficar a linguagem do dia a dia deles.

**Você me respondeu já, mas é só para confirmar. Você tem uma preocupação pedagógica quando edita uma reportagem do Jornal Nacional?**

Sim, para que ela atenda esses requisitos de linguagem simplificada. Quando a gente está construindo um material para o JN, não só JN, assim, mas de um modo geral para todos os jornais, a gente precisa fazer, contar uma historinha, até porque a nossa realidade não é a mesma do país inteiro. E se vai passar no JN eu preciso que as pessoas do país inteiro entendam qual é a nossa realidade por meio de uma historinha que eu vou contar para chegar naquela situação. E eu preciso que seja em termos claros, em palavras simples que qualquer pessoa com estudo ou não conseguiria entender. Então quando a gente ta construindo, e eu

acredito que seja um processo que começa na própria produção, já tem que pensar em um formato que seja acessível para todo mundo. Por exemplo, aqui em Alagoas eu não só coordeno como eu também produzo e eu edito o meu próprio material. Então quando eu tô produzindo eu já penso em um assunto, como é que eu vou explicar isso. Por exemplo, hoje a gente está trabalhando um material, que eu ainda não sei se vai render JN, a gente está em fase de apuração e produção, que é sobre a situação de catracas aqui em Alagoas. As catracas de ônibus parecem currais. Como é que eu explico isso de forma que o país inteiro entenda? Todo mundo sabe o que é um curral, em qualquer lugar as pessoas sabem. Se eu fosse usar a minha linguagem daqui eu diria que as catracas, como o técnico mesmo disse, de um design diferenciado que beneficia os empresários. O design diferenciado não é todo mundo que compreende. Então esse cuidado da construção partiu da pauta que vai, é... Isso a produtora que fez, no caso não fui eu, que ela teve que pensar, e aí quando a gente pega o material para editar, eu tenho que ver se o texto atende a esses critérios de linguagem, para que o resultado final, ele traga aquela experiência para a pessoa que está em casa, que faça parte da realidade dela também.

**Entendi. Me explica uma coisa, além do texto, tecnicamente quais são os procedimentos que você considera didáticos, como editora de texto, para tornar essa reportagem compreensível. Quando eu falo tecnicamente é: sonora, imagem, arte, se isso passa pelo processo...**

É importante sim, mas eu acho que depende muito do conteúdo que você está fazendo. Se você faz uma matéria sobre problemas que afetam a cidade, problemas que afetam as pessoas, às vezes até uma própria sonora ela se torna didática. Você começando o VT com a sonora de uma pessoa dizendo, um vídeo, por exemplo, de um acidente, a pessoa narrando aquela situação, isso se torna didático. Conteúdos de mídia dentro da matéria, áudios, vídeos, a ordem que você coloca eles é o que torna didático e não faz o assunto ser chato, ser cansativo, ser como qualquer outro. É, recursos, a gente tem muitos recursos que dá para utilizar arte também. Tem muito assunto que é burocrático, é chato. E aí você pode brincar com os números na tela. Uma passagem diferente de um repórter, pensado antes, claro, conversado com a equipe antes. De modo que você diga: “Olha, eu estava pensando em fazer assim, tu grava tua passagem com espaço para arte do lado, em locais que têm mais recursos”. Você pode até criar uma arte mais sofisticada, que faça a pessoa se prender naquele conteúdo, não só números, mas desenhos também, né?

**Eu estou interrompendo porque eu queria puxar um gancho que você falou aí. Porque a próxima pergunta é sobre isso. Você falou que o processo de didatismo começa na produção. E passa pelo repórter? Quais são, na verdade, as perspectivas? O repórter pode decidir sozinho? Ele pode decidir conversando com você? Você pode decidir depois com ele? Isso acontece o tempo inteiro ou como é que é?**

Cara, isso é difícil, porque cada núcleo de rede funciona de uma forma. Eu conheço núcleos que trabalham com produção é uma parte, edição é outra, finalização é outra, repórter faz o texto dele. Aqui a gente não funciona assim. Aqui a gente funciona no coletivo. A ideia, quando ela surge, a gente tem reuniões de pauta toda semana. Toda segunda-feira a gente se junta e diz, vamos trabalhar esse material essa semana. E aí eu já digo: pensei em fazer um VT começando desse jeito, eu como produtora e editora. Porque aqui a gente pensa em conjunto, a pessoa que lançou a ideia constrói com a ajuda das outras pessoas, o que inclui o repórter que participa da reunião, o que inclui o outro colega que me cobre no período da tarde, o que inclui os estagiários, todo mundo colabora com a produção do material. Então na

prática, todo mundo pensa no processo junto. Aí eu sugiro: pessoal, vamos fazer desse jeito, vamos começar assim, acho que a passagem pode ser em tal lugar e a gente pode terminar com uma sonorinha mais ou menos desse jeito. Aí o outro produtor diz: Ah, eu acho que se a gente tivesse dados de tal órgão, poderia dar um giro aí nesse material. Aí o repórter diz: Ah, passagem assim não funciona, experiência de rua, mas dá para fazer daquele outro jeito e vai ficar tão legal quanto. Então aqui o processo de construção ele é conjunto. Quando não dá para a gente fazer um processo em conjunto, às vezes um factual, alguma coisa que acontece, a pessoa que produziu e que geralmente é a mesma que edita por aqui, ela pensa: Olha, vamos fazer um material desse jeito, o repórter vai para a rua, grava, e quando volta, nem sempre volta da forma como a gente queria, enquanto produtora, o que influencia também na minha edição.

**Então, na prática, o editor, ele é o responsável maior por essa preocupação, não é? Porque, assim, se não sai muitas vezes como tem que sair, o editor tem que resolver...**

Isso, já aconteceu. Aqui a gente sempre tenta conversar para que o material atenda. Mas já aconteceu de o repórter ir para a rua e voltar uma coisa que você olha assim e diz: Está bom, mas não está bom o suficiente ou poderia ser muito melhor. E aí, aqui o editor tem autonomia total do conteúdo final. Porque o objetivo do repórter, qual é? É entrar no ar. E o meu objetivo enquanto editora é fazer com que o material entre no ar da melhor forma que ele puder. O que me dá a liberdade de mudar um texto para que ele fique melhor. Ou às vezes o repórter me traz um material que está muito bacana, mas não está no perfil do JN. E aí eu tenho a liberdade de, vamos mudar, esse off aqui eu posso diminuir, esse eu posso aumentar, aqui vamos botar uma arte falando isso e isso, porque a arte quem faz é o JN, tem recurso para fazer a arte do jeito que a gente quiser.

**Mas aí vocês sugerem, né?**

E aí a gente sugere: oh, dá para fazer uma arte aqui? E o editor que trabalha em parceria comigo vai dizer se pode ou se não pode, e aí o material ele fica com o resultado final. Mas o editor ele tem autonomia sim pra poder mudar o que ele achar conveniente e fazer com que o material ele fique compreensível para quem está assistindo, fazer com que o material seja interessante, para que a pessoa continue assistindo, e fazer com que o material seja o melhor possível, para ele, no meu caso enquanto produtora e editora de uma praça do Nordeste, para o repórter, que está botando a cara dele para assinar aquele material, e para o editor que vai receber, que é o responsável por colocar no ar.

**Vês tem alguma orientação da Globo? Vocês seguem algum manual? Manual de redação mesmo, de texto, de...**

Não, a Globo não tem, até onde eu saiba, manual de texto. Existem algumas dicas que a gente aprende no dia a dia. É, por exemplo, a gente tá em ano de eleição, não em ano de eleições. Entendeu? No caso, quando eu me refiro à eleição presidencial, é eleição. E o popular, as pessoas na rua falam: “Olha, vêm as eleições para presidente! ”. Então, assim, umas coisinhas básicas, do dia a dia, que a gente acaba incorporando ali pelo costume. Simplificar a linguagem quando se trata de um órgão. Por exemplo: jornalismo a gente costuma muito e, apesar de tudo, ainda é uma prática que vai pelo hábito, a gente dizer: “De acordo com tal órgão, de acordo com o Ministério Público, fulano é acusado de desviar dois milhões. ” Em uma linguagem de rede, a orientação seria: “O Ministério Público disse que fulano desviou

dois milhões”. Entende a diferença? E aí existem umas coisinhas assim que são no dia a dia, mas manual, manual mesmo, até onde eu saiba, não.

**E outra coisa, e aí é uma pergunta que talvez esteja dentro do senso comum, mas como é que você sabe que o público entendeu e que entende o que vocês estão falando?**

Eu acho que vai muito de uma autocrítica geral, da equipe quando assiste o resultado final, porque a gente sempre revisa antes de mandar. A gente sempre conversa com os colegas, né? “Pessoal, olha, se eu disser isso dá para entender?” Hoje mesmo eu revisei um texto, não especificamente para o JN, mas aí eu chamei os colegas: “Se eu disser dessa forma dá para entender?” Todo mundo disse, “Ah, dá, fica tranquila”. O editor, que recebe o material, porque a minha revisão ela não é única. Depois que eu reviso o material, um editor do Rio ou de São Paulo ou de qualquer outra praça que esteja amarrando tudo, ele vai revisar o meu material também, então aí passa pelo senso crítico dele, se o público entendeu realmente ou não, se dá para uma pessoa entender ou não.

**Você acha que hoje em dia, com essa possibilidade de interação e de feedback do público por meio das redes, isso pode interferir, por exemplo, nessa busca pela compreensão, talvez por uma cobrança maior do público?**

Eu não diria, eu não consigo ver, na verdade, como a interação das redes influencia diretamente na minha edição, para que ele se torne mais didático.

**É muito mais em conteúdo, né?**

É muito mais influência em conteúdo, no que eu abordo ou não, porque tem muitos acontecimentos do dia a dia, que eles passam na rede a partir da repercussão que eles tiveram. E aí, o público influencia, sim. Às vezes uma manifestação em rede social, para reclamar, vamos supor, tem um buraco na rua, ali vira uma pauta. E aí eu posso dizer até, na matéria, que os moradores publicaram nas redes sociais, puxar por esse lado. Mas não tão diretamente assim. A maioria dos casos é influenciadores de conteúdo, não de didática.

**Qual o papel do editor de imagem nesse didatismo, nessa tentativa de tornar tudo mais compreensível? Afinal, a imagem tem um papel importante.**

Imagem fala, né? Tanto quanto um texto, a imagem e o som que vem acompanhado da imagem, eles falam. A gente sempre deixa, quando a gente está editando. Às vezes a pessoa em casa nem percebe, ela acha que é a imagem e a voz do repórter, mas por trás da voz do repórter existe um som ambiente. É o som das coisas que estão acontecendo naquela imagem. O editor quando ele pega um material, ele segue um off, o que o off está pedindo, mas ele também segue um roteiro de imagens que façam sentido para aquele off. Então a pessoa, quando ela assiste, acaba naturalizando, na verdade, o assistir dela. Porque ela vai assistir o material e ela só vê o resultado final. Para ela, aquela imagem está batendo com o que o cara está falando e está tudo certo. E é realmente isso que o editor faz. Fazer com que a imagem transmita a mesma mensagem transmita a mesma mensagem do texto. E aí cabe a ele avaliar o uso de uma imagem mais aberta, o uso de uma imagem mais fechada, o uso de um detalhe, às vezes um momento mais simples do texto. Por exemplo, agora a gente teve as manifestações. Mostrar povo na rua por povo na rua, teve em todos os Estados. Mas às vezes o editor de imagens sente a necessidade de botar o close de uma bandeira de partido balançando. Então isso também fala, também quer dizer alguma coisa. E aí cabe ao editor de imagem, sempre

com o editor de texto do lado, porque são duas comunicações casando ali e que têm que funcionar. Às vezes o editor de texto vai dizer: “Olha, essa imagem não representa o que eu quero dizer aqui nesse espaço.” E aí o editor de imagem vai dizer: “Ah, tem uma outra opção”. E aí vão se conversando para que o resultado final seja harmonioso. Às vezes um sobe som no final do VT faz diferença. Cobrir uma sonora. Tem materiais que a gente faz, que a sonora é chata, é burocrática, o final é cansativo ou a fala é muito longa e eu não tenho como eu cortar, porque a pessoa não vai entender se eu cortar alguma coisa. Então eu boto a sonora maior e eu cubro o final da sonora. É um recurso que deixa o material mais didático e ao mesmo tempo faz com que o telespectador realmente se prenda ao que o cara está dizendo, porque a imagem está cobrindo o que o cara está dizendo, está representando aquela fala, é uma opção também.

**Eu sei que no JN é o pessoal do Rio e de São Paulo que faz as artes, mas qual é o papel do profissional da arte nesse didatismo?**

Simplificar mais ainda o que está sendo dito. Em matérias de Lava Jato, por exemplo, que existem todos esses passos de processos e tudo mais, a arte ela pode entrar em uma imagem chapada, simples, parada, para explicar o passo a passo das coisas, com setinhas indo e voltando. E quem está em casa vai conseguir entender o que vem antes e o que vem depois.

**E aí é o verbal com o não verbal se completando?**

Isso, exatamente. E aí, cabe também ao editor de texto definir qual é o momento conveniente para entrar uma arte ou não. Isso, aqui por exemplo. É, tem outros lugares que tem o departamento de arte, e aí os dois dialogam juntos. Da mesma forma como faz o editor de imagem e o editor de texto. Mas o papel dele é simplificar mais ainda o que está sendo dito.

**Ou quando falta alguma imagem, né, nesse caso?**

Ou quando falta alguma imagem. Se você tem uma situação que eu não tenho imagem para cobrir aquilo. Eu tenho um documento, às vezes, para o off inteiro. O cara vai dar uma dinâmica para aquela arte. Ele vai puxar o documento que eu tenho de forma que não canse a pessoa, porque eu poderia deixar 30 segundos uma foto de um documento, com um texto atrás. Mas se eu tiver o recurso de arte para dar um destaque para aquele texto, eu já não passo 30 segundos vendo uma foto parada, eu já tenho um movimento, e movimento, o departamento de arte não só cria caracteres, *letters*, como a gente diz, né? O departamento de arte tem que dar dinamismo para a imagem também. E às vezes a imagem parada, como uma foto de um documento.

**E com relação à sonora, elas cumprem várias funções, você consegue me descrever e me lembrar essas funções? Partindo desse princípio que elas também ajudam no processo de compreensão, né?**

Eu acho que a sonora, principalmente se for uma sonora comum, sem ser de órgão público ou alguma coisa assim, ela te insere na realidade do assunto. Se é um problema de saúde, e a dona de casa diz que está com dificuldade de ter acesso ao posto, está com o filho doente em casa, você entra na realidade daquela pessoa por meio da sonora dela. Quando é um órgão público que está dando uma sonora...

**E quando é um especialista, por exemplo?**

Pronto, quando é um especialista você consegue compreender e até mesmo justificar a situação do que está sendo abordado ali naquele VT. Se é um especialista de febre amarela, você consegue entender porque aquele problema acontece. Se é um especialista, sei lá, de economia, você consegue entender porque aquele problema econômico está acontecendo. O especialista simplifica uma situação com base no contexto social. Um personagem comum te insere na realidade dele. E aí você acaba aumentando, vamos dizer, aquele processo de linguagem que eu te falei lá no começo, fazendo com que a pessoa fale no mesmo nível, da mesma classe, que transmite aquela realidade. Um exemplo, a gente fez um material, que eu achei muito bacana, que eu acho que resume tudo isso. Foi no ano de 2015. A gente fez um especial que era sobre as 17 metas da ONU para o desenvolvimento sustentável, e Alagoas ficou responsável por saneamento básico. A linguagem que a gente adotou nesse VT era uma linguagem em primeira pessoa, sem repórter, e o VT era só sonora. Sonora costurada com sonora, coberto com imagens da própria personagem que estava falando e com arte para inserir dados nacionais naquele momento que ela citava aquela situação. Então o VT ele começava com Dona Hilda, que era uma marisqueira, dizendo: “Meu nome é Dona Hilda, tenho 53 anos, tenho dois filhos...”, e aí aparecia os meninos com ela, “e todo mundo me ajuda a catar Sururu”. Sururu é um marisco tradicional daqui, que dá muito trabalho. E aí tinha a imagem dos meninos catando Sururu. Aí depois ela dizia: “A minha rotina é isso aqui. É disso aqui que eu tô vivendo”. E aparecia aquela mesa cheia de Sururu, e ela catando. “Acordo cedo, boto as panelas no fogão”, e aí tinha a imagem de Dona Hilda mexendo nas panelas. “Depois arrumo o menino para ir para a escola e vou. Levo tudinho para a escola”, aí tem a imagem dela levando o menino para a escola. “Volto para a casa e dou para trabalhar de novo. Remédio, aqui a gente não conhece remédio não. Aqui a gente fica doente e toma remédio, vai na farmácia e compra, porque médico, posto de saúde, não funciona”. E aí a própria Dona Hilda contou e deu função para a própria sonora dela. A imagem cobriu o papel de simplificar aquilo que ela estava dizendo, mostrando o que ela estava dizendo. E quando a gente falava do problema, por exemplo, “Aqui não tem médico não, aqui a gente fica doente, vai na farmácia e compra remédio”, entrava uma arte do lado, dizendo quantas pessoas não têm acesso à saúde. Como o da gente foi saneamento básico, ela disse, “Ah, a gente vive aqui com esgoto na porta. De noite, esse *fedô* subindo”. Aí tinha a imagem da Dona Hilda na porta de casa com os netos, esgoto preto, correndo, e do ladinho dela entrava uma arte dizendo que tantos por cento da população de Alagoas não tem acesso a saneamento básico. Isso com dados nacionais. Então foi um VT, por exemplo, que eu não tive repórter, eu tive muita produção e muita edição. Porque a produção pensou em um VT assim e a edição que deu vida para um VT assim, de costurar sonora por sonora, onde é que entra arte, o que é que se encaixa aqui, como é que a gente faz isso funcionar de uma forma que as pessoas em casa, sem off, sem repórter, sem passagem, consiga entender qual é o VT, entende? Tudo é a edição que dá vida à coisa, então a linguagem ela se faz aí, na sonora, na imagem, na arte. Um conjunto, não é?

**Você falou das sonoras, me parece que você falou, na verdade, de sonoras mais soltas, que acabam contribuindo nesse processo de identificação. Mas o uso do personagem é uma forma de usar a linguagem mais didática? O uso do exemplo, do personagem?**

Sim, claro. O personagem ele é essencial. Matéria nenhuma no jornalismo você faz sem personagem. Porque o jornalismo ele é feito do cotidiano, é dos problemas do dia a dia, é do que está acontecendo no mundo, e sempre tem alguém passando por aquela situação, seja qual for o assunto. Se você vai falar sobre saúde tem alguém que tem aquele problema, se você vai falar de educação, tem alguém que tem aquele problema. E qual a melhor forma de eu falar de

uma situação, de um problema, do que uma pessoa que está passando por ele? O personagem é o que salva o jornalismo, porque é a pessoa que vai traduzir o assunto que está sendo falado. E você que está em casa, como telespectador, você gosta de ver que tem outra pessoa naquela situação, e você compreende mais o outro e o assunto vendo como é que o outro leva essa situação. Vendo que não é só você que não gosta de tal assunto, que está passando por um problema ou não está. Toda matéria tem um personagem. Seja ele o personagem simples, o personagem pessoa, vamos dizer assim, aquele que está no dia a dia da vivência, ou seja um personagem político, um especialista, todos eles contribuem, todos eles vão dar a dimensão do assunto que está sendo abordado.

**Tem algumas matérias que a gente vê que tem uma carga dramática. Essa carga dramática também cria esse efeito de identificação? É um ingrediente? Praticamente assim, eu fiz algumas análises e vi que o drama, drama quando eu falo, como imitação da própria realidade mesmo, imitação no sentido de ficção, mas no sentido de representação, tem sempre uma lição de moral, que acaba. É como se deixasse um recado. A gente poderia dizer que isso facilita o processo de compreensão de alguns fatos e dos acontecimentos?**

Olha, eu acho que drama depende muito de editor para editor. Eu avalio que existe um limite até onde você pode ser dramático e você não pode. O limite é o limite da força de barra. O limite é a força de barra. Eu não posso fazer da realidade do outro, uma chacota. Porque eu estou tocando em um assunto, da mesma forma que eu não posso invadir a dor do outro, ao meu ver, está? Essa é uma opinião pessoal, eu não posso invadir a dor do outro só porque eu acho que aquele assunto rende alguma coisa no JN ou não rende. Eu acho que tem que ter um limite profissional mesmo e ético, de quem está editando o material para saber o que entra e o que não entra ali. Então eu acho que, se você consegue mostrar a realidade da pessoa tal qual ela é, sem piorar, sem aumentar em um nível em que a própria pessoa às vezes nem se reconhece quando sai a matéria, eu acho que é muito melhor. Porque, do que adianta eu falar sobre um problema, eu falar sobre uma situação, eu aumentei tanto o drama daquela pessoa, que quando ela se assistiu em casa ela nem se reconheceu. Eu acho que isso faz do jornalismo algo que não é real. E não é o propósito do jornalismo. O propósito é ser o mais fiel à realidade possível. Tem assuntos que eles ganham uma repercussão maior pelo tamanho da tragédia. Chapecoense, por exemplo, morreu muita gente, afetou muita gente. É o tamanho da tragédia que determina a abordagem do assunto. Mas eu acho que também, ainda nesse caso, tem o limite outra coisa, que é o momento de saber parar de falar sobre o assunto. E esse momento quem decide é a própria editoria do jornal, é a relevância dos fatos. A partir do momento que você não tem mais nada de novo para contar, você não tem mais nada de novo para contar. Então não adianta ficar tocando em um assunto excessivamente.

**Se você consegue encontrar um equilíbrio nessa história que você está tocando, vale a pena você deixar um recado para o telespectador, como uma lição de moral, por exemplo? Isso fixa? Por exemplo, eu vi muitas matérias de desemprego...**

Eu acho que lição de moral é fofinho, é algo fofinho, mas não é algo que necessariamente ou obrigatoriamente a pessoa vai ficar só porque foi fofinho. A lição de moral ela fica para quem está pronto para receber. E não é todo mundo só porque você foi fofinho ou fez um draminha, entendeu? Eu vejo dessa forma.

**Qual o papel, por exemplo, da contextualização e/ou da comparação? Às vezes se aproximam, mas são diferentes, não é?**

É, eu acho que a questão de contar uma historinha faz com que você contextualize e insira o outro na sua realidade. É como eu te falei. Eu não posso abordar um assunto de Maceió supondo que São Paulo inteira vai entender qual é a minha realidade. E pra isso eu preciso contar uma historinha para contextualizar aquele assunto. Olha, o problema começou assim, por causa disso, afeta os moradores de tal jeito. Isso faz parte, às vezes até mesmo descrever o local de onde você está falando, faz parte da contextualização, porque vai inserir...

**É uma das perguntas. A descrição dos locais, da localização, descrição do clima, do ambiente, trazem o entendimento da história?**

Trazem e faz muita diferença. Porque se eu faço uma matéria sobre o Rio e eu digo que um crime bárbaro aconteceu no Leblon, vai fazer muito mais diferença se eu disser que um crime bárbaro aconteceu na Rocinha. Vamos esquecer esse exemplo, vamos trazer um para minha realidade. Se eu digo que... Aqui em Maceió a gente é dividido em duas áreas: a parte alta da cidade, que são os bairros mais populosos, e a parte baixa da cidade, que é a Orla, e como toda orla, existe uma concentração de recursos. Se eu digo em uma matéria, vamos supor um factual, um assassinato aconteceu em Maceió na parte baixa, choca muito mais. Porque a imagem também vai falar e vai mostrar prédios luxuosos. Se eu disser que um crime aconteceu na parte alta da cidade, com um monte de casinha de conjunto populacional, ela vai me passar outra mensagem. Então o local que eu estou faz diferença. Se eu digo que dona Maria mora na periferia de Maceió, tem um peso. Se eu digo que Dona Maria mora em Maceió, tem outro. Então descrever locais e situações faz diferenças.

**E fazer comparações, por exemplo, de casos?**

Depende do caso. Tem algum exemplo aí em mente?

**Não, não. Quando eu digo comparação é... O ato de comparar ajuda no processo de compreensão? É isso que eu queria perguntar, na verdade.**

Ajuda, ajuda, ajuda muito. Voltando só um pouquinho nessa questão da localização. Eu lembro muito um caso recente, que me chamou muito atenção, foi o caso da morte da moradora de rua lá em Copacabana. Quantas moradores de rua não morrem todos os dias? Qual foi a diferença dela para as outras? Qual foi a diferença dela para as outras? Que foi em Copacabana. Copacabana ou Ipanema, agora eu não me recordo. Mas essa foi a diferença, porque morrer, morre todos os dias. Aqui mesmo a gente tem moradores de rua que morrem todos os dias. Acredito que em São Paulo, que é uma cidade muito maior, também tenha morador de rua que é assassinado todo dia. Mas ela não. Ela foi à luz do dia, em uma praia cheia de turistas, para todo mundo ver. Qual é o diferencial? É o lugar. Ao meu ver, foi o lugar que deu visibilidade. E aí você recorre às sonoras para contar a vida daquela moradora de rua que ficava em área nobre. Então, assim, o local faz diferença. Nesses casos, como esse por exemplo da moradora, deixa muito claro isso. Porque se fosse uma moradora, talvez, que tivesse morrido em uma outra área, uma área mais simples, talvez, sei lá, talvez nem tivessem ligado para o corpo, entende? Não é uma questão do jornalismo, somente, é uma questão de poder público também, nesse caso, entende?

**E uma última pergunta. A história da comparação, ela contribui com o entendimento? Só isso.**

Contribui. Eu acho que contribui porque dá a dimensão para a pessoa. Se você compara uma situação com a outra, e são comparações iguais, a pessoa ver que não está sozinha. Se você compara fatos históricos, você percebe se isso já aconteceu antes ou não aconteceu e como foi cada processo. E aí o telespectador toma base para o futuro, não é? O que é que ele quer entender a partir disso para uma imagem futura, até mesmo um encaminhamento histórico da coisa. Vamos dizer assim. E eu acho sim que é importante. Sempre que a gente tem um fato que já aconteceu ou que está ligado diretamente com algo que está acontecendo, por que não retroceder e contar? Se for um factual... Por exemplo, recentemente a gente conseguiu uma nota no JN com o assassinato em Batalha, que foi o município daqui, dois vereadores assassinados em menos de um mês. O primeiro passou despercebido, uma morte como outra qualquer. O segundo, epa!, já é diferente. Vamos informar e vamos de nota. E aí a gente precisou comparar os dois casos. “Vereador tal foi morto hoje, é o segundo crime em menos de um mês. Um outro vereador foi morto em menos de um mês, nessas circunstâncias. E o de agora desse outro jeito”. Então a gente precisa comparar, para que as pessoas tenham uma noção, realmente, do que está acontecendo, quando os fatos são semelhantes. Ou totalmente opostos, depende.

**Você acha que essa questão da busca por ser didático e conseqüentemente por ser pedagógico, está na cultura profissional de quem faz telejornalismo? Está no senso comum, no hábito, no pensamento, enfim?**

Eu acho que deveria, mas aí eu falo o seguinte. Eu sou de uma geração mais nova do jornalismo. A minha geração, tipo, eu me formei em 2015. Então eu já entrei no novo formato de comunicação da Globo. Que é um formato que as pessoas entendem mais, que é uma linguagem mais conversada. Eu já peguei esse gancho. Mas o jornalismo, por muitos anos, ele foi congelado. Meus professores, as pessoas que trabalham comigo, elas ainda seguem um modelo muito difícil de telejornalismo, que é o modelo antigo, da linguagem padrão, da linguagem certinha, do repórter engessado. Então, eu acho assim. A linguagem nova ela existe, sim ela existe, ela é aplicada, sim, em sua grande maioria. Mas não acho que seja um hábito do profissional. O hábito do profissional ainda é uma coisa muito engessada, pelo menos das turmas anteriores à minha, não é? Dos modelos anteriores ao meu. Que têm medo de arriscar, que têm medo de puxar uma arte diferente, porque acha que não cabe no Jornal Nacional. “Ah, mas é o Jornal Nacional e eu não posso fazer isso!”. E na verdade arriscar, que é já a linguagem que eu aprendi a fazer, vale a pena. Se você não tem certeza, pelo menos você pode usar aquele questionamento para provocar o editor que vai estar passando o texto com você. Olha, eu tenho que fazer desse jeito. E aí cabe a ele decidir se vale inovar ou não. Geralmente dá certo, a linguagem mais nova é o que se adota hoje. Uma linguagem mais compreensiva, mais didática, mais brincando com o público, mais conversado com o público também, mas a maioria dos profissionais que eu vejo têm ainda uma resistência a esses novos formatos. E até mesmo uma dificuldade de se adaptar a eles.

**Enfim, você se formou em 2015, começou a trabalhar na Globo há quanto tempo? Você foi estagiária antes?**

Em fevereiro do ano passado fez um ano. Então foi em janeiro, fevereiro de 2016 que eu fui contratada. E eu fiquei como estagiária do final de 2014 até fevereiro de 2016. Eu sempre fui estagiária de rede, sempre fiquei no horário do JN...

**EDITOR 2**

Entrevistador: Laerte Cerqueira. Entrevista concedida dia 24 de janeiro 2018, por telefone.

**Você acredita que o telejornalismo tem uma função pedagógica? Se sim, como é que ela se concretiza?**

Sem dúvida. Na hora que a gente coloca uma informação para o público, e essa informação ela é carregada de vários elementos, elementos visuais, elementos textuais e informação propriamente dita, a gente está sim ensinando alguma coisa, está se passando algum conhecimento. Tem sim elementos pedagógicos, seja para passar alguma coisa da atualidade, seja para passar alguma coisa de história, informação passada, seja para fazer algum recorte de um assunto específico, então sim, o jornalismo tem toda função pedagógica, sim.

**Como é que essa função se concretiza na construção da reportagem?**

Na hora que a gente pega uma notícia, por exemplo, para falar sobre seca, a gente tem que pegar e explicar quais são os fatores que geram a seca propriamente dita. Então a gente está dando ali uma informação climática para o telespectador, a gente está dando uma informação que não obrigatoriamente ele tenha. A gente contextualiza o fator histórico, coloca a quantidade de tempo que aquilo ocorre, e na hora que a gente passa isso no telejornalismo, isso se torna didático também, na hora que a gente usa recursos de linguagem, visuais, né? A gente está usando a imagem ali do próprio reservatório vazio. No momento a gente usa imagens do reservatório, de quando ele estava cheio, no passado, e a gente usa infográficos para dar a ideia de como é que isso se deu ao longo do tempo. Na hora que a gente coloca a informação de um meteorologista explicando qual é o fenômeno que está se dando no momento, a gente está passando essa informação também. Então na execução da reportagem, na hora que a gente está editando esse material também, a gente está cercado todo esse material de elementos que vão passar para o telespectador aquela informação de uma maneira mais densa e mais cercada de elementos que a gente ele possa apreender aquele conhecimento de uma forma mais fácil.

**Você falou aí em contextualização. Tu achas que a contextualização ou a comparação, e os dois, são elementos que facilitam a compreensão do telespectador, que ajudam nesse didatismo?**

Eles são essenciais, não só para a compreensão do telespectador, mas para a reportagem em si. Não adianta eu dar um número de aumento de mortes, por exemplo, num dado momento. Eu tenho dez mortes no fim de semana em Natal, se eu não souber qual é o parâmetro que eu tenho para dizer se isso é alto ou é baixo, então eu tenho que contextualizar, tenho que comparar isso com outros períodos, ou com uma faixa de ano, ou com uma faixa de mês, ou com o fim de semana anterior, para passar para o telespectador o que aquele número significa. Porque dez em uma cidade como Natal pode ser um número baixo, mas dez em uma cidade como João Pessoa, que tem uma população menor, pode ser um número alto.

**Você acredita que esse processo didático, essa tentativa de ser compreensível, essa função pedagógica começa quando, em que momento?**

Não, começa desde a produção, né? Eu acho que na hora que a gente começa a pensar em uma matéria, a gente tem que, desde ali da pessoa que vai ajudar na produção da reportagem, ele tem que pegar e subsidiar o repórter de todas as informações que ele vai ter na hora de

executar aquela reportagem. Porque não adianta o repórter ir para a rua se ele não tem os elementos para colocar no texto, né, se não a matéria ela já começa sem pé nem cabeça desde sua origem. Então, assim, é um trabalho que tem que ser, desde o princípio, pensado dessa forma. Se não, o editor, no final, ele não vai ter elementos para refazer a reportagem. Ele pode, no máximo, buscar alguma ajuda com algum recurso gráfico, com alguma coisa. Mas se o repórter não tiver tido essas informações em mãos para colocar no texto, para colocar em imagens, para colocar em uma entrevista, aí a matéria não existe.

**De fato, então você tem atuações pontuais, individuais, mas é um processo muito coletivo, não é pensado coletivamente?**

A TV não existe individualmente. O processo de telejornalismo, ele por si só, ele não existe enquanto indivíduo. Se não for um processo coletivo, ele está morto desde o princípio. Se fizer telejornalismo com uma pessoa só, você vai ter um telejornalismo de qualidade questionável. Já existe isso nos Estados Unidos, existe isso no *webjornalismo*, mas assim, você ainda precisa, na minha concepção, no trabalho de telejornalismo, de uma equipe, para que você tenha um resultado satisfatório. Porque é um trabalho muito complexo para ele ser pensado por uma pessoa só, para ele ser feito, pensado, executado e finalizado por uma pessoa só. Então ele tem que dar margem para um contraditório e isso você só consegue em um trabalho de equipe.

**Vocês têm um manual específico, a Globo ainda tem um manual específico ou as regras são muito no processo mesmo, da edição e na conversa com os editores do Rio e de São Paulo, enfim?**

Eu tenho vinte anos de afiliada à Globo. Quando eu entrei tinha um manual do que fazer e do que não fazer. Ao longo desse período a gente teve vários treinamentos, né. Treinamentos presenciais, treinamentos virtuais, em uma plataforma chamada Uniglobo, onde a gente faz cursos pela internet. Mas, assim, a gente não tem um manual, um livro pronto e editado, porque o processo de telejornalismo hoje, pelo menos na afiliada da Globo ou na Globo propriamente, ele está em construção, a gente está em processo de discussão de linguagens, como a gente pode chegar no público e passar para o público a informação da maneira que ele compreenda da melhor forma, que as plataformas possam convergir. A gente está em um momento em que a gente tem várias plataformas atuando simultaneamente, internet muito presente na vida das pessoas e a gente não pode se excluir desse processo, então a gente tem que ver qual a forma de a gente adaptar a nossa forma linguagem do telejornalismo sem ser aquele telejornalismo de vinte anos, quarenta, né?

**E do tempo que você começou para cá, mudou muito a linguagem?**

Mudou, mudou bastante.

**Nos últimos anos, mudou, houve a apresentação de algumas regras específicas de linguagem que são diferentes, por exemplo, de cinco anos, dez anos?**

Assim, na verdade, a gente está em um processo de experimentação, não é? Na verdade, assim, não existe nada assim, “tem que ser desse jeito e pronto! ”. Já foi assim no passado. O jornalismo já foi muito hermético, na TV Globo, nas afiliadas também, tanto é que existia aquele negócio, o padrão Globo de Jornalismo, tinha que ser daquele jeito, tinha que seguir aquela cartilha, tinha que...as palavras proibidas, as expressões proibidas, hoje isso está muito

mais flexível. Então hoje esse processo ele está em construção, ele está sendo repensado de uma forma geral e não existe assim, algo, “isso pode e isso não pode”, tudo está sendo revisto.

**Você acha que o público, a pressão do público com a internet, com as possibilidades de interação, tem provocado essa mudança?**

Eu não diria que seja uma pressão propriamente do público, somente...

**Mas interferência, então?**

É claro que a audiência, TV é audiência, obviamente que isso interfere, não é? Você não faz TV para ninguém, não é? Então assim, você faz TV para alguém assistir lá do outro lado, então se não tem ninguém te assistindo é porque alguma coisa está errada, não é? Mas isso tem uma interferência, sim, óbvio. Mas eu acho que esse é um dos fatores, mas não o único fator. Eu acho que tem vários fatores aí caminhando juntos. A necessidade de você se aproximar do público, sim, a necessidade de a gente buscar, fazer o nosso papel social, também. Porque assim, não basta a gente ter uma audiência, simplesmente, porque a TV poderia simplesmente falar assim: “Ah, então já que a concorrência faz isso eu vou fazer isso igual”, para ganhar o público, mas a TV Globo não pensa assim, não pensa assim. A TV Globo pensa: “Não, como é que a gente vai fazer para passar essa informação, ganhar o público, falar em uma linguagem acessível, sem ser chula, falar em uma linguagem, buscar passar o conhecimento?” A nossa função social, nossa função enquanto construtores de conhecimento, de cadeiras de informação que esse público precisa ter, para esse público sair com algo. Ele ligar a TV e dizer: “Não, eu terminei isso com alguma coisa a mais, com alguma bagagem”.

**A emissora faz alguma pesquisa? Como você sabe que o público compreendeu isso, ou está muito na cultura do profissional dentro da redação?**

A gente tem pesquisa de audiência. A pesquisa de audiência não qualitativa, a gente tem quantitativa. Pelo menos uma ou duas vezes por ano tem uma pesquisa quantitativa, pesquisa de audiência simples, e no mais é com o público mesmo, que a gente atende as ligações e o público fala sempre. Ontem mesmo ligaram “Olha, eu não estou entendendo, a repórter está falando rápido. Por que ela está falando rápido, é por falta de tempo ou porque é o jeito dela assim mesmo?” Então a gente já passa esse feedback para ela, para a gente poder ir trabalhando isso e passar a informação sem ter perda de conteúdo, não é?

**Você já falou sobre isso, mas deixa eu perguntar novamente para reforçar. Qual é o papel do editor de texto nessa recontextualização na hora de unir o material, de produção, de repórter?**

O papel do editor de texto é assim, é muito preciso, é muito importante porque a gente tem que colocar dois pontos ali. O repórter ele vai pegar tudo o que ele acha importante na rua. O editor, ele vai ter um tempo ali para colocar aquilo tudo que o repórter achou importante. Então, além de trabalhar com a questão do conteúdo, ele vai ter que trabalhar com a questão do tempo da matéria, para ela ficar objetiva, concisa e direta, atender as questões jornalísticas, e ver as ferramentas que ele vai ter ali, fora texto e imagem. Então o editor ele vai ver os recursos visuais que ele vai poder colocar, um gerador de caracteres, trabalhar uma arte ali, pra inserir em um local, não é? De repente, ah não, tem uma imagem que pode contar melhor essa história, faz um gráfico, não é? Então algumas coisas ali que o editor pode colocar na matéria e que vai enriquecer o trabalho do repórter.

**O profissional de arte também tem que ter um papel de compreender o todo para poder representar bem, então?**

É aí que entra, não é? É esse meio de campo que o editor faz. Ele pega o material da rua, que está com o repórter, que está ali, aquele, vamos dizer assim, aquele material bruto, aquela pedra bruta, e é o primeiro que vai tentando dar a lapidação. Claro que ele não vai ser o último, mas ele vai começar no processo de lapidação. E aí entra o editor de imagem e entra o pessoal da arte, que aí são os dois que vão ajudar na finalização do trabalho.

**No caso das sonoras, Michele, elas cumprem várias funções. Você como editora, pensa nisso. Como é que você descreveria essas funções que elas cumprem?**

As sonoras elas têm muitas funções. Elas dão credibilidade à informação. Se você vai falar de um assunto econômico, de uma situação... A crise econômica, você não pode simplesmente, dizer, “Ah, a crise econômica é isso”, se você não tem um lastro para isso, se você não tem um diploma para isso. Seu diploma é jornalismo, não é economia. Então o economista, ele vai dar credibilidade àquela informação, embora você pode até citar, “Segundo fulano de tal”, enfim, algumas situações que quando a gente não tem a fonte disponível, a gente usa esse recurso. Mas não é o ideal. Quando a gente tem a sonora, isso emprega muito mais credibilidade à reportagem. Outra coisa, ela dá o suspiro da matéria. Quando a gente tem uma matéria com muito texto, muito texto do repórter, ela acaba se tornando monótono. Até a voz, não é, aquela mesma voz, o ritmo e tal, aquilo fica monótono, fica chato. Então quando a gente ouve um outro tom de outra voz, isso já alerta o telespectador de uma outra forma. Isso já dá um outro senso, já desperta o próprio telespectador de uma outra forma, então é importante demais.

**Me explica uma coisa. Às vezes a gente vê muito isso no Jornal Nacional, que eu chamo de descrição da arte, quando você coloca palavras, números em cima de uma arte para tentar facilitar o processo de compreensão. Em que medida isso é importante?**

Isso é totalmente importante. Em uma matéria sobre economia, que até então eu nunca havia entendido o que danado era a taxa Selic. E na hora que o repórter foi falar, comparar o que que representava o aumento da taxa Selic com a comparação com a vida, com os elementos da vida, e os números que vinham junto com essas comparações, aquilo se tornou muito mais claro, muito mais. Então, ele usou um recurso visual, ele usou a informação textual, ele usou todos os recursos que ele tinha disponível, e aquilo, de repente eu falei, poxa, como é fácil, como é simples. Então assim, é muito importante. Quando é bem usado, quando é bem feito, e eu acredito que ultimamente, cada vez mais isso vem sendo aprimorado, é um recurso maravilhoso.

**Você falou em elementos aí. Os personagens são elementos para facilitar a compreensão?**

Os personagens, eles são elementos para facilitar a compreensão e para representar um todo. Se a gente for falar, de repente, de algum assunto que a pessoa que está em casa precise se identificar ou precise se sentir representada, o personagem ele vai cumprir esse papel. Se a gente está falando de atraso de salário de pagamento de funcionário público, na hora que eu entro com um personagem, uma pessoa falando de sua dificuldade, falando que está atrasando as contas por causa disso, falando de seu drama pessoal, aquela outra pessoa que está em casa passando por essa situação, ela vai se identificar, e vai gerar uma empatia, do público com a

reportagem e obviamente prende a atenção, gera um interesse, enfim, desencadeia todo um processo aí que o jornalismo precisa cumprir. E aí é importante, por isso que a gente precisa ter cuidado para não virar refém do personagem. Ele não pode nem deve ser o único recurso a ser utilizado em uma reportagem.

**Me explica uma coisa, a gente vê que algumas vezes, inclusive no uso desses personagens, se recorre um pouco ao que a gente chama de dramatização do fato, de uma história, que é um ingrediente que chama atenção. E nas análises que eu fiz, às vezes, nessas matérias assim, tem sempre uma liçãozinha de moral, uma lição de fundo moral, não é uma lição de moral, é uma liçãozinha de fundo moral, é um estímulo para o telespectador. Isso também é uma tentativa de se aproximar, de chamar atenção, de consequentemente se fazer compreensível?**

É, eu acho que, quando a gente tem na mão ali, principalmente nas matérias que elas cumprem um objetivo social ou um objetivo de informação sobre saúde, por exemplo... Quando a gente tem esses dois personagens... Do cunho social, quando a gente tem uma pessoa que faz ações solidárias, que dá aquele exemplo de amor ao próximo, tudo, a gente, claro tem aquela função que é importante pra chamar a atenção do telespectador e fazer, de repente, um movimento de, “Ah, vamos sair da cadeira, vamos parar de reclamar e vamos fazer mais pelo próximo também”. Porque não é tão difícil assim, então tem sim esse movimento proativo, esse movimento positivo, para fazer com que as pessoas parem de ser tão acomodadas ou não sejam tão acomodadas e gerem simpatia. Na parte da saúde, quando a gente fala de alguma matéria sobre câncer de pele, por exemplo, quando a gente vai dar o exemplo da pessoa que se cuidou e que deu certo, que conseguiu o diagnóstico positivo depois de uma batalha, então a gente também está fazendo esse movimento, “Olha, corre lá, faz o autoexame”, entendeu? E cumprindo também esse objetivo.

**E para finalizar, a descrição de locais, a tentativa de descrição do clima, do ambiente, trazem ingredientes importantes no entendimento da história?**

Sim, eu acho que é como ler um livro, não é? Acho que quando a gente lê um livro e a gente começa a contextualizar. “Você está em uma cidade que é no interior do Rio Grande do Norte, onde é seco, árido, as portas surgem com cor acinzentada”, todos esses elementos eles vão fazendo com que o telespectador se transportem para o local, não é? Eles ajudam na narrativa. São importantes, sim.

### **EDITOR 3**

Entrevistador: Laerte Cerqueira. Entrevista concedida dia 28 de janeiro 2018, na residência.

**Você acha que o Jornalismo tem uma função pedagógica ou não.**

Eu acho que tem uma função pedagógica, porque a gente está trabalhando com informação. Aí aquela frase clichê: “Eu acho que informação é poder”. E é poder nos vários sentidos. No poder de se eu sei que açúcar faz mal e eu tomo a decisão de não consumir açúcar, aquilo é um poder sobre a minha vida. Da mesma forma que são os micropoderes, também têm os poderes macros. A gente lida muito com, por exemplo, a informação sobre o lixo. Cuidado com seu lixo. Você é importante. Você é quem tem que lidar com seu lixo. Você é

responsável pelo seu lixo. Sinta-se responsável. Tome, vela para o lugar adequado. Cobre do gestor público o tratamento adequado do seu resíduo. Então assim, eu acho que a informação tem uma função pedagógica no sentido de que ela te dá poder de tomar decisões, então eu acho que ela tem uma função pedagógica. Pedagógica nos vários aspectos. No aspecto de provocar uma emoção, no aspecto de, não é entretenimento, porque está tão misturado essa coisa de jornalismo e entretenimento que às vezes eu não consigo entender ainda. Mas, assim, eu sempre acho que tem que ter uma função pedagógica, tem que deixar alguma coisa. Tem que te dar alguma informação. Então assim, tu cuidado. O povo faz, cabeça, off, sonora e o pé. Você tem que ter informação, por exemplo, na estrutura do material jornalístico de TV. Cabeça tem que ter uma informação, não é uma cabeça apenas para ficar bonitinha. Você pode até botar bonitinho para chamar a atenção do telespectador, mas dê uma informação para o sujeito ali. É para isso que ele está ali. Não é? Ele ligou a televisão. Se ele quer dar risada, ele vai ver a Escolinha do professor Raimundo. Mas na hora que o “caba” vai para a frente da televisão, tem várias coisas. Eu acho que a gente pode emocioná-lo, porque isso também vai contribuir para ele reter informação. Mas sempre com esse objetivo de reter informação. É informação para que o cara se sinta subsidiado para no outro dia comentar a notícia no trabalho, não é?

### **Como a sonora contribui com esse didatismo?**

Eu estou tentando achar aqui a palavra correta, mas a sonora, o repórter, às vezes a gente diz muito isso. Não diz isso, deixa a sonora dizer. Porque você não tem que dar uma opinião aqui. Quem vai, é... É o discurso do entrevistado que vai marcar, não é, o fato ou, enfim, aquela ocorrência. Então a sonora ela marca o assunto. Não é marcar, a sonora ela legitima o que a gente está apurando, o que a gente está checando, não é? Às vezes a gente sai da redação com uma pré-disposição. “Ah, fulano já vai dizer isso, a gente já sabe que fulano vai dizer isso em tal lugar”, e aí eu respeito muito quando o repórter chega da rua e me traz uma coisa muito diferente do que a gente estava planejado ou tem planejado, mas a gente costuma respeitar a apuração do repórter. Mas às vezes, muitas vezes, a maioria das vezes, a gente pode sair com alguns textos prontos, da redação, porque o que a gente vai encontrar com o entrevistado, com uma autoridade, um gestor público, já é uma legitimação do que a gente deixou pré-pronto, do que a gente antecipou na pauta. Às vezes não, mas na grande maioria das vezes isso ocorre. Às vezes o discurso já está pronto, não só do gestor, né?

### **Você falou em legitimação. Às vezes é necessário, mesmo com essa legitimação, deixando um trecho da sonora, é necessário interpretar aquilo ali?**

Às vezes é, para tornar mais claro o que a gente quer informar, não é? Às vezes é necessário, para você chamar aquela sonora, porque às vezes a sonora diz de um jeito mais rebuscado. A gente diz com um texto anterior ou posterior, diz de forma mais simples, diz de outro jeito, não é? Enfim, a gente interpreta às vezes, a sonora, a entrevista, para poder tornar mais claro.

### **Você falou que em um processo de pré-produção ou produção, já há uma tentativa de tentar fazer com que o conteúdo seja compreensivo. Você acha que essa função didática, essa função pedagógica está em todo o processo, desde a pré-produção até a finalização, o pensamento?**

Eu acho, é necessário até. Às vezes você pega um produtor muito novo, que liga para o entrevistado, e aquele produtor ainda está dominando a linguagem da televisão e, “Ah, nós queremos gravar uma sonorinha”... Não fale sonorinha! Não é sonorinha, nem todo mundo entende o que é uma sonora. “Nós queremos gravar com o senhor uma pequena entrevista”.

Em televisão sempre, no dia a dia, a gente sempre lida com pequenas entrevistas. Não adianta a pessoa discorrer uma hora, porque a gente não vai usar aquilo, muitas vezes vai se perder naquela uma hora de conversa. Então sejamos objetivos, para facilitar a vida de todo mundo. Nem o entrevistado perder tempo, nem o produtor enlouquecer, mas há uma preocupação em ser didático desde o começo, desde a produção. Primeiro contato, você tem contato com aquele assunto você já pergunta... A gente recebeu agora uma informação de que tem pesquisadores pesquisando insetos no sertão, mosquitos principalmente, não é? A gente está em uma epidemia, não é, o mosquito matando todo mundo. Já faz um tempo, não é? Dengue, Chikunhunya e agora Febre amarela. Então, “Eita, será que pode ser interessante? O que esses caras estão levantando de novo? De que forma esses mosquitos estão influenciando?”. Aí eu perguntei para o pesquisador: mas o que tem de novo nisso? De que forma prática essa pesquisa pode influenciar? De que forma isso tem a ver com o dia a dia das pessoas? Eu sempre faço essa pergunta pessoalmente quando estou lidando com um pesquisador, de uma área assim biologia, entomologia, que é o pesquisador dos insetos, então a gente sempre faz essa pergunta. De que forma o que a pessoa está pesquisando vai influenciar na minha vida, na vida do telespectador, da pessoa que está em casa.

**A relação entre o repórter e o editor, por exemplo, é essencial para se pensar nessa compreensão, nesse texto compreensível, nessa capacidade de se tornar entendível no final?**

É imprescindível, porque você constrói o texto junto. Agora, assim, eu tenho uma postura de muito respeito pela checagem e apuração que o repórter fez. Eu não tenho dúvida. Precisa estar compreensível, mas eu não tenho dúvida do que ele apurou. Se ele chega para mim com uma história diferente do que ele levou quando saiu a redação. Se ele chega para mim e diz, “Não é nada daquilo que a gente estava pensando, então vamos mudar tudo aqui”. Eu tenho profundo respeito por isso, pois eu acho que eu não estava lá. Eu estava na redação. É muito diferente de quem estava na rua, é muito diferente.

**E quando chega na redação, é um processo de recontextualização. Você falou das sonoras, você falou do texto. Hoje há outras possibilidades e recursos para tornar o tudo mais compreensível?**

Às vezes a gente usa, a gente não tem como ilustrar, porque em televisão o texto é muito redundante. Fala, sonora, texto, a gente tem que ter a imagem. Se eu não tenho a imagem, eu vou usar uma ilustração, um gráfico. A gente chama de arte, não é? Nem que seja o texto com palavras, né, impressas ali. Um mapa, um desenho explicando, “Fulano saiu daqui foi para ali.”

**Isso é um recurso cada vez mais comum, não é?**

Muito comum, muito comum.

**Tecnologia e avanço tecnológico, facilidade, podem ter provocado essa mudança?**

Acho que sim, acho que sim. Eu nunca parei para pensar sobre isso, né? Engraçado. A arte está... A arte em televisão que eu estou falando é a arte dos caracteres, do desenho ou uma ilustração que ajude a gente a contar a história, não é? Nem sempre a gente tem a imagem, e às vezes a pessoa fica, “Pô, eu não tenho a imagem, como é que eu vou cortar isso? ”, e você inventa ali a cabecinha de uma pessoa com o áudio, uma cabecinha de outra pessoa, o diálogo está ali...

**Mas por exemplo, o Jornal Nacional tem usado mesmo tendo imagem. Muita mais com outro objetivo. A visão que eu tenho é essa. Assim, tipo, pode ser coberta com imagem, talvez seja neutra, mas aí coloca uma arte, um gráfico, uma arte...**

Às vezes eu acho que fica engraçadinho demais. Às vezes eu sou, talvez uma jornalista de velha escola. Tenho jornalista para isso. Mas assim, eu acho bacana quando você provoca uma emoção, um riso. Eu gosto mais da risada, o achar engraçado. De todo mundo dizer assim: “Ah, eu entendi”. Eu acho bacana, mas eu acho que tem que saber fazer. O jornal nacional dispõe de profissionais e de recursos que o repórter sai, deve ficar três quatro dias numa matéria ali para o JN, que tem arte, que tem um milhão de recursos didáticos para explicar. Nem todo mundo tem essa ferramenta, né, para contar a história. Ah, e assim, eu acho que você pode usar, mas tem que tomar cuidado com o excesso. Inclusive, porque se você não tiver o recurso necessário, pode provocar o efeito inverso, um ruído, dá uma sensação de amadorismo. “Ah, que coisa mais amadora, mais mal feita, mais tosca! ”. Então eu prefiro ir em uma cartilha mais conservadora, mas que não corra o risco de truncar a informação que você está tentando colocar no ar.

**A gente vê que tem se usado, hoje muito mais... Dar-se mais tempo para a contextualização do que antes. Você acredita que é uma exigência do público para poder entender, acho que até a pressão do conteúdo que tem na internet? Para ser mais direto, qual o papel da contextualização na reportagem?**

Eu acho que assim, deixa eu ver. Eu acho que é uma exigência que a gente tem. A gente está sendo muito mais policiado. Policiado no sentido de que a informação que a gente dá, ela está disponível e ela está sujeita a críticas, muito mais rigor. Ou hoje, por causa das redes sociais, as pessoas têm mais possibilidades de criticarem o que você faz. E isso é ótimo, porque a gente tem um retorno. E muitas vezes a gente muda, por causa da observação que alguém viu. “Ah, vocês só falam nisso por causa disso. Só estão favoráveis ao prefeito, só estão favoráveis ao governador”. Você até contextualiza para dizer, “Não, a gente quer mostrar mesmo o que está acontecendo”. Eu acho que contextualizar é sempre importante, mas eu acho que é uma necessidade dos dias atuais, com mais força.

**E a comparação, por exemplo, que é comparar mesmo. Talvez algo de hoje com algo de ontem, talvez para demonstrar que, tipo assim: você tem uma pessoa que cometeu um crime e vai pegar 100 anos ou 30 anos e tem uma outra pessoa que cometeu um crime em outra época, e por conta de um mesmo crime e outras circunstâncias, e esses recursos são utilizados. Você acredita que isso facilita o processo de compreensão?**

A gente sempre trabalha pra facilitar a compreensão. A ideia é essa. No primeiro momento a gente sempre trabalha, dentro de uma redação, pra facilitar a compreensão. Quando tem uma coisa truncada, ou que a gente mesmo não está compreendendo... Por que às vezes acontece muito, não é? Chega um fato e você já não está compreendendo mais... Por exemplo, Bayeux. Bayeux é um caso, né, acho que assim, cai como uma luva para essa história da contextualização. Tem dia que você chega, eu tô no plantão... Eu não tô no dia a dia, né, eu tô fazendo um material mais frio, eu não tô lidando com aquele assunto de segunda a sexta, eu caio em um plantão em um sábado e em um domingo, e tenho que pegar, por exemplo, “A Justiça deu em cima de novo do prefeito afastado de Bayeux”. Eu tenho que voltar, assim, quase seis meses antes para entender como é que aquela história começou. E eu fico louca, porque às vezes eu não entendo. Aí eu fico assim, “Meu Deus, se eu que estou aqui, dando a

informação, não entendi, coitado do telespectador, né?”. Porque às vezes você não consegue entender o imbróglio jurídico, né? Aí que você fica louco, né? E agora, como eu vou explicar isso aqui? Qual é o mapa, qual é o desenho, qual é o gráfico que vai explicar aquilo ali pra qualquer pessoa? Imagina, assim, aí você fica... Você viu a notícia hoje, você não viu a seis meses...

### **Está aí, talvez, o papel da contextualização?**

Também, eu acho. Imagina o turista que está aqui. Um turista lá do Rio Grande do Sul que veio passar as férias em João Pessoa e vai ver o jornal da gente, das 7 horas da noite: “O prefeito de Bayeux é afastado mais uma vez”. Gente, tem que contextualizar. Aí, às vezes, “Ah, mas a gente já disse isso”, mas vamos pensar que outras pessoas que não viram a notícia estão vendo essa notícia pela primeira vez, né? Mas não é uma questão fácil, não.

### **E aí a decisão do que é claro ou não é claro sai de onde?**

Sai das nossas cabeças, das discussões, discussões intermináveis a gente às vezes tem, dentro da redação. E às vezes a pessoa nem, se você vai contar para alguém de fora, vai contar para o teu marido, às vezes nem consegue entender...

### **Então o parâmetro é a própria cultura profissional, o dia a dia?**

Exatamente. A gente discute, discute, discute, até que alguém aparece no meio daquela coisa frenética, que às vezes a gente tem 10 minutos pra fechar o texto ou fechar a matéria. “A gente estava discutindo aqui, qual a palavra melhor pra dizer isso aqui?” Tem às vezes o elemento de bom senso ou não, ou vai no que o editor decide, e ele banca. Porque ele é o editor e ele vai bancar. Às vezes tem isso. O jornal também é a cabeça do editor.

### **Por que na prática é possível saber se o telespectador realmente entendeu ou não? Ou se presume que...**

Por exemplo, essa semana teve o verão Nordeste e eu banquei na redação que eu queria mostrar só o interior da Paraíba. Aí alguém falou: “Mas não pode, as pessoas vão criticar, a gente não ter praia. Eu falei: “Gente, o programa vai ser todo praia, todo mundo só vai mostrar praia. Vamos mostrar coisas diferentes, vamos para Areia e para Bananeiras. A gente tem dois roteiros maravilhosos, com muitas histórias”. Banquei, mas levei uma surra, porque teve um monte de gente que ligou para a redação reclamando que nós não mostramos a Paraíba como deveríamos mostrar”, aí eu falei: “É, realmente, a gente já mostrou demais a Paraíba toda, mas só mostra praia. Aí eu banquei. Eu quero, é uma decisão editorial, gente. Vamos mostrar o interior, só. Lá no link a gente mostra praia. Mas muita gente não gostou. Mas, enfim, eu acho que tem gente sempre que não gosta. Isso é normal.

### **E tem outros que gostaram e às vezes nem liga...**

Quem gostou às vezes nem liga, pois só o que provoca o mal-estar é o que tende a ligar. Você não liga para dizer, “Ah, bacana, mostrou Areia, Bananeiras...”, enfim.

### **Os personagens, por que eles são importantes?**

Porque eu acho que eles humanizam o material, a história que a gente tá contando, né? Uma história sem pessoas é muito esquisita... Eu acho que conversar com uma pessoa que tenha uma história pra contar, eu acho que isso torna a tua reportagem muito mais interessante. Até porque você vai atrair as pessoas que estão vendo o jornal. São daquele bairro, são vizinhos daquela pessoa. Você já vai atrair o olhar de quem está em casa.

### **Essa humanização facilita o entendimento?**

Eu acho que facilita. Facilita, torna mais leve o material que você tá contando. Mudou muito, né? Antes a gente tinha, coisas muito...As entrevistas eram todas polidas, com os engravatados. Hoje, não. Hoje a gente começa com a pessoa dando uma gargalhada, a gente pode começar a reportagem com uma sonora gargalhada ou um choro. E eu acho que isso humaniza. Torna as histórias da gente mais humanas, mais próximas de todos nós.

### **Como você edita para o JN, tem um manual específico, um manual rígido, ou é um processo de discussão com os editores do Rio... Como é que é?**

Não tem um processo rígido, mas tem o processo do tempo, não é? O JN está maior, mas ele continua com algumas restrições de tempo para as praças. Mas já folgou muito. Se a gente tem um bom material, a gente conta no tempo. Mas não é mais de dois e meio. Eu nunca fiz matéria de três minutos para o Jornal Nacional, a não ser que tenha acontecido alguma desgraça. Mas assim, alguma coisa mais pitoresca. Porque a gente tem muita dificuldade de emplacar Jornal Nacional, porque nem tudo que a gente tem aqui de notícia é notícia que interessa em nível nacional. Então assim, tem uma pressão do tempo, tem uma pressão da clareza e da apuração dos fatos. Eu nunca fiz, editei uma matéria para o Jornal Nacional que não tivesse, assim, extremamente checada, todas as respostas dadas, todas as fontes ouvidas, todos os aspectos daquele assunto cercados por todos os lados. Quando falamos de alguma coisa polêmica ou que envolva alguma denúncia, isso é uma regra básica. Quando é um assunto mais light, mais leve, uma coisa mais pitoresca, uma coisa mais engraçada, a gente tem um pouquinho mais de liberdade para contar. Mas o manual do JN é um material de boa checagem. Pelo menos para mim sempre foi.

### **A gente tem visto em algumas matérias, reconstituições de episódios, simulações, talvez com efeito de dramatização. Qual o limite dessa imitação da realidade a partir dessa dramatização, que muitas vezes leva para um fundo moral? Tipo: alguém que conseguiu encontrar um dinheiro e devolver para o dono. E você reconstitui a história e no final deixa uma lição de moral. Qual o efeito disso no jornalismo?**

Parece que a gente tem uma inversão, não é? Hoje ser honesto virou notícia. E, assim, eu tenho críticas às vezes. Eu acho meio cansativo e acho horrível dar lição de moral, né... Embora eu dê lição de moral algumas vezes. Às vezes tem que coisa que está na sua cara, está gritando ali, pedindo... As pessoas às vezes, a população liga pra gente e vê isso, o mercado que está despencando, a rua que está despencando, o esgoto... E a gente termina tendo que atender porque eu acho que a gente faz o papel de mediação social. Não tem como fugir muito disso. Agora eu acho que às vezes a reconstituição ela é interessante, porque você tem a noção do fato com mais clareza, agora, assim, é péssimo dar lição de moral. Pra mim, me constrange.

### **A linha tênue entre a, por exemplo, essa reconstituição e a realidade, às vezes, e a ficção... Quando você faz algumas reconstituições geram, talvez, uma força de barra...**

Hoje a gente tem aquele negócio que é... Aconteceu um fato, a gente já corre atrás das câmeras de segurança. Hoje todo mundo tem câmera de segurança. Hoje é difícil não ter uma imagem pra contar aquela história, né? O assalto, o roubo, a abordagem... Então, assim, tem que ser cuidadoso, tem que ter critérios para reconstituir uma história... Porque às vezes a gente está, se você olhar, a gente está sempre reconstituindo uma história, sempre, todo os dias, com elementos diferentes... Dar uma lição de moral é, bem assim, é angustiante. Porque, o que é lição de moral pra mim, o que é lição de moral para o outro? Eu às vezes acho que a gente peca a mão, exagera, tem a mão pesada na reconstituição. E eu acho que tem que ser cuidadoso com o elemento que você vai utilizar para contar a história.

#### **EDITOR 4**

Entrevistador: Laerte Cerqueira. Entrevista concedida dia 29 de janeiro 2018, na redação da emissora.

Por problemas técnicos, a entrevista com a Editor 4 não pode ser transcrita. Registro feitos na tese foram por meio de anotações em diário de campo e informação oral.

#### **EDITOR 5**

Entrevista realizada em 13 de novembro 2017, na redação do SBT BRASIL

**Há uma preocupação a reportagem mais compreensiva, mais pedagógica para a audiência?**

Sim, sem dúvida. Ainda mais para nosso público. O público do SBT é mais popular. Então a gente tenta buscar sempre usar palavras mais simples, traduzir o que o político, o economista ta dizendo de uma forma mais entendível para o público de casa. Sim, tem essa preocupação.

**E esse entendível tem mais a ver com senso comum...do que é compreensível?**

Sim. Eu acho... eu pelo menos tento me colocar com um telespectador em casa. Se bem que eu não sou um telespectador típico. Como eu tô dizendo, nossa audiência é mais popular, dona de casa, é gente te fazendo o jantar ali na hora e às vezes não prestando muita atenção ali na hora. Mas eu tento me colocar como ele receberia a notícia. Será que eu em casa entenderia essa palavra, entenderia a construção dessa frase. Eu tenho sempre que me colocar no lugar do telespectador.

**Existe uma norma específica dentro da redação ou meio que cada editor tem um senso...**

Cada editor, junto com seu repórter, tem o seu *feeling*...e quando a gente não consegue chegar a um consenso ou quando fico em dúvida aí a gente consulta os editores chefes que tem uma posição mais certa. Porque eles só vão ver o texto do VT na ilha. Então se as vezes eu to com dúvida e deixo passar alguma coisa é na ilha que eu vou ter problema depois quando eles foram assistir. Aí tem que remontar, tem que pensar numa outra alternativa. Então quando bate a dúvida e eu não consigo resolver aí eu consulto a minha chefia.

**Você acha que o telejornalismo tem uma função pedagógica? Não é o pedagógico da escola nem da família.**

Sim. Eu acho que esse é o objetivo do jornalismo. Sempre foi. Eu acho que a tv, até por serem mais populares, e é o que o público... hoje dia tem a internet... mas as pessoas tem preguiça de ler...eu mesmo abro vários textos de internet porque me interessa pela manchete, mas quando vejo tamanho do texto... eu digo ah eu não vou ter tempo de ler tudo. Leio o lead. Eu acho que acontece o mesmo com o telespectador, então por ter matérias mais enxutas, mais rápidas desperta o interesse maior do telespectador de se manter informado. Sim. É nossa obrigação tentar fazer com que ele se informe da melhor forma possível. Hoje em dia a gente no Brasil com tanta coisa, com notícia na política, na economia, é um assunto pesado, chato, mas é essencial para o nosso público, tem que entender o que está acontecendo; como é que ele pode sair da crise, a gente pensa muito, principalmente no auge da crise, o que é que ele pode fazer em casa para tentar sair da crise. Sim, existe uma preocupação de informar de uma forma objetiva, simples e muito clara. Esse público que precisa de notícia para o dia a dia, mas não tem tempo ou não quer perder tempo lendo o jornal, a internet.

**Nos usos das sonoras, por exemplo, quando é usada, como é usada?**

A gente sempre tem... normalmente a gente tem um personagem onde a gente vai basear a nossa história. O exemplo dele é que vai ser a nossa história. Então a gente tem que usar a sonora dele. A escolha da sonora: o que ele está falando ali vai comprovar a nossa tese. O que ele tá falando ali vai ter que comprovar a nossa tese. O repórter ter que ser muito hábil para tirar dali mais ou menos o que a gente precisa. A gente vai ter sempre um especialista naquele assunto para dar a visão dele. E obviamente, dependendo do caso, a gente vai ter que ter o outro lado também né?. Por exemplo, matérias de violência e se tem a vítima, tem que ter a polícia. A gente busca ter aí sonora dos principais envolvidos no assunto.

Como é que eu escolho essa sonora. Além do critério que vai embasar ali a minha tese, eu preciso de uma sonora que ela seja curta, clara, objetiva, o que é muito difícil as vezes. As vezes a gente tem que editar e as vezes o próprio entrevistado não colabora muito, ele gagueja, ele fica nervoso. A sonora é um dos processos mais difíceis, a gente encaixar no nosso texto o que gente precisa exatamente de uma forma clara, objetiva e que não seja muito longa. Porque o telespectador hoje em dia não quer muita enrolação. Você começa a enrolar muito e ele muda de canal, então tem que ser coisas certas e rápidas.

As vezes é preciso usar uma sonora para ratificar a fala de uma repórter ou a tese de um repórter.

A gente usar uma sonora para ratificar uma informação de repórter, geralmente não porque como a gente fecha o off ... quando o repórter senta para escrever o off ele já tem todas as sonoras em mão né? Então ele vai escrever de acordo com o que ele apurou ai na rua. A gente tenta evitar esse conflito. A gente tenta que todos estejam falando a mesma coisa, a mesma língua. E se também tiver esse conflito a matéria não é válida. Às vezes, as vezes não, acontece muito a pauta apura uma coisa e o repórter vai para rua apura outra e quando chega aqui a gente em um dilema. Ah o personagem falou uma coisa e o especialista falou que não é isso e aí? Aí a gente leva o problema lá (para chefia). As vezes eles dão um caminho. As vezes não tem outro caminho. Então derruba a matéria, tenta fazer no dia seguinte apurando melhor, encontrando um personagem melhor. Mas é isso, dificilmente a gente usa uma sonora para corrigir algumas coisas...todos mundo tem que estar falando a mesma língua, o mesmo assunto concordando...

### **Para confirmar sim...**

Confirmar sim ... a gente tenta evitar repetição de informação. O que repórter tá falando ali foi o que ele apurou com o especialista, foi? Só que gente tenta colocar na sonora alguma outra coisa que ficou de fora. Pra complementar. Como tudo é muito curto a gente sempre tem informação nova, mesmo na cabeça, quando a gente vai escrever a gente tenta ver um dado, uma informação que ficou de fora do off.

### **Essa é uma decisão sua ou do repórter. D parte complementar?**

Depende. Eu acho que é de nós dois. Porque o repórter vai chegar da rua e vai me apresentar um texto. Eu vou decupar o material que ele trouxe da rua, vou ler o texto dele e vou dizer se concordo ou não. E aí as vezes a gente chega num consenso ... é realmente... Eu entendi uma coisa, você entendeu outra, vamos tentar afinar para deixar tudo igual. As vezes tem um embate, uma tem que ceder de um lado, outro de outro. Mas geralmente, sim, é o que acontece. Os dois chego ao acordo junto.

### **Como essas matérias de lava jato de economia. A gente vê o uso cada vez maior de artes para tentar...antes se dizia que porque não tinha imagem, mas hoje tem imagem e se recorre a arte. Por quê?**

Então, eu acho que ainda continua tendo esse problema de falta de imagem. Lava jato, por exemplo, a gente tem as tradicionais imagens das prisões, de documentos apreendidos entrando na polícia federal. Então as vezes para explicar realmente o processo o mecanismo, a gente não tem imagem e a arte auxilia nesse ponto. Mas é claro que hoje a arte vem mais para complementar essa parte de transformar o texto numa linguagem fácil. A gente tenta traduzir, colocar em poucas palavras, em poucas linhas, uma explicação sobre economia, sobre um sistema de corrupção; um número a gente sempre põe, que também...porque a vezes o repórter passa batido, mas o número é tão importante né? Porque é um número muito grande. Então a gente sempre coloca em arte, mesmo tendo em off, a gente coloca em arte. Aqui no SBT BRASIL a gente tem essa regra, de ter número em arte. A arte basicamente é por esses dois motivos mesmo. Dependendo da situação ... para cobrir um buraco aí que a gente não tem de imagem, ou para explicar de uma forma mais didática a situação.

### **A decisão é do editor?**

O repórter as vezes na rua já pensa nisso. Quando ele está gravando a passagem dele, ou quando está colhendo, após uma apuração dele, ele já vem com uma sugestão. Ele diz, olha eu fiz uma passagem assim, eu acho que a gente pode colocar número aqui. OU as vezes ele só vem com o off e eu digo... acho que aqui cabe uma arte, essa reconstituição que a gente faz né? Normalmente quando a gente não tem muita imagem. Quando gente tem circuito tudo bem, mas quando a gente não tem .... Para a gente explicar o que aconteceu a ação do bandido, a gente faz a reconstituição...e isso já é uma regra assim... tão tem muita conversa. A gente já sabe que vai ter, tanto o repórter quanto o editor já sabe que aquela matéria vai pedir uma reconstituição, então eu acho que é um trabalho meio em dupla: tanto o repórter vem com uma sugestão, como editor lendo o off pode achar que precisa.

### **Aí é o editor que dá as orientações para a arte?**

Aí a gente pensa às vezes quando está meio complicado e a gente conversa com os meninos... e eles têm umas outras ideias, aí é o editor mesmo, não é o repórter; aí o editor tem uma

interação com a editoria de arte para a gente pensar uma coisa juntos legal, que não fique muito poluído, não complique mais a matéria.

### **São quantos editores de arte?**

A gente tem uma editoria de arte. A gente tem uma meia dúzia aí de meninos para atender o SBT Brasil e os outros jornais. Tem bastante demanda, tem bastante trabalho.

### **Hoje principalmente? Aumentou?**

Eu acho também que os tempos mudaram ... eu sou da época da fita, da beta, era muito difícil colocar uma arte. Hoje é tudo através de computador. A gente pede, eles geram para o jornal, o editor já põe. Digamos que hoje quase toda a matéria tem uma coisa de arte, nem que seja um *gecezinho*, confirmando um número, um dado. Mas a maioria das matérias tem arte, hoje. De certa forma está internalizado essa informação de que: “ a gente precisa produzir uma informação que seja compreensível? ” Nos editores, nos repórteres?

Eu acho que a gente vem da universidade com essa informação. Principalmente em tv, que nosso texto tem que ser curto, objetivo, não pode ter muita subordinação. A gente tem que fazer uma coisa inteligível para o telespectador. Sim, eu acho que isso é internalizado desde que você entra na universidade. Quando entra na redação você já sabe que essa é uma das regras.

### **Você falou do personagem? Ele é o exemplo da tese... né? Além disso tem uma outra função?**

Eu acho que o personagem ajuda o telespectador se identificar. No caso do desempregado. O cara que está em casa diz: “*putz* eu tô na mesma situação que ele”. Vamos supor que é uma matéria que teve uma grande ideia para vencer o desemprego. Então o cara que está na mesma situação que ele quer se vê na tv e esse é um exemplo para ele. Porque puxa: ‘ele conseguiu arrumar um jeito, porque eu não posso a mesma coisa’. Então além de embasar a nossa tese ele é um exemplo para o telespectador também, de identificação...

### **A gente não vai dizer claramente: esse cara é um exemplo?**

A ideia é que ele seja um exemplo. Se for uma coisa boa, claro. A ideia é que a gente termine essa matéria de uma forma. Mesmo que começou ruim...o cara desempregado, mas ideia que a gente termine com um exemplo para cima, como a gente fala. Ele conseguiu vencer tudo apesar das dificuldades da vida dele.

### **É uma forma de estimular?**

Eu que é uma forma de dar esperança, tanta desgraça e você tem um exemplo bom no meio de tudo isso. Essas matérias de honestidade... porque voe achar um dinheiro e devolver não faz mais que a obrigação, mas num Brasil corrupto do jeito que é ... isso é um exemplo. Eu acho que é uma luz no fim do túnel em um telejornal que é pesado. Não tem como. Porque a gente tem muita notícia pesada no Brasil. Tem que ter uma coisa para aliviar também.

### **Com relação ao tempo. Ele influencia nessa clareza também?**

Ah, sim... tem matéria que é muito difícil você explicar num tempo muito curto. Economia, principalmente... esses esquemas de corrupção. Quanto mais curta a matéria fica mais difícil de explicar, mas também se é muito longa você também se atrapalha um pouco porque fica colocando dados que não são tão importante. É difícil especificar um tamanho correto. Agora por exemplo a gente tá fazendo com dois minutos. 140 já era um tempo bem bom. Já dava para resolver bem. Mas teve uma época que a gente tinha que fazer com 1'10, 1'20 nos primórdios do SBT BRASIL, aí era difícil, mas 1'40, 1'50 eu considero um tempo bem bom para a gente dar o recado de uma forma simples.

### **E essa é uma avaliação que você como editora faz. E se for necessário compartilha?**

Com relação ao tempo o editor executivo que prepara o espelho de manhã ele já determina. Com o material que ele sabe que a gente tem. Claro que quando o repórter chega da rua muitas vezes ele chega com mais informações e aí é uma das funções do editor é enxugar o texto e tal ... você corta, corta, corta e não chega no tempo. Aí a gente vai lá e negocia o tempo. Fala que não deu. As vezes não tem como negociar. Aí a gente tem que se virar mesmo. Dá um jeito. Corta sonora, diminui aqui, ali ..., mas normalmente é negociável com editor chefe.

### **Qual o procedimento?**

O SBT Brasil a gente tem uma editora executiva, ela entra as sete horas da manhã, faz peneira. Lê os jornais do dia, vê os telejornais da manhã. Aí lá pelas nove ela tem uma reunião de caixa com as praças e aí eles levantam os assuntos do dia. Aí via elaborando um pré-espelho, o repórter que vai fazer tal matéria, o editor que vai editar tal matéria. Aí quando a gente chega aqui uma hora a gente quem esse espelho pronto e aí a gente vai para essa reunião de espelho. Nessa reunião de espelho ela passa todas as retrancas, explica os assuntos, diz o que tem que entrar porque as vezes tem a matéria que a gente chama de *rec* (recomendado pela direção da empresa), remendada, da casa, então tal personagem, tal sonora. Então ela dá ali o encaminhamento da matéria. Então depois a gente vai tocando. No caso de São Paulo com o repórter de São Paulo e quando é praça com editor da praça. As vezes com repórter também. Mas a gente geralmente tenta falar com editor da praça e vamos passando as mudanças no caminho ... às vezes um encaminhamento diferente. Porque as vezes de manhã falam de manhã uma coisa, as vezes eles mudam, então a gente conversa com eles de novo e diz... olha foi pedido tal coisa.

Então a gente é intermediária da rede com as praças. Aí depois disse a gente... tem procedimento de fechar off, escrever, cabeça. Edição e aí por volta das sete horas o jornal tá no deadline, os editores executivos vão para ilha assistir as matérias. Então se escapa alguma coisa da gente, algum erro de informação, algum erro de português mesmo... normalmente eles pegam na ilha... e aí se é um erro que a gente não consegue concertar é um problema...por isso. E a gente tem que está sempre conversando com eles o tempo todo... e aí depois que o jornal vai para ar ainda. Todo mundo fica aqui e a gente tem uma outra reunião, mais curta... no fim do jornal. Onde a editora chefe desce e aí ela comenta um pouco sobre as matérias... essa estava boa, essa tinha um erro, às vezes passa mesmo. Essa sonora não estava boa, ela dá sempre um *feedback* para a gente, depois que vai ao ar.

### **Geralmente é uma matéria por dia ou duas?**

Geralmente a gente pega uma matéria de São Paulo. Bruta que a gente tem que construir toda aqui e uma praça que ela já vem mais pronta, a gente recebe mais editada. Mas não dá menos trabalho porque toda essa parte de arte finalização. É toda aqui...A gente pede, conversa com

editor de lá... ele fala eu preciso de uma arte tal. A gente pensa junto ... eu peço aqui, aí quando chega tem que pôr arte, as vezes uma trilha... até para manter um padrão. É tudo feito por aqui....

## **EDITOR 6**

Entrevista realizada em 14 de novembro 2017, na redação do SBT BRASIL

### **Você acredita que o telejornalismo tem uma função pedagógica na sociedade brasileira?**

Eu acho assim, levando assim... a média do conhecimento da informação que as pessoas têm acesso, eu acho que é muito importante. Lembrando que hoje a gente tem consciência que o telejornalismo que a gente faz hoje pega uma parcela muito específica. É uma parcela com pessoas com mais idade, acostumado com televisão e a gente luta para pegar os nativos digitais... e a gente tem certeza que eles não vêm o produto que a gente passa. O nativo digital é muito difícil fazer o que a gente faz.

### **Você acredita que isso acontece por quê? Por causa da linguagem? Por quê?**

Não... acho que é pela plataforma. A televisão tal qual como o telefone pra eles é uma coisa que já não existe mais. Telefone já é uma coisa difícil para eles. Eu acho que eles tão acostumados com essa coisa *on demand*. E é isso que a gente não sabe como vai ser o futuro. Quem é nativo digital é por *on demand*.

### **Não para num horário específico para ver?**

Eu brinco... que tem um grande amigo meu que ele é repórter do jornal nacional, tem um filho de dez anos e ele diz “meu filho nunca me vê na tv. Mais ou menos sabe onde eu apareço”. Então é uma coisa que tá mudando, a gente não sabe par aonde vai.

### **Me diz o seguinte: eu vi que você estava ali na agonia, troca palavra, bota texto. O que você entende por reportagem didática, para esse público que você acredita que atinge?**

A gente tem que ser ... eu acho que basicamente aquilo que a gente aprende no jornalismo... é ser direto, claro e objetivo. Então a gente não é sofisticada, não é uma linguagem sofisticada, tá? É uma linguagem direta. A gente tem pouco tempo. Você viu, a matéria hoje que era o grande assunto do dia ficou com dois e meio. É o padrão do nosso jornal. Então você pega um outro telejornal ... O jornal da Record. Que é um jornal maior... ele é mais ... é um jornalão...as matérias estão com 3, 4 minutos. O jornal nacional a gente viu ali ... o jornal nacional, dependendo do assunto vai ficar com 5, 6 minutos. Nós... a gente tem um tempo mais curto e isso é variável... o tempo do jornal é variável ... hoje como a gente teve cadeia de um programa eleitoral...ele ficou um pouco mais curto. Então nos avisaram: “a gente tem que colocar tudo no tempo menor”.

Quando a gente fala em mecanismo didático a gente fala de texto claro, objetivo que tem por exemplo a junção do que a sonora diz, tem uma ligação direta com um off, que tem uma espécie de complemento...

A gente usa a sonora para complemento. Para trazer mais uma informação, para a gente não precisar fazer off, então a gente para não gastar o tempo... então isso é complemento. Por uma informação a mais e ligando um assunto no outro.

### **Às vezes para confirmar?**

A gente não trabalha muito com redundância né? A gente foge da redundância ... nosso espaço é curto então a gente não trabalha com redundância ... é muito difícil...então se a gente for caminhar aqui pela redação alguém vai dizer.. a gente já falou isso .. corta...já disse isso.. corta... então a gente não trabalha com redundância então é muito difícil ter a redundância .. explicar mais de uma vez.. não sei se é bom ou é ruim...

### **Qual é o papel da relação entre o repórter e o editor. O repórter e o editor de texto nesse didatismo, nessa compreensão?**

A gente assim sabe que o repórter de televisão trabalha contra o tempo. Então .. a gente...ele vem com a informação e a gente ajuda na precisão dessa informação...tipo assim... ela falou.. “eles foram presos por policiais”... eles não são policiais... é uma coisa que passa.. o repórter vai escrever .. a gente busca mais a precisão da informação, ajuda... e agente deixa... ajuda na forma.. para deixar o texto mais agradável...

Afora a apuração e a informação correta que tá muito nessa perspectiva de deixar tudo mais claro para um público?

É deixar mais claro, mais conciso, não repeti a informação... tentar buscar o que é importante para aquela matéria. Por que a gente tem que abrir mão de muita coisa, a gente não dá todas as informações, televisão não é para dar todo tipo de informação, tudo, tudo, tudo... a gente via falando algumas coisas.

As decisões são partilhadas com o repórter nesse sentido. Lembra que eu ficava dizendo para o rio, você já colocou isso? Tem isso aqui... tu acha importante? Um exemplo: eu escrevi uma informação que era algo específico do rio de janeiro... então eu mandei uma áudio olha.. eu escrevi assim tá certo ? E ela disse não... tava errado... umas coisas da cadeia .. então a gente vai trocando informações... por isso tem um editor aqui.. outro lá...tudo viu como o processo: ele passou pelo editor do rio, passou por mim e como o assunto era muito quente, político eu bati com um fechador (editor de fechamento) e ele que ainda disse assim... vamos colocar essa imagem e colocar no primeiro off. Ele tem uma visão geral do espelho. E ele me deu um toque...não essa imagem que é do principal presidente da Alerj é um a imagem que tem que tá Ana primeira matéria ... mesmo dando perfil dele na primeira matéria... a gente vai afinando.... na construção ...

### **E para ti qual é o papel do profissional de arte na tentativa de deixar o tejournalismo mais compreensivo?**

É a gente tem que deixar mais compreensivo... a arte ajuda muito a gente resumir a matéria e fazer aquela redundância que a gente falou... a gente faz com arte. A gente dá uma informação e sobe os números porque os números são muito difícil de gravar... esses dias eu fiz uma matéria de saúde, com informações do instituto do câncer, a gente puxa a informação e coloca na tela, fixa melhor... isso é redundância mesmo... isso é uma redundância... se coloca muitos número ele tem o reforço visual... quando a gente não tem imagem a gente usa arte e chama de rec , quando tem que descrever uma cena que a gente não tem a gente faz uma arte, uma simulação...

E assim... e do pacote gráfico do jornal... entra agora ...a gente tem uma frase...e isso tá muito em voga. Todas as televisões tão adotando isso. A gente usa. A Band usa. Os jornais locais da Globo usam. O jornal nacional não está usando ainda, mas eu acho que é uma tendência. É aquela frase para aquela pessoa que tá passando pela televisão ...olhar... eu tenho um chefe...o Boechat, eu trabalhei muitos anos com o Boechat... a casa é uma bagunça na hora do telejornal... tem uma passado... então a frase é para isso...ele tá caminhando, ele passa... ele diz deixa ver o que ´é que isso... deixa ver o que PE que há...

### **Qual a função do personagem?**

Basicamente para deixar a matéria assim... trazer... para humano... deixa ela mais saborosa... se traz para o humano...mais para perto de ti...traz um processo de empatia, de identificação... Nesse caso especificamente, vocês recorreram a uma coisa que é contextualização, o resgate, episódios do passado para ratificar ou contextualizar...

Sim porque é tão dinâmico. Principalmente esse setor que a gente tá cobrindo de uns dois anos para cá. A gente mesmo não sabe o que está acontecendo. A gente brinca... fulano tá preso, já foi solto... porque é muito dinâmico... as coisas mudam muito... nesse caso a gente veio trazendo todo histórico dele, de todas as operações para lembrar como nós chegamos até aqui... como a gente tem tudo registrado vale a pena a gente mostrar...

### **Na prática serve ... a essência é esclarecer...**

Informar, esclarecer e a gente consegue contextualizar ... do jeito de televisão que não é um meio assim de muita contextualização... mas gente consegue ... o telejornal é para informar... quando a gente consegue contextualizar... ponto para nós...

### **Outra coisa wu parece simples, descrição dos locais, climas do ambiente... são descrições importantes o entendimento do fato.**

É importante porque a gente faz um jornal de rede. Então, por exemplo, quando a gente fala de um bairro de são Paulo. Você não pode dizer assim no bairro tal como se eu tivesse falando para o povo de são Paulo. E a gente tem que pensar uma coisa... o que que interessa para minha mãe de porto alegre ... eu olhar uma coisa... saber uma notícia muito específica muito local... mas ao mesmo tempo se é uma coisa legal eu tenho que contextualizar...por isso a gente diz onde foi o fato, onde aconteceu... é o lead da matéria...

## **EDITOR 7**

Entrevista realizada em 17 de novembro 2017, na redação do SBT BRASIL

### **Você acredita que o telejornalismo tem uma função pedagógica. Uma função pedagógica que não é da escola, da família?**

Eu acho que tem. Tem, só acho que não da maneira deveria ter. Eu acho que ele não está sendo potencialmente utilizado para isso. Acho que ele está sendo colocado, usado, produzido, de acordo com interesses. Acho que é natural também você ter algum tipo de direcionamento é a chamada linha editorial. Mas eu acho que ele poderia ser melhor explorado nesse sentido de formação. Um pouco mais opinativo, mas não aquele negócio de opinião de uma jornalista só ... aquele quadro de opinião...

**Nesse processo de construção da reportagem, independentemente do interesse, há uma intenção pedagógica, tua, como editor.**

Sim. Sem dúvida. É a base do meu trabalho. Eu acho que a intenção pedagógica do meu trabalho é fazer o mais claro possível para o entendimento do espectador. Se estou fazendo bem ou não quem vai avaliar é a pessoa, mas a intenção existe. Eu acho que tem...

**E que elementos são usados...**

Clareza no texto, linguagem simples, correta... ninguém precisa falar de gíria... ou novas expressões na internet ... chavões... e tal... clareza na informação, direto claro...

**Esses recursos que vocês utilizam aqui... arte, personagem, também funcionam como forma...**

Sim a arte é uma ferramenta muito importante para construção de uma matéria...por exemplo, essa matéria do Bitcoin (moeda virtual). Matéria com coisa de computador, eletrônicos, que você fala de coisas do mundo virtual, fica difícil você cobrir com imagens né? Tem que fazer tudo mais subjetivo com imagens mais gerais. Então depende muito do cinegrafista.... E nem sempre ele tem a sensibilidade que precisa ... você viu aqui o editor de imagem reclamando...então nessa hora você consegue consertar, ou pelo menos melhorar usando uma arte bem-feita...

**E o personagem ... além de humanizar... ajuda no processo de compreensão...**

Tem personagens e personagens... tem uns que são fundamentais...para você explicar melhor ainda...naquela do bebê, a gente tinha o pai... por mais que a gente não mostrou o rosto dele... Veja que a gente não mostrou a gente não identificou... mas dá um peso muito... e a clareza... também... como a gente diz, colocar na boca da pessoa...diferente da gente falar alguma coisa e da própria pessoa falar.

**Você acha que na redação há esse movimento que não é dito, que não está em normas..., mas de que é preciso fazer com que o telejornal seja mais compreensível... para um público maior...tem manual aqui não?**

Não, não...a gente até fala as vezes aqui, de uma maneira até rasa de dizer, a gente brinca as vezes que o padrão é não ter padrão...e eu acho que não é exclusivo meu.

Quem vem para cá... e eu estou aqui faz um tempo... o SBT é muito peculiar... você vê quantas coisas ... a gente levanta, vou lá, peço aqui. O cara que não se encaixa aqui dentro nesse ritmo não consegue desenvolver...

Quando uma cara vem de uma emissora, a Globo por exemplo, que tem um recurso maior mais gente, o cara só abre a lauda e deve ter tudo lá dentro... nunca trabalhei na Globo, mas acredito que o editor as coisas chegam mais facilmente, aqui a gente tem que buscar muita coisa, nós mesmos... se não for buscar... porque está todo mundo ocupado...é pouca gente... por mais que aqui seja bem maior que praça e isso influencia porque o tempo está correndo...

**EDITOR 8**

Entrevista realizada em 14 de novembro 2017, na redação do SBT BRASIL

### **O telejornalismo tem uma função pedagógica?**

Sem dúvida, porque as pessoas se informam e eu acho que o dia a dia de muita gente depende do jornal. Não só notícia que muda a vida das pessoas, mas também os serviços entendeu? Como você ficar bem informado e você ter acesso aos seus direitos, você fica bem informado sobre aposentadoria, sobre a reforma trabalhista por exemplo. Então, tudo isso torna a pessoa mais informada e mais preparada para enfrentar os desafios do dia a dia. Eu acho que sim.

Dá para dizer que tem meio que uma orientação no sentido deixar as “coisas” bem claras, né? Bem claras. As pesquisas... olha já participei de grupos de pesquisas na Globo porque eu fazia o SPTV e aqui as poucas pesquisas que nós tivemos elas mostram que as pessoas tem dificuldade para entender. Porque não é todo mundo que tem o mesmo nível de jornalista. A gente está falando de reforma trabalhista, mas ontem eu já li sobre reforma trabalhista, já vi três jornais de manhã sobre reforma trabalhista né? Tem que começar do zero e tem que esmiuçar mesmo. A própria linguagem. O jeito de falar tem que ser do jeito que a gente conversa. Esse é o parâmetro que eu passo aqui né? E você tem que usar das artes, tem que usar de mapa, tem que usar... se a sonora é complicada mas ela é importante, você que explique no off, é problema do editor vocês esmiuçar aquilo pro, pro... pra quem está te assistindo. Às vezes eu recebo bronca dos editores, olha mas essa sonora da confusa, eu não entendi. Olha, pêra aí ... se a sonora está confusa então não é a melhor sonora ou cai aquele “cara” e transforma em nota, sempre tem que tá ali bem...principalmente para o nosso público que é aquele mais simples então ele é um jornal mais popular que o JN, ele é menos empostado, até no jeito de voz ... isso é uma tendência do jornalismo em geral ...você pode caminhar você pode fazer conversado... você pode fazer ... que nem ontem a gente teve um VT de pergunta e resposta, então é um jeito mais didático de você dá a coisa.

### **Então essas são estratégias para tornar tudo mais didático. A arte, a sonora, personagem?**

O personagem porque ilustra aquilo. Eu acho que não existe uma fórmula.. eu também não gosto de VT que começa... dona fulana.. eu sempre dou um jeito: “começa diferente”... mas eu acho que o personagem ilustra sabe? Então você humaniza e dá voz da rosto para aquilo que você está falando para as pessoas se identificarem.

Na reunião você falou assim: paga a história de Gilmar Mendes para resgatar a história daquels VT .. que era meio para contextualizar... isso também serve ?

Serve. Porque você falar de Picciani não é como você falar do Aécio, você falar... você tem que contar um pouquinho a história, contextualizar, dar referência para que a pessoa se situe, se aquilo é importante na vida dela ou não. Por que eu vou entender de Picciani se Picciani está lá no Rio...o cara é presidente da Assembleia, não pêra aí tem toda uma história, tem todas uma coisa por trás e eu acho que isso ajuda, ajuda a falar para pessoa. Por que escolhi esse VT quase na abertura do jornal, por que a gente está contanto a história do cara lá do RJ? Porque a preocupação de um jornal nacional é ampliar, mas você não pode ampliar, falar sempre macro, você precisa voltar e situar a pessoa na vida dela. O que aquilo é importante para ela .. aí você vai pegando a audiência que é outra preocupação que a gente tem.

### **E isso influencia também né?**

Ah influencia... se as pessoas estão entendendo o teu jornal e aquilo está fazendo diferença na vida das pessoas, é relevante aí eu acho que aquilo ela vai te seguir.. aí vai ter uma identificação, uma coisa de seguir mesmo de não ser só um dia no outro...aquilo ali vai mudar, vai ser importante.. e vai deixa mar bem informado...aí vai passar a ser ..aquela coisa do reflexo, da identidade.

## **ANEXO A - LINKS DE REPORTAGENS ANALISADAS NO JN E SBT BRASIL**

### **Data: 23.12.2014**

Dilma Rousseff anuncia 13 novos nomes que vão compor ministério - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/dilma-rousseff-anuncia-os-13-nomes-que-vao-compor-o-novo-ministerio.html>

Documento mostra que Petrobras fechou contratos de quase R\$ 80 bi com empreiteiras - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/documento-mostra-que-petrobras-fechou-contratos-de-quase-r-80-bi-com-empresiteiras.html>

Japoneses usam óleo reciclado para iluminar enfeites de fim de ano - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/japoneses-usam-oleo-reciclado-para-iluminar-enfeites-de-fim-de-ano.html>

### **Data: 29.12.2014**

Dilma anuncia mais sete ministros para compor segundo mandato - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/dilma-anuncia-mais-sete-ministros-para-compor-segundo-mandato.html>

Governo anuncia aumento do rigor na concessão de benefícios sociais - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/governo-anuncia-aumento-do-rigor-na-concessao-de-beneficios-sociais.html>

MP do Tocantins tenta suspender promoções de policiais militares - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/mp-do-tocantins-tenta-suspender-promoco-es-de-policiais-militares.html>

### **Data: 30.12.2014**

Taxa de acidentes aéreos vem caindo ao longo dos anos - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/taxa-de-acidentes-aereos-vem-caindo-ao-longo-dos-anos.html>

Novas regras de benefícios vão reduzir gastos em quase R\$ 20 bilhões  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/novas-regra-de-beneficios-vai-reduzir-gastos-em-quase-r-20-bilhoes.html>

Governo aumenta tempo mínimo para solicitar seguro-desemprego -  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/governo-aumenta-tempo-minimo-para-solicitar-seguro-desemprego.html>

**Data: 13.01.2015**

Obama anuncia pacote de leis para aumentar segurança na internet -  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/obama-anuncia-pacote-de-leis-para-aumentar-seguranca-na-internet.html>

Tesouro Nacional não fará repasses às distribuidoras de energia, diz ministro -  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/tesouro-nacional-nao-fara-repasses-distribuidoras-de-energia-diz-ministro.html>

Governo Federal corta do orçamento repasses ao setor elétrico – <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/governo-federal-corta-do-orcamento-repasses-ao-setor-eletrico.html>

**Data: 17.02.2016**

Ministério da Saúde muda divulgação dos números da microcefalia no país –  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/ministerio-da-saude-muda-divulgacao-dos-numeros-da-microcefalia-no-pais.html>

Condenados devem começar a cumprir pena imediatamente, diz STF –  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/condenados-devem-comecar-cumprir-pena-imediatamente-diz-stf.html>

Dilma impõe derrota a Cunha na eleição do líder do PMDB na Câmara –  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/dilma-impoe-derrota-cunha-na-eleicao-do-lider-do-pmdb-na-camara.html>

**Data: 18.02.2016**

Veja o que muda com decisão do STF sobre cumprimento de pena de prisão  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/veja-o-que-muda-com-decisao-do-stf-sobre-cumprimento-de-pena-de-prisao.html>

Obama anuncia 1ª viagem em 88 anos de presidente dos EUA a Cuba -  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/obama-anuncia-1-viagem-em-88-anos-de-presidente-dos-eua-cuba.html>

Cientistas fazem mapeamento genético completo do vírus da zika –  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/cientistas-brasileiros-decifram-o-dna-completo-do-virus-da-zika.html>

**Data: 21.02.2017**

Governo vai enviar ao Congresso nova proposta de socorro aos estados-  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/governo-vai-enviar-ao-congresso-nova-proposta-de-socorro-aos-estados.html>

Para cobrir rombo, contas de luz devem ficar 7% mais caras em 2017-  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/para-cobrir-rombo-contas-de-luz-devem-ficar-7-mais-caras-em-2017.html>

**Data: 23.02.2017**

IBGE mostra números dramáticos do mercado de trabalho em 2016-  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/ibge-mostra-numeros-dramaticos-do-mercado-de-trabalho-em-2016.html>

Inflação e taxa básica de juros tendem a cair ainda mais em 2017 - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/inflacao-e-taxa-basica-de-juros-tendem-cair-ainda-mais-em-2017.html>

**Data: 24.02.2017**

Jovem devolve celular perdido e não aceita recompensa; pede emprego -  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/jovem-devolve-celular-perdido-e-nao-aceita-recompensa-pede-emprego.html>

Pesquisadores britânicos descobrem que as abelhas podem aprender -  
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/pesquisadores-britanicos-descobrem-que-abelhas-podem-aprender.html>

**Data: 25.09.2017**

Por dia, poluição do ar mata mais de uma pessoa no estado de São Paulo -  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/6efaa2e6ba4deb8bebd19d8464c09590/Por-dia-poluicao-do-ar-mata-mais-de-uma-pessoa-no-estado-de-Sao-Paulo-.html>

Governo decide revogar decreto que extingue reserva na Amazonia -  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT->

[Brasil/categoria/1787/73c3bb8e292b2b2e8362622b7b4befb1/Governo-decide-revogar-decreto-que-extingue-reserva-na-Amazonia-.html](http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/73c3bb8e292b2b2e8362622b7b4befb1/Governo-decide-revogar-decreto-que-extingue-reserva-na-Amazonia-.html)

Inseguranca-na-Rocinha-deixa-mais-de-7-mil-criancas-sem-escola-e-sem-creche  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/39aea4934f45e97dd27b886d9aab08e3/Inseguranca-na-Rocinha-deixa-mais-de-7-mil-criancas-sem-escola-e-sem-creche-.html>

**Data: 26.09.2017**

Nova-denuncia-contr-Temer-e-ministros-e-lida-no-plenario-da-Camara.  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/9347c4ef0bc96d3b190337a953bee2bf/Nova-denuncia-contr-Temer-e-ministros-e-lida-no-plenario-da-Camara.html>

Estudo-indica-que-raios-matam-100-brasileiros-por-ano  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/cff6e55ce0c97c855a3d3829e477ca77/Estudo-indica-que-raios-matam-100-brasileiros-por-ano.html>

Prisao-preventiva-de-Aecio-Neves-e-negada-mas-STF-decide-que-tucano-deve-ser-afastado-do-Senado  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/52d30dce7303aca0ee805486842ca66e/Prisao-preventiva-de-Aecio-Neves-e-negada-mas-STF-decide-que-tucano-deve-ser-afastado-do-Senado.html>

**Data: 27.09.2017**

Entenda-o-caso-da-Lava-Jato-da-Policia-Militar-de-Sao-Paulo  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/d4b52728bc909b86a56ae8d3ab1c51ca/Entenda-o-caso-da-Lava-Jato-da-Policia-Militar-de-Sao-Paulo.html27.09>

Brasil-realizou-mais-de-12-mil-transplantes-de-orgaos-no-primeiro-semester-do-ano  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/331c323876eda4a4e59a68b33425e97e/Brasil-realizou-mais-de-12-mil-transplantes-de-orgaos-no-primeiro-semester-do-ano.html>

Senado-aprova-criacao-de-fundo-eleitoral-projeto-esta-na-Camara-para-votacao  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/9f0103fc5e47e846c1ff1a3752b6cdf6/Senado-aprova-criacao-de-fundo-eleitoral-projeto-esta-na-Camara-para-votacao-.html>

**Data: 28.09.2017**

Decisao-do-STF-deve-destravar-acordos-sobre-perdas-na-poupanca  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/dab9fe3c0a9ba0f758c76e738bf8e37e/Decisao-do-STF-deve-destravar-acordos-sobre-perdas-na-poupanca.html>

Projeto-de-lei-preve-que-agentes-de-transito-poderao-usar-armas-de-fogo  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/b06cdc53872ddfe314db28194d8f38d0/Projeto-de-lei-preve-que-agentes-de-transito-poderao-usar-armas-de-fogo.html>

Traficantes-sao-presos-em-visitas-a-presidios-da-Grande-Sao-Paulo  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/e56a70325dba6c444c30ee6028c68e75/Traficantes-sao-presos-em-visitas-a-presidios-da-Grande-Sao-Paulo.html>

**Data: 29.09.2017**

Cursos-tecnicos-sao-opcoes-para-aumento-de-renda-salario-pode-subir-quase-20%  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/21e5361f45d3d20b17f6a19627c68566/Eduardo-Cunha-quer-negociar-acordo-de-delacao-premiada.html>

Decisao-do-STF-deve-destravar-acordos-sobre-perdas-na-poupanca  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/dab9fe3c0a9ba0f758c76e738bf8e37e/Decisao-do-STF-deve-destravar-acordos-sobre-perdas-na-poupanca.html>

Conta-de-luz-vai-ficar-mais-cara-em-outubro  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/11c4882b848b353d32beaa03749b8b3a/Conta-de-luz-vai-ficar-mais-cara-em-outubro.html>

**Data: 30.09.2017**

Eduardo-Cunha-quer-negociar-acordo-de-delacao-premiada  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/21e5361f45d3d20b17f6a19627c68566/Eduardo-Cunha-quer-negociar-acordo-de-delacao-premiada.html>

Catalunha-planeja-referendo-sobre-independencia-para-este-domingo  
[http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/25eed32fdefecb5fb9b10504e40e5ab6/Catalunha-planeja-referendo-sobre-independencia-para-este-domingo-\(01-10\).html](http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/25eed32fdefecb5fb9b10504e40e5ab6/Catalunha-planeja-referendo-sobre-independencia-para-este-domingo-(01-10).html)

Saida-das-Forcas-Armadas-divide-opiniões-na-Rocinha  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/6e551bf1a7ceb7c13cabb661f82d8240/Saida-das-Forcas-Armadas-divide-opinioes-na-Rocinha.html>

**Data: 02.10.2017**

Catalunha-planeja-referendo-sobre-independencia-para-este-domingo  
<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/5e83070b44be1fd72a7b9f3194ddf5bc> Congresso-tem-ate-sexta-feira-para-aprovar-mudancas-na-reforma-politica /.html

Comeca-juri-de-casal-acusado-de-matar-e-esquartejar-zelador-em-SP

<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/e2f0242c2cf0ee7be1dc4b6cc4a93259/Comeca-juri-de-casal-acusado-de-matar-e-esquartejar-zelador-em-SP-.html>

Família-acusa-shopping-center-de-racismo-em-Curitiba

<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/10fd36b256665c7b3b3d4659a176df60/Familia-acusa-shopping-center-de-racismo-em-Curitiba-.html>

**Data: 03.10.2017**

Câmara-dos-Deputados-quer-mudar-lei-dos-planos-de-saude

<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/a035e4528b9a197a679e77aa28cd309e/Camara-dos-Deputados-quer-mudar-lei-dos-planos-de-saude-.html>

Deputados-podem-votar-fundo-de-financiamento-eleitoral-nesta-terca-feira

[http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/925b2aca9be9e4807ab4e2971ba3b94e/Deputados-podem-votar-fundo-de-financiamento-eleitoral-nesta-terca-feira-\(03\).html](http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/925b2aca9be9e4807ab4e2971ba3b94e/Deputados-podem-votar-fundo-de-financiamento-eleitoral-nesta-terca-feira-(03).html)

Presidente-Michel-Temer-faz-corpo-a-corpo-com-deputados-sobre-nova-denuncia

<http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/26/SBT-Brasil/categoria/1787/fe8e63d8884946c2e82170e277b7bc43/Presidente-Michel-Temer-faz-corpo-a-corpo-com-deputados-sobre-nova-denuncia.html>